

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

GIOVANA RAFAELA BOTTI RESENDE

**Temáticas e tensões sociais contemporâneas na TV infantil:** Estudo de casos  
Brasil e Argentina

Versão corrigida

São Paulo  
2023

GIOVANA RAFAELA BOTTI RESENDE

**Temáticas e tensões sociais contemporâneas na TV infantil: Estudo de  
casos Brasil e Argentina**

**Versão Corrigida**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP) como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lucilene Cury

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R433t Resende, Giovana Rafaela Botti  
Temáticas e tensões sociais contemporâneas na TV infantil: Estudo de casos Brasil e Argentina / Giovana Rafaela Botti Resende; orientadora Lucilene Cury - São Paulo, 2023.  
199 f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. Audiovisual infantil. 2. TV infantil. 3. Temas Contemporâneos. 4. Brasil. 5. Argentina. I. Cury, Lucilene, orient. II. Título.



Universidade de São Paulo – PROLAM USP  
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE  
Termo de Ciência e Concordância da orientadora

Nome da aluna: Giovana Rafaela Botti Resende

Data da defesa: 27/10/2023

Nome da orientadora: Profa. Dra. Lucilene Cury

Nos termos da legislação vigente, declaro estar ciente do conteúdo deste exemplar corrigido, elaborado em atenção às sugestões dos membros da Comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 08/12/2023

Assinatura da orientadora

RESENDE, G. R. B. **Temáticas e tensões sociais contemporâneas na TV infantil -**  
Estudo de casos Brasil e Argentina. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP) para  
obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: 27 de outubro de 2023.

Banca Examinadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucilene Cury

Escola de Comunicação e Artes / Programa de Pós-Graduação em Integração da América  
Latina da Universidade de São Paulo (ECA-USP / PROLAM-USP)

Presidente

Prof. Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas

Escola de Artes, Ciências e Humanidades / Programa de Pós-Graduação em Integração  
da América Latina da Universidade de São Paulo (EACH-USP / PROLAM-USP)

Julgamento: Aprovada

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Doretto

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Julgamento: Aprovada

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Borges

Escola Superior de Educação e Comunicação - Universidade do Algarve - Portugal

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Pedro Henrique Falco Ortiz

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Em memória de meu pai, Pedro Carlos Resende.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Pedro Resende (*in memoriam*), por tantas memórias que alimentam diariamente meu olhar sobre a vida;

À minha mãe, Maria das Graças Botti Resende, companheira de sempre na busca por perguntas;

Aos meus filhos queridos, Julia e Bernardo, que deslocam meu olhar a outros enquadramentos e desenquadros das infâncias, para o que é realmente importante sobre ser e estar no mundo;

Ao meu companheiro Sergio Lirio, pela escuta amorosa e o apoio incondicional. Parceiro de vida e de partilhas, para mirar longe e caminhar juntos;

À professora Lucilene Cury, pela orientação acadêmica estimulante que iluminou caminhos de pesquisa e pelas vivências inesquecíveis, presenciais e remotas, de ensino no período desafiador da pandemia do Covid-19 e de aprendizagem sensível sempre;

Aos queridos amigos Liana, Newton, Andre, Gleice e Simone, pela sorte grande de encontrá-los no caminho;

A todos os profissionais brasileiros e argentinos do campo de atuação sobre direitos da infância, audiovisual infantil e televisão que contribuíram para esta pesquisa;

À Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP), nicho de resistência de trabalhos acadêmicos com bandeiras fundamentais de defesa de direitos humanos na Abya Yala.

Agradeço ainda a todas as pessoas que lutam pela ciência no Brasil e na América Latina, pela defesa de valores democráticos e da prioridade das infâncias.

RESENDE, G. R. B. **Temáticas e tensões sociais contemporâneas na TV infantil** - Estudo de casos Brasil e Argentina. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP) para obtenção do título de Doutora em Ciências.

## RESUMO

Esta pesquisa trata, em estudo de casos Brasil e Argentina, de políticas públicas do audiovisual dos dois países, marcos normativos de direitos das crianças e estudos das infâncias e do campo da comunicação no contexto da visibilidade de tensões sociais contemporâneas na TV pública infantil, em temas como a discriminação racial, preconceitos de gênero e desigualdades sociais. O objetivo do trabalho foi delinear, de forma transdisciplinar, os debates em voga em marcos regulatórios sobre a infância, demandas de movimentos sociais, gestões de governo e no meio acadêmico no arco temporal de 2010 a 2022, período de relevantes políticas de estímulo ao audiovisual no Brasil e na Argentina. O estudo de casos teve como *corpus* produções realizadas para a TV pública: a série documental “Toda Menina Baiana” (TV Kirimurê, TVE-Bahia e Futura), do Brasil, e a série “Inventar Pakapaka Pergunta”, produzida pela TV infantil pública Pakapaka, da Argentina, com o conselho consultivo de crianças criado pelo canal. Em análise qualitativa exploratória, o trabalho teve como metodologia a realização de entrevistas com produtores audiovisuais, revisão bibliográfica e análise do contexto de criação e realização dos programas selecionados. Com a contribuição teórica de autores de estudos sociais da infância e do campo da comunicação, destacamos que a perspectiva da criança produtora de cultura e conhecimento, protagonista nas telas e com direito de participação social, move estruturas promissoras no campo da televisão destinada ao público infantil, principalmente na interface mídia e educação.

**Palavras-chave:** Audiovisual infantil. TV infantil. Temas contemporâneos. Brasil. Argentina.



RESENDE, G. R. B. **Temas y tensiones sociales contemporáneos de la TV infantil** - Estudio de caso de Brasil y Argentina. 2023. Tesis (Doctorado). Programa de Posgrado en Integración de América Latina, Universidad de São Paulo, São Paulo.

## RESUMEN

Esta investigación aborda el estudio de caso de Brasil y Argentina, de políticas públicas audiovisuales de ambos países, marcos normativos de los derechos del niño y estudios de la niñez y del campo de la comunicación en el contexto de la visibilidad de temas y tensiones sociales contemporáneas en la televisión pública infantil, en problemáticas como la discriminación racial, los prejuicios de género y las desigualdades. El objetivo del trabajo fue delinear, de manera transdisciplinaria, los debates en boga en los marcos regulatorios sobre infancia, las demandas de los movimientos sociales, la gestión gubernamental y la academia de 2010 a 2022, período de estímulo a políticas audiovisuales en Brasil y Argentina. El estudio de caso tuvo como *corpus* dos producciones realizadas para la TV pública: la serie documental “Toda Menina Baiana” (TV Kirimurê, TVE-Bahia y Futura), de Brasil, y la serie “Inventar Pakapaka Pregunta”, producida por la TV pública infantil Pakapaka, de Argentina, con el consejo asesor de niños del canal. El análisis cualitativo exploratorio tuvo como metodología la realización de entrevistas a productores audiovisuales, revisión bibliográfica y análisis del contexto de creación y producción de los programas seleccionados. Con el aporte teórico de autores de los estudios sociales de la infancia y del campo de la comunicación, resaltamos que la perspectiva del niño productor de cultura y conocimiento, protagonista en las pantallas y con derecho a la participación social, mueve estructuras promisorias en el campo de la televisión dirigida a niños, principalmente en la interface de los medios y de la educación.

**Palabras clave:** Audiovisual infantil. TV infantil. Temas contemporáneos. Brasil. Argentina.

RESENDE, G. R. B. **Contemporary themes and social tensions in children's TV** - Case studies in Brazil and Argentina. 2023. Thesis (PhD. Integration of Latin America Postgraduate Program, University of São Paulo, São Paulo.

### **ABSTRACT**

This research approaches, in case studies from Brazil and Argentina, public audiovisual policies in both countries, normative frameworks, childhood studies and the field of communication in the context of the visibility of tensions and contemporary social themes on children's public TV, such as racial discrimination, social inequality and gender prejudice. The main purpose was to outline, in a transdisciplinary way, the debates in vogue in regulatory frameworks on childhood, demands of social movements, government management and academic debates from 2010 to 2022. The case study had as corpus productions from public TV: the series “Toda Menina Baiana” (TV Kirimurê, TVE-Bahia and Futura), from Brazil, and the series “Inventar Pakapaka Pregunta”, produced by public children's TV Broadcast channel Pakapaka, in Argentina, with the advisory board of children created by the channel. In exploratory qualitative analysis, the work had as methodology the accomplishment of interviews with audiovisual producers, analysis of the series and bibliographic review. With the theoretical contribution of authors of childhood studies and from the field of communication, we highlight that the perspective of the child as producer of culture and knowledge, protagonist on screens and with the right to social participation, moves promising structures in the field of television aimed at children, mainly at the media and education interface.

**Keywords:** Audiovisual for children. Children's TV. Contemporary themes. Brazil. Argentina.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da abertura da série brasileira “Toda Menina Baiana” .....	26
Figura 2 - Imagem de crianças da primeira formação (2021) de “Inventar Pakapaka” .	26
Figura 3 - Post publicado por Francisco Manzanares em seu perfil no Facebook. ....	31
Figura 4 - Peça de divulgação do episódio “Sol Despeinada” .....	39
Figura 5 - Peça de divulgação da série “Así soy yo” .....	52
Figura 6 - Carta “Nuestros Cuerpos Cuentan”. .....	84
Figura 7 - Imagem do Episódio 1 da série “Toda Menina Baiana” .....	87
Figura 8 - Série TV Piá (2010), TV Brasil .....	124
Figura 9 - Disque Quilombola (2012), TV Brasil.....	125
Figura 10 - Peça de divulgação da série “Pedro e Bianca” (2012), TV Cultura.....	127
Figura 11 - “Repórter Rá Teen Bum” (2016, TV Rá Tim Bum).....	128
Figura 12 - “Que corpo é esse?” (Futura).....	129
Figura 13 - Série “Quintal TV” (2021), Canal Futura/ Delicatessen.....	130
Figura 14 - Série Abrazos (2022), episódio “Visitas”, TV Pakapaka .....	131
Figura 15 - Andressa, uma das protagonistas da série “Toda Menina Baiana” .....	133
Figura 16 - Festa de Andressa, protagonista do episódio .....	136
Figura 17 - Ayana, uma das protagonistas da série “Toda Menina Baiana.....	137
Figura 18 - Shayres, uma das protagonistas da série “Toda Menina Baiana” .....	138
Figura 19 - “Inventar Pakapaka Pergunta” com Mara Gomez .....	142
Figura 20 - Imagem do estúdio com intervenção gráfica .....	143
Figura 21 - Imagem de vídeo explicativo - Inventar Pakapaka Pergunta.....	145
Figura 22 - “Inventar Pakapaka Pergunta” com Taty Almeida.....	146
Figura 23 – Cena da entrevista com Taty Almeida.....	148
Figura 24 - Cena de interação – Inventar Pakapaka Pergunta.....	149

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Episódios selecionados na série brasileira “Toda Menina Baiana” .....	23
Quadro 2 - Episódios selecionados na série argentina “Inventar Pakapaka Pergunta” ..	24
Quadro 3 - Temas – Episódio Andressa, série “Toda Menina Baiana” .....	134
Quadro 4 - Temas – Episódio Indígenas, série “Toda Menina Baiana” .....	138
Quadro 5 - Episódio Mara Gomez, “Inventar Pakapaka Pergunta” .....	144
Quadro 6 - Temas – Episódio Taty Almeida, “Inventar Pakapaka Pergunta” .....	149

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AMI	Alfabetização Midiática e Informacional
Anatel	Asociación Nacional de Televisión (Chile)
Ancine	Agência Nacional de Cinema (Brasil)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CNTV	Consejo Nacional de Televisión (Chile)
CONACAI	Consejo Asesor de Comunicación Audiovisual y la Infancia (Argentina)
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil)
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EBC	Empresa Brasil de Comunicação (Brasil)
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil)
Enacom	Ente Nacional de Comunicaciones
EPH	Encuesta Permanente de Hogares
FSA	Fundo Setorial do Audiovisual (Brasil)
GEPSI	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Sociologia da Infância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCAA	Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
LSCA	Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual, Ley nº 26.522
MLPI	Marco Legal da Primeira Infância (Brasil)
Midiativa	Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes
MinC	Ministério da Cultura (Brasil)
MiniCom	Ministério das Comunicações (Brasil)
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OCA	Observatório do Cinema e do Audiovisual (Brasil)
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Brasil)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Procult	Programa para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (Brasil)
RNPI	Rede Nacional pela Primeira Infância
SAv	Secretaria do Audiovisual (Brasil)
SeAC	Serviço de Acesso Continuado (Brasil)
SENAF	Secretaría Nacional de Niñez, Adolescencia y Familia (Argentina)
STF	Supremo Tribunal Federal
TODA	Televisión Digital Abierta
TIC	Tecnologias de informação e comunicação
TVE	Televisão Educativa (Brasil)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VoD	Video on Demand

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - EPISÓDIO-PILOTO.....	16
EPISÓDIO 1 - INFÂNCIA: HISTORICIDADE E DISPUTA DE SENTIDOS.....	27
<b>1.1 Infâncias e a dimensão de construção social</b> .....	32
<b>1.2 Aportes da Sociologia da Infância</b> .....	38
<b>1.3 Visibilidades das infâncias do Sul Global</b> .....	47
1.3.1 Infâncias argentinas.....	49
1.3.2 Infâncias brasileiras.....	53
EPISÓDIO 2 - CRIANÇA-AUDIÊNCIA E CRIANÇA-SUJEITO DE DIREITOS.....	58
<b>2.1 Infância e marcos de direitos – Argentina</b> .....	61
<b>2.2 Infância e marcos de direitos – Brasil</b> .....	63
<b>2.3 Participação infantil como direito, inclusive na TV</b> .....	65
<b>2.4 As telas em diálogo com marcos de direitos</b> .....	69
EPISÓDIO 3 - O AUDIOVISUAL PARA CRIANÇAS.....	74
<b>3.1 Inventar Pakapaka Pergunta – Argentina</b> .....	76
<b>3.2 Toda Menina Baiana – Brasil</b> .....	85
<b>3.3 Qualidade e valor social da TV infantil</b> .....	89
3.3.1 As telas em diálogo com os Estudos da Infância.....	92
3.3.2 Educação midiática e audiovisual.....	94
EPISÓDIO 4 - INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DO AUDIOVISUAL.....	102
<b>4.1 Na Argentina, mirada diversa e federal</b> .....	104
4.1.1 Ley de Medios.....	109
<b>4.2 No Brasil, de Xuxa a Luna</b> .....	112
4.2.1 Políticas de estímulo ao audiovisual - Brasil.....	118
EPISÓDIO 5 - TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA TV INFANTIL.....	124
<b>5.1 As vivências em “Toda Menina Baiana”</b> .....	132
5.1.1 Estrutura e personagens - Toda Menina Baiana.....	140
<b>5.2 O criar junto em Inventar Pakapaka</b> .....	141
5.2.1 Estrutura e personagens – Inventar Pakapaka Pergunta.....	149
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E OUTROS APONTAMENTOS.....	152
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A – CECÍLIA AMADO.....	174
APÊNDICE B – CIELO SALVILOLO.....	187

## INTRODUÇÃO - EPISÓDIO-PILOTO

“*En la tele no quieren mostrar personas en silla de ruedas, ni con anteojos, ni gordas*”, Logan, 10 anos, Tucumán (Bella Vista), Argentina, 2022<sup>1</sup>

O título desta tese é um duplo convite à reflexão e à construção conjunta de conhecimento. A pesquisa tratou, em estudo de casos, Brasil e Argentina, do contexto de políticas públicas do audiovisual, dos marcos normativos e de estudos sobre a infância e da comunicação que articulam ressignificações da TV infantil<sup>2</sup> sob incentivo público nos dois países. A pesquisa analisou o período que compreende principalmente a década de 20 deste século XXI, em arco temporal de importantes mudanças na política da comunicação e do audiovisual dos países em estudo. Nesse contexto emerge a abordagem de temáticas sociais contemporâneas em programas infantis<sup>3</sup> que dão visibilidade a questões que atravessam as infâncias latino-americanas, como discriminação racial, desigualdade social e preconceitos de gênero. Na disputa de sentidos em torno das fronteiras de direitos e de agência de meninas, meninos e adolescentes, os meios de comunicação são convocados como território de tensão, de imaginários sociais e reconhecimento do discurso complexo sobre as infâncias<sup>4</sup>.

O estudo de casos teve como *corpus* de pesquisa duas séries realizadas com recursos públicos. No Brasil, a produção audiovisual analisada foi a série documental “Toda Menina Baiana (TV Kirimurê, TVE-Bahia e Futura), que levou à televisão pública e comunitária a proposta de representar o cotidiano de adolescentes na passagem dos 15 anos de idade em perfis diversos na área rural e urbana do maior estado do nordeste

---

<sup>1</sup> “Na TV eles não querem mostrar pessoas em cadeiras de rodas, ou com óculos, ou gordas” (tradução nossa). Logan, autor da frase, fez parte da segunda formação do conselho de meninas e meninos de Pakapaka, o canal infantil público da Argentina, cuja produção audiovisual também está no corpus desta tese. O registro da atividade do conselho de que Logan participou está disponível em: [consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/nuestros-cuerpos-cuentan-manifiesto](http://consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/nuestros-cuerpos-cuentan-manifiesto). Acesso em 15 dez. 2022.

<sup>2</sup> Tal como compreende a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, considera-se neste trabalho a infância como o período de vida de todo ser humano com menos de 18 anos de idade. Nesse sentido, os termos “televisão infantil” e “audiovisual infantil”, citados ao longo desta tese, também se estendem a conteúdos voltados a adolescentes.

<sup>3</sup> Esta pesquisa adota a compreensão de Machado (2000) para programa como qualquer série sintagmática da televisão: na forma de peça única, série de capítulos definidos ou programação segmentada sem variação de blocos.

<sup>4</sup> Neste trabalho o termo audiovisual infantil e TV infantil são tratados como coincidentes, apesar de o audiovisual produzido para crianças não se restringir ao dispositivo de TV e se expandir largamente em potencial de mercado para exibição em serviços de *streaming*, plataformas de vídeo de internet e redes sociais. A presente pesquisa, entretanto, considera a convergência dos dispositivos e tem como universo de análise programas infantis que circulam tanto na TV pública quanto no digital.



brasileiro<sup>5</sup>. Na Argentina, a pesquisa examinou o contexto de produção e realização da série “*Inventar Pakapaka Pregunta*”, protagonizada por integrantes de “*Inventar Pakapaka*”, conselho de meninas e meninos criado pelo canal infantil público argentino para analisar e cocriar conteúdos da televisão.

O arco temporal de análise da pesquisa contemplou os anos 2010 a 2022, e abarca, também, mudanças em gestões de governo e o período da pandemia do Covid-19. O esforço de análise inclui o resgate desse cenário de contexto do audiovisual argentino e brasileiro no período analisado, para avaliar os efeitos das políticas de fomento na cadeia produtiva. O recorte de pesquisa enfocou o estudo de casos Brasil e Argentina pela importância da produção audiovisual dos dois países para a região latino-americana. Tanto o Brasil quanto a Argentina investiram em políticas de estímulo ao setor e em políticas públicas de comunicação mais fortemente desde o ano 2000, ainda que de formas diferentes e em estágios distintos de escala de mercado. No Brasil, políticas de editais e financiamentos culturais miraram no estímulo à produção nacional e na descentralização do setor, em período de franca expansão no mercado de produtoras independentes, principalmente em razão da chamada Lei da TV Paga<sup>6</sup>. Ainda que sem um projeto de política pública continuada de apoio específico ao audiovisual direcionado ao público infantil, o mercado nacional voltado a esse nicho foi impulsionado na esteira de uma série de fomentos à produção brasileira. O período também foi favorável para o escoamento da produção em janelas de exibição disponíveis aos conteúdos criados no País, como a TV Brasil (2007), o canal Globo, lançado em 2012 pela Rede Globo, e a TV Rá-tim-bum, inaugurada em 2004 pela Fundação Padre Anchieta<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> O Norte e o Nordeste do Brasil são regiões de grande vulnerabilidade social, concentram o maior número de estados com crianças e adolescentes com algum tipo de privação (alimentação, educação, renda etc.), segundo estudo do UNICEF sobre pobreza multidimensional elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua). Segundo o levantamento de 2019, 77,7% das crianças e adolescentes da Bahia estavam em alguma condição de privação.

<sup>6</sup> A Lei 12.485, também conhecida como “Lei da TV Paga”, entrou em vigor em setembro de 2011. Ao estabelecer cotas para a produção independente e para canais brasileiros no pacote das operadoras de TV por assinatura, esse marco legal surtiu grande efeito positivo para o mercado e para a cadeia produtiva audiovisual brasileira, com o aumento da produção nacional.

<sup>7</sup> Esse período também foi de criação de janelas de exibição em outros países da América Latina, tanto no setor público quanto no privado. No Equador, em 2014, entrou no ar o canal de televisão educativa Educa e em 2016, no Peru, estreou o primeiro canal cultural voltado ao público infantil e jovem. O contexto da pandemia do Covid-19 e a suspensão das aulas presenciais também estimularam a criação de novos canais públicos de TV com programação infantil. Em abril de 2020, foi criada a TV Educa Chile, de perfil infantil-familiar, resultado da iniciativa de canais de TV associados à Anatel, do Conselho Nacional de Televisão (CNTV) e do Ministério da Educação do Chile. O projeto da TV Educa Chile terminou com a gradual retomada da normalidade nos colégios e em agosto de 2021 foi lançado o NTV, canal cultural familiar da Televisão Nacional do Chile, criado de acordo com a Lei 21.085, que permite que a TVN tenha um canal secundário com conteúdos educativos e culturais. Também no contexto da pandemia, Bogotá criou em 2021 o canal Eureka, primeira TV pública infantil e juvenil da capital colombiana, dirigida a crianças de 6

Na Argentina, a democratização dos meios foi bandeira de políticas públicas contra hegemônicas implementadas de 2009 a 2015<sup>8</sup>. A aprovação em 2009 da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (Lei 26.522, conhecida como “*Ley de Medios*”) se tornou referência do debate latino-americano sobre a democratização da mídia e do papel das políticas públicas para a regulação de mercado e promoção de conteúdos locais. Entre os efeitos da “*Ley de Medios*” está a criação, em 2011, do *Consejo Asesor de la Comunicación Audiovisual y la Infancia* (CONACAI), formado por representantes de estatais nacionais, governos das províncias, sindicatos, associações da sociedade civil e universidades.

Pakapaka, o primeiro canal público de TV infantil da Argentina, foi criado neste período<sup>9</sup>. A declaração que abre esta seção de Introdução foi dada pelo menino Logan durante uma das atividades do conselho argentino “Inventar Pakapaka” para repensar as formas de representação visíveis na TV. “Na TV eles não querem mostrar pessoas em cadeiras de rodas, ou com óculos, ou gordas”<sup>10</sup>, pontuou o conselheiro infantil em uma das reuniões que culminaram na criação de um manifesto de “Inventar Pakapaka” sobre a representação dos corpos de crianças nos meios de comunicação. A atividade, que está abordada de forma mais detalhada no Episódio 3 desta tese e que teve desdobramentos em produção audiovisual da TV, acende questionamentos pertinentes sobre representações e preconceitos de gênero, padrões estéticos únicos e discursos estéticos hegemônicos. Com formas de abordagem diversas, ligadas aos seus contextos regionais e contingências de realização, muitos desses temas contemporâneos também são visibilizados na série brasileira “Toda Menina Baiana”, que abre a câmera para os depoimentos e vivências das adolescentes brasileiras nos seus cotidianos.

A escolha do *corpus* é justificada não só pela proposta dos dois programas selecionados, que levam à tela do audiovisual infantojuvenil temas contemporâneos e

---

a 16 anos de idade. Na TV paga, canais por assinatura voltados ao público infantil, como Cartoon e Discovery Kids e tantos outros especializados no segmento, além de serviços de *streaming*, como Netflix e HBO, também ampliaram a oferta de conteúdo infantojuvenil na região.

<sup>8</sup>Antes desse período, o percentual de programação infantil era muito reduzido. Crivelli (2020) faz referência a dados do Informe de Conteúdos da TV Aberta do *Comité Federal de Radiodifusión* (COMFER) de dezembro de 2009, segundo o qual a programação infantil estrangeira era totalmente norte-americana, com volume que superava a programação nacional em todas as regiões entre 35% e 50%.

<sup>9</sup>Pakapaka foi inicialmente criado como bloco infantil do canal generalista argentino de cultura, Encuentro. Em 2010 tornou-se canal próprio, com programação pública, sem publicidade, 24 horas dedicadas a crianças. As produções argentinas analisadas nesta pesquisa são conteúdos exibidos no canal Pakapaka.

<sup>10</sup> Tradução nossa.

problemáticas sociais<sup>11</sup>, mas porque são bastante representativos das políticas públicas das quais se originaram. Ambos foram produzidos com apoio de recursos governamentais. No caso do Brasil, “Toda Menina Baiana” foi contemplada em dois editais para exibição de conteúdo em televisão e assim foi possível produzir duas temporadas. A primeira temporada teve apoio do edital Arte na TV Ano II (2017), publicado pela Prefeitura Municipal do Salvador, por meio da Fundação Gregório de Mattos, com participação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). A segunda temporada foi contemplada no Bahia na Tela (2017), o maior edital de fomento já destinado à produção audiovisual brasileira. Lançado pelo Governo do Estado da Bahia, o edital foi de chamada pública para seleção de projetos para pré-licenciamento de produções audiovisuais independentes, seriadas e não seriadas de ficção e documentário, para exibição na TVE-Bahia. Resultado da parceria do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e da Agência Nacional de Cinema (Ancine), por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), em captação voltada à produção de conteúdos locais inéditos. Com as filmagens realizadas na Bahia (um dos requisitos do edital), paisagens, sotaques e conflitos, íntimos e sociais, atravessaram a representação das meninas ouvidas pelo documentário infantojuvenil.

Do lado argentino, a seleção de “Inventar Pakapaka Pregunta” se justifica pelo caso até então inédito de criação, em abril de 2021, de um conselho de meninos e meninas para colaborar com a gestão criativa de conteúdos da TV infantil. A primeira formação, de 2021, reuniu 16 crianças de 7 a 11 anos de idade e desde então o canal promove convocatórias anuais de crianças interessadas no projeto para renovar o conselho. A cada convocatória, critérios de formação do conselho foram sendo aperfeiçoados e a edição do conselho acompanhada até o fim desta tese, em 2023, foi composta por 21 crianças. As reuniões regulares (em sua maioria feitas por plataforma de videoconferência, mas com encontros presenciais anuais) têm forma de oficina, com brincadeiras lúdicas que convidam a participação em processos de cocriação de personagens, campanhas, videoclipes e temáticas para o desenvolvimento de conteúdos audiovisuais. A experiência se tornou emblemática na região e desde então já foram criados outros conselhos infantis

---

<sup>11</sup>As séries “Toda menina baiana” e “Inventar Pakapaka Pregunta” são produções infantis de não-ficção, realizadas em *live-action* (filmados com protagonistas/atores reais). A abordagem de temas contemporâneos poderia ser representada sob outras formas de realização, como em animações e em produções ficcionais. A diversidade de gêneros e formatos de produções com temáticas sociais para crianças no período é explicitada no Episódio 5 desta pesquisa. A não-ficção/documental infantil e a realização em *live-action*, entretanto, quando propõem o protagonismo de crianças e adolescentes, têm o potencial de abrir espaço de expressão e opinião pouco usuais nos conteúdos infantis de canais hegemônicos de TV.

de televisão, como o “Generación Eureka”, criado em novembro de 2021 pela TV Eureka, canal público de TV infantil e juvenil de Bogotá (Colômbia); o “Comitê de la Niñez”, da CNTV (*Consejo Nacional de Televisión*), do Chile, criado em abril de 2022; e o “Espaço TALi - Conselho de Meninos e Meninas da América Latina”, lançado em julho de 2023 para abranger canais de TV pública e organizações de distintos países da região que fazem parte da Red TAL – Televisión América Latina<sup>12</sup>.

Com dois casos bastante representativos, a hipótese do nosso trabalho foi a convergência de tensões e debates em voga em marcos regulatórios de direitos da infância, em demandas de movimentos sociais, gestões de governos e no meio acadêmico dos dois países no contexto da abordagem de temáticas contemporâneas no audiovisual infantojuvenil. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa qualitativa foi delinear, de forma transdisciplinar e complexa, o contexto de políticas públicas do audiovisual dos dois países no referido arco temporal, principais marcos normativos, estudos sobre a infância e debates vigentes em reflexões sobre a TV pública infantil, seus temas e representações.

Como objetivos específicos, a pesquisa traçou os seguintes pontos: (i) Levantar os principais marcos normativos sobre a infância e de estímulo à política audiovisual dos dois países no período; (ii) Abranger o contexto de criação dos programas selecionados, por meio da revisão de literatura e de entrevistas com realizadores audiovisuais; (iii) Abordar a relação entre as propostas dos programas audiovisuais e as políticas públicas de que são resultantes com a perspectiva de novos paradigmas da infância, da relação da infância com a mídia e do papel social dos meios de comunicação.

Com aspecto interdisciplinar, o eixo teórico desta pesquisa transversalizou temas dos Estudos da infância, dos direitos das infâncias e estudos da comunicação. Nesse sentido, o resgate historiográfico (ARIÉS, 1986; FREITAS, 1997; HEYWOOD, 2004; CLARKE, 2004; KUHLMANN, 1998; FERNANDES, 2012, KRAMER, 1998, 2006; POLLOCK, 1983; entre outros) contribuiu para identificar territórios de debate sobre o conceito de infância e suas bordas porosas ao longo do tempo. A pesquisa ainda abordou aportes de teóricos do campo dos chamados estudos sociais da infância, como Adrian James (2009), Chris Jenks (1994); Manuel Sarmiento (2008); Manuel Sarmiento e Manuel Pinto (1997); Jens Qvortrup (1997, 2010, 2011); Alan Prout e Allison James (2000);

---

<sup>12</sup> O Espaço TALi, da *Red TAL*, reúne, em encontros online, atualmente 42 meninos e meninas de sete a 14 anos, de 12 países e 22 canais de televisão e organizações, inclusive do Brasil (Canal Futura, TVE Bahia, TV Cidade de João Pessoa – Paraíba) e da Argentina (Canal Pakapaka).

William Corsaro (2011). A abordagem teórico-metodológica da Sociologia da Infância, que aprofundou no campo das Ciências Sociais os estudos da criança e do adolescente com especificidade de categoria geracional (AZEVEDO, BETTI; 2014), se tornou preponderante ao longo da pesquisa, para abarcar a visão complexa das infâncias como campo de construção e reconstrução cultural e o reconhecimento das crianças como sujeitos e atores sociais, não como objetos passivos de uma socialização determinada e só condicionada por instituições como a família, a escola, o Estado.

No campo da comunicação, aportes de teóricos de estudo dos meios eletrônicos, televisão e audiovisual, principalmente no que concerne à interação com o público infantil e o cenário latino-americano, como Fuenzalida (2005, 2008, 2016), Martín-Barbero (1987, 2000), Duek (2013) e Rincón (2011) contribuíram para a pesquisa. Os meios de comunicação, e sobretudo os meios audiovisuais, se confirmam como instâncias socializadoras. Sirota (2001), inclusive, critica a negligência de estudos sobre o peso do grupo de pares e dos meios de comunicação como instâncias de socialização para as crianças. As análises da socialização, para Sirota, devem ser “desescolarizadas”, e não podem ficar circunscritas às questões do ambiente escolar e das políticas públicas relacionadas a ele, como condenam os saberes da modernidade.

Nesta pesquisa, de análise qualitativa exploratória, adotamos como recursos metodológicos a realização de entrevistas (via plataforma de videoconferência) com produtores audiovisuais dos dois países, além da análise de produções audiovisuais brasileiras e argentinas, coleta de informações de divulgações institucionais disponibilizadas ao público pelos canais e produtores audiovisuais, análise dos contextos de produção e realização das séries brasileira e argentina, análise documental e revisão bibliográfica. Para atingir o objetivo principal de análise, foi adotada a estratégia metodológica de estudo de caso, como definido por Robert K. Kin (2001), relacionado a um fenômeno contemporâneo em tempo e espaço definidos. O instrumento de análise do estudo de caso “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (VENTURA, 2007, p. 384). A pesquisa não se comprometeu com generalizações comparativas entre realidades de produção audiovisual tão diferentes quanto a da Argentina em relação ao Brasil, a começar pela escala de mercado e de público. Buscou, contudo, examinar contrastes ou semelhanças na forma de concepção de infância que baliza a gestão de políticas públicas do setor.

A América Latina e suas histórias conectadas<sup>13</sup> desafiam parâmetros de comparação da pesquisa em países da região, e a perspectiva comparativa, como alerta Said (1990), cria flancos para a formulação de generalizações em representação etnocêntrica dualista e reducionista. Morlino e Sartori (1994) problematizaram o desafio da comparação e apontaram como opção possível a busca pela compreensão das realidades político-sociais por seus aspectos diferenciais e globalizantes. Por isso mesmo, esta pesquisa foi encaminhada pela análise de estudo de caso, que permitiu a indicação de problemáticas de cenários, a confrontação de desafios convergentes e divergentes entre os dois países na área do audiovisual infantil, e de suas escolhas de conceito e produção dentro de um mesmo arco temporal. Além disso, como atesta Sartori (1994, p.45), análise de caso e análise comparativa podem se converter em buscas complementares, que se reforçam entre si, por um estudo de caso “implicitamente” comparativo.

Esta investigação de doutorado é um aprofundamento da pesquisa desenvolvida no mestrado sobre elementos identitários latino-americanos na televisão pública infantil da Argentina e da Colômbia, que mapeou a representação de marcas culturais dos dois países em programas infantis televisivos, também emitidos para outras audiências da região (RESENDE, 2018). É também o resultado da minha observação-experiência (MEDINA, 2016) como jornalista na cobertura do Festival comKids – Prix Jeunesse Iberoamericano<sup>14</sup>, evento realizado no Brasil a cada dois anos para premiar produções audiovisuais infantojuvenis criadas em língua portuguesa ou espanhola. Ao passar a integrar a equipe organizadora do festival e a ONG MídiaTiva – Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes, também acompanhei o crescimento do mercado audiovisual infantojuvenil na região em termos de diversidade de mostras e produtoras independentes, tanto no Brasil quanto na Argentina no período do arco temporal. Concomitantemente, muitas das produções também eram fruto e gatilho de debates sobre direitos da infância - entre a proteção e o poder agência -, formas mais diversas de

---

<sup>13</sup> Em “Repensando a História Comparada da América Latina” (2005), Prado aborda a questão da pesquisa comparativa na área da História e das histórias conectadas da América Latina, indica situações sincrônicas semelhantes, como a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa, e depois a estadunidense, entre outras singularidades.

<sup>14</sup> O Festival comKids Prix Jeunesse Iberoamericano é a versão latina do Festival Prix Jeunesse Internacional, sediado em Munique, na Alemanha, e que a cada dois anos premia produções e promove o debate da qualidade criativa da TV infantil produzida no mundo.

representação das crianças nas histórias, protagonismo infantil e urgência da pauta da literacia midiática em tempos de predominância do consumo de telas.

Nesta pesquisa, a análise dos contextos de realização e produção dos programas audiovisuais infantojuvenis selecionados no *corpus* foi realizada a partir da seleção de fragmentos das obras selecionadas, entrevistas com as realizadoras e análise de divulgações institucionais. Da série brasileira “Toda Menina Baiana”, centrou-se nos dois primeiros episódios das duas temporadas, como apresentado no Quadro 1: (i) Episódio 1 da primeira temporada sobre a adolescente negra Andressa; (ii) Episódio 1 da segunda temporada sobre as adolescentes indígenas Ayana e Shayres.

Quadro 1 - Episódios selecionados na série brasileira “Toda Menina Baiana”

Episódios	Título	Sinopse da série	Canais de Exibição
Episódio 1 – Primeira Temporada (2022)	Andressa	Andressa e sua mãe sempre buscaram caminhos para combater o racismo. Foi assim que Andressa se lançou no mundo da moda, se tornando uma referência para sua comunidade e um símbolo da beleza negra.	TV Kirimurê / Canal Futura / Globoplay
Episódio 1 – Segunda Temporada (2022)	Indígenas	Ayana e Shayres são indígenas Pataxós de Santa Cruz de Cabrália. Ayana quer resgatar tradições de sua aldeia e ser jornalista. Shayres, da aldeia urbana de Coroa Vermelha, aprendeu com sua avó os valores da educação indígena.	TVE - BA / Canal Futura / Globoplay

Fonte: Elaboração própria a partir de dados divulgados pela produção e canais exibidores da série. (2023).

Episódio-piloto é o termo que designa o primeiro capítulo, dá o tom da produção e apresenta a série ao público. Geralmente serve de “protótipo” para realizar pesquisas de mercado e pode ser utilizado como peça de apresentação da produção para fins comerciais e captação de investimentos. A escolha do episódio-piloto da série para a análise, portanto, se justifica pela importância do capítulo para a compreensão do conjunto da obra, seus objetivos, propostas conceituais e estéticas.

Da série argentina analisada, “*Inventar PakaPaka Pregunta*”, enfocamos trechos dos dois primeiros episódios da primeira temporada<sup>15</sup>, como apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 - Episódios selecionados na série argentina “*Inventar Pakapaka Pregunta*”

Episódios	Título	Sinopse da série	Canal de Exibição
Episódio 1 Primeira Temporada Identidade (2022)	Mara Gómez: jogadora de futebol	Mara Gómez começou a jogar futebol aos 15 anos, de forma amadora. Quando atingiu a maioria e depois de mudar seu documento, se tornou a primeira jogadora transgênero a jogar na categoria máxima da Argentina, o campeonato da Primeira Divisão Feminina.	TV Pakapaka e canal de Youtube Pakapaka
Episódio 2 Primeira Temporada Identidade (2022)	Taty Almeida: docente e militante da organização não governamental “ <i>Madres de Plaza de Mayo</i> ”	Lidia Stella Miy Uranga, mais conhecida como Taty Almeida, é docente e ativista pelos direitos humanos.	TV Pakapaka e canal de Youtube Pakapaka

Fonte: Elaboração própria e tradução nossa a partir de dados divulgados pelo canal e por meios oficiais de comunicação. (2023).

Este trabalho não se propôs como estudo de recepção por parte do público infantil e, portanto, não foram realizadas consultas a crianças ou responsáveis. Ainda assim, em aproximação com os contributos teóricos que nossa pesquisa visibiliza, buscamos valorizar as expressões, falas, presenças de meninas e meninos brasileiros e argentinos representados nas telas dos programas *live-action* abordados, e de outras crianças preponderantes para reflexões desta pesquisa.

Tal como uma série audiovisual, esta tese é dividida em episódios, que apresentam eixos de reflexão. O Episódio 1 aborda a historicidade da infância, com os aportes teóricos dos Estudos da Infância, mudanças de paradigma no estatuto da criança e a disputa de

<sup>15</sup> Na segunda temporada, o ciclo de entrevistas feitas pelas crianças teve como tema a Democracia, para celebrar os 40 anos ininterruptos de período democrático na Argentina. Entretanto, a segunda temporada, não faz parte deste trabalho porque foi ao ar durante a finalização desta tese, em junho de 2023.



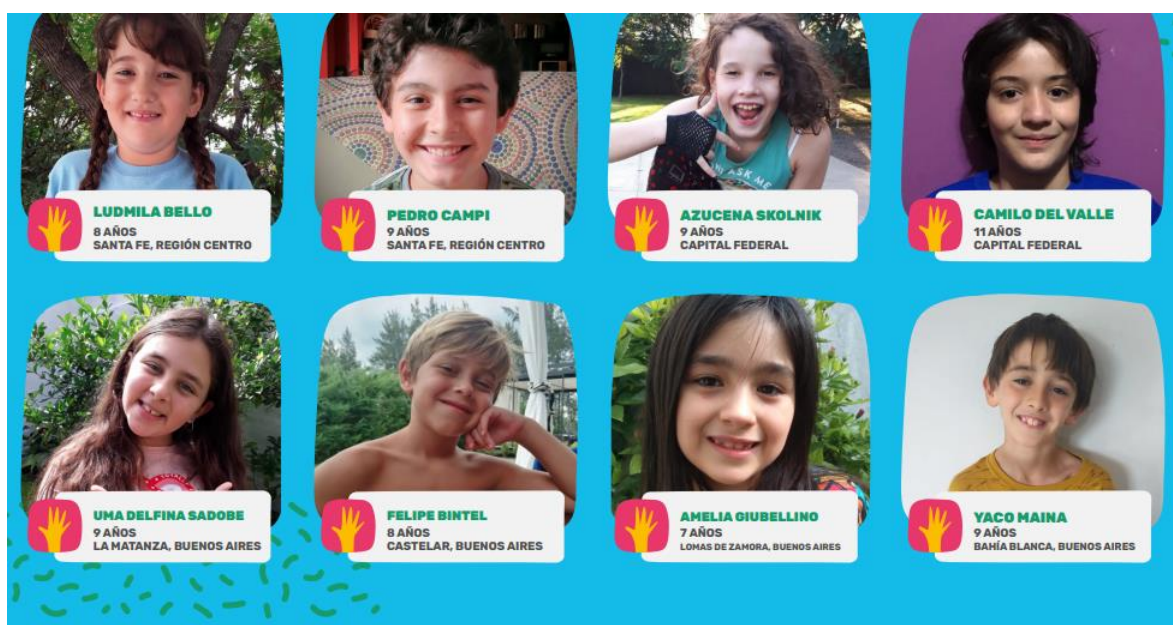
sentidos desse percurso, que inclui a perspectiva do sul global e suas visibilidades. O Episódio 2 tratou de mudanças no paradigma da infância em relação ao campo dos direitos. O Episódio 3 enfoca o campo do audiovisual produzido para crianças, com olhar às especificidades da TV argentina e brasileira, e o Episódio 4 levanta os marcos da política de democratização dos meios de comunicação e de estímulo ao audiovisual nos dois países. O Episódio 5 aborda programas infantojuvenis com temáticas e tensões contemporâneas exibidos ao longo do arco temporal da pesquisa no Brasil e na Argentina, em especial as produções da TV pública e as duas séries selecionadas como *corpus*.

Figura 1 - Imagem da abertura da série brasileira “Toda Menina Baiana”



Fonte: Divulgação da produção da série.

Figura 2 - Imagem de crianças da primeira formação (2021) de “Inventar Pakapaka”



Fonte: Divulgação<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/pakapaka-presentara-su-primer-consejo-de-ninos-y-ninas>. Acesso em 15 abr. 2021.

## EPISÓDIO 1 - INFÂNCIA: HISTORICIDADE E DISPUTA DE SENTIDOS

Esta madrugada mi cuenta de Twitter @franciscoactiv2 que es una de las herramientas a través de la cual hago pedagogía ambiental y climática y difusión de los derechos de los niños y niñas, fue bloqueada por la plataforma eliminándola por considerar que infringe las normas de límite de edad (13 años) pues sólo hasta dentro de 28 días los cumpliré. Aunque conozco las reglas, esa cuenta era supervisada por un adulto (mi mamá) y conozco muchos casos de niños y niñas que son actores, creadores de contenido y tienen cuentas verificadas es decir con el chulito azul en Twitter y que no son cerradas por la edad pues son niños menores incluso que yo. Sobre eso sólo quiero hacer una reflexión y es que me parece un poco mal que mientras reivindicamos los derechos de los niños en el discurso, cerramos los espacios de participación y difusión de sus voces. Al parecer sólo podemos ser escuchados en plataformas donde nos dediquemos a entretener pero no a pensar ni a elevar nuestras voces.<sup>17</sup>

Francisco Javier Vera Manzanares, então com 12 anos, Colômbia (2022).

Francisco Manzanares, autor desta postagem publicada em seu perfil na rede social Facebook em 20 de junho de 2022, completou 13 anos 28 dias após divulgar essa mensagem. Ativista ambiental da Colômbia, atualmente reside na Espanha porque precisou deixar seu país natal por ameaças de morte<sup>18</sup>. Francisco cresceu em Villeta e nessa localidade onde conviveu com a natureza e os animais, a menos de 100 quilômetros

<sup>17</sup> A postagem de Francisco cita o Twitter porque é anterior à mudança de nome da plataforma, que passou a ser chamada de X em julho de 2023. Tradução nossa: “Esta madrugada minha conta do Twitter @franciscoactiv2, que é uma das ferramentas pelas quais faço pedagogia ambiental e climática, e divulgação dos direitos de meninos e meninas, foi bloqueada pela plataforma, deletando-a por considerar que viola as normas de limite de idade (13 anos) porque só em 28 dias completarei esta idade. Apesar de conhecer as regras, aquela conta era supervisionada por um adulto (minha mãe) e conheço muitos casos de meninos e meninas que são atores, criadores de conteúdo, e têm contas verificadas, ou seja, com a marca de verificação azul do Twitter, e que não são fechadas pela idade, e são crianças ainda mais novas que eu. Sobre isso só quero fazer uma reflexão e é que me parece um pouco errado que enquanto reivindicamos os direitos das crianças no discurso, fechamos os espaços de participação e difusão de suas vozes. Aparentemente só podemos ser escutados em plataformas onde nos dedicamos a entreter, mas não a pensar ou a levantar nossas vozes”. Francisco conseguiu reaver a conta dias depois dessa postagem. Em 21 de abril de 2023 o Twitter implementou nova política de verificação de contas e a concessão do selo azul passou a ter custo, com cobrança de taxa para a maioria das contas de usuários. Postagem disponível: [facebook.com/106912584220630/posts/pfbid02ptGCieitSmLw5NJvpBiRtg1jpnATrU8tufshPNs5xAUnqKeigaQaF9WLKd3rjZGnl/](https://facebook.com/106912584220630/posts/pfbid02ptGCieitSmLw5NJvpBiRtg1jpnATrU8tufshPNs5xAUnqKeigaQaF9WLKd3rjZGnl/). Acesso em 20 jun. 2022.

<sup>18</sup> Francisco começou a receber ameaças desde os 11 anos de idade por mensagens de contas anônimas de plataformas de redes sociais. Ameaças de morte e perseguições violentas contra ativistas pró-meio ambiente são tragicamente comuns na região. A América Latina concentrou 68% das mortes de ativistas registradas no período de 2012 a 2021, em todo o mundo, segundo relatório da organização não-governamental *Global Witness*. Foram 1.733 assassinatos de defensores de direitos ambientais e fundiários contabilizados nessa década. O Brasil liderou a lista dos países com mais registros, com 342 mortes, seguido por Colômbia (322), Filipinas (270), México (154) e Honduras (117). Relatório disponível em <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/decade-defiance/> Acesso em 21 jun. 2022.

da capital Bogotá, fundou, aos 9 anos de idade, o movimento “*Guardianes por la vida*”. Com cartazes feitos à mão, o grupo inicial de seis crianças que aderiu ao movimento saía pelas ruas a recolher lixo e pedir por mais cuidado com o meio ambiente. Em dezembro de 2019, Francisco foi convidado a falar em uma sessão do Senado da Colômbia para pedir aos parlamentares por políticas em favor da vida e desde então o movimento só cresceu, reúne mais de 400 crianças e adolescentes de distintos países latino-americanos. Em 5 de junho de 2023, já radicado na Espanha e com 13 anos de idade, Francisco foi nomeado pelo UNICEF como o primeiro defensor juvenil do meio ambiente e da ação climática na América Latina e no Caribe.

Ao mobilizar crianças pela causa também ampliou o discurso em defesa dos direitos das infâncias e da participação social cidadã de meninos e meninas como bandeira de direitos humanos. Uma das ameaças de morte aconteceu em 15 de janeiro de 2021, após Francisco publicar um vídeo para reclamar ao governo colombiano por melhores condições de conexão à internet para as crianças que estudavam online durante a quarentena. A postagem de Francisco descrita no início deste episódio da tese envolve uma série de problematizações sobre segurança na internet, limites etários para exposição em redes sociais e responsabilização parental na mediação do uso infantil dos meios, sobretudo porque as ameaças de morte recebidas pelo adolescente foram feitas via digital. São tópicos agudos ainda em debate em vários países do mundo como apresentado em diversas perspectivas do campo do direito e/ou da comunicação e da participação infantil no meio digital em trabalhos como de Tomaz (2017), Henriques (2022), Livingstone (2018, 2021), Dino e Costa (2021), entre outros autores. Outrossim, a postagem de Francisco (@franciscoactiv2) questiona como as plataformas referendam certos perfis de crianças notórias e limitam outros, a depender do tema abordado nos discursos emitidos. Francisco admite que participava da rede social mesmo sem idade mínima adequada às regras da plataforma, entretanto critica o critério do Twitter, que suspendeu seu perfil ao mesmo tempo em que liberava – e até atribuía selo especial de verificação de conta – perfis da área do entretenimento:

(...) enquanto reivindicamos os direitos das crianças no discurso, fechamos os espaços de participação e difusão de suas vozes. Aparentemente só podemos ser escutados em plataformas onde nos dedicamos a entreter, mas não a pensar ou a levantar nossas vozes. (MANZANARES, 2022, tradução nossa).

Acompanhar a trajetória de Francisco, portanto, ademais da importância de sua defesa pelo meio ambiente, principalmente em denúncias sobre os efeitos práticos da crise climática, é observar as reações do mundo adulto à criança que fala, atua como ator político e desafia as fronteiras do lugar social da infância na disputa de sentidos sobre o seu papel na contemporaneidade.

Francisco é declaradamente inspirado pela ativista ambiental sueca Greta Thunberg, hoje com 20 anos de idade. Tal como Francisco, Greta despertou desde a infância para a causa ambiental. Em agosto de 2018, então com 15 anos, anunciou uma greve escolar para chamar atenção para a crise climática e protestou do lado de fora do prédio do parlamento sueco, como forma de pressionar os políticos do país nas proximidades das eleições gerais nacionais. A campanha, chamada “*Fridays for Future*” (Sextas-feiras pelo Futuro), era inicialmente um chamado à paralisação nas sextas-feiras e ganhou adesão de milhares de crianças pelo mundo em manifestações locais. Do microcosmo do protesto solitário ao decidir não frequentar a escola na Suécia até a conquista de prêmios e títulos internacionais pelo mundo, Greta foi pivô de ataques e discursos ambíguos de figuras públicas que, na maioria das vezes, desqualificavam a fala da adolescente pela diferença etária e pela “intromissão” em temas adultos e de ordem econômica.<sup>19</sup>

Inclusive no Brasil. Depois de Greta denunciar na Conferência do Clima (COP25), em Madri, o desmatamento ilegal e a morte de índios da etnia Guajajara no estado brasileiro do Maranhão, o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro reagiu com irritação em declaração de 10 de dezembro de 2019<sup>20</sup>: “(...) É impressionante a imprensa dar espaço para uma pirralha dessa aí. Uma pirralha”.<sup>21</sup> O estranhamento e rechaço

---

<sup>19</sup> Brasil e Argentina, os dois países centrais desta tese, foram denunciados formalmente por Greta Thunberg e outros 15 ativistas de 8 a 17 anos de idade, de diversas nacionalidades, na ONU em 23 de setembro de 2019. A denúncia se baseou na falta de responsabilidade para o cumprimento de metas do Acordo de Paris de 2015 como violação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, no entendimento de que a crise climática impacta direitos de desenvolvimento e saúde de meninos e meninas de todo o mundo. Também França, Alemanha e Turquia estavam entre os países denunciados como contaminantes e omissos na questão. Brasil, França e Alemanha consideraram a denúncia infundada porque nenhum Estado teria responsabilidade isolada em uma crítica climática global.

<sup>20</sup> Declaração de Bolsonaro (2019) em reportagem disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/12/10/greta-thunberg-e-pirralha-diz-bolsonaro-sobre-assassinato-de-indigenas-no-ma.htm> Acesso em 10 Dez. 2019.

<sup>21</sup> O termo “pirralha”, palavra de origem etimológica desconhecida, é usada como forma feminina de “pirralho”, que tem como sinônimos menino pequeno e guri. Geralmente utilizado como forma depreciativa para desqualificar crianças tidas como inadequadas. A forma como se nomeia sujeitos fala muito do que eles significam para as sociedades. Como ressalta Farah (2018), o modo semântico usado para classificar crianças está diretamente relacionado à compreensão que se tem sobre elas. Qvortrup (2011) aponta o uso frequente das metáforas “criança” ou “infantil” para caracterizar grupos minoritários, com a marca da

recorrentemente sofridos por Greta nessa trajetória de posicionamento como persona política e atuante em um fenômeno social grave como o da crise ambiental são simbólicos nesse cenário de intensas ressignificações da categoria social da infância contemporânea. Mazzetti e Freire Filho (2020) destacam os enquadramentos observados em reportagens e artigos de opinião publicados na mídia brasileira sobre Greta em 2019, ano em que ela foi eleita personalidade do ano pela revista Time. Os autores apontam como recorrente o tratamento da então adolescente como criança, como forma de desqualificar sua autonomia e expressão de ideia, principalmente a partir do lugar de idealização da infância feminina como de natural afabilidade. Além disso, as críticas emocionadas e veementes de Greta sobre a sociedade do consumo, situadas como expressões de raiva, foram tanto interpretadas como imaturidade quanto de expressão de clamor por justiça ambiental.

Francisco, Greta e tantas outras crianças fora dos holofotes da mídia, portanto, ajudam a mover aos poucos placas tectônicas. Desafiam lugares sociais muito diferentes da reverberada etimologia da palavra infância que configura, originalmente, aqueles que não podiam falar, do latim *fari*: dizer, falar, e de sua negação “*in*”. Também atravessa outra palavra latina, *fatum*, que significa destino, estado pré-determinado (GHEROVICI, 1999). Considerar inadequado o reconhecimento de crianças, como Greta e Francisco, como fonte de informação legítima da mídia e sujeito de competência de articulação social pela causa do meio ambiente é parte da miríade de significações que envolvem as infâncias como categoria social invisibilizada. A relação com os meios de comunicação exacerba essas tensões.

Sarmiento (2008), para quem “o sentido da Sociologia da Infância reside em última instância em compreender a sociedade, a partir do fenômeno social da infância”, destaca a contradição dos crescentes estudos sociológicos da infância ainda coexistirem com a invisibilização das crianças como atores sociais em muitos campos da ciência.

---

exclusão do status de participação na vida da sociedade, o que sinaliza a infância como categoria minoritária clássica.

Figura 3 - Post publicado por Francisco Manzanares em seu perfil no Facebook.

**Francisco Javier Vera Manzanares** · 21 de jun. de 2022 · 🌐

Esta madrugada mi cuenta de Twitter @franciscoactiv2 que es una de las herramientas a través de la cual hago pedagogía ambiental y climática y difusión de los derechos de los niños y niñas, fue bloqueada por la plataforma eliminándola por considerar que infringe las normas de límite de edad (13 años) pues sólo hasta dentro de 28 días los cumpliré.


Aunque conozco las reglas, esa cuenta era supervisada por un adulto (mi mamá) y conozco muchos casos de niños y niñas que son actores, creadores de contenido y tienen cuentas verificadas es decir con el chulito azul en Twitter y que no son cerradas por la edad pues son niños menores incluso que yo.

Sobre eso sólo quiero hacer una reflexión y es que me parece un poco mal que mientras reivindicamos los derechos de los niños en el discurso, cerramos los

espacios de participación y difusión de sus voces.

Al parecer sólo podemos ser escuchados en plataformas donde nos dediquemos a entretener pero no a pensar ni a elevar nuestras voces.

Ver tradução



**Francisco Javier Vera Manzanares**  
@franciscoactiv2 Te sigue

12 años. Activista 🌱 Embajador de Buena Voluntad de la @ueencolombia. Asesor infantil #ONU Mi libro en [planetadelibros.com.co](http://planetadelibros.com.co) Cuenta adm. x mi mam

[facebook.com/franciscoactiv...](https://facebook.com/franciscoactiv...)

📅 Se unió en febrero de 2020

5.368 Siguiendo 88.107 Seguidores

Fonte: Perfil de Francisco Manzanares na rede social Facebook.

## 1.1 Infâncias e a dimensão de construção social

Analisar como os temas contemporâneos – e suas tensões sociais - passaram a ventilar sobre os conteúdos dirigidos a crianças implica em buscar compreender o percurso de mudanças que marcaram as últimas três décadas em ciências humanas e sociais e a compreensão sobre as infâncias como fenômeno social. A esta tese interessa refletir sobre o percurso deste conceito em marcos sociais pertinentes no Ocidente, mas sem a visão positivista de genealogias estanques e de pontos de origem absolutos que não consideram dinâmicas históricas e seus paradoxos.

Pela obra seminal *História Social da Criança e da Família* (1986)<sup>22</sup>, marco teórico do campo, de autoria do historiador francês Philippe Ariès, que perpassa costumes e mudanças sócio-históricas que moldaram a infância ao longo do tempo, atesta-se a visibilidade das crianças como construção social e objeto de investigação. A partir, sobretudo, de imagens iconográficas, Ariès indica que a duração da infância, o sentimento de infância, a observância da fragilidade das crianças, o amor dos pais aos filhos, e tantas outras circunstâncias, contextos e contingências que podem circundar o universo infantil, a família e a juventude são construções resultantes de condições históricas que fazem emergir novas perspectivas sobre o conceito de infância na idade moderna. Foi apenas a partir dos séculos XVII e XVIII, com o avanço da burguesia, da sociedade industrial e uma revolução de costumes inerentes a ela, que a infância passou a ser objeto de preocupação específica das famílias.

Antes, na configuração feudal da Idade Média, Ariès constata a ausência do “sentimento de infância”, ou seja, a inexistência da compreensão da particularidade da infância. Como resume Qvortrup (2014), era uma sociedade com crianças presentes, de forma abundante, mas elas não constituíam uma categoria conceitual, geracional, o que tornava a infância invisível como grupo determinado, de necessidades específicas (2014, p. 27).

Na obra de Ariès, até o século XII a pesquisa iconográfica indica pinturas em que as crianças são representadas com morfologia de adulto, como um adulto em miniatura, com trajes e costumes da sociedade dos adultos. O autor aponta a ausência da representação de infância na arte medieval, até essa época, como indicativo da falta de um tratamento diferenciado, o que não indicaria necessariamente maltrato, mas falta de

---

<sup>22</sup> Versão brasileira traduzida da edição de *L'Enfant et la vie familiale sous L'Ancien Régime*, das Editions de Seuil, Collection Points, Série Histoire, 1973.



reconhecimento da importância dessa fase de vida. A distinção na representação mais diversa da criança só seria visível após o século XIV, em imagens nas quais as crianças se diferenciavam dos adultos pelo vestuário. A “descoberta da infância” teria começado no século XIII, com maior desenvolvimento de representação na iconografia nos séculos XV e XVI e avanços significativos no século XVII, quando os retratos de crianças sozinhas se tornaram mais comuns, e os retratos de família passaram a incluir meninos e meninas no centro da composição.

O detalhe dos trajes das crianças – ou melhor, a falta de distinção deles - também indicaria a indiferença que marcou o período até o século XIII. As roupas denotavam traços de hierarquia social, não de idade. A condição social era mais determinante na representação.

Ariès destaca que a duração da infância na sociedade tradicional feudal era limitada ao período mais frágil da criança. Nos primeiros anos de vida, havia o que o autor chamou de tempo da “paparicação”, quando os adultos brincavam e se divertiam com o novo ser. É o que o historiador designa como “sentimento superficial da criança” (1986, p. 10), que parte das famílias em relação a crianças pequenas, sem grandes marcas afetivas e grande comoção.

Tão logo alcançasse autonomia para cuidados individuais, aproximadamente aos sete anos de idade, a criança pequena começava a partilhar trabalhos e jogos com adultos. A etapa da juventude, segundo o historiador, não era vivida na Idade Média. A fase de passagem entre o mundo das crianças e dos adultos não se configurava na civilização medieval. Se sobrevivesse aos primeiros anos de vida, poderia passar a viver em outra casa, de outra família, em vida coletiva para a prática de aprendizagens, sem espaço para a intimidade. As crianças, segundo Ariès, viviam em uma espécie de anonimato. A morte de um menino ou menina poderia causar comoção em alguma medida, mas logo a perda seria substituída por outro nascimento. Até o fim do século XVII o infanticídio, apesar de prática não abertamente aceita, era praticado correntemente em segredo, muitas vezes sob a versão de morte acidental. No século XVII, atribuiu-se mais respeito pela vida da criança. A preocupação e as necessidades só teriam mais lugar na família moderna e a educação teve papel preponderante nessa mudança de perspectiva.

Ainda que mais moralistas do que humanistas, reformadores como eclesiásticos e juristas passaram a reconhecer a importância da educação reservada a crianças e jovens. Ariès assinala a mudança de perspectiva no reconhecimento da infância: “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um

regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 1986, p. 277). Além da escola e dos internatos para a transmissão de saberes e valores, a ressignificação das famílias – até então como instituição para transmitir nomes e bens - também teve função importante para essa virada, de ordem moral para a formação das crianças e preparação para a vida. Se o primeiro sentimento da infância, segundo Ariès, da fase da “papuricação”, surge no seio da família, o segundo se relaciona fora dela, advém de eclesiásticos, moralistas e ordenadores do meio legal preocupados com a disciplina e os costumes principalmente no século XVII (1986, p.163).

Esse novo lugar da criança nas sociedades industriais foi rastilho para distintas transformações e reorganizações na sociedade, entre elas o sentimento moderno de família e a intimidade, privatização da vida familiar. Ariès identificou, no fim do século XVII e início do XVIII, sinais de retração da família, mais longe da vida coletiva e mais protegida na independência dos cômodos das casas em uma nova organização dos espaços de vivência. A família ganha contornos de espaço de afeição e função socializadora. A criança é retirada do anonimato, confere-se maior respeito à vida infantil e a relação mãe-criança, estampada em retratos do Renascimento, ilustram esse novo estado das coisas. A infância desimportante passou à condição de fragilidade, com impacto na cultura de cuidados. O sentimento de infância identificado no século XVII remarca a tendência da iconografia religiosa, na qual a criança ganha importância, na devoção do anjo da guarda, na religião para crianças e de seus ritos ou na representação da santa infância. A concepção moral da infância, na atribuição de valores quanto a sua fraqueza, inocência e pureza elevava a educação como obrigação necessária, na percepção da criança como indivíduo de necessidades próprias, que demanda cuidados<sup>23</sup>.

A leitura de Ariès é tida como referência na história da infância ocidental, mas é criticada por alguns autores que problematizam a ideia de infância como um advento europeu do século XVII. Pollock (1983) rechaçou a definição de um padrão de

---

<sup>23</sup> A apreensão da imagem infantil como pura e naturalmente boa e inocente de Rousseau (1712-1778), em *Emílio* (1762), corrobora para a necessidade de formação do homem e a importância da educação para a criança. Também o filósofo inglês John Locke (1632—1704) e a ideia da mente infantil como *tábula rasa* e página em branco que poderia ser preenchida pela experiência, como raiz do desenvolvimento da criança, reforçou a concepção romântica de infância. O psiquiatra austríaco Freud (1856-1939), considerado o fundador da psicanálise, diverge dessas visões ao defender que a criança tem dispositivos próprios de enfrentamento psíquico e instintivos que a distanciam da concepção de *tábula rasa*. Além da perspectiva da infância atrelada à inocência ou o bom selvagem, outras posturas adquiridas ao longo do tempo diante dessa categoria geracional merecerem ser citadas: o ser carente e a criança dotada de direitos, considerada sempre como social. A ideia de criança carente, que necessita de controle e disciplina, predominou até o século XIX e em parte do século XX. A visão da criança como sujeito de direitos sociais se estabelece no século XX.

indiferença que teria caracterizado a infância até o século XVII e questionou as fontes históricas e processos investigativos da obra, como a dedução pela iconografia. A autora utiliza diários e autobiografias escritas de 1500 a 1900 para apresentar a leitura crítica a Ariès e ressalta importância de investigar a relação pais-filhos ao longo da história na valorização das vivências e do registro das experiências. Assim, faz parte da corrente de pesquisadores que ateste o reconhecimento da infância e da adolescência antes do marco temporal traçado pelo historiador francês, ainda que em termos e concepções diferentes dos atuais. Pollock (1983) também questiona a indicação de que a criança tenha recebido punições mais severas na medida em que foi sendo diferenciada dos adultos. E contestou a afirmação de que a alta mortalidade de crianças à época justificasse a falta de empenho emocional dos pais: “Se a alta taxa de mortalidade infantil explica a indiferença dos pais para com seus filhos, por que essa indiferença não continuou enquanto a alta taxa de mortalidade infantil prosseguiu?”<sup>24</sup> (Pollock, 1983, p. 25, tradução nossa). Apesar dos questionamentos e da falta de concordância sobre a modernidade como linha de mudança no tratamento das crianças, ou sobre os efeitos da emergência do conceito de infância, a autora consente que há muitas convergências de interpretação entre os pesquisadores.

Também Colin Heywood (2004) considerou insuficientes os indícios de que o sentimento de infância seja próprio de algum período da história e aponta como importantes aspectos cíclicos ambiguidades e pluralidades nas experiências de infâncias. Critica a visão de linha evolutiva linear traçada por Ariès (1986), que teria uma infância específica para cada época, mas, segundo Kuhlmann Jr. (2005) bem observou, Heywood também não contemplou o hemisfério sul na síntese cultural da infância na história ocidental. De todo modo, Heywood (2004) reconhece, como Ariès, marcos da história cultural da infância. Clarke (2004) também faz ressalvas à conclusão de que a infância não existia antes do século XVII, e sintetiza as críticas à perspectiva de mudança sobre o sentimento de infância que chegou à modernidade, alteração da chave da indiferença e neutralidade para a da alta valorização da infância no século XX. Segundo os críticos, a distinção entre crianças e adultos, portanto, e todos os efeitos dessa concepção, não seriam específicos das sociedades industriais. Apesar das ressalvas, Clarke admite como cuidadosa a visão geral de Ariès, por exemplo sobre as transformações sociais que tornaram a família na instituição que atende a necessidade de seus integrantes, sobretudo as crianças, não só do ponto de vista prático e das necessidades econômicas, mas no

---

<sup>24</sup> Original: *If the high infant mortality rate explained the indifference of parents to their Offspring, why did this indifference not continue for as long as the high infant mortality rate continued?* (Pollock, 1983, p. 25).

aspecto da afeição. A infância romantizada com foco na criança e na educação, restrita à aristocracia e às novas classes médias, se contrastava com a realidade de pobreza e exploração das grandes massas do oeste europeu pelo impacto da industrialização<sup>25</sup>, segundo Clarke (2004), para quem essa contradição foi dominante no pensamento sobre a infância ao longo do século XIX e acabou por basear ações filantrópicas e campanhas contra o trabalho infantil e abrir reflexões sobre o *Welfare State* que seria mais desenvolvido no século XX ou “o século da criança”, como descrito por muitos autores, por ser marcado pela redução no tamanho das famílias, pelo declínio da mortalidade infantil, queda do trabalho infantil, aumento da escolarização e pela maior atenção à prole.

O desenvolvimento de campos de estudos científico próprios para a infância, como o crescimento da Psicologia, também é um desses indicativos, e as teorias do desenvolvimento infantil abrem os caminhos para legislações pelos direitos das crianças<sup>26</sup>. A responsabilidade pelo bem-estar de meninos e meninas deixa de se limitar às famílias e passa a ser também responsabilidade do Estado o provimento de educação e necessidades básicas, seja por interesses nacionais e razões estratégicas frente a nações rivais ou pela valorização do processo educativo e do discurso pedagógico para o desenvolvimento de futuros cidadãos e a formação do homem moderno. Clarke (2004), portanto, considera válida a conclusão de Ariès e seus adeptos sobre a noção de infância como invenção da modernidade, ainda que evidencie que essas mudanças – difusão da ideologia da família centrada na criança, do ensino obrigatório universal e da preocupação com políticas de bem-estar - tenham atingido o Ocidente mais rico e mesmo nesses países não deu fim à exploração e abusos infantis. Em grande parte dos países em desenvolvimento, onde a vulnerabilidade social é mais acentuada<sup>27</sup>, essa contradição se torna ainda mais evidente, como veremos no tópico 1.3.

---

<sup>25</sup> Clarke (2004) reforça que o trabalho infantil não foi apenas um efeito acidental das sociedades industriais, e sim força estrutural do período. As crianças eram tidas como mais flexíveis, dóceis e de baixo custo que os trabalhadores adultos. Para as famílias desfavorecidas, eram um reforço no orçamento doméstico. O trabalho árduo infantil das crianças separadas das famílias pela exploração econômica contrastava com a idealização das infâncias.

<sup>26</sup> A consolidação da estrutura constitucional da sociedade moderna dos Estados foi sedimentada principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, mas se desenvolveu ao longo do século XX, com a criação de organizações multilaterais e normas internacionais (FAÇANHA, 2011). Como Bobbio (1992, p. 13) ressalta: “não existem direitos fundamentais por natureza”. Eles são fruto de condições históricas, de determinadas civilizações, épocas e culturas.

<sup>27</sup> Relatório da América Latina e do Caribe divulgado pelo Unicef em maio de 2022 aponta em perfil estatístico de violência na região que quase duas crianças em cada três meninos e meninas de 1 a 14 anos de idade sofrem disciplina violenta doméstica. Segundo o relatório, a violência contra criança é motivada por normas sociais negativas, questões de gêneros, desigualdades, insegurança, migração e crises humanitárias. A taxa de homicídios de crianças e adolescentes (12,6 por 100 mil) é quatro vezes maior que

O debate sobre o conceito de infância expresso nesta seção da tese destaca a arena intelectual no contexto europeu urbano - sobretudo na região ocidental do continente -, a partir da obra basilar do campo, de autoria do historiador francês Ariès, e de críticos do trabalho publicado em 1960. O próprio Ariès acolheu algumas críticas e fez uma revisão no prefácio da segunda edição de “História Social da Criança e da Família”. Ressalvou à questão da origem, sobre quando teria começado a mudança na concepção de infância das sociedades tradicionais às industriais. Segundo ele, teria sido “a partir de um certo período” e “em todo caso, de uma forma definitiva e imperativa a partir do fim do século XVII.” (1986, p.11):

Se tivesse que escrever este livro hoje, eu me precaveria melhor contra a tentação da origem absoluta, do ponto zero, mas as grandes linhas continuariam as mesmas. Levaria em conta apenas os dados novos, e insistiria mais na Idade Média e em seu outono tão rico. (ARIÈS, 1986, p. 17).

Borba, Lopes e Vasconcelos (2020) destacam, dentre as críticas, que o reconhecimento da infância como fase particular e diferente em relação ao mundo dos adultos foi vivenciado em outros espaços e tempos. Também em outras cosmovisões. A distinção é encontrada desde a Antiguidade, como destaca Sarat (2005) pelas evidências de indícios do período acerca de cuidados especiais com as crianças. Sarat (2005) cita como a infância foi tema de Platão como período de falta de racionalidade, e como Santo Agostinho abordava a infância como um período de transição, um “mal necessário”. Kuhlmann Jr. e Fernandes (2012) fazem referência a uma exposição do Museu do Palácio Nacional de Taiwan com registros de representações de infância da China Imperial. Segundo os autores, durante a dinastia Sung (anos de 960—1279), inclusive, foi desenvolvido o gênero de pintura *children at play*, com trabalhos de captação de atividades e brincadeiras de crianças. Na América Latina, Castillo-Gallardo (2015) aponta a importância da relação com meninos e meninas como indício de diferenciações materiais e simbólicas entre castas e classes desde a época pré-hispânica<sup>28</sup>. Por outro lado, apesar das lacunas e divergências apontadas por críticos, Borba, Lopes e Vasconcelos (2020) salientam como o reconhecimento da ideia de infância como uma construção social e histórica emergiu como convergente e fundamental em várias áreas como a

---

a média global (3 por 100 mil). Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/en/reports/statistical-profile-of-violence-against-children-in-latin-america-and-caribbean> Acesso em: 20 dez. 2022.

<sup>28</sup> A abordagem sobre os Estudos da Infância na América Latina é referenciada na subseção 1.3 desta tese.

Psicologia, a Sociologia da Infância, a Geografia da Infância e a Antropologia da Infância. Destarte, não há narrativas únicas para a infância e seus deslocamentos. Como veremos ao longo da tese, esse percurso de mudanças de paradigma também repercute nas obras do audiovisual dirigido a crianças.

## 1.2 Aportes da Sociologia da Infância

*¿Por qué los adultos siempre nos están diciendo que tenemos que hacer?*<sup>29</sup>

Victoria Del Valle Artesi, Buenos Aires, Argentina (2022).

Victoria, a menina que faz essa pergunta no episódio *Sol Despeinada*, do programa infantil de entrevistas “Inventar Pakapaka Pregunta”<sup>30</sup>, da TV pública infantil argentina Pakapaka, tem 8 anos. A série será apresentada ao longo desta tese, mas a inserção desta pergunta em um programa infantil de televisão contribui para ilustrar um tema muito refletido nos estudos da infância, na interação da infância com outras categorias geracionais e suas relações de poder.

*Sol Despeinada* é o nome pelo qual ficou conhecida a médica argentina Sol Ferreyra, docente de Medicina da Universidade de Buenos Aires, comunicadora, feminista e ativista, que difunde com humor e leveza conhecimentos sobre feminismo e questões de saúde sexual e reprodutiva em redes sociais e em uma coluna de rádio.

À pergunta de Victoria, Sol Despeinada respondeu:

Hay un concepto que se llama adultocentrismo. O sea, la palabra del adulto, que viene del adulto, digamos, e centrismo, de que todo se centra – o que el foco principal - son los adultos. Los adultos son quienes dirigen, son quienes toman decisiones. Estaría buenísimo que los adultos empecemos a preguntarle más a las infancias y a las adolescencias qué quieren hacer, que les gustaría, como tomar en cuenta su opinión para tomar una decisión que nos guste a todos y a todas, no? (FERREYRA, 2022<sup>31</sup>).

<sup>29</sup> Por que os adultos estão sempre nos dizendo o que temos que fazer? (Tradução nossa).

<sup>30</sup> O episódio “Sol Despeinada” foi selecionado como finalista do Festival comKids Prix Jeunesse Iberoamericano 2023 na categoria não ficção dirigida ao público de 7 a 10 anos de idade.

<sup>31</sup> Trecho da entrevista concedida no episódio “*Sol Despeinada*”, da série *Inventar Pakapaka Pregunta*. “Existe um conceito que se chama adultocentrismo. Ou seja, a palavra do adulto, que vem do adulto, digamos assim, centrismo - de que tudo se centra - que o foco principal são os adultos. Os adultos são quem lideram, são eles que tomam as decisões. Seria ótimo se os adultos comessem a perguntar mais para as crianças e as adolescências o que elas querem fazer, o que gostariam, como levar em conta a opinião deles para tomar uma decisão que todos e todas nós gostamos, não?” (Tradução nossa) Episódio disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLUEOclka94>. Acesso em 17. Mar. 2023.

Victoria assente: “Sí!”. A entrevista não se aprofundou no tema, o formato do programa é de um pingue-pongue de assuntos variados, que mesclam questões pessoais – sobre a infância dos entrevistados, medos, interesses, curiosidades, vocação etc. – com questões contemporâneas. Mas a expressão do conceito do adultocentrismo<sup>32</sup> e da necessidade de escuta das crianças deu vazão à visibilidade de tensões geracionais com o grupo dominante dos adultos, em perspectivas que tocam diretamente as duas dimensões da infância como objeto de estudo da Sociologia da Infância: (i) infância como categoria social socialmente construída de forma estrutural na relação com outras categorias geracionais; (ii) e crianças como atores sociais de suas vidas, do seu entorno e sociedade (SARMENTO, 2008).

Figura 4 - Peça de divulgação do episódio “Sol Despeinada”.



Fonte: Divulgação do canal de Youtube de Pakapaka.

<sup>32</sup> Coutinho (2016) situa a utilização do termo “adultocentrismo” no Brasil já na metade da década de 1970 pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg, para contestar a centralidade de poder no adulto.

O reconhecimento da infância como categoria social deu-se apenas no último quarto do século XX.<sup>33</sup> Sarmiento (2008) ressalta que a análise da infância “em si mesma”, que considera as dimensões estruturais e interativas da infância, é assim recente e se formula não só como o estudo das crianças, mas como da realidade social em que ela se insere: “Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente da disciplina” (SARMENTO, 2008, p.19).

O desenvolvimento do novo campo epistemológico de construção científica do objeto social infância recodificou as bases de estudos que durante séculos se situaram na subalternidade em relação aos adultos, com crianças não consideradas como seres sociais de direito pleno, excluídas do discurso social. Segundo Sarmiento, vistas como seres “em trânsito” para a vida adulta, de um estatuto pré-social. A invisibilização se robusteceu ainda mais na privatização da infância, que afasta as crianças da esfera pública e estimula a restrição a espaços privados sob os cuidados das famílias e/ou de instituições sociais. Ao decantar o entendimento de meninos e meninas como atores sociais e seres sociais plenos, o campo de estudo pôs em xeque a percepção da criança em “vias de ser”, na imagem dominante da infância como incompleta, dependente, como agente passivo da socialização, e consequente estado de ocultamento. Em síntese o paradigma da investigação sociológica da infância tem seis aspectos fundamentais (PROUT, JAMES, 1990): (i) a infância como construção social; (ii) a infância como variável de análise social; (iii) o estudo das relações das crianças e as suas culturas por seu próprio direito, com seu próprio universo de referência, e não pelos conceitos dos adultos; (iv) crianças como atores de suas próprias vidas sociais e dos contextos em que vivem; (v) valorização dos métodos etnográficos para o estudo da infância; (vi) novo paradigma de reconstrução da infância na sociedade.

A abertura de novos caminhos de trabalho científico é multicausal e complexa. Pinto e Sarmiento (1997) destacam a entrada mais frequente das crianças e da infância nas agendas políticas e na pauta da mídia como sinal de relevância da infância no fim do século XX. Sarmiento (2008), entretanto, evidencia três motivos pertinentes dessa virada teórica e conceitual em razão de novas circunstâncias da inserção social da infância. Entre

---

<sup>33</sup> Sarmiento (2008) indica que a análise da infância como categoria social do tipo geracional se intensificou na década de 90 do século XX, mas a consideração da infância como “geração sobre a qual os adultos realizam uma ação de transmissão cultural (...)” remonta à teoria da socialização, de Emile Durkheim.



eles, a atribuição de maior importância das crianças na sociedade contemporânea - ainda que isso incida mais no aspecto do reconhecimento do que na ordem de prioridade -, já que há um mercado imenso de produtos a servir demandas de consumo da infância. Além disso, cresceu o contingente de trabalhadores que atuam com crianças (o que mobiliza mais pessoas em torno dos cuidados e da educação a elas) e, por outro lado, a redução no número de crianças na sociedade, em razão da mudança no perfil das famílias e do tamanho da prole. Com menos nascimentos, cresce a preocupação com esse grupo etário em relação ao desequilíbrio demográfico, na sustentação da estrutura da Previdência, e no rendimento das famílias. O reconhecimento da criança como participante ativo na sociedade se basearia ainda, segundo Qvortrup (2011), pela divisão de trabalho ocupada por elas - no trabalho escolar conectado ao mercado de trabalho -, e pela influência da infância nos planos de vida dos pais, tanto na ordem social quanto econômica. Além, claro, de afetarem seus entornos e, também, serem afetadas por eles.

Jens Qvortrup (2011) sintetizou “Nove teses sobre a infância como fenômeno social”, no estudo de 1993. De aspecto complementar aos postulados de Alan Prout e Allison James - apesar de apresentar ênfases diferentes -, as teses centram atenção na relação da infância ante a relação estrutural econômica, social e política da sociedade. A seguir, as contribuições, tal como descrito pelo autor:

Tese 1 - A infância é uma forma particular e distinta em qualquer estrutura social de sociedade;

Tese 2 - A infância não é uma fase de transição, mas uma categoria social permanente, do ponto de vista sociológico;

Tese 3 - A ideia de criança, em si mesma, é problemática, enquanto a infância é uma categoria variável histórica e intercultural;

Tese 4 - Infância é uma parte integrante da sociedade e de sua divisão de trabalho;

Tese 5 - As crianças são coconstrutoras da infância e da sociedade;

Tese 6 - A infância é, em princípio, exposta (econômica e institucionalmente) às mesmas forças sociais que os adultos, embora de modo particular;

Tese 7 - A dependência convencional das crianças tem consequências para sua invisibilidade em descrições históricas e sociais, assim como para a sua autorização às provisões de bem-estar;

Tese 8 - Não os pais, mas a ideologia da família constitui uma barreira contra os interesses e o bem-estar das crianças;

Tese 9 – A infância é uma categoria minoritária clássica, objeto de tendências tanto marginalizadoras quanto paternalizadoras;

As formas dessa interação com o mundo social dos adultos também são fruto de debate preponderante para o campo. O sociólogo estadunidense William Corsaro (2011) demarca a distinção da tese da “reprodução interpretativa” em contraposição à de “reprodução passiva”, ao ponderar que os estímulos dessa integração – no contato com crenças, valores, e condutas – são interpretados para a transformação das formas sociais, também operada pelas crianças a partir das suas próprias práticas.

O caráter histórico e social (não-natural) da categoria infância reivindicado pelos postulados da nova Sociologia da Infância estabeleceu diferenciações significativas face a concepções presentes principalmente em obras como a de Piaget, que propôs a teoria dos quatro estágios de desenvolvimento cognitivo (Estágio de inteligência sensório-motora, dos 0 a 2 anos de idade; pré-operacional, dos 2 aos 7 anos; operacional concreto, dos 7 aos 11/12 anos; e operacional formal ou abstrato, dos 12 aos 16 anos de idade). O modelo construtivista destaca fatores biológicos e sinaliza que as etapas podem ser estimuladas pela ação dos adultos para a aquisição de competências sociais. Piaget é um dos expoentes da psicologia do desenvolvimento, que pretende medir as mudanças apresentadas pelos indivíduos ao longo da vida e legitima teorias e conceitos sobre aspectos evolutivos da infância e da adolescência, de ordem cognitiva, afetivo-emocionais, psicomotores, sociais etc. Souza (2000) aponta, entretanto, que ao segmentar e classificar as fases do crescimento como etapas e estágios, essas teorias desenham enquadramentos de um discurso desenvolvimentista que molda a experiência da criança, de acordo com características pré-estabelecidas. O efeito negativo dessa abordagem evolucionista, segundo a autora, é legitimar cientificamente juízos de valor como dados objetivos do desenvolvimento humano. Para Sarmiento (2008), o modelo construtivista, expresso na linha de Piaget, não considera as crianças como “co-construtoras das realidades sociais”, e as concepções sociológicas contrastam com as “biologizantes, desenvolvimentistas, individualistas e abstratizantes” visões da noção de criança<sup>34</sup>.

A concepção da infância como tempo de estágios transitórios e passagem para a vida adulta corrobora com a ideia de infância com “qualidade de menoridade” (SOUZA, 2000). Condicionada pela relação com outras categorias geracionais – pela dependência e relação assimétrica de poder com os adultos -, a posição da infância é de subalternidade

---

<sup>34</sup> Em caminhos epistemológicos distintos de Piaget, o psicólogo histórico-cultural russo Lev Vygotsky destaca a importância dos contextos sociais e do papel das crianças na apreensão da cultura.

de forma homogênea por seu *status* etário, e ainda é atravessada por diferenças heterogêneas por pertencer a distintas classes sociais, gênero, etnias, e outras marcações sociais cruzadas com outras categorias sociais (SARMENTO, 2008). Portanto, estudar a infância como questão de família deixa de ser suficiente para abarcar perspectivas estruturais de análise. Mas, segundo Qvortrup (2011), também não é suficiente analisar a infância como classe tradicional, sob o risco de invisibilizar as relações geracionais. As duas frentes desafiam o campo de estudo.

Na América Latina, a Sociologia da Infância aponta caminhos epistemológicos frutíferos. Voltarelli e Nascimento (2019) salientam que o desenvolvimento desse processo de expansão científica na região se insere em um campo múltiplo e desigual em face às condições sociais dos países ao sul do continente, onde as autoras destacam a convergência de temáticas e abordagens com foco na vida das crianças e com políticas sociais dirigidas a elas. A produção ainda tem o referente da matriz europeia dos Estudos da Infância, mas Voltarelli e Nascimento (2019) apontam que a análise das questões e características próprias da região vêm abrindo caminhos epistemológicos para o avanço do conhecimento das infâncias sul-americanas<sup>35</sup>.

A intensificação da produção de pesquisa na América Latina, a partir da década de 80, coincide, segundo Unda Lara (2009), com um período de grande instabilidade política e social na região e de grande preocupação com o tema dos direitos humanos refletida nos trabalhos acadêmicos. O enfoque dos direitos das crianças se insere nesse cenário. A promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 1989, com ratificação de vários países latino-americanos, conferiu ainda mais visibilidade ao campo e a institucionalidade dedicada aos cuidados e proteção da criança ganha maior peso ao longo da década de 90 do século XX (UNDA LARA, 2009). Szulc e Cohn (2012), que investigaram trabalhos de antropologia da infância na América do Sul, indicam que até a década de 90, a infância e a criança foram temas marginais no campo antropológico e nas ciências sociais. Elas comparam essa falta de atenção ao modo com que as mulheres foram tratadas em mecanismo de exclusão da análise antropológica por muito tempo, o que contribuiu para a invisibilidade dos problemas sociais próprios desses sujeitos. Foram nos primeiros anos do século XXI, segundo Unda Lara (2009), que vários centros de

---

<sup>35</sup> Szulc e Cohn (2012) veem como recurso compartilhado entre América do Sul, América do Norte e Europa Ocidental o expediente do termo “criança” como referência a um grupo específico de população menor de idade. Segundo as autoras, o termo “infância” é atribuído aos socializados pelas famílias e instituições de ensino, enquanto o termo “menores” é reservado àqueles considerados perigosos, que demandam controle social, e não incluídos na infância.

estudos superiores da América Latina incorporaram iniciativas no âmbito da sociologia da infância, em processo ainda em construção.

Voltarelli e Nascimento (2019) apontam para a necessidade de engendrar a produção teórica a transformações sociais a partir da interpretação social dos problemas da infância da região e suas demandas. E o foco das pesquisas regional está conectado a essas realidades. Em um levantamento acerca das investigações realizadas sobre a Sociologia da Infância nos países da América do Sul, as autoras apontam questões transversais nos trabalhos desenvolvidos na região. Segundo levantamento por investigação doutoral realizada por Voltarelli (2017) entre 2013 e 2014 no Brasil, Argentina e Chile, as pesquisas em ambiente escolar são recorrentes nos três países. Destacamos aqui o recorte Brasil e Argentina, países deste estudo de casos. Na Argentina, segundo o levantamento, os temas e contextos mais frequentes encontrados em produções científicas sobre e com as crianças foram os das investigações socioantropológicas da infância, das políticas sociais para a infância, direitos das crianças, as crianças em situação de rua, pesquisas com crianças, relações intergeracionais e estudos sobre inclusão social da infância. Voltarelli (2017) identificou temas que se aproximam das questões de pesquisa europeia, como: o direito das crianças, o adultocentrismo e modelos de competência, fator idade, institucionalização da infância, estudos feministas, metodologias de pesquisa com crianças e o panorama conceitual da infância. A autora destaca, entretanto, temáticas que são próprias do contexto das infâncias latino-americanas, como as vulnerabilidades sociais, desigualdade social, pobreza e a questão da infância indígena, que não são temáticas frequentes na Europa e nos Estados Unidos, e identifica ainda ênfase política nos trabalhos da região.

No Brasil, vale destacar o estudo pioneiro em Ciências Sociais publicado por Florestan Fernandes sobre as culturas infantis na década de 1940<sup>36</sup>. De 1960 a 1980, as pesquisas apresentaram predominantemente a perspectiva da estrutura da desigualdade social com o viés da proteção, do cuidado e do controle, sobre crianças vitimizadas, e não sob o signo da ação social (Muller e Nascimento, 2014). Voltarelli e Nascimento (2019) reforçam que até a década de 80 do século XX, os temas em destaque voltavam para pesquisa sobre a infância vulnerável, abandonada, em situação de risco, criminalidade ou em condição de trabalho. No fim da década de 80 e começo da década de 90, a promulgação da Constituição Federal, em 1988, e do Estatuto da Criança e do

---

<sup>36</sup> Em “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro”, o sociólogo Florestan Fernandes Junior faz um estudo folclórico dos grupos infantis formados nas ruas do bairro do Bom Retiro, de São Paulo.

Adolescente (ECA), em 1990, corroboraram com o cenário nacional de novas perspectivas para a infância como sujeitos de direitos e de ação social (CDC, 1989), em curso no processo de redemocratização do país e nas demandas dos movimentos sociais. Mais recentemente, mapeamento<sup>37</sup> coordenado pela professora Maria Leticia Nascimento e realizado entre 2010 e 2012, pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Sociologia da Infância (GEPSI), vinculado à Universidade de São Paulo, mostrou que os grupos de pesquisa que trabalham com esse campo no Brasil estão em sua maioria ligados à área da educação infantil (Nascimento *et al.*, 2013). Por isso mesmo, Abramowicz (2018) destaca que muitas das pesquisas têm aportes da Psicologia.

A expansão dos estudos sociais da infância detectada por Voltarelli nas pesquisas sul-americanas ganhou reflexo na produção de conhecimento sobre as crianças, e impactaram o pensar sobre a infância nas instituições. Segundo a autora, “a literatura europeia contribui para a configuração do campo na América do Sul, mas não a determina”; demanda, contudo, reflexões e teorizações próprias sobre a infância por agentes conhecedores do contexto do hemisfério sul, as especificidades dos países e as problemáticas comuns da nossa região. Sepulveda-Kattan (2021) questiona a possibilidade de desenvolvimento de uma sociologia da infância própria, a partir da América Latina e de suas relações coloniais históricas. Para a autora, as ferramentas teóricas dos estudos da infância de matriz europeia podem não ser tão eficientes no pensar de outros contextos além dos europeus.

O desafio de refletir os postulados deste campo da infância desde a América Latina, a busca por maior autonomia epistemológicas (para alternativas teóricas e políticas) e por maior visibilidade das produções de línguas não-hegemônicas<sup>38</sup> se insere em um debate mais amplo sobre colonialidade e decolonialidade que se estende a outras searas do conhecimento. Com base no eixo teórico decolonial, Sepulveda-Kattan (2021) recorre a epistemologias latino-americanas como forma de abordagem do lugar próprio de enunciação em direção a uma produção de conhecimento conectada aos contextos sociais singulares da região. Partindo do reconhecimento da subalternidade da infância e das hierarquias de poder a que estão submetidos os países do Sul-Global, a autora transversaliza outras camadas decoloniais: “As diferenças entre as infâncias europeias e

---

<sup>37</sup> Pesquisa Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz (2013).

<sup>38</sup> Destaca-se no Brasil a obra do pensador e educador Paulo Freire, internacionalmente reconhecido e homenageado por seu trabalho com práticas de educação popular disruptivas por uma “pedagogia crítica e emancipatória” (FREIRE, 1997).

latino-americanas não serão tão relevantes como as diferenças entre as do Norte e as do Sul” (Sepulveda-Kattan, 2021).

O debate da subalternidade do Sul-Global e da colonialidade está posto em trabalhos de referência nas ciências sociais da América Latina, de teóricos como Aníbal Quijano (Peru), Walter Mignolo (Argentina), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico), Ramón Grosfoguel (Porto Rico), Catherine Walsh (estadunidense, docente no Equador), entre outros. A noção do “giro decolonial” tem origem no grupo de pesquisa Modernidade/Colonialidade, formado por intelectuais de diversas universidades das Américas no fim dos anos 90 do século XX, e que se tornou movimento de resistência teórica ao identificar e subsidiar alternativas aos processos de modernidade/colonialidade e decolonialidade. A valorização das teorias e epistemologias do Sul e os debates teóricos sobre as questões da colonialidade do poder, do saber e do ser impactaram grande parte da agenda de pesquisas das ciências sociais da América Latina no século XXI, como reação à hegemonia epistêmica e ao eurocentrismo. (BALLESTRIN, 2013). Ao contestar as bases da hierarquização epistemológica, o androcentrismo, antropocentrismo e o eurocentrismo que condicionam relações sociais – assim como a subalternidade de determinadas categoriais sociais -, a fundamentação teórica decolonial contribui para problematizar as relações estruturais de poder na América Latina quanto às infâncias. Inclusive sobre as imposições de ordem intergeracionais referenciados na pergunta de Victoria, na abertura desta seção, sobre a subalternidade da infância abordada em um programa infantil do canal público argentino Pakapaka: Por que os adultos estão sempre nos dizendo o que temos que fazer? (Tradução nossa) A resposta-pergunta da entrevistada Sol Despeinada sobre o adultocentrismo abrange a abertura de espaços de diálogo, participação social e de negociação sobre o papel das crianças além das escolas e das famílias. “Seria ótimo se os adultos comessem a perguntar mais para as crianças e as adolescências o que elas querem fazer, o que gostariam, como levar em conta a opinião deles para tomar uma decisão que todos e todas nós gostamos, não? (Tradução nossa)”. É o que Abramowicz (2018) chama de movimentos de inversão na ordem hierárquica discursiva: “A fala da criança é uma inversão nos processos de subalternização, é um movimento político” (2018, p. 376). O estatuto da criança como sujeito de direitos e de ação social emerge ao longo de toda a programação do canal de TV infantil argentino Pakapaka, que desde a sua criação se propõe à produção de audiovisual com representação da realidade regional, valorização da diversidade e do protagonismo infantil (RESENDE, 2018). Na contra-corrente de representações universalistas da

infância, a produção audiovisual brasileira que integra o *corpus* desta pesquisa, a série infantojuvenil “Toda Menina Baiana”, também dialoga com esses pressupostos.

### 1.3 Visibilidades das infâncias do Sul Global

Esta pesquisa se acercou da complexidade das infâncias contemporâneas e da abordagem de conflitos e temas sociais na TV infantil, que referenciam marcas culturais e históricas da América Latina. Na perspectiva da epistemologia da complexidade (MORIN, 2005), formas simplificadoras de conhecimento não contemplam a multidimensionalidade dos fenômenos, e não contribuem para a elucidação das realidades, suas assimetrias e ambiguidades. Na reflexão teórica do epistemólogo francês Edgar Morin, no paradigma da complexidade a busca é por estabelecer diálogos e articulações entre saberes de forma interdisciplinar. O pensamento complexo, de saberes não-fragmentados, abarca contextos e antecedentes. Por isso mesmo, este trabalho se situa nessas reflexões epistemológicas não-dualistas, no diálogo das humanidades. Com o aporte dos estudos decoloniais, Castro (2019) problematiza o conceito de “criança global” no contexto dos processos de globalização que ultrapassam fronteiras nacionais e difundem modos globais de produção, trocas comerciais, fluxos de comunicação e informação. A autora identifica uma agenda de pesquisa dos Estudos da Infância, a partir do fim dos anos 90, conectada a questões do processo de emergência da “criança global”, o que indicaria como os processos de globalização capturaram a agenda de pesquisa dos *Childhood Studies* e seus interesses científicos nesse período. A crítica à globalização desde a perspectiva dos países do Sul e de suas desigualdades, segundo ela, também se confirma na produção de conhecimento sobre as crianças, e seu recorte de temas de investigação no período, com questões de pesquisa muito voltadas à agenda internacional do Ocidente e de países do Norte. Segundo a autora, a ideia de universalização da experiência da infância tem raiz desde a origem dos estudos da infância com base na concepção global de civilização a partir da Europa, e nas últimas décadas do século XX seguiu com esse referencial normativo eurocêntrico por meio das noções de agência, autonomia, competência e direitos das crianças, ideais configurados também em um conceito de criança global. Castro (2019, 2021) alerta que o enquadramento único do que é “ser criança” no mundo afasta do debate as infâncias de problemas específicos regionais de países do chamado Sul-Global, muitas vezes distantes de um modelo convencional,

um único tipo a ser alcançado. Os “novos estudos da infância” seriam uma crítica a esse modelo.

E se a perspectiva sobre as infâncias é plural e a experiência de ser criança é impactada por contextos sociais, questões de gênero, etnia, classe, religião etc., vale recuperar marcadores socio-histórico-culturais da região. Szulc e Cohn (2012) destacam, por exemplo, o período de repressão ditatorial vivido na América do Sul durante os anos 70 e 80 do século XX com práticas de sequestro e violência inclusive contra crianças, particularmente na Argentina, onde filhos de opositores a governos de regimes antidemocráticos não foram poupados. Alguns países são dramaticamente marcados pelo período de escravidão em padrões de desigualdade que remontam às estruturas coloniais, já que o tráfico de escravos perdurou até o século XIX na região latino-americana. Costa (2012) ressalta a experiência compartilhada pela história da diáspora africana na América Latina, com padrões diferentes de acordo com cada história nacional. A exemplo do Brasil - outro país mais diretamente contemplado nesta pesquisa -, que foi o último a abolir a escravatura. Além da herança colonial, a profunda desigualdade social, processos de discriminação e de exclusão da população indígena<sup>39</sup> e tantos outros aspectos comuns que costuram o retrato da região, a infância latino-americana não se resume a vulnerabilidades e, por isso mesmo, o recorte científico e as agendas de pesquisa não podem se reduzir às diferenças marcadas por um modelo hegemônico de infância do Norte Global em relação aos países do Sul<sup>40</sup>. Szulc e Cohn (2012) vêm identificando, de maneira geral, um consenso sobre direitos das crianças nos discursos acadêmicos e políticos sul-americanos. Segundo as autoras, o “consenso foi alcançado em termos de definir meninos e meninas como sujeitos sociais ativos e reflexivos e como portadores de direitos, em oposição a meros objetos de compaixão-repressão”.

---

<sup>39</sup> Segundo estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) divulgado em 2015, os povos indígenas são os coletivos mais desfavorecidos da América Latina, vítimas de conflitos de território. São mais de 800 povos existentes na região de grande heterogeneidade. Dos 45 milhões de indígenas, 17 milhões vivem no México. O Brasil, com 900 mil indígenas, tem o maior número de comunidades, 305. A Cepal (2015, 2019, 2022) estima que ainda existem cerca de 200 povos indígenas em isolamento voluntário em países como Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela. Estudo disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37773>. Acesso em: 17 mar. 2021.

<sup>40</sup> Essa mesma perspectiva também se aplica a realizadores audiovisuais infantojuvenis ou outros produtores culturais que lidam com as infâncias, para que toda criança seja representada de forma digna e com direitos preservados nas telas sem o reducionismo do foco às diferenças da marca estigmatizada da vulnerabilidade.



### 1.3.1 Infâncias argentinas

As características sociais e demográficas da infância incidem sobre a relação entre infância, sociedade e Estado. Carli (2010) pontua como traumática a passagem do modelo de sociedade integrada dos anos 70 para o modelo de polarização e empobrecimento do fim dos anos 90, época de expansão do capitalismo financeiro. Shabel (2022) destaca o momento de abertura econômica com viés neoliberal da década de 90, que produziu altas de desemprego (28%) e endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A autora situa a Argentina das décadas de 80 e 90 do século XX como de aumento agudo da pobreza, ao mesmo tempo em que destaca o período como de maior reconhecimento dos direitos da infância (marco da promulgação da CDC em 1989). A crise do ano de 2001 foi considerada paradigmática<sup>41</sup> (BATISTA, 2002) porque marcou o fim da década de 90, marcada pela expansão do capitalismo financeiro. Carli (2010) aponta ainda o paradoxo da invisibilidade da infância pelo aumento da vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que o período é marcado pela visibilidade na mídia por meio de produtos da indústria voltada ao público infantil, em crescente oferta de bens e serviços, com condições cada vez mais desiguais de acesso.

Carli (2000) assinala os discursos sobre a infância circulantes de acordo com o governo vigente, alguns deles com aspectos destacados a seguir pela sua preponderância para a pesquisa. No peronismo, por exemplo,<sup>42</sup> então nova força política em meados da década de 1940, os discursos sobre a infância estavam engendrados nas transformações políticas e pedagógicas da década de 1930, em que o debate opunha modelos fascistas e comunistas da educação infantil, mas convergia na consideração da criança como responsabilidade dos Estados nacionais, e não só da família e da escola. Com forte relação com o sindicalismo e setores populares emergentes, segundo Carli, nessa época o Estado

---

<sup>41</sup> Sobre a crise argentina de 2001, Batista (2002) salienta o período de 10 anos em que o país implementou doutrinas e políticas econômicas do chamado Consenso de Washington, em medidas consideradas rígidas de liberalização como a do *currency board*, implantado de 1991 a 2001. O modelo monetário atrelou a moeda argentina ao dólar dos Estados Unidos na paridade de um para um. A fixação da taxa de câmbio em relação ao dólar asseguraria credibilidade ao sistema monetário do país e atrairia capital estrangeiro. Entretanto, choques externos, como a crise no leste da Ásia (1997) e na Rússia (1998), tornaram o modelo uma grande desvantagem, como explica Batista. Resultou em incapacidade de pagamento dos governos nacionais e provinciais, crescimento da desconfiança, recessão, saques de depósitos e fuga de capitais. O desastre econômico motivou a renúncia do presidente De la Rúa em dezembro de 2001.

<sup>42</sup> Juan Domingo Peron ocupou três vezes a presidência da Argentina (1946, 1952 e 1973), e conseguiu mobilizar o movimento político que tem seu nome e raízes nas relações com as culturas populares, o movimento sindical e a proteção dos direitos trabalhistas. Com múltiplas dimensões ao longo da história da Argentina, o peronismo permanece como grande força política no país. Durante o período de realização da pesquisa desta tese, a Argentina foi governada pelo peronista Alberto Fernández.

peronista se distanciava do discurso liberal e da ideia de infância como sujeito universal ao reconhecer a pobreza infantil e apostar nos investimentos da escola pública como ferramenta de transformação social.

Durante a última ditadura argentina (1976-1983), a infância, segundo Carli (2010), se tornou “espólio para guerra”. O espaço público era representado como ameaça, enquanto a vida privada e o ambiente familiar eram valorizados como espaço infantil. As crianças eram parte da estratégia dos militares na prática de terror de Estado. De acordo com Quadrat (2003), muitas crianças mais novas eram vítimas de apropriação quando nascidas no cativeiro onde estavam seus pais biológicos, ou foram sequestradas junto deles ou, ainda, sequestradas no momento do assassinato de seus progenitores. A política de sequestro não era aplicada às crianças mais velhas, que já estariam “contaminadas” pela subversão dos pais. Quadrat aponta, com base em dados da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de pessoas na Argentina, que cerca de 250 jovens, entre 13 e 18 anos de idade desapareceram nessas circunstâncias. Em outubro de 1977 foi criada a organização não governamental que se tornou a principal encarregada da restituição de crianças sequestradas desaparecidas pela última ditadura argentina, as *Abuelas de Plaza de Mayo*. Localizar e restituir essas crianças para suas legítimas famílias se tornou a missão da organização, cujas integrantes seguem em busca de seus netos, hoje adultos, e de seus bisnetos<sup>43</sup>. A ONG tem sede em Buenos Aires na ex-Esma, a antiga *Escuela de Mecánica de la Armada* utilizada pela ditadura militar como espaço de crimes de lesa-humanidade, até como maternidade clandestina de prisioneiras grávidas sequestradas. Também na ex-ESMA, que se tornou espaço de memória em 2004 e concentra instituições argentinas relevantes para marcos de defesa dos direitos humanos no país, hoje funcionam os canais públicos educativos de TV: Encuentro, DeporTV e o infantil Pakapaka. Por isso aqui é necessário apresentar algumas aproximações da TV infantil pública na abordagem desse episódio trágico da história argentina para as infâncias.

O direito à identidade dos netos recuperados da Argentina foi tema de distintas séries infantis no canal Pakapaka e a identidade é um eixo de trabalho da TV<sup>44</sup>. A série

---

<sup>43</sup> Durante a escrita deste trabalho, as *Abuelas de Plaza de Mayo* anunciaram a resolução do caso do 132º neto encontrado. Juan José Morales tinha nove meses de vida quando sua mãe foi sequestrada na província de Tucumán pela ditadura (ABUELAS, 2022). Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2022-12-28/abuelas-de-plaza-de-mayo-recupera-al-nieto-132-secuestrado-con-nueve-meses-en-dictadura.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

<sup>44</sup> Zullo (2019) destaca as políticas de memória que fizeram parte da agenda de governo desde 2003, durante o kirchnerismo. O caso argentino de justiça de transição, com julgamentos penais, é modelo, para muitos pesquisadores, e exceção em toda a América Latina (Rauschenberg, 2014). O Brasil, que também encerrou

argentina de animação do personagem Zamba estreou em 22 de outubro de 2013 um episódio dedicado ao Direito à Identidade, no qual o menino protagonista encontra com um “abuela” que lhe explica sobre o que isso significa para uma criança. Em 2020, também na mesma data comemorativa, PakaPaka lançou “Identidad de Mundo Zamba”, um guia interativo que convida as crianças a refletir sobre quem são e a registrar seus gostos e preferências como em um diário.

“Así soy yo” é outra produção atrelada ao tema. Consiste em uma série de microprogramas com histórias de alguns netos recuperados pelas *Abuelas*. A obra foi realizada em parceria pela ONG e por PakaPaka, canal emissor da série. As histórias são contadas na própria voz dos personagens reais e ilustradas com cenas de animação e imagens documentais. A primeira temporada estreou em outubro de 2015, na ocasião do 38º aniversário das Abuelas e do Dia Nacional do Direito à identidade<sup>45</sup> (22 de outubro), data instituída pelo Congresso da Nação em 2004 em homenagem à ONG. A segunda temporada estreou em outubro de 2017.

Os microprogramas, de cerca de 3 minutos de duração, eram exibidos ao longo do dia, sem horário linear. Os episódios iniciam com um prólogo comum, no qual uma voz infantil feminina narra um breve texto explicativo do contexto da ditadura argentina: Enquanto a menina narra, a introdução é escrita na tela:

*“Entre 1976 e 1983, hubo una ditadura militar en Argentina, que ejerció el poder sin respetar los derechos de las personas. Durante esos años muchos chicos y chicas fueron separados de sus familias a la fuerza. Estas son las historias de algunos de ellos<sup>46</sup>”* (*Así soy yo*, Pakapaka, 2015).

Outro programa realizado em coprodução da TV Pakapaka com a ONG das *Abuelas de Plaza de Mayo* foi a série “*Historias que abrazan*”, que estreou no canal infantil público argentino em 24 de março de 2018, por ocasião do Dia Nacional da Memória pela Verdade e a Justiça.

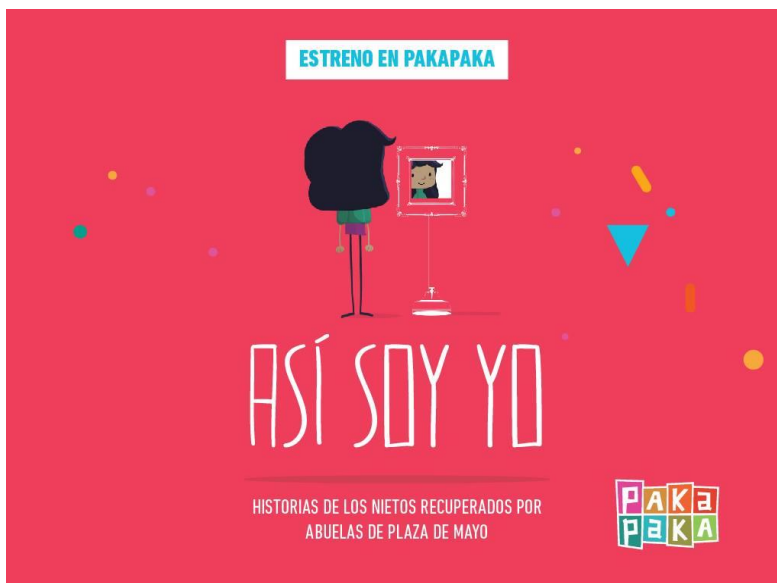
---

o período de ditadura militar na primeira metade da década de 80 do século XX, é considerado exemplo de transição conciliatória no pós-regime.

<sup>45</sup> A Convenção Internacional dos Direitos da Criança aprovada pelas Nações Unidas (1989) resguarda o direito à identidade.

<sup>46</sup> “Entre 1976 e 1983, houve uma ditadura militar na Argentina, que exerceu o poder sem respeitar os direitos das pessoas. Durante esses anos, muitos meninos e meninas foram separados à força de suas famílias. Estas são as histórias de alguns deles” (Tradução nossa).

Figura 5 - Peça de divulgação da série “Así soy yo”



Fonte: Ilustração de divulgação do canal em redes sociais [2023].

Com microepisódios em animação, a série é baseada na coleção literária ilustrada “*Ovillo de trazos*”, realizada pelas Abuelas com escritores e ilustradores especializados em literatura infantojuvenil e que responderam a um chamado da ONG para integrar o projeto com a proposta: “re-pensar quem somos”<sup>47</sup>. A abordagem do tema da busca das *Abuelas de Plaza de Mayo* por seus netos desaparecidos nas telas da TV infantil e interpelação direta às crianças se insere no debate sobre a inclusão de temas contemporâneos no audiovisual infantojuvenil, e foi foco de reflexão de trabalhos como de os de Bernardo (2017), Zullo (2019), Fernández e Natália (2018).

Após o fim da ditadura, os discursos sobre a infância na Argentina foram impactados pela redemocratização. A partir de 1983, em período democrático que se inicia com a posse do presidente da nação, Raúl Alfonsín, Carli (2010) aponta outras nuances do discurso frente às demandas da infância. Com o empobrecimento que caracterizou os anos 80, os seus efeitos negativos na área da saúde, nutrição e educação foram fortemente sentidos pela população infantil e, segundo a autora, processos de concentração de renda na estrutura social do país emolduraram a percepção de novas “figuras” contrastantes da infância argentina, imbricadas em transformações globais e locais: *el niño de la calle* (o menino de rua) e *el niño consumidor* (o menino consumidor). Concomitantemente ao aumento da pobreza durante a década de 1990, crescia o mercado

<sup>47</sup> Todos os programas infantis de TV citados estão na seção de “Difusão” do site da organização Abuelas, como recursos educativos para formação docente e ferramentas pedagógicas para salas de aula de nível inicial e primário. Disponível em: [abuelas.org.ar](http://abuelas.org.ar). Acesso em: 17 mar. 2023.

de produtos dirigidos a crianças em expansão de aspecto cultural que se estendeu à TV por assinatura, produtos de informática e tecnologia, espetáculos infantis etc.

Carli (2010) assinala que a problemática da criança de rua é mais antiga, remete a registros de mendicância infantil desde fins do século XIX, mas é na década de 1980 do século XX que a questão ganha maiores proporções. Na segunda metade dos anos 90, a mídia enfatiza a visibilidade aos delitos infantojuvenis em gêneros policiais, como fenômeno resultado do aumento da pobreza, e a autora aponta o aparecimento de duas figuras a partir dessa construção midiática: *el niño peligroso* (a criança perigosa, por suspeita ou por cometer um crime) e *el niño víctima* (vítima que demanda compaixão social e aplicação da justiça). Os dados da pobreza ainda cercam a representação das infâncias. Segundo divulgação do Unicef em 15 de fevereiro de 2023<sup>48</sup>, com base na *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH) realizada no primeiro semestre de 2022, dois a cada três meninas e meninos argentinos (66%) são pobres ou sofrem de privações de direitos básicos, como acessos à educação, água, habitação e proteção social. Outro processo pelo qual passa a sociedade argentina é o de envelhecimento populacional, com o crescimento na proporção de adultos. Segundo indicadores divulgados pela *Secretaría Nacional de Niñez, Adolescencia y Familia* (SENAF, 2021) sobre a estrutura da população argentina por grandes grupos de idade, as crianças de 0 a 14 anos correspondem a 24,2% do total de 45,8 milhões de habitantes. Esse percentual vem diminuindo ao longo do tempo e a proporção de crianças e adolescentes é cada vez mais baixa. No fim do século XX, o censo nacional de 1991 registrava mais de 30%.

### 1.3.2 Infâncias brasileiras

O processo de envelhecimento populacional é um fenômeno que atravessa os países da América Latina e Caribe, ainda que de forma demograficamente heterogênea, segundo relatório “*Envejecimiento en América Latina y el Caribe: Inclusión y derechos de las personas mayores*”, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2022)<sup>49</sup>. De acordo com o documento, a expectativa média de vida na região aumentou de 48,6 anos em 1950 para 75,1 anos em 2019. Em contrapartida, as taxas de

---

<sup>48</sup> Levantamento disponível em: <https://www.unicef.org/argentina/comunicados-prensa/dos-de-cada-tres-ninias-y-ninios-en-argentina-son-pobres-o-estan-privados-de>. Acesso em: 17 mar. 2023.

<sup>49</sup>O informe regional da Cepal (2022) sobre o envelhecimento da população na América Latina e Caribe está disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44457-primer-informe-regional-la-implementation-consenso-montevideo-poblacion>. Acesso em: 17 mar. 2023.

fecundidade, que eram bem superiores à média mundial, caíram de 5,8 filhos por mulher em 1950 para 1,85 em 2022, valor menor que o nível de substituição da população, o que desacelerou o crescimento<sup>50</sup>. A dinâmica desses dois processos - queda na fecundidade e o aumento da expectativa de vida – transforma a composição etária da região. O número de pessoas de mais de 60 anos representava 5,2% da população total em 1950. Em 2022 esse percentual aumentou para 13,4%, e a tendência é de crescimento contínuo. Em movimento contrário, o grupo de pessoas com menos de 15 anos de idade diminuiu. Em 1960 representava 43% da população total da região. Em 2022, passou para 23%.

O Brasil também passa pelo fenômeno da diminuição da taxa de fecundidade e do percentual de crianças em relação a sua população total, e a pirâmide etária da sociedade brasileira está em profunda mudança desde o fim do século XX e início do XXI. Mesmo com o processo de envelhecimento da população em pleno curso, o grupo de crianças e adolescentes ainda é pujante: o número estimado para 2022 de pessoas entre zero e 19 anos de idade representa 33% (68,6 milhões) da população brasileira.<sup>51</sup>

Apesar dos números de grande monta, que segundo Castro e Kominsky (2010) deveriam por si só justificar maior valorização da infância como categoria social e como receptora de recursos da sociedade, os problemas que afetam as crianças não são considerados tão urgentes na agenda pública quanto questões macroeconômicas, tal qual exemplificam as autoras. Longe disso. Pinheiro (2001) destaca a predominância do discurso e perspectiva da criança brasileira como “objeto” em três representações sociais: de proteção, de controle/ disciplina, e de repressão social do Brasil Colônia até a primeira metade do século XX. Principalmente em relação às infâncias de classes sociais mais vulneráveis.

Até as primeiras décadas do século XX, a sociedade civil – em grande parte entidades religiosas e, sobretudo, a Igreja Católica – referenciavam a assistência à criança e ao adolescente. Após os anos 30 do século XX, com a criação de instituições de assistência do Estado, também o governo passa a prestar assistência, em serviços que respondem à representação social da criança como “carentes”. As práticas de controle e

---

<sup>50</sup> Apesar na queda da taxa de fecundidade na região, o relatório da CEPAL informa que esse indicador segue elevado entre as populações indígenas, entre pessoas de classes socioeconômicas mais vulneráveis e entre as adolescentes. Na América Latina e Caribe, essa taxa foi estimada em 61,3 nascidos vivos por cada 1.000 adolescentes de 15 a 19 anos (2015-2020), o que posiciona a região como a de segunda maior taxa no mundo. Fica atrás apenas da África.

<sup>51</sup> Até a finalização desta tese, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não havia divulgado os números levantados em 2022 para aferir a população por grupo etário, por isso este trabalho considera os dados divulgados pela Fundação Abrinq, Relatório “Cenário da infância e adolescência no Brasil – 2023”, com base em estimativas do IBGE.

disciplina como forma de prevenção à delinquência e marginalidade são voltadas às crianças consideradas como potencial ameaça à ordem da sociedade e ao crescimento socioeconômico. Para as crianças implicadas em autoria de ato infracional, o foco é de repressão social e de confinamento, prática centralizada no Estado. Pinheiro (2001) destaca essas três formas de representação da criança como dominantes até os anos 70.

Assim como a Argentina, o Brasil viveu sob ditadura militar. A brasileira durou 21 anos (1964-1985) e as infâncias também foram atravessadas por esse contexto de violência, simbólica e além dela<sup>52</sup>. A Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa de São Paulo, ouviu o testemunho de filhos de presos políticos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira. O ciclo de audiências foi realizado entre 6 e 20 de maio de 2013 e o resultado dos depoimentos em histórias de prisão, abandono e exílio de crianças foi publicado no livro “Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil” (MERLINO, 2014). A obra “Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil” (REINA, 2019) também traz à luz casos dramáticos do período.

A partir da metade da década de 70<sup>53</sup> e início da década de 80, Pinheiro (2001) ressalta o processo de mobilização da sociedade civil no período de redemocratização, marcado por embates de reivindicações de direitos e de melhores condições de qualidade de vida para a população que culminariam na Assembleia Nacional Constituinte (1988), marco preponderante para uma nova representação da criança e do adolescente como sujeito de direitos<sup>54</sup>.

Castro e Kominsky (2010) distinguem dois regimes de visibilidade das questões infantis desde a década de 1960 na sociedade brasileira. São modos de ver a infância circulantes em políticas públicas e trabalhos de ciência social. No primeiro regime, a infância era abordada como “problema social” dentro da estrutura de desigualdades

---

<sup>52</sup> A reportagem “Sequestrando memórias: o impacto da ditadura na vida das crianças”, publicada pelo portal Lunetas, em 13 set. 2022, compila distintos episódios de violência cometidos no período do regime militar contra meninas e meninos brasileiros. Disponível em: <https://lunetas.com.br/criancas-ditadura/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

<sup>53</sup> Os anos 70 também foram marcados no Brasil pelo chamado “Milagre Econômico” (1968-1973), período de crescimento econômico, de médias de alta de 11% ao ano, favorecido pelo cenário externo e por reformas institucionais. Em razão do processo de concentração de renda, os indicadores sociais, entretanto, não acompanharam a melhora significativa da economia.

<sup>54</sup> Pinheiros (2001) aponta a realização do I Encontro Nacional Meninos e Meninas de Rua, em Brasília, em maio de 1986, como episódio emblemático no cenário da disputa entre as representações sociais da criança e do adolescente nas décadas de 70 e 80 (2001, p. 59). O evento reuniu 430 crianças de rua de quase todo o País para falar sobre seus universos cotidianos e reivindicações. Nesse momento de articulação por direitos, a autora destaca o papel do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), da Pastoral do Menor e da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDDC).

sociais. As autoras apontam que, de maneira geral, entre 1960 e 1980 os trabalhos de cientistas estavam voltados a temáticas da urbanização, das classes sociais e da migração. Estudos sobre o trabalho infantil são exemplos desse período. A questão das crianças abandonadas também tinha grande abordagem nesse contexto do processo de modernização brasileira e o contraste com o índice crescente de pobreza nas cidades. Castro e Kominsky (2010) salientam como o aumento do número de crianças perambulando pelas ruas foi tema de preocupação das autoridades públicas de São Paulo, que motivou à época o estudo do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP, 1972) para subsidiar políticas de atendimento para esse grupo vulnerável. A institucionalização ganhou força com a criação dos Códigos de Menores (1927 e 1979) e, segundo as autoras, as crianças pobres eram consideradas infratores ou potenciais infratores.

Na área acadêmica, Castro e Kominsky (2010) destacam a visibilidade da infância nas Ciências Sociais sob a ótica da criança pobre e negligenciada pela sociedade, enquanto na Ciências Humanas – principalmente na Psicologia – preponderava a visão da criança como sujeito em desenvolvimento, com demandas de educação e socialização para a transição à vida adulta. Para as autoras, a visibilidade das crianças pobres e abandonadas como “problema social”, considerado como estrutural, reforçou o apartheid no imaginário brasileiro entre “menores” de um lado, e crianças de classes sociais mais privilegiadas de outro, consideradas como alunos, sujeitos ainda não socializados.

O segundo regime de visibilidade, de acordo com a distinção projetada por Castro e Kominsky (2010), se estabelece no processo de redemocratização brasileiro, e se respalda no contexto de internacionalização dos direitos da criança, por meio Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990, da promulgação da Constituição Cidadã, de 1988, e da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989, uma teia de proteção e defesa de direitos<sup>55</sup> que fecundou o estatuto de meninas de meninos brasileiros como atores social e sujeitos de ação social.

Ao menos no plano teórico jurídico, os direitos se estabeleciam como iguais, em contradiscurso ao dualismo trágico que se estabeleceu entre “menores” para designar os mais pobres, abandonados e marginalizados, e os “alunos” para qualificar os mais ricos.

---

<sup>55</sup> O aparato legal de proteção de direitos da infância será apresentado mais detalhadamente no Episódio 2 desta tese, mas vale adiantar a importância do discurso jurídico porque apoia a formulação de políticas públicas e estabelece diálogo com outros discursos como o das ciências médicas, pedagógicas, sociais, entre outras.



Na prática, ao largo da legislação, a desigualdade estrutural mantém seus impactos entre a infância de crianças objetos de cuidados e controles, e a infância de crianças sujeitos de direitos<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Castro e Kominsky (2010) destacam os debates sobre redução da maioridade penal. O limite da idade da inimputabilidade penal atualmente é 18 anos de idade, mas há diversos projetos de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional que pleiteiam a diminuição para 16 anos.

## EPISÓDIO 2 - CRIANÇA-AUDIÊNCIA E CRIANÇA-SUJEITO DE DIREITOS

– Shayres, qual a principal luta das mulheres indígenas hoje?  
- É para ser ouvida. Principalmente as adolescentes<sup>57</sup>.

Abordar até aqui os discursos circulantes sobre as representações sociais das infâncias foi uma construção pertinente para o propósito desta tese, pois os debates sobre o estatuto da criança reverberam nos meios de comunicação e a partir deles. A representação em que crianças se veem ausentes também diz muito sobre a realidade infantil em cada sociedade (CARLI, 2010, p.6). Por isso mesmo, o contexto da criança como sujeito de direitos ainda tem diversas lacunas na interface dos meios com a criança-audiência e suscita uma arena de questionamentos que resvalam no papel da mídia infantil (na dualidade educação/entretenimento), sobre a abordagem de temas contemporâneos na comunicação com crianças, na representação mais diversa de infâncias e tantas outras questões próprias da área.

O enquadramento cultural das crianças na modernidade, como aponta Qvortrup (2014), é o da maior expressão na esfera privada, em família, enquanto na esfera pública tem papel de menor destaque, pela visão de que ainda está em formação, de incompletude no presente, de estar em desenvolvimento para alcançar a plenitude no futuro. Uma condição de espera, como resume Qvortrup (2014 p. 32). E a condição de espera se choca com o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos<sup>58</sup> e de agência<sup>59</sup>.

A concepção de infância recorrente até o último quarto do século XX e que situava a imagem da criança como objeto de cuidado e incapaz de produção cultural autônoma dá lugar a outra configuração: de criança cidadã, ainda que com demandas de cuidados especiais por parte dos adultos. Sujeitos de direitos, ao menos no campo normativo (SARMENTO, 2013). As obras audiovisuais infantojuvenis em análise nesta tese

---

<sup>57</sup> Trecho do episódio “Indígenas”, que abre a segunda temporada da série documental brasileira infantojuvenil “Toda Menina Baiana”, em análise nesta tese. Ayana e Shayres, protagonistas do episódio, são adolescentes da etnia Pataxó.

<sup>58</sup> Reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos acarreta compreendê-los como capazes de exercer seus direitos, de acordo com sua idade e maturidade. A perspectiva faz repensar o viés centrado no adulto, na doutrina que considerava crianças e adolescentes como objetos apenas de proteção no âmbito de questões jurídicas e administrativas.

<sup>59</sup> O termo agência é utilizado aqui como empregado por autores do campo dos Estudos da Infância; para atribuir a capacidade de agir como ator social na construção da sociedade. Também será utilizado o termo protagonismo como a condição de atuar no papel principal em uma obra ou acontecimento. Segundo Gaitán (2015) o debate sobre protagonismo infantil se estabelece na América Latina nos anos 60, no âmbito da corrente de educação popular e se amplia nos anos 70 com o movimento de crianças e adolescentes trabalhadores em distintos lugares da região (2015, p.27).

dialogam com esse novo estatuto do sujeito-audiência: na busca pelo protagonismo infantil e com a valorização das capacidades, competências e interesses das crianças. Como as formas de exercer a cidadania foram alteradas também pela sociedade de consumo, com grande peso dos meios de comunicação (Canclini, 2010), e o modo com que as crianças são percebidas e tratadas pela sociedade influencia suas experiências (JAMES, 2009), novas propostas de produção do audiovisual infantojuvenil coadunam esse cenário de novo paradigma com a perspectiva de direitos.

O século XX, ou o “Século da Criança” - como anteviu Ellen Key em 1900 -, foi o período de avanços normativos sobre os direitos das crianças. No contexto de industrialização no começo do século, crianças conviviam com condições insalubres de trabalho, dividindo funções com adultos e submetidas a riscos físicos no dia a dia laboral no campo e nas cidades. Por tudo isso e pela emergência de conflitos e reivindicações trabalhistas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já em sua origem, em 1919, sinalizou a preocupação para o desenvolvimento infantil mais protegido e normas contra a exploração infantil<sup>60</sup>; a convenção número 5 determinou idade mínima de admissão nos trabalhos industriais (com revisões posteriores) e a convenção número 6 proibiu o trabalho noturno de menores de 18 anos na indústria<sup>61</sup>. (OIT, 1998).

Os marcos regulatórios também têm motivação no contexto das duas grandes guerras mundiais e das agruras da vulnerabilidade trágicas das infâncias no pós-conflito (HENRIQUES, 2022; HARTUNG, 2019). A primeira norma internacional sobre direitos humanos com enfoque no infantil foi a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Crianças (1924), da Liga das Nações, elaborada pela britânica criadora do fundo *Save the Children* em prol das crianças órfãs da Primeira Guerra Mundial,<sup>62</sup> e por isso mesmo tinha o viés do objeto de proteção. Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que dedicou um de seus 30 artigos (artigo 25) para determinar o direito das mães e crianças a cuidados e assistência

---

<sup>60</sup> Sandin (1999) destaca o conflito dos debates da época entre a visão da infância romântica e a infância da criança trabalhadora.

<sup>61</sup> Em 1973 a Organização Internacional do Trabalho aprovou a Convenção 138, que determinou como aos 18 anos a idade mínima para trabalhos perigosos para a saúde.

<sup>62</sup> Também nesse contexto, em 1946 a ONU criou o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (em inglês, *United Nations International Children's Emergency Fund* – UNICEF) para atender crianças de regiões em situação emergencial no período pós-guerra. Em 1950 o mandato do UNICEF foi ampliado, para atender crianças e mulheres em países em desenvolvimento e em 1953 se torna fundo permanente da ONU.

especiais. E frisou a ressalva de que todas as crianças, nascidas dentro ou fora do casamento, deveriam ter a mesma proteção social<sup>63</sup>.

A DUDH, entretanto, não foi suficiente para contemplar tantas outras demandas específicas da infância<sup>64</sup> e em 1959 a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, com o reconhecimento da importância de garantias à educação, saúde e à rede de apoio que suporte o bem-estar das infâncias. O princípio do melhor interesse da criança está expresso em seu princípio 2:

Princípio II - A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança. (ONU, 1959).

Em 20 de novembro de 1989 a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) promulgou a Convenção sobre os Direitos da Crianças (CDC), da qual Brasil e Argentina são signatários<sup>65</sup>. A CDC passou a reconhecer crianças e adolescentes (com até 18 anos de idade) como sujeitos plenos de direito, agentes sociais e culturais, com quatro princípios norteadores do documento, que delinham novos modos de tratamento e valorização das crianças, ao mesmo tempo em que lhes garante proteção (UNICEF, 2019): (i) Não discriminação (artigo 2) (ii) Melhor interesse da criança (artigo 3) (iii) Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6) (iv) Respeito pela opinião da criança.

O direito de a criança ser ouvida é uma das dimensões éticas da CDC, e está expresso no Artigo 12 no que tange a processos judiciais e administrativos:

Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança. (ONU, 1989, Artigo 12:1).

---

<sup>63</sup> Piovesan (2009) destaca que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi uma resposta aos horrores do totalitarismo da era Hitler e que o documento ressalta a indivisibilidade dos direitos humanos. Direitos econômicos, sociais e culturais se alinham como tão importantes quanto os direitos civis e políticos em relação de interdependência, em visão integral, holística.

<sup>64</sup> Hartung (2019) cita o contexto de aumento do número de crianças de cuidados parental após a 2ª Guerra Mundial.

<sup>65</sup> A CDC foi o documento internacional de direitos humanos mais ratificado da história, assinado por 196 países. Os Estados Unidos ainda não ratificaram a convenção.

O artigo 13 resguarda o direito da livre expressão:

A criança deve ter o direito de expressar-se livremente. Esse direito deve incluir a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, seja verbalmente, por escrito ou por meio impresso, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança. (ONU, 1989, Artigo 13:1)

E o artigo 14 prevê a liberdade de pensamento e crença:

Os Estados Partes devem reconhecer os direitos da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença religiosa. (ONU, 1989, Artigo 14:1)

O artigo 17 da CDC reconhece a função primordial dos meios de comunicação no acesso do público infantojuvenil a informações de qualidade de fontes diversas e que promovam seu bem-estar. O princípio do melhor interesse da criança, citado em diversos artigos da convenção, foi mais detalhado em 2013, quando o Comitê sobre os Direitos da Criança publicou o Comentário Geral nº 14 para subsidiar a prática do conceito com a avaliação dos possíveis impactos de uma decisão que envolva crianças e adolescentes<sup>66</sup>. A seguir, o contexto de formulação dos principais dispositivos legais sobre direitos da criança na Argentina e no Brasil.

## **2.1 Infância e marcos de direitos – Argentina**

A partir da ratificação da Convenção dos Direitos das Crianças, cada Estado-parte assumiu a responsabilidade de garantir os princípios do documento. A Argentina assinou a CDC em 29 de junho de 1990 e a incorporou à Constituição Nacional na ocasião da reforma em 1994. A partir de então, a CDC foi compreendida como complementar aos direitos já reconhecidos na Constituição do país.

---

<sup>66</sup> Listamos os principais marcos do percurso histórico, mas outros instrumentos legais marcaram a história dos direitos da criança. A síntese das normas foi publicada pelo Unicef em: <https://www.unicef.org/es/convencion-derechos-nino/historia>. Além disso, adotamos a compreensão de que o campo das afirmações dos direitos humanos não são uma história linear de conquistas, mas fruto de intensa ação social, resultado de construções históricas em avanços e recuos discursivos de agendas complexas que ainda combatem questões antigas, como a do trabalho escravo, e, também, conjugam novos desafios, como os apresentados pelas novas tecnologias (PIOVESAN, 2009).

Em nível nacional, o instrumento legal estruturante dos direitos da criança argentina e que abrange o conceito de melhor interesse da criança foi a *Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes* (Lei Nacional 26.061), sancionada em 2005, e que considera a infância como sujeito pleno de direitos, e não como objeto de tutela. De la Iglesia, Velázquez e Piekarz (2008), Hasan (2007) e Rossin (2013) demarcam uma grande transformação, em termos legislativos, sobre o conceito de infância na Argentina a partir da revogação da chamada *Ley de Patronato de Menores* - Lei 10.903, de 1919, que até então considerava a infância como incapaz de exercer plenamente seus direitos. Hasan (2007) atribui à “Ley de Patronato”, também conhecida como “Ley Agote”, a prerrogativa de consolidar a intervenção do Estado na vida dos meninos e meninas de classes sociais mais vulneráveis, um modelo que gerou, nas décadas seguintes, um grande aparato de centros assistenciais e penais para crianças vítimas de delito ou a quem seriam atribuídas autorias de contravenções ou, ainda, que se encontrassem em situação de abandono. Por isso a denominação de “Paradigma da Situação Irregular”. O isolamento seria o meio de evitar ameaças à ordem pública e reeducar essas crianças em instituições (ROSSIN, 2013).

Na Argentina, a revogação da Lei de Patronato e a sanção da Lei de Proteção Integral em 2005, fizeram estabelecer, entre outras distintas garantias, que toda decisão sobre a vida infantil deve basear-se no princípio do interesse superior de meninos, meninas e adolescentes. Era o âmbito da Doutrina de Proteção Integral, na oposição ao “Paradigma da Situação Irregular”.

A Lei de Proteção Integral detalhou o que compreendia o “melhor interesse da criança” em seu Artigo 3º: “a máxima satisfação, integral e simultânea dos direitos e garantias reconhecidos” (Tradução nossa)<sup>67</sup>. Para tanto, o mesmo artigo determina o respeito a: (i) a condição de sujeito de direito (ii) o direito das crianças e adolescentes a serem ouvidos e que suas opiniões sejam levadas em conta (iii) o respeito ao desenvolvimento pessoal de seus direitos no meio familiar, social e cultural (iv) sua idade, grau de amadurecimento, capacidade de discernimento e outras condições pessoais (v) o equilíbrio entre direitos e garantias das crianças e as exigências do bem comum (vi) o seu centro de vida, o lugar onde crianças e adolescentes tenham vivido em condições legítimas (Lei 26.061/2005).

---

<sup>67</sup> ARGENTINA. Ley n° 26.061, de 28 de setembro de 2005. Buenos Aires, 26 out. 2005. Disponível em: [http://www.jus.gob.ar/media/3108870/ley\\_26061\\_proteccion\\_de\\_ni\\_os.pdf](http://www.jus.gob.ar/media/3108870/ley_26061_proteccion_de_ni_os.pdf). Acesso em: 01 jul. 2022.

Os códigos Civil e Comercial da Argentina também têm referências ao instituto do melhor interesse da criança, amplamente utilizado para casos que envolvem crianças e adolescentes no território nacional, segundo o relatório “Dados e direitos na infância e adolescência no ambiente digital: Caminhos para a proteção jurídica no Brasil e Argentina”, elaborado pela *Asociación por los Derechos Civiles* (ADC), pela Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa e pelo Instituto Alana (2022). De la Iglesia, Velázquez e Piekarz (2008) advertem, no entanto, que o “Paradigma da Situação Irregular” ainda sobrevive nas práticas cotidianas e que a mudança legislativa não se consolidou nos usos e costumes da sociedade.

## 2.2 Infância e marcos de direitos – Brasil

O Brasil é considerado por muitos pesquisadores como um dos países com legislação mais avançada no que concerne aos direitos da criança. Antes mesmo da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (1989), o governo brasileiro se antecipou e adotou a perspectiva da criança como sujeito de direitos na Constituição Federal de 1988, considerada como Constituição Cidadã, no contexto de redemocratização do País. Foi a primeira atribuição de direitos específicos para as crianças em uma Constituição brasileira, como expresso em seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição brasileira, 1988).

Com o viés da prioridade absoluta, o documento da Constituinte rompeu com o modelo punitivista do Código de Menores<sup>68</sup>, vigente na ditadura militar, e o artigo 227 abriu caminho para o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>69</sup> (Lei 8.069/90 - ECA),

---

<sup>68</sup> No Brasil, o Código de Menores (Lei de assistência e Proteção aos Menores) foi consolidado no dia 12 de outubro de 1927, com a regulamentação da assistência à criança desamparada e a punição às “crianças infratoras”. Em 1979, um novo código é promulgado sob a ditadura militar brasileira. O documento inaugura a “Doutrina da Situação Irregular”, dirigido a institucionalizar crianças abandonadas, órfãs, fora da escola e adolescentes acusados da autoria de atos infracionais. O rompimento com o menorismo se deu com a abertura democrática e a Constituição Federal de 1988. (HENRIQUES, *et al.*, 2022).

<sup>69</sup> O ordenamento do ECA abrange uma rede de proteção legal a crianças e adolescentes até 18 anos de idade, tal como a Convenção da ONU. No ECA, entretanto, há uma subdivisão que determina como crianças até 12 anos e adolescentes entre 12 e 18 anos.

sancionado dois anos depois, em 13 de julho de 1990. Elaborado com a participação de movimentos sociais e a mobilização de organizações da sociedade civil, da área da psicologia, juristas, assistentes sociais e diversas outras categorias unidas contra a institucionalização generalizada de crianças mais vulneráveis, o ECA assentou as bases do debate com um reordenamento institucional, ao regulamentar o tema e definir responsabilidades e fronteiras jurídicas<sup>70</sup>. De acordo com Moreira e Silva (2016), foi uma “revolução do direito juvenil” com ampla mobilização de grupos da sociedade civil para a instituição do princípio da proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente, cidadãos de direito.

Em 2016, outro dispositivo complementou a rede de proteção normativa para crianças e adolescentes no Brasil, também com a perspectiva do interesse superior da criança e sua condição de sujeito de direitos e cidadã. Com base na visão do desenvolvimento infantil em estágios etários e de teorias neurodesenvolvimentistas, o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI (Lei 13.257-2016) estabeleceu princípios para um olhar mais específico em políticas públicas dirigidas à primeira infância (período do nascimento até seis anos de idade), como consta em seu artigo 1:

Art. 1º. Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano (...) (Marco Legal da Primeira Infância, 2016).

O artigo 3 elege como prioritário o atendimento a esse grupo:

Art. 3º. A prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990).

Na base para o MLPI está a compreensão de que a primeira infância é fase decisiva para o desenvolvimento humano em habilidades cognitivas, motoras e emocionais, o que

---

<sup>70</sup> Para a garantia de direitos, o ECA estabelece responsabilidades em uma rede de proteção com atribuição a instituições permanentes como os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda no nível federal e outros conselhos nos níveis estadual e municipal) e Conselhos Tutelares (mediação de conflitos e acompanhamento de crianças em situação de risco nos municípios).



torna o período como fundamental para o investimento de políticas públicas voltadas a esse público<sup>71</sup>.

Hartung (2019) constata que a condição da criança como sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento (com capacidades em progressivo desenvolvimento) fundamentou garantias normativas de proteção especial e integral nas legislações nacional e internacionais que referendam a criança como sujeito potente e agente social, apesar da condição de desenvolvimento: “Em realidade, o conceito do desenvolvimento progressivo da capacidade das crianças aborda o sensível tema relacionado à maturidade e autonomia” (HARTUNG, 2019, p. 184). O tema embute o questionamento se a criança sujeito de direitos teria condições de exercer de forma autônoma a titularidade de direitos fundamentais. O princípio da autonomia progressiva conjuga o reconhecimento de que crianças e adolescentes devem participar de forma significativa das decisões que impactam suas vidas, ao mesmo tempo em que também se reconhece que estão em fase de desenvolvimento, e que a autonomia deve ser exercida de acordo com a maturidade alcançada.

### **2.3 Participação infantil como direito, inclusive na TV**

Entre os três eixos de distinção de direitos da criança resguardados pela Convenção Internacional – proteção, provisão e participação -, e sobre os quais deveriam ser fomentadas políticas públicas e de gestão para as infâncias, Pinto e Sarmiento (1997) apontam que a participação é o campo em que menos verificam-se progressos. A conciliação de direitos em uma perspectiva mais integral sobre a infância desafia os estudos do campo nas Ciências Sociais. Pinto e Sarmiento (1997) alertam para estudos da infância que negligenciam a escuta das vozes das crianças mesmo quando as reconhecem no estatuto de atores sociais.

O mesmo acontece em relação à produção cultural voltada ao público infantil. Doretto (2010) pesquisou as falas de crianças ouvidas nas reportagens de capa de dois suplementos infantis brasileiros, a “Folhinha”, do jornal “Folha de S. Paulo”, e o “Estadinho”, do jornal “O Estado de S. Paulo”, e constatou que mesmo nesses produtos jornalísticos feitos especificamente para esse público, era reservado pouco espaço para a

---

<sup>71</sup> Pesquisas de neurociência apoiam a compreensão da primeira infância como fase de alta sensibilidade para estímulos ambientais e interpessoais.

expressão de meninos e meninas<sup>72</sup>. Pesquisas sobre a análise do tratamento do jornalismo a crianças, da inclusão de crianças como fontes de informação, e das formas de abordagem do jornalismo infantojuvenil, aliás, são reveladoras da não participação infantil em temas que lhes dizem direito. Diversos trabalhos como de Farah (2018), Ponte (2005, 2009), Jacks *et al.* (2005), Moeller (2002), entre outros, abordam como o jornalismo tradicional as alija de debates públicos ou as exclui na representação de direitos conquistados. Em outro estudo que aborda a cobertura jornalística de 12 países, a ONG brasileira ANDI e agências da ANDI América Latina analisaram textos com a temática dos direitos e da qualidade de vida de crianças e adolescentes publicados entre 2004 e 2010. A conclusão foi de que faltam contextualização e pluralidade de opiniões. Em reportagens de educação, as de maior número na amostragem da pesquisa, apenas cerca de 5% dos textos incluíram a voz dos estudantes, enquanto o governo foi fonte em mais de 40%. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2005, 2012a, 2012b).

De maneira geral, sem embargo, falta a compreensão do efeito de interdependência de direitos, e não de hierarquia de direitos<sup>73</sup>. A linha de pensamento mais paternalista, com ênfase na visão de proteção das crianças como incapazes de agir com maturidade, por exemplo, relativiza a perspectiva de autonomia como condição de desenvolvimento dos sujeitos e minimiza o estatuto de atores sociais de pleno direito, capazes de produção simbólica, de interação com a sociedade e de ressignificação de sentidos. Assim sendo, centrar a perspectiva de direito apenas na provisão de cuidados sociais específicos do grupo etário definha a interpretação mais holística dos direitos das infâncias. Rossin (2013) assinala que a mudança de paradigma legal que valoriza a voz da infância incumbe “ressaltar o valor da linguagem, da polifonia, das relações, dos encontros humanos entre adultos e crianças”<sup>74</sup>.

O tema da participação infantil compõe o conjunto desta pesquisa, sobretudo, porque se insere na fricção do fazer audiovisual infantojuvenil (com e para crianças), no debate público sobre a perspectiva de infância provida de direitos (dentro e fora da

---

<sup>72</sup>Doretto (2010) destaca a preponderância de notícias de lançamentos de produtos que, de forma geral, eram apresentados às crianças, e não debatidos com e por elas.

<sup>73</sup>Henriques (2022) ressalta que a própria Convenção sobre Direitos da Criança foi alvo de críticas por não ter tido a participação de crianças. Não obstante, a autora pondera que documentos internacionais mais recentes do Comitê dos Direitos da Criança têm adotado a prática da escuta infantil, como na elaboração do Comentário Geral nº25, sobre direitos no meio digital.

<sup>74</sup>Nesse aspecto, cabe ressaltar o próprio processo da comunicação como de dialogicidade entre sujeitos (CURY, AZAMBUJA e FELÍCIO, 2015), como o encontro do diálogo autêntico (BUBER, 2009) e a episteme da compreensão (MORIN, 2000).

academia) e no desafio de fazer valer de forma genuína o que já está previsto em marcos normativos de proteção a crianças e adolescentes: a inclusão, a escuta e o envolvimento direto de crianças em temas que lhes são de interesse. Inclusive nas telas. O realizador, diretor e roteirista Jan-Willem Bult, dos Países Baixos, é um defensor do conceito “Crianças ao centro” (“*Children in the centre*”, em inglês), na representação de histórias infantojuvenis com a perspectiva da autonomia das crianças. Segundo ele, a qualidade da produção audiovisual infantil também inclui critérios de participação ativa de meninos e meninas no processo de criação (WILLEN-BULT, 2019<sup>75</sup>). Nesse sentido, Buckingham (2000, 2009) aponta a importância da participação como correlata à representação de meninos e meninas na mídia. Ele salienta que pleitear o direito das crianças à participação nos meios de comunicação é deslocar a perspectiva dos direitos “passivos” (provisão e proteção) para ir além, aos direitos “ativos”, de expressão.

O Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN), organismo especializado da OEA (Organização dos Estados Americanos) caracteriza uma experiência ou processo participativo aquele que reconhece crianças e adolescentes como pessoas capazes de compreender sua realidade, formar opiniões, expressá-las e envolver-se na resolução de problemas comuns. E elenca razões desse marco teórico-conceitual que defende a inclusão das crianças: (i) por ser direito consagrado na CDC; (ii) por se necessidade para o pleno desenvolvimento psicossocial do ser humano; (iii) por fortalecer e proteger crianças e adolescentes ante situações de vulnerabilidade de direitos; (iv) por ser componente da educação para a democracia e o exercício de cidadania; (v) por ser estratégia de intervenção em situações de violência; (vi) por estar relacionada à convivência mais harmônica, respeito mútuo e coesão social; (vii) pela perspectiva ética, autonomia; (viii) pelo direito à participação no sistema jurídico dos estados. (GIORGI, 2010).

Hart (1992) corrobora com essa defesa ao afirmar que uma nação é democrática na medida do envolvimento de seus cidadãos. As experiências de participação, entretanto, podem variar de nível e intensidade, segundo os contextos em que são realizadas. Hart (1992) desenvolveu um conceito que considera diferentes formas de ação das crianças. O conceito varia em uma escada, da “manipulação, decoração e tokenismo” (estágios de não participação nos quais pesa a visão do adulto) até o modelo de decisões iniciadas por crianças e compartilhadas com adultos. A distinção na escala de participação se daria

---

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.unicef.org/montenegro/en/stories/quality-childrens-media-crucial-development-every-country>. Acesso em: 17 mar. 2021.

conforme variáveis como o grau da consulta às crianças, a forma como são informadas etc. A chamada “Escada da Participação” de Hart é alvo de críticas por pesquisadores que rejeitam modelos definidos, já que as condições dos processos de participação dependem de variáveis e desigualdades de contexto.

O exercício dos direitos é a prática social, viva nas relações. Contudo, a participação infantil demora em se tornar ação, principalmente em razão de desigualdades. Becerro e Guerrini (2019) questionam: “(...) como promover formas eficazes de participação quando os direitos econômicos e sociais básicos ainda não foram cobertos?”<sup>76</sup> Entel (2019) também reforça o aspecto complicador da desigualdade para o reconhecimento social de direitos da ordem simbólica, “especialmente quando até o direito à saúde parece inacessível para vastos setores da população latino-americana” (2019, p. 34)<sup>77</sup>. É preciso ainda pensar nas formas de participação dos meninos e meninas nas instituições sociais. Llobet (2019) ressalta a necessidade de articular condições estruturais para a escuta de crianças, em “línguas específicas, modos particulares de apresentação de si, modalidades de enunciação (...)”, por isso a necessidade de metodologias sensíveis para a escuta de crianças e adolescentes.

Apesar das problematizações, há diversas iniciativas em curso. Metodologias variadas têm sido desenvolvidas para ouvir as crianças. Estudos da área da Sociologia da Educação e Antropologia Cultural têm aberto caminhos de investigação sobre as culturas da infância - culturas, no plural, pelo caráter plural dos sistemas simbólicos de valores, crenças, e de representações sociais das crianças - a investigar se a produção cultural das infâncias tem um sistema de construção do conhecimento específico das crianças em relação ao dos adultos, considerando as condições de inserção social delas. A aplicação do direito à participação infantil também tem resultado em experiências que se multiplicam desde o campo do Direito, como, por exemplo, na escuta de crianças em processos administrativos ou judiciais e até em gestões de políticas públicas e elaborações de peças orçamentárias como meio de formação de cidadania na participação da vida comum e exercício democrático.

---

<sup>76</sup> As autoras apontam a necessidade de inclusão de crianças, adolescentes e atores sociais que trabalham com o público infantojuvenil no desenho de políticas públicas voltadas para ele. O exercício do direito à cidadania, segundo Becerro e Guerrini (2019), deve convocá-los – principalmente os mais vulneráveis – ao comprometimento com mudanças sociais.

<sup>77</sup> Os direitos das crianças, previstos na CDC, ligados à ordem simbólica são, segundo Entel (2019): o direito de exprimir opiniões e sentimentos (artigos 12 e 13), o direito de informar e de estar informados (artigo 17), e o direito de respeito a ideias, crenças, cultura e idioma próprios da criança (artigos 14 e 30).

A participação infantil testa e aprimora a democracia, como salientam Diaz-Borquez, Contreras-Shats e Bozo-Carrillo (2018) na abordagem dos processos participativos empregados no Chile para incluir crianças na elaboração do desenho da Política Nacional da Infância. Em 2016 o Conselho Nacional de Infância desenvolveu a consulta nacional “*Yo opino, es mi derecho: niños, niñas y adolescentes construimos el país que soñamos*”, que recolheu opiniões de mais de 400 mil crianças (a partir dos 4 anos de idade), de distintos estabelecimentos educativos de todo o país, sobre participação, bem-estar e autonomia progressiva<sup>78</sup>.

#### **2.4 As telas em diálogo com marcos de direitos**

Na Argentina, ainda em período de efeito da pandemia do Covid-19, em 2021, a Secretaria Nacional da Infância, Adolescência e Família (SENAF), do Ministério do Desenvolvimento Social, criou, por meio da Resolução 62/2021, o Programa Nacional de Direito à Participação Cidadã de Meninas, Meninos e Adolescentes – Participamos. O objetivo foi promover o direito à participação em espaços institucionais e a quarentena, resultado da emergência sanitária, tem relação com essa demanda. (ARGENTINA, 2021).

Desde 2020, durante o período de restrição a atividades presenciais e suspensão do calendário escolar, a Senaf criou o primeiro conselho consultivo de adolescentes de 13 a 17 anos de idade<sup>79</sup>, espaço de escuta e participação institucional na criação de políticas da infância no âmbito da secretaria. A experiência do conselho se ampliou com o Participamos, em 2021, em política pública para a promoção da participação das infâncias em diversos níveis do Estado, seja por forma de comissões, conselhos, parlamentos, programas ou projetos. Em acordo com os artigos 12, 13, 14 e 15 da Convenção sobre os Direitos da Criança, mencionados anteriormente, e em conformidade com o artigo 44 (incisos j, k e p) da Lei 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos de Meninas, Meninos e Adolescentes, que atribui, entre as funções da SENAF, o papel de promover políticas de fomento à participação ativa de crianças e adolescentes e de fazer reconhecê-los como

---

<sup>78</sup> O processo de consulta, realizado entre 25 de outubro e 30 de novembro de 2016, abordou todos os níveis educacionais.

<sup>79</sup> O conselho, que começou com encontros remotos em razão da pandemia, atendeu a critérios de diversidade e de representação federal, segundo a resolução de sua criação (1916/2020). A formação (32 adolescentes titulares e 16 suplentes) inclui ao menos um/a adolescente de cada uma das 24 jurisdições do país e também relaciona diversidade de gênero; inclusão de povos originários, adolescentes portadores de deficiência, que vivem sem cuidados parentais, que estão ou são egressos de instituições penais e de centros de estudantes. O mandato tem duração de 1 ano.

sujeitos ativos de direitos, a secretaria criou o programa nacional a partir da experiência do conselho. Segundo a resolução, implementar a participação cidadã de crianças e adolescentes como direito é condição central para a construção de cidadania no exercício democrático. Além de contemplar a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Lei de Proteção Integral, o programa criado na Argentina respondeu à aprovação, em 2012, da Lei de Cidadania Argentina (26.774), conhecida como a lei de “*Voto Joven*”<sup>80</sup>, que garantiu o direito a voto a adolescentes entre 16 e 18 anos em eleições nacionais, outra sinalização de inclusão.

O secretário nacional de Infância, Adolescência e Família da Argentina à época, Gabriel Lerner, que assinou a resolução de 2012, ressaltou na ocasião a mudança de paradigma que representava institucionalizar novos espaços de participação cidadã com impacto no desenho, na execução e na avaliação de políticas públicas na Argentina:

(...) compreender meninos e meninas como sujeitos de direitos implica concebê-los como protagonistas de seu presente e artífices de seu futuro, no marco de uma sociedade e de um Estado que os integra, os escuta e leva em consideração suas opiniões. Isso nos obriga não apenas a pensar “por” e “para” meninas, meninos e adolescentes; mas trabalhar “com” e “desde” as infâncias e adolescências. (LERNER, 2021).

Francesco Tonucci, pesquisador, psicopedagogo e desenhista italiano, mundialmente conhecido pelo conceito de “cidades para as crianças”<sup>81</sup> desde a década de 90, acompanhou esse movimento de formação de conselhos na Argentina. O relato está no livro “¿Puede un virus cambiar la escuela?” (TONUCCI, 2020). Durante a quarentena, para acompanhar a situação das crianças em confinamento, a Rede criada por Tonucci intensificou a formação de conselhos virtuais de crianças em cidades latino-americanas,

---

<sup>80</sup> No Brasil, o direito ao voto facultativo aos 16 anos está previsto desde outubro de 1988 (art. 14, § 1º, inciso II, alínea c), data da publicação da Constituição Federal, também chamada de Constituição Cidadã. A eleição direta para presidente da República de 1989 foi a primeira participação dos jovens brasileiros de 16 e 17 anos.

<sup>81</sup> Foi na Itália, La Città Dei Bambini (Fano), a primeira experiência do conceito, que critica a perspectiva urbana que exclui as crianças do ambiente e da participação social no espaço público. As ideias de Tonucci formaram a base da Rede Internacional de Cidades para Crianças, com a defesa do reconhecimento de que as cidades não são pensadas para incluir meninos e meninas e para pleitear que as mudanças feitas em uma cidade que pensar nas crianças podem impactar positivamente a todos. O conceito de Tonucci foi implementado em 14 países, por cidades da Europa e da América Latina, em especial a cidade argentina de Rosário, onde foi formado um conselho de meninas e meninos. A província também criou um centro de atividades pensado para crianças, o Tríptico da Infância, formado por três pontos de convivência, brincadeiras e conhecimento que envolve meninos, meninas e adultos no espaço público em “territórios de aprendizagem”. A experiência de participação cidadã de crianças nas políticas públicas local foi foco de estudo de distintos trabalhos de pesquisa, como dos autores Ballesteros (2009), Iazzetta, Robin, Bartolacci (2007) e Cuenya (2002). A cidade da Argentina se tornou um dos grandes *cases* do conceito.

como em Jundiaí (Brasil), General Roca e Arroyito (Argentina) e Lima (Peru). As experiências se ampliaram posteriormente para Rosario, Buenos Aires, La Plata e Neuquén (Argentina). Tonucci conta no livro que, nessa época, a rede argentina lançou a campanha “Niñez en cuarentena”, para ouvir meninos e meninas em suas aflições e necessidades durante a crise do Covid-19. A campanha começou em Buenos Aires e, por videochamadas, as crianças mostravam aspectos de suas vidas em metodologias variadas de participação. O resultado foi enviado a autoridades, inclusive à Senaf, de onde surgiu em 2021 o programa “Participamos”, impactado pela campanha “Niñez en cuarentena”.

Tonucci esteve na Argentina em 2023, em atividades do programa público de participação do governo. Em palestras e encontros com agentes públicos que tratam do tema da infância, reforçou a necessidade de integração das crianças aos espaços públicos e à participação social<sup>82</sup> e visitou alguns locais onde estão sendo gestadas experiências de conselhos infantis no País, entre eles o canal infantil de televisão Pakapaka.

O projeto “Inventar Pakapaka”, de conselho consultivo de crianças, nasceu nesse contexto, em 2021. Em entrevista para esta pesquisa, a diretora do canal, Cielo Salviolo (2023)<sup>83</sup>, contou que a participação infantil, de forma mais efetiva e sistemática, sempre foi um desejo da TV, mas foi na pandemia que Pakapaka criou mecanismos para colocar o conceito em prática. Tal como em diversos países do mundo, a Argentina também recorreu à TV pública para produzir programas audiovisuais do Ministério da Educação durante a suspensão das atividades escolares presenciais na pandemia. O programa nacional foi chamado de “Seguimos Educando”<sup>84</sup>. A experiência criou uma grande base de dados de meninos e meninas de todo o país que participaram por meio de redes sociais, trocavam experiências do confinamento e contavam como estavam atravessando a quarentena. Após a pandemia, com essa rede de contatos de crianças que participaram de “Seguimos Educando”, nasceu a primeira seleção do conselho de meninas e meninos do canal, o projeto “Inventar Pakapaka”, que tem o direito de participação infantil em seu eixo central.

---

<sup>82</sup> Na visita pela América Latina, Tonucci também esteve em Jundiaí, no interior de São Paulo, onde foi realizado, de 18 a 24 de março de 2023, o 1º Encontro Brasileiro de Cidades das Crianças e o Fórum Internacional das Infâncias, que reuniu representantes brasileiros das Redes Cidades das Crianças e Urban95. Jundiaí se tornou sede da Rede Latino-Americana do projeto no Brasil.

<sup>83</sup> Diretora do canal Pakapaka, gestora cultural, consultora e pesquisadora em comunicação e infância. A entrevista com Cielo Salviolo consta no Apêndice desta tese.

<sup>84</sup> “Seguimos Educando” funcionou em múltiplas plataformas: 14 horas diárias de televisão, 7 horas diárias de rádio, um portal web, e biblioteca digital.

Em defesa de marcos de direitos de comunicação de qualidade para a infância, a Argentina ainda tem um conselho, o *Consejo Asesor de la Comunicación Audiovisual y la Infancia*, o CONACAI, criado no contexto da chamada *Ley de Medios* (Lei 26.522), que será apresentada de forma mais detalhada no Episódio 4 desta tese. O artigo 17 definiu a criação do CONACAI, formado por representantes de organizações da sociedade civil para estimular a qualidade e diversidade da programação audiovisual para crianças e adolescentes.

No Brasil, não há uma instância correlata para tratar especificamente de temas da comunicação audiovisual infantojuvenil na perspectiva de direitos, mas o Conanda<sup>85</sup>, criado em 1991 por força do ECA (BRASIL, 1990), que no artigo 88 prevê a criação de conselhos nas esferas municipal, estadual e nacional, tem a atribuição de fiscalizar ações de promoção de direitos da infância e adolescência em organismos governamentais e não-governamentais. Nesse âmbito, atuou em diversos casos relacionados com a mídia. Como em 2014, quando considerou abusiva a publicidade e comunicação mercadológica dirigida a crianças. O órgão também se posicionou em abril de 2023 durante a cobertura jornalística de ataques violentos em escolas brasileiras<sup>86</sup> e incentivou os veículos a tomar cuidados no compartilhamento de informações detalhadas dos crimes pela mídia e evitar o chamado “efeito contágio”. O Conanda integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos e é composto por representantes da sociedade civil organizada e representantes do governo federal. As resoluções do conselho têm força normativa e, portanto, devem ser cumpridas integralmente.

Participação infantil, no Brasil, está reforçada como direito até de crianças pequenas (de até seis anos de idade) no Marco Legal da Primeira Infância (MPLI), que propõe o envolvimento delas na formulação das políticas e ações que lhe impactem (Lei 13.257 - Artigo 4º). Outra normativa brasileira que prevê a participação infantil é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu Art. 16 prevê o direito à liberdade de participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação, e de participação da vida política, na forma da lei (BRASIL, 1990). Também relevante foi a promulgação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), em 5 de agosto de 2013, que

---

<sup>85</sup> O Conanda garantiu desde 2017 instrumentos de participação infantil em seus espaços de discussão. Por meio da Resolução nº191, foi instituído um comitê de participação de adolescentes (CPA) com efeito consultivo, com integrantes selecionados nos espaços de participação dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e por grupos da sociedade civil. O comitê do Conanda também tem critério de representação federal, com um indicado de cada estado e do Distrito Federal.

<sup>86</sup> BBC. Os dados que mostram explosão no número de ataques a escolas no Brasil. 5. Abr.2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo>. Acesso em: 22 abr. 2023.



assegura, em seu Artigo 2, a valorização e a promoção de sua participação social e política, de forma direta e por meio de representações. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) igualmente faz essa defesa ao dispor na Resolução 149, de 2011, sobre o processo de participação de crianças e adolescentes em comissões organizadoras de conferências de direitos infantis.

Apoiadas por esses marcos regulatórios, as experiências de escuta infantil ganharam força em diversos contextos brasileiros, entretanto são desenvolvidas de forma irregular. Outrossim, há garantias legais para tanto, e marcos no campo da gestão pública. Em 2004 foi criado o Grupo Interministerial de Juventude. No mesmo ano, a Frente Parlamentar de Juventude e a Comissão Especial de Políticas Públicas promoveram eventos pelo país. Paulatinamente foram criados conselhos, coordenadorias e secretarias em cerca de mil municípios e 25 estados (UNICEF, 2014)<sup>87</sup>, além de orçamentos participativos, em experiências que são tema de trabalhos de pesquisa de Nascimento (2009), Rosa (2022) e Uemori (2021).

À parte da esfera governamental e do ambiente escolar, Oliveira (2017) enumera ações desenvolvidas por organizações não governamentais, como o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) e a Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI). A autora cita o projeto de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do Rio de Janeiro em 2013, formulado com a participação de crianças e organizado por várias entidades da RNPI, entre elas o CECIP. A participação das crianças em ações coletivas e movimentos sociais também marca estudos do conceito no Brasil. O já mencionado Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e os Sem Terrinha, coletivo infantil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram examinados em estudo de Gouvêa, *et al.* (2021). A participação infantil no movimento de ocupações urbanas de grandes cidades brasileiras foi tema da pesquisa de Gouvêa, *et al.* (2019).

---

<sup>87</sup> Em 2005 foram criados o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

### EPISÓDIO 3 - O AUDIOVISUAL PARA CRIANÇAS

Em relação ao corpo do adolescente com a mídia, é um negócio mais aprofundado. O corpo que a gente vê normalmente na rede social não é o corpo real. Então quando a gente se olha no espelho, a gente se vê feia, a gente não gosta do nosso biotipo. Muita gente quer ter o corpo daquela foto, sendo que muitas vezes não consegue. Luiza, 14 anos, em depoimento na série “Toda Menina Baiana” (2022)<sup>88</sup>.

No campo dos estudos culturais e de mídia, a relação das crianças com os meios repercute e intensifica dilemas e ambivalências da posição das crianças no contexto social, segundo Buckingham (2000): necessidades e desejos das crianças passam a ser mais reconhecidos ao mesmo tempo em que elas são apontadas como público-alvo de mercados ávidos por novos consumidores. Pinto e Sarmiento (1997) destacam o quanto é paradoxal a própria visibilidade da infância, dada a complexidade da categoria e das condições de vida. Enquanto se propõe o protagonismo das crianças na ordem das políticas sociais e na ordem do discurso, efeitos contraditórios se confrontam. Eles exemplificam com o debate sobre eventuais consequências negativas do consumo de programação de TV e como ignora-se frequentemente “os modos de apreensão e reinterpretação das imagens da televisão pelas crianças”. Ou como as temáticas da programação têm que responder mais às expectativas das famílias, dos valores sociais e serviço público de TV.

Os eixos do debate sobre o tema reforçam esse paradoxo. David Buckingham (2009) critica a lógica dualista para reflexões sobre crianças e meios de comunicação, que ainda revezam entre o bem e o mal para caracterizar conteúdos *a priori* e acabam por fortalecer a agenda moralista e desviar reflexões sobre fenômenos sociais com mais profundidade. O sociólogo inglês Chris Jenks (1994) reafirma essa problematização do mundo bipartido das imagens e representações da criança baseadas em arquétipos dominantes “naturais” à infância. As grandes tendências dos estudos sobre crianças e televisão entre os anos 50 e 70, segundo Pinto (2000), desaguam em duas vertentes: a preocupação “quase obsessiva” pelos efeitos da televisão e a tendência unidimensional de apontar a TV como explicação para fenômenos sociais como comportamentos violentos. O tema da violência e de conteúdos considerados violentos na programação

---

<sup>88</sup> Luiza é uma das protagonistas do episódio Pop Oriental, da segunda temporada da série, disponível gratuitamente na plataforma Globoplay.

televisiva como influência no comportamento das crianças se mostrou como o eixo central dessa relação na análise de Dotro (2000), que também ilustra esse reducionismo. A autora enfocou os vínculos entre infância e meios de comunicação em balanço sobre as correntes que marcaram essa relação desde os fins do século passado, grande parte das abordagens com o viés do modelo funcionalista em conexões causais (causa-efeito) entre o uso da mídia e comportamento, que não contemplavam a complexidade da relação entre crianças e televisão, e que consideravam meninos e meninas como receptores passivos, sem reconhecê-los como sujeitos de ação social.

O saldo negativo dessa equação foi a representação de crianças inaptas e incompetentes na mídia *mainstream*, hegemônica, dirigida ao público adulto. Buckingham (2009) aponta que raramente se vê na mídia crianças que não sejam sensacionais e/ou que não desempenham papel emocional nas narrativas para os adultos nos enquadramentos da inocência ou da corrupção. Jenks (1996, p. 62) ilustra essa polarização na representação social com modelos de mitos clássicos que persistem ao longo do tempo. No polo da dimensão da inocência, da pureza e da bondade natural não contaminada pelo mundo adulto está a imagem positiva da criança apolínea, referência do deus grego Apolo associado ao sol, à luz e à juventude. No polo contrário está a imagem da criança dionisíaca, desregrada, caracterizada pela selvageria, uma corrupção inicial que requer controles rígidos de adultos para estabelecer a ordem social. Os dois conceitos circulam nos discursos sociais e são acionados como lugares simbólicos da infância em coexistência. As representações noticiosas dualistas (Moeller, 2002, Jempson, 2005, Marôto, 2012) reforçam antagonismos que ocupam discursos de medo e necessidade de controle na prevenção de comportamentos considerados desviantes.

Distintos trabalhos de análise crítica de mídia atestam o reducionismo das representações na mídia. A pertinência de apontá-los em uma pesquisa sobre audiovisual dirigido a crianças está não só na construção dessa categoria, mas na capacidade da contribuição midiática para a percepção que crianças e adolescentes têm de si mesmos como cidadãos (Buckingham, 2000). Trabalhos de análise de jornalismo infantil, do tratamento da mídia *mainstream* ao tema da infância ou da representação de crianças no audiovisual e de reproduções de estereótipos<sup>89</sup>, como de Steyer (2014), Ponte (2005),

---

<sup>89</sup> Sobre televisão e a mediação nos processos de comunicação e de recepção cultural, a complexidade da interação e o reconhecimento do receptor como sujeito social ativo na construção dos conteúdos consumidos sob assimetrias na distribuição de poder social, contextos de vida e modos de recepção e consumo estão em análise em trabalhos como de Cruz (1986); Pinto (2000); Martim-Barbero (2006), Rey (2001), Buckingham (2010, 2012) entre outros que questionam os debates centralizados no poder da mídia

Marôpo (2013), Doretto (2010), Furtado (2013), Fuenzalida (2008), Strom e Alcock (2017), Azeredo (2007), Cabello, P.; Ortega P. (2007) entre outros, apontam caminhos para repensar representações (HALL, 2003, MOSCOVICI, 2007) conjugadas pelo paradigma de direitos da criança. Especificamente sobre TV infantil, Buckingham (2012, p. 108) observou um “complexo equilíbrio” entre o medo de causar danos (um discurso protecionista) e a tentativa de fazer bem (um discurso pedagógico) às crianças (...). As chaves do debate sobre infância e mídia requerem enfoques mais multifacetados e, segundo Buckingham (2000), estariam no deslocamento do eixo do tema para a perspectiva de direitos, o que reforça o poder de agência das crianças e reconhece a competência dos sujeitos ao mesmo tempo em que as protege. Os programas infantis analisados nesta tese apontam para este caminho, como apresentado a seguir.

### 3.1 Inventar Pakapaka Pregunta – Argentina

*Me gustó que hablamos sobre no querer ser como una muñeca Barbie o como alguien que aparece en las propagandas, por su cuerpo y forma de verse. Si no que todos somos diferentes y nos tenemos que aceptar y aceptar al otro por cómo somos. Y que no nos importen las medidas de nuestros cuerpos, solo para hacernos ropa, no para querer ser como otro.*

Jose, sete anos, de Mendoza, Argentina, em avaliação sobre uma das reuniões do conselho de crianças do canal infantil Pakapaka<sup>90</sup> (2022).

A atividade dessa reunião de Inventar Pakapaka comentada por Jose foi realizada online em maio de 2022. É integrante da segunda formação do conselho de meninas e meninos do canal infantil público argentino que criou um manifesto com reflexões sobre o que querem ver na TV como representação infantil. Elisa, outra integrante do conselho, contribuiu com uma observação de gênero: “*Una princesa que no necesite de un hombre para poder pelear*<sup>91</sup>”. E se somaram participações das crianças que foram resumidas, ao final da atividade, na carta pública “*Nuestros cuerpos cuentan*” (Figura 06). A carta-manifesto foi posteriormente apresentada em encontro online do conselho infantil, em 16

---

(abordagens mediocêntricas, segundo Pinto) para passar a inquirir sobre a interação entre a mídia e suas audiências.

<sup>90</sup> Atividade do conselho registrada no site do projeto. Disponível em: <https://consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/jugamos-y-repensamos>. Tradução nossa: Gostei que falamos sobre não querer ser como uma boneca Barbie ou como alguém que aparece em propagandas, por causa do corpo e da aparência. Somos todos diferentes e temos que aceitar a nós mesmos e aos outros como somos. E que não nos importem as medidas dos nossos corpos, apenas para fazer roupas, e não para querer ser como outra pessoa.

<sup>91</sup> Tradução nossa: Uma princesa que não necessite de homem para lutar.

de setembro de 2022, com representantes de organizações públicas que atuam no âmbito do direito das infâncias, como a Defensoría de los Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes, Defensoría del Público e Consejo Asesor de la Comunicación Audiovisual y la Infancia (CONACAI).

Relatar uma síntese das atividades desse projeto é fundamental para o contexto de análise da realização do programa “*Inventar Pakapaka Pregunta*”, produto da participação das crianças do conselho, que começou no período da pandemia, como relatado no Episódio 2 desta tese. Ademais, o conteúdo de mídia não pode ser analisado à revelia de sua inserção institucional e a aproximação ao seu contexto sociocultural (Pinto, 2000).

A criação de “*Inventar Pakapaka Pregunta*” se insere em um contexto de desafios enfrentados pela TV durante o período de confinamento, como relata Cielo Salviolo, diretora do canal, em artigo do livro “*Navegando en la infodemia con AMI: alfabetización mediática e informacional*” publicação da UNESCO e da *Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual de Argentina*. No artigo, Salviolo descreve o ciclo diário de programas ao vivo exibidos por Pakapaka no âmbito do projeto nacional *Seguimos Educando*, para garantir um elo de continuidade do plano pedagógico do Ministério da Educação. A partir de março de 2020 o canal somou esforços ao plano nacional com a produção de conteúdos do nível inicial à quinta série. Além desse aporte mais vinculado ao conteúdo escolar, Salviolo aponta o desafio de acompanhar o público durante as restrições e constrangimentos do confinamento. “Asimismo, el canal se propuso acompañar amorosamente niños y niñas, mediante espacios capaces de simbolizar sus imaginarios sobre el mundo que los rodea, con propuestas de interacción com otrxs, para reforzar la idea de que no estaban solxs, que podían hacer sus preguntas y recibir respuestas”<sup>92</sup> (SALVIOLO, 2022).

A perspectiva de representação de várias formas de vivência da quarentena – e das desigualdades pré-existentes que se destacaram ainda mais nesse período – pautou esse acompanhamento de dimensão “amorosa” a que Salviolo se refere:

*No podíamos perder de vista que nuestra pantalla le habla a quienes atravesaron y atraviesan la pandemia en un departamento sin balcón y*

---

<sup>92</sup> Tradução nossa: Da mesma forma, o canal se propôs a acompanhar com carinho meninos e meninas, por meio de espaços capazes de simbolizar seus imaginários sobre o mundo que os rodeia, com propostas de interação com os otrxs, para reforçar a ideia de que não estavam sozinhxs, de que poderiam fazer suas perguntas e receber respostas.

*a quienes lo hacen en un ámbito rural, o a quien hace el aislamiento en un ámbito comunitario. Todas esas experiencias nos interpelan y nos atraviesan. Por eso, nuestra apuesta es construir una pantalla en la que todos los chicos y las chicas se sientan, en algún momento, representados y representadas. Es decir, que cuando pasen por la pantalla haya un contenido, una pregunta, un personaje, un escenario que los interpele y haga que ellos y ellas se sientan representados*<sup>93</sup>. (SALVILOLO, 2022, p. 98).

A proposta de representação da diversidade das infâncias argentinas está nos princípios do canal desde sua gênese, mas as restrições do período de quarentena apresentaram outras condições e demandas nesse sentido. Segundo a pesquisa Covid-19, realizada pelo UNICEF Argentina (2020) 18% dos adolescentes entre 13 e 17 anos de idade não tinham Internet em seus domicílios e 37% não dispunham de dispositivos eletrônicos, como computadores, notebooks ou tablets, para realizar as tarefas de escola. O uso da televisão para conteúdos pedagógicos, portanto, se tornou estratégico durante a suspensão do funcionamento dos colégios. Ao mesmo tempo, a TV, também segundo a pesquisa do UNICEF (2020), na Argentina, foi o meio de comunicação mais utilizado por 90% dos lares consultados para a busca de informação sobre a pandemia em 2020<sup>94</sup>.

Nesse contexto, acompanhar “amorosamente” as crianças, como o termo empregado por Cielo Salviolo na condução dos projetos de Pakapaka no confinamento, entende-se também como questão de política pública. Com o propósito de conjugar esse olhar de cuidado emocional com a perspectiva da diversidade e da visibilidade de crianças na TV, algumas criações foram emblemáticas no período em Pakapaka. “*Ventanas al mundo*” (“Janelas pelo mundo”, na versão do projeto em português) propôs, em projeto multimídia, que meninos e meninas de várias partes da Argentina relatassem como viam o mundo desde suas janelas na quarentena em 2020. Com apoio do UNICEF e iniciativa do canal Pakapaka com Red TAL, o projeto produziu mostras virtuais de desenhos infantis e peças para redes, televisão e rádio sobre o cotidiano das crianças latino-americanas durante a pandemia e sobre o reencontro com a normalidade após o fim do confinamento. Dezessete canais de nove países aderiram à coprodução que na TV resultou em um ciclo

---

<sup>93</sup> Tradução nossa: “Não poderíamos perder de vista que a nossa tela fala para aqueles que atravessaram e atravessam a pandemia em um apartamento sem varanda e para aqueles que o fazem em um âmbito rural, ou a quem faz o isolamento em um âmbito comunitário. Todas essas experiências nos interpelam e nos atravessam. Por isso, nossa aposta é construir uma tela onde todos os meninos e meninas se sintam, em algum momento, representados e representadas. Ou seja, para que ao passarem pela tela tenha um conteúdo, uma pergunta, um personagem, um cenário que os interpele e os façam sentir representados”.

<sup>94</sup> Pesquisa disponível em: <https://www.unicef.org/argentina/informes/encuesta-rapida-covid-19-informe-de-resultados>.

de microprogramas de não ficção com episódios de 5 minutos, dirigidos ao público de 6 a 10 anos de idade. No Brasil, a TV Senado – televisão pública do Legislativo – fez parte do projeto<sup>95</sup> e, também, difundiu peças de chamada para receber desenhos de crianças brasileiras. “*Ventanas al mundo*” se configurou, portanto, como uma proposta de estímulo à visibilidade das crianças<sup>96</sup> quando elas estavam impedidas do acesso ao espaço público:

Cuando empezaron la pandemia y la cuarentena, los primeros invisibilizados fueron los niños y las niñas, porque dejamos de verlxos en las calles y dejamos de escucharlxos en las escuelas. Durante muchos meses no lxs vimos, fueron corridos de la escena. Y es en ese punto donde Pakapaka asumió la responsabilidad política de visibilizar a las infancias: con sus angústias, con sus temores, con sus fantasmas sobre lo que estaba pasando y lo que iba a venir; generando espacios para sus preguntas, pero también para las respuestas, con información pertinente y apropiada que les permitiera tramitar y procesar algo de todo lo que la situación les produjo<sup>97</sup>. (SALVIOLO, 2022).

A contingência da quarentena que demandou a criação de “*Seguimos Educando*”, como relatado no Episódio 2 desta tese, conjugou condições para que a base de dados das crianças participantes pudesse ser um ponto de partida para outro projeto de Pakapaka na perspectiva de direitos das infâncias durante a pandemia, o de espaço sistemático de participação infantil, o que também configurava uma aposta ao pensar coletivo em meio à individualização das experiências no confinamento. Assim foi criado o conselho “*Inventar Pakapaka*”, iniciativa inédita para agregar crianças na criação de propostas culturais do canal, pensar a programação existente, novas produções, temáticas e abordagens.

---

<sup>95</sup> Outras televisões participantes: Canal TRO, EDUCA, IPE, TV Universidad, Sinart COSTA RICA, Vive TV, Canal Capital, Abra TV, Mundo U, Canal 22, Canal 26, Canal Parlamento Jalisco, Sizart, Sizart Zacatecas, TV4 e Ser TV.

<sup>96</sup> Segundo a pesquisa “*Comunicación, infancia y adolescencia*”, realizada pela *Defensoría del Público* e pelo UNICEF, a visibilidade das infâncias nos meios de comunicação da Argentina se restringe, de forma geral, a notícias de violência e insegurança. O monitoramento de recorte trimestral feito entre os meses de março a maio de 2022 em portais de notícias digitais de todo o país e em programas noticiosos de canais de Buenos Aires indicaram que crianças e adolescentes figuraram como fonte em apenas 7,4% das notícias publicadas sobre infância no período. Disponível em: <https://defensadelpublico.gob.ar/los-chicos-y-chicas-tienen-escasa-visibility-en-los-medios/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

<sup>97</sup> Tradução nossa: “Quando começaram a pandemia e a quarentena, os primeiros invisibilizados foram os meninos e meninas, porque deixamos de vê-lxs nas ruas e deixamos de ouvi-lxs nas escolas. Por muitos meses não os vimos, eles foram expulsos de cena. E é aí que Pakapaka assume a responsabilidade política de visibilizar as infâncias: com seus temores, com seus fantasmas sobre o que estava acontecendo e o que estava por vir; gerando espaços para suas perguntas, mas também para as respostas, com informação pertinente e adequada que lhes permitissem tramitar e processar algo de tudo o que a situação produziu para eles” (SALVIOLO, 2022).

A primeira formação do conselho foi integrada em abril de 2021 por crianças de 7 a 11 anos de idade de várias partes do país, provenientes da experiência com “Seguimos Educando”. Desde então foi aberta convocatória anual para crianças interessadas em participar e a escolha dos membros passou a ser feita por sorteio, respondendo aos critérios de: idade, gênero e representatividade federal. Para garantir a diversidade, o sorteio é feito por região. Desde a primeira formação, o conselho vem sendo ampliado e na mais recente edição, de 2023, conta com 21 meninos e meninas de distintas províncias. O mandato se estende de abril a dezembro e, terminado o período de gestão, o conselho é renovado em novo processo de seleção. Até a finalização desta tese foram três formações de conselho e muitas das atividades tiveram efeito na criação de peças do canal. E como é a metodologia de escuta?

– Alguma criança aqui se lembra de algum direito que tem? Podem escrever ou responder em voz alta.

Assim chamavam em espanhol os moderadores do encontro online, em uma das dinâmicas da sessão que reunia crianças de várias partes da Argentina. Era véspera do Dia Internacional dos Direitos da Infância e o Consejo de Niños y Niñas de Pakapaka se encontrava para falar de sonhos.

- Direito a ter família, dizia uma das crianças.
- Direito a ter um lar, seguia outra.
- Direito à educação.
- Direito que não te assustem.

E proliferavam mensagens no chat de conselheiros infantis do canal, ávidos para participar da dinâmica virtual.

O trecho acima é de um relato de minha autoria como jornalista, produtora de conteúdo no portal brasileiro comkids, em publicação que registrou a experiência do conselho “Inventar Pakapaka”.<sup>98</sup> Tal como no início do projeto, as reuniões online são mensais, no formato lúdico de oficina, e o contato entre os conselheiros e o canal também se estende por meio de recursos como o Padlet e whatsapp. Ao fim do período de gestão de cada formação do conselho, há uma reunião presencial no fim do ano para conhecer o canal Pakapaka em Buenos Aires e participar de outras atividades coletivas. A TV arca com os custos da viagem das crianças que moram fora da capital, o que possibilita condições mais equitativas de acesso ao encontro presencial. Também financia a viagem

---

<sup>98</sup> Disponível em: <https://www.comkids.com.br/conselhos-de-criancas-na-tv-infantil/>.



de um acompanhante adulto e houve casos de necessidade de custeio de passagem adicional para mães solo que tiveram que levar o outro filho na viagem.

Cada tema e reunião tem uma dinâmica diferente em clima de brincadeira interativa, sempre com consulta às crianças em estímulo à participação, por expressão oral ou escrita no chat. Em certos momentos todos participam juntos e em outros são divididos em grupos por salas online simultâneas via plataforma de videoconferência. Na reunião citada anteriormente, o tema dos direitos foi abordado por meio da leveza da consulta sobre os sonhos das crianças e recursos como brincadeira de verdadeiro ou falso, jogo da roleta etc.<sup>99</sup>

O encontro online do conselho de crianças que acompanhei em outubro 2021 se inseria no eixo de trabalho do conselho escolhido para aquele ano: “restabelecer o direito de sonhar”. Era período pós-pandemia e as crianças fizeram parte de atividades sobre o conceito de sonhar, de direitos e de desejos. Também foram convidados à atividade lúdica de “apanhadores de sonhos”, para conhecer os sonhos das pessoas ao seu redor. A proposta, além de estimular a escuta das crianças, promove diálogos entre pares e intergeracionais, e um exercício de observação crítica em seus entornos.

A diretora de Pakapaka, Cielo Salviolo, contou em entrevista a esta pesquisa acerca do processo de metodologia de escuta desenvolvido no conselho. Além de se basear na experiência de 12 anos em criação de conteúdo, Pakapaka buscou aportes da “Rede de Cidades das Crianças”, do psicopedagogo italiano Francesco Tonucci, como relatado no episódio 2 desta tese. O canal argentino, inclusive, passou a fazer parte da organização internacional. A metodologia, explica Cielo, demanda interação participativa:

*Tenemos metodología de participación para un contenido en particular o para una serie. En general involucra un taller previo, encuentros previos.... Pero eso lo hacemos si por ejemplo, queremos indagar un tema. Ahora estamos trabajando democracia en los 40 años de democracia, entonces tenemos algunas actividades que hacemos con grupos de chicos que nos dan insumos para pensar el contenido. Pero eso no es el Consejo. El consejo es mucho más que eso. Demanda a otra metodología que hay que sostenerla a lo largo del año y que un poco se fue armando a medida que lo fuimos atravesando. (SALVIOLO, 2023).*

---

<sup>99</sup> Registro disponível em: <https://consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/encuentro-para-sonar>.

Diferentemente, portanto, de um grupo focal, que interpela um grupo da audiência para obter percepções sobre determinado tema ou produção criativa, como um personagem ou uma série já produzida, por exemplo. A metodologia do conselho é mais aberta às iniciativas das crianças, como contou Cielo Salviolo: “Acá abrimos todo a la posibilidad de intervención: un guión, un personaje, los temas de la agenda, del año, las redes, los abordajes (...).”<sup>100</sup>.

Parte-se de uma proposta de agenda de trabalho com o planejamento do ano, mas a trilha do projeto pode se bifurcar em outros caminhos. Isso aconteceu, por exemplo, no conselho de 2022, quando a proposta de agenda de atividade não previa o tema da violência, mas as crianças manifestaram interesse por uma manifestação violenta em específico: a violência entre pares, ou seja, situações de bullying, discriminação, maus-tratos, zombarias, exclusão etc. Entre e com colegas. A forma de abordagem também foi de escolha deles, segundo Salviolo. E o conteúdo gerado foi a campanha “*No estás solo, no estás sola*”, de emojis e *stickers* de mensagens de ajuda e apoio entre crianças, como: “Yo te ayudo”, “No lastime a los demás”, “Amigo, si necesitas yo te ayudo”, etc. O material está disponível no site do conselho, para download e difusão em redes sociais e aplicativos de mensagens, em formas mais diretas de interação entre pares<sup>101</sup>.

As crianças do conselho infantil também já participaram do processo de concepção de uma personagem do universo da série de animação Zamba, que já pode ser vista nas telas do canal. A partir da consulta às crianças foram definidas as características da personagem Yazy, uma menina do futuro e de cabelo lilás, que tem grande preocupação com as mudanças climáticas. Outra atividade do conselho foi o já citado manifesto “Nuestro Cuerpos Cuentan” (Fig. 06). A partir do manifesto, o canal produziu vinhetas ilustradas e animadas com cenas de personagens com corpos e estéticas variadas, para veiculação nas redes sociais e na tela da TV. Segundo Cielo Salviolo, a questão da representação foi tema de preocupação recorrente das crianças desde a primeira formação do conselho, em 2021.

Além da reunião online do conselho infantil que acompanhei em 2021, fui autorizada pela equipe de Pakapaka a acompanhar outro encontro remoto em 12 de maio de 2023. A reunião teve alta taxa de participação, dos 21 conselheiros, 19 se conectaram.

---

<sup>100</sup> Tradução nossa: “Aquí abrimos todo a la posibilidad de intervención: un guión, un personaje, los temas en pauta, o ano (agenda de trabajo do ano), las redes, las abordagens (...).”

<sup>101</sup> Disponível em: <https://consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/emojis-y-manifiesto>

A coordenadora do projeto, Malena Fainsod<sup>102</sup>, conduziu a sessão com o apoio de outros colaboradores do canal. Depois de uma introdução conjunta, foram divididos subgrupos de crianças nas salas simultâneas para facilitar o debate em ambientes com menor número de pessoas. Com a ajuda de ferramentas colaborativas como o Padlet, os registros ficam claros e as crianças participantes puderam constatar como suas opiniões realmente fizeram diferença no resultado final da sessão. Depois, os subgrupos voltaram para a sala virtual principal para apresentar o trabalho. O tom lúdico alinha o roteiro pré-definido pela equipe como forma de instigar a imaginação dos conselheiros.

Na reunião em questão, as crianças foram estimuladas a pensar como fariam uma poção mágica para inventar um mundo melhor e o recurso musical do Rap foi utilizado para improvisar rimas e articular as ideias do encontro. De forma divertida, foram acionados debates sobre temas contemporâneos como meio ambiente, bullying, discriminação etc<sup>103</sup>. E que tal articular essas contribuições de forma criativa em uma música? Muitos dos conselheiros se arriscaram em tentativas improvisadas com rimas de Rap para tentar sintetizar as conclusões em versos. Cada contribuição era comemorada, fossem mais ou menos bem-sucedidas, e a equipe condutora da reunião estimulava a valorização da expressão das crianças entre seus pares e o ambiente de segurança para a participação infantil.

“Inventar Pakapaka Pergunta”, o programa de entrevistas na TV, nasce da conjunção de ideias sobre a infância e de participação infantil que estruturam o projeto do conselho.

---

<sup>102</sup> A equipe do conselho é formada ainda por: Valeria Dotro (conteúdo e assessoria geral), Lola Fainsod (assistência técnica e recreativa) e Aldana Lopez Coffen (assistência técnica e administrativa). Além disso, o projeto mantém permanente articulação com a direção do canal e com os outros integrantes de Pakapaka.

<sup>103</sup> Registro da reunião disponível no site do conselho em: <https://consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/un-mundo-para-todos-todas-y-todes>

Figura 6 - Carta “Nuestros Cuerpos Cuentan” (Pakapaka)

**CARTA DEL CONSEJO INVENTAR PAKAPAKA 2022**

Las chicas del Consejo Inventar Pakapaka nos reunimos para pensar cómo se presentan nuestros cuerpos en la televisión, las publicaciones, el cine y las redes.

Brinca todos o todas, definemos qué queremos ver:

- Personajes con **DISCAPACIDADES** físicas, mentales, emocionales o sensoriales.
- Personajes con **PLACOS** que no estén etiquetados por cómo los vemos.
- Personajes de **DISTINTOS O CERO DE PIEL**, que juegan entre sí y que no haya diferencias.
- Personajes que usen la ropa que les gusta, que no sea solo la de moda y de actual.
- Personajes de **IDENTIDADES RACIALES, ÉTNICAS Y PUNTOS DE VISTA DIVERSOS**.
- Personajes **PERFORMANTES** que no sean reconocidos solo por ser famosos. Que puedan tener jobs y no ser conocidos de los nombres que se ven en los roles.

Personajes con **disabilidades** tipos de pelis y **¡DESPERADOS!**

Personajes con **superpoderes**, retrasos madurativos, con autismo, con discapacidad visual, con síndrome de down, con mutaciones que vivan aventuras como todos los demás.

Personajes **LOSTRALES, NO BINARIOS Y TRANS**. Que no todos los personajes sean nenes o nenas y que haya distintos tipos de familias.

Personajes que hagan tareas cotidianas pero también que hagan cosas **¡¡¡¡¡** increíbles como viajar al futuro, pelear contra sus enemigos, y rescatar animales.

Personajes de **DISTINTAS RELIGIONES Y CREENCIAS**.

Personajes de los **¡¡¡¡¡** que estén en el cotidiano como todos los otros niños. Que jueguen, que estudien, que sueñen.

**¡Que todos estos personajes aparezcan en roles importantes!**

**¡Queremos que sean queridos tal cual son!**

Mostrar en los medios a estos tipos de personajes nos provocan muchas emociones:

- Nos ofende**
- Nos da tristeza**
- Nos aburre**
- Nos molesta**

Por todo eso, los consejeros de Inventar Pakapaka 2022 les pedimos que nos escuchan y nos ayudan a que todos estos personajes sean representados en los medios. ¡Con los medios sea divertidos, conscientes y también aprendamos!

Fonte: PAKAPAKA, (2023).

A contribuição das crianças na construção do canal, que até então se configurava nos bastidores e no planejamento de conteúdos da grade, passa à visibilização dos próprios conselheiros infantis como apresentadores do programa. Em cada episódio, um grupo de quatro meninas e meninos, de 7 a 12 anos de idade, conduz a entrevista com um

convidado adulto. O primeiro programa foi emitido em novembro de 2021<sup>104</sup> e teve a então ministra da saúde do país, Carla Vizzoti, como entrevistada sobre a vacina infantil contra a Covid-19. A primeira temporada propriamente dita foi exibida no ano seguinte, em novembro de 2022, e teve a temática comum “Identidade” entre os entrevistados. Trechos das entrevistas feitas pelas crianças com a jogadora de futebol trans Mara Gómez e a ativista de direitos humanos Taty Almeida são apresentados no episódio 5 desta tese.

### 3.2 Toda Menina Baiana – Brasil

Adolescentes brasileiras prestes a completar 15 anos de idade são as protagonistas da outra produção audiovisual infantojuvenil em análise nesta tese. Em “Toda Menina Baiana”<sup>105</sup>, série criada e dirigida pela cineasta brasileira Cecília Amado<sup>106</sup>, as personagens são da área rural e urbana do maior estado do Nordeste do país, em perfis diversos da categoria geracional. Foram duas temporadas realizadas, de 18 episódios no total, com cerca de 25 minutos cada, e que começaram a ser emitidos em 2022. A primeira temporada, de cinco episódios, foi produzida pela produtora Tenda dos Milagres, em coprodução com a Meu Peixe Produções, da Bahia. Contemplada no edital “Arte na TV Ano II”, da prefeitura de Salvador, de 2017, com aporte de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). O edital era voltado à produção independente de obras audiovisuais seriadas de animação, ficção e documentário com estímulo à diversidade cultural e para exibição em televisão. “Toda Menina Baiana” entrou na linha documental. Estreou inicialmente na TV Kirimurê, televisão comunitária aberta da Bahia, em fevereiro de 2022, posteriormente foi exibida no canal Futura e disponibilizada gratuitamente pelo Globoplay.

A segunda temporada, de mais fôlego, com 13 episódios, estreou em outubro de 2022 na TVE-Bahia. Foi realizada pela Truque Produtora de Cinema, em coprodução com

---

<sup>104</sup> “Inventar Pakapaka Pergunta” foi exibido na televisão infantil e segue disponível no canal da TV no Youtube em: <https://www.youtube.com/@CanalPakapaka>

<sup>105</sup> O título da série lembra ao nome da música célebre “Toda Menina Baiana”, do cantor e compositor brasileiro Gilberto Gil, gravada no disco Realce. Gil compôs a canção em 1979, em Salvador, em homenagem à filha Nara Gil – pré-adolescente na época. Na letra da canção, o cantor fala de encantos e defeitos da menina baiana, em abordagem complexa do humano. A música não faz parte da série.

<sup>106</sup> Cecília Amado tem larga experiência na produção audiovisual infantil e na realização com elenco de crianças em ficção e documental. Foi diretora dos filmes “Capitães da Areia” (2011), “Onde dormem os sonhos” (2018), da série de TV “Meu Irmão Nerd” (TVE-Amazon Prime/2017), entre outros. Além de atuar no cinema e na produção de séries infantojuvenis, a diretora Cecília Amado promove oficinas de formação em audiovisual para adolescentes.

a Tenda dos Milagres, e com recursos de outro edital para produção televisiva, o projeto “Bahia na Tela”, lançado em maio de 2017. Considerado o maior edital da história da televisão pública, o “Bahia na Tela” teve investimento total de R\$ 15 milhões para a produção de cerca de 40 séries e filmes baianos originais e inéditos. Fruto dos esforços da política nacional de estímulo regional e de fomento à desconcentração do mercado produtor de audiovisual brasileiro, o edital do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), mantenedor da TVE-Bahia, contou com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), com o objetivo de estimular a criação de documentários, séries e programas não seriados de diversidade cultural para a programação da emissora pública de televisão aberta do estado.

Falar com pluralidade sobre diversidade cultural, portanto, era a proposta da série e os perfis de meninas adolescentes de distintas cidades da Bahia na passagem dos seus 15 anos conjugaram o retrato de diversas formas de vivência de conflitos e descobertas dessa faixa etária. Uma abordagem mais opaca do ritual da passagem dos 15 anos, que em muitos lugares do Brasil ainda têm a tradição das festas de debutantes, poderia se configurar apenas em uma sucessão de episódios de comemorações de aniversário diversos em estilos e temáticas, mas o recorte de “Toda Menina Baiana” capta mais, sobretudo pela escolha das personagens e pela abrangência do olhar.

A começar pela seleção dos perfis, realizada com pesquisa da equipe de produção, como é comum em uma obra audiovisual, mas também por busca por meio de chamada aberta a meninas de 14 anos interessadas no projeto. Andressa, personagem do episódio de abertura da primeira temporada foi encontrada assim, por formulário divulgado na internet. Andressa abre a série protagonizando o episódio que tem o racismo, a desigualdade de gênero e a autoestima da menina negra como conflitos marcantes. O segundo episódio, das gêmeas Lara e Marina, mostra as duas meninas na expectativa da separação às vésperas da viagem de intercâmbio no exterior. O terceiro episódio acompanha Vitória e Giulia, que cresceram em Lençóis, na Chapada Diamantina, e aborda vivências distintas em relatos que atravessam o tema da gravidez adolescente e, também, a singularidade da vivência da infância nos espaços da ruralidade e na relação com a natureza. O quarto episódio relata o cotidiano de Amanda e Kauane, colegas na mesma escola, com conflitos escolares e familiares. E o quinto episódio mostra a chegada aos 15 anos de Nanda e Stefany, portadoras de deficiência intelectual.

A segunda temporada abre com o capítulo “Indígenas”, das protagonistas Ayana e Shayres, da etnia Pataxó, e os episódios seguintes ainda têm adolescentes quilombolas,

do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), do Recôncavo Baiano, do litoral e de diferentes religiões. Há ainda perfis de adolescentes fãs da cultura pop oriental, participante de projetos sociais em organização não-governamental (Projeto Axé), adepta de esportes e do mundo da música e influenciadoras de redes sociais. O conjunto final dos perfis abrange fatores da homogeneidade e heterogeneidade das vivências das adolescentes, que dão pistas da compreensão das infâncias em sua posição na estrutura social e ao mesmo tempo incluem contextos sociais de pertença dos mais variados. Mobilizam formas heterogêneas de socialização sem perder de vista fatores específicos e comuns da infância como categoria social.

Figura 7 - Imagem do Episódio 1 da série “Toda Menina Baiana”



Fonte: Toda Menina Baiana [2023].

As camadas se interpõem e conflitos íntimos sobre as transformações da adolescência atravessam os perfis de filhas únicas ou de famílias numerosas, do subúrbio, da zona rural ou de condomínios de bairros mais privilegiados, de famílias mais conservadoras ou de infâncias em comunidades alternativas aos modos modernos de produção, os perfis são diversos. A visibilidade de infâncias não hegemônicas se torna, portanto, um contraste em relação à representação mais recorrente na TV, de formas “universais” de viver a infância, normalmente com o referente do urbano, do acesso ao consumo e do viés da proteção sem agência.

A diretora do programa, Cecília Amado<sup>107</sup>, foi entrevistada nesta pesquisa e resumiu assim a premissa da série:

O que “Toda menina Baiana” tem em comum? E o que elas não têm em comum? Onde elas são diversas e onde elas são iguais? O filtro da série é esse. Que na adolescência algumas funções emocionais, fisiológicas, físicas de transformação, familiares, sociais... são comuns a meninas dessa idade. Inclusive pelo que vem com a ideia de festa, o simbolismo, nas camadas subliminares da história. Mas, então, o que elas têm comum? A questão dos conflitos muitas vezes com a mãe ou com a autoridade parental. As questões hormonais, desde a menstruação...o que isso incomoda nesse corpo que muda? Na descoberta da sexualidade, nas questões de relacionamento entre os jovens... Namoro... de gênero. Enfim, tudo isso vem junto. É mais uma fase da vida, carregada de muitas incertezas de uma infância que está ficando para trás e que de certa forma assusta, né? Então é esse o olhar. (AMADO, 2023).

Cecília fala de temas que transversalisaram as entrevistas com as adolescentes, tais como menstruação, sexualidade, questões de gênero e conflitos com pais e cuidadores. Na série, grande parte das personagens é negra e a questão do preconceito – racial, de gênero, classe social ou origem – emerge dos relatos de forma recorrente. Os depoimentos, entretanto, não se restringem a marcadores de exclusão, a busca é pela abordagem da vivência das adolescentes com a valorização de suas experiências e da perspectiva infantil sobre seu entorno. Andressa, do primeiro episódio, conta sobre o seu processo de construção de autoestima, em jornada de heroína para enfrentar o racismo<sup>108</sup>. A mãe de Andressa também desabafa sobre sua própria experiência com o racismo desde a infância, o que mostra o problema estrutural do preconceito no Brasil, que se perpetua entre gerações. O desejo de poder de agência foi outro tema comum nas entrevistas, segundo a diretora: “Todas disseram que iam ser mulheres independentes, todas querem ter autonomia”.

A vinheta de abertura da série confirma o tom de diversidade do projeto, com cenas de meninas em ação - andando de patins, montando cavalo, em apresentação de ginástica rítmica e em desfile de passarela - no universo narrativo de seus respectivos episódios e montagem ágil com imagens de bolos de aniversário de 15 anos. As cenas coloridas com inserção de recursos gráficos dão velocidade à vinheta que termina em um mosaico de imagens de diversas personagens como apresentado na Fig. 1. Com trilha de

---

<sup>107</sup> Entrevista com a diretora Cecília Amado consta no Apêndice.

<sup>108</sup> Ver Episódio 5 desta tese.



influência pop e inserção de elementos gráficos em tela, a estética remete ao universo adolescente e referência de *Malhação* (1995- 2020), série de televisão adolescente produzida pela TV Globo e que em 2018 conquistou o prêmio Emmy Kids Internacional com a temporada “Viva a Diferença”<sup>109</sup>. Os bolos festivos da abertura marcam o mote da passagem dos 15 anos. Em “Toda Menina Baiana”, a diversidade também se representa por meio das celebrações de aniversário. Há desde as pequenas reuniões familiares até festejo coletivo. No episódio “Indígenas” não houve festa de aniversário da pataxó Shayres, a série acompanhou a cerimônia de formatura da adolescente no ensino fundamental.

### 3.3 Qualidade e valor social da TV infantil

A representação de crianças e adolescentes competentes em suas vivências, com expressões de seus pontos de vista e na interação com seus entornos elabora elementos de novas visibilidades sobre a infância nos meios. Fuenzalida (2016) aponta um novo tipo de realização televisiva desde a metade da última década do século XX, que se configura no direcionamento a uma nova concepção da criança-audiência e dos meninos e meninas representados na tela, além de uma nova relação do público com os meios. Na América Latina, esse período é também de aumento no número de canais a cabo transnacionalizados, com programação segmentada que foi se ampliando desde então para a audiência multiplataforma.

Com exemplos do universo da produção de ficção em animação infantil para a televisão em programas dirigidos a crianças de até seis anos de idade (“Baby TV”, “Pocoyo”, “Peppa”, entre outros), o autor chama atenção para conteúdos socioemocionais com aporte educativo não-formal, independente do ambiente escolar. Fuenzalida associa essa nova imagem conceitual, que valoriza competências internas da criança como receptora ativa, às ciências contemporâneas da neurobiologia e do desenvolvimento psicossocial infantil<sup>110</sup> e ao contexto de novas tecnologias e de garantia da criança como sujeito de direitos (CDC). Em muitos dos programas analisados por Fuenzalida, a criança

---

<sup>109</sup> A série “Malhação” é foco de vários trabalhos acadêmicos sobre a representação dos jovens na mídia, sobre inovação em conteúdos transmídia e também acerca da diversidade temática, como nas obras de Fachine e Moreira (2016), Borges et al (2019), Borges, Sigiliano, Perobeli (2022), entre outros.

<sup>110</sup> Fuenzalida (2016) destaca a concepção da criança com capacidades internas no campo da neurobiologia em contraposição ao conceito de “tábua rasa” (John Locke). Também relaciona a nova concepção de criança-audiência às etapas de desenvolvimento psicossocial (teoria do desenvolvimento epigenético), segundo Erik Erickson, em que o entorno cultural deve colaborar para resolver as tensões dos estágios.

se relaciona e interage com os conteúdos, como na série “As pistas de Blue” (Canal Nick Jr.), no qual cada episódio apresenta um desafio para envolver o público infantil na resolução de problemas entre pistas, provas e jogos de adivinhação. O mesmo modo narrativo também inspirou posteriormente outros programas, como “Dora, a Aventureira” (Nickelodeon).

Enquanto Vila Sésamo inaugurou uma forma de realização nos anos 70 voltada a processos cognitivos e temas de sociabilidade com humor, música e muito colorido, a nova estrutura narrativa desses programas, segundo Fuenzalida, aposta no protagonismo infantil, em histórias interativas e participação (inclusive com silêncios para esperar as respostas das crianças) e narrativa de empoderamento. No Livro “*La Nueva Televisión Infantil*” (2016, p. 163), o autor exemplifica também uma categoria de programas que estimulam a curiosidade, a criatividade e a motivação a temas da ciência e inovação. Entre as produções citadas estão criações latino-americanas, como as produções brasileiras “Peixonauta” (2009/TV Pinguim), “O Show da Luna” (2014/TV Pinguim), o programa argentino “Animapaka” (2010/canal Pakapaka) e o chileno “Las aventuras de Ruka y los tesoros del mar” (2014/Explora Conicyt e CNTV)<sup>111</sup>.

As formas de realização dos programas infantis mudam na medida em que também mudam os conhecimentos sobre a criança, conclui Fuenzalida. O conceito de qualidade da TV infantil também sofre transformações, além de ponderações sobre as técnicas de produção. Relacionam-se com valores culturais, pontos de vista determinados e agendas sociais (Götz, 2009). Os parâmetros, como corrobora Mikos (2009), depreendem-se de perspectivas, demandas e valores de julgamento em determinado momento histórico e contexto social. Não dependem exclusivamente do estilo de produção dos programas, e inferem no valor social que podem oferecer ao público infantil.

O Conselho Nacional de Televisão (CNTV), do Chile, desenvolveu um trabalho relevante de revisão nesse campo, em 2014, e apontou considerações comuns em conceituações sobre qualidade realizadas por instituições como a agência reguladora Ofcom (Reino Unido) e o IZI (Instituto Internacional para a Televisão Infantil e Educativa - Alemanha), além de considerar outras experiências, como as da Austrália (ACMA –

---

<sup>111</sup> A animação “Peixonauta” conta a história de um peixe inteligente e curioso, detetive na resolução de mistérios. Também animação, “O Show da Luna”, acompanha as vivências de uma protagonista na descoberta dos seus entornos em busca ativa e experimentos. O argentino “Animapaka” explora a diversidade da fauna. “Las aventuras de Ruka y los tesoros del mar” é uma série animada sobre o mundo marinho.

Australian Communications and Media Authority) e da Colômbia (Política pública “Compromisso por uma televisão de qualidade para a infância em Colômbia). A revisão realizada pela CNTV (2014) indicou que os critérios de televisão de qualidade mudaram o foco da “televisão educativa” para a “experiência de aprendizagem”, inclusive socioemocional. Sem abdicar do entretenimento. Segundo a pesquisa, os pontos de maior consenso entre os enunciados de qualidade indicaram para programas que envolvem: (i) Entretenimento (ii) Colocar a criança no centro, conteúdos apropriados e com perspectiva infantil (iii) Autoestima, amor-próprio e identidade (iv) Conteúdos pró-socialização.

Fuenzalida (2007) reforça o componente socioemocional como fator de qualidade da TV infantil, no processo de aprendizagem de capacidades de adaptação, resiliência e resolução de problemas voltadas à experiência da criança. Centrar nas competências emocionais, no lúdico como espaço cognitivo além de aspectos formais da educação escolar.

A representação da criança no centro do programa, com atuação central na relação com pares e adultos, em papel competente de capacidades para resolver conflitos e tensões é também marca dessas narrativas ficcionais. A condução dos programas não se volta a um adulto, mas ao protagonista infantil astuto, curioso, perseverante, sobretudo ativo, em aventuras de imaginação, exploração e resolução de desafios. Personagens com diversidade física, étnica e psicológica. A narrativa, entretanto, contempla também carências com transformações pessoais dos personagens e a oposição não necessariamente se restringe a um vilão, o conceito de antagonista pode adquirir formas mais amplas como desafios cotidianos, obstáculos físicos, ou jornadas de aprendizagem pessoal na busca da identidade.

Bettelheim (2002), na análise da função dos contos de fadas para crianças, destacou as adversidades das histórias de ficção como relevantes para apresentar aspectos negativos, fracassos e dilemas da vida real na busca por significados e formas de enfrentamentos de problemas humanos universais. Na identificação das crianças com personagens e emoções da história, a dualidade do bem e do mal estabelece questões morais e convida à ação, como observa o autor. Wilkes (2018) afirma que a obra de Bettelheim, publicada na década de 1970, ainda se aplica em sua essência e reforça a contribuição dos contos de fadas na saúde mental de crianças e adolescentes para o desenvolvimento de capacidades sociocognitivas. As histórias atuam como traduções simbólicas de processos psicológicos, de acordo com Barthelmes (2018). A identificação com medos e desejos dos personagens tem função substitutiva, segundo Wilkes, para

satisfazer demandas internas de forma indireta. A emoção que a história evoca ativa processos de aprendizagem. Por isso mesmo, Kottler (2018) destaca o poder dessas narrativas para promover resiliência e superação ante desapontamentos e experiências traumáticas da vida. As histórias, segundo Kottler (2018), apoiam o processo de elaboração de narrativas pessoais.

Nesse sentido, Fuenzalida defende que a TV infantil converge para o papel social de estímulo ao desenvolvimento da criança em um sentido mais integral, principalmente em uma região de grande vulnerabilidade social como a América Latina. A lógica transmídia da articulação com outras telas e plataformas, que permite distintos formatos e desdobramentos dos conteúdos em outros produtos audiovisuais e até offline, se afirma como aspecto indispensável nas novas formas de realização. Faixas de programação com algumas horas de produção diária em canais generalistas não seriam suficientes, já que o público multiplataforma demanda conteúdos 24 horas que não estejam limitados a horários determinados. Nos dois países analisados nesta pesquisa, apenas a Argentina possui canal público de conteúdos exclusivamente infantis.

### 3.3.1 As telas em diálogo com os Estudos da Infância

“Toda Menina Baiana” e “Inventar Pakapaka Pergunta” têm formatos diferentes e dirigem-se a públicos de faixas etárias distintas, mas ambos propõem a visibilidade de vivências da criança como sujeito social, atuante como agente, e sujeito atravessado por marcas de classe social, cultura, etnia, gênero, religião e geração. Por isso mesmo, afetado por conflitos e agendas sociais de seu contexto. A produção realizada com crianças - e não só para crianças como receptoras passivas da socialização adulta -, sinaliza outra forma de conceituação do protagonismo da infância também nas representações audiovisuais.

Os depoimentos das adolescentes em “Toda Menina Baiana” fazem emergir experiências pessoais, relatos de histórias de parentes, do que se ouviu falar em casa, do colégio, em setores produtivos da sociedade etc. É com base na própria vivência e na interação com a vivência dos outros que essas adolescentes elaboram suas opiniões e articulam argumentos. Na interação e expressão de suas opiniões, elas contribuem para o pensar sobre a infância e a própria sociedade. A conceituação editorial de “Inventar Pakapaka Pergunta” na interação entre crianças e adultos por meio de questionamentos reforça esse aspecto.

Ao levar temáticas e tensões contemporâneas a assunto de episódios da televisão infantil, iniciativas como a da TV pública argentina e a do programa brasileiro, fruto de políticas públicas do audiovisual, aderem à compreensão de que a infância é atravessada por impactos sociais e econômicos antes só apreendidos como temas de adulto. A abordagem de temas contemporâneos relevantes na esfera pública na interação com crianças e a função social dos noticiários para a participação cidadã de meninos e meninas é bastante referenciada em estudos sobre jornalismo infantil e sobre o tratamento do jornalismo a temas que lhes dizem respeito, como os trabalhos de *Götz (2021)*, *Ponte (2005)*, *Maropo (2013)*, *Silveira (2019)*, *AlonTirosh, Lemish (2014)*, *Doretto (2010, 2016)*, *Delorme (2013)*, *Furtado, Garcia, Bressan (2020)*, entre outras obras recentes, principalmente no contexto da emergência sanitária do Covid-19 que evidenciou a importância da comunicação social para todos.

A guerra na Ucrânia, marcada pela invasão russa em 2022, reforçou esse debate. *Götz (2023)* aponta como o conflito é considerado histórico por seus desdobramentos em políticas de segurança, energia e economia, outrossim por se configurar em uma das primeiras grandes crises em que as redes sociais como o *TikTok* e o *X* (antigo *Twitter*) exercem papel de peso na disseminação de informação e, também, de desinformação. Por outro lado, *Seiter e Pincus (2004)*, em artigo sobre a guerra do Iraque de 2003, já mostraram o quanto o contato das crianças com o noticiário faz surgir correntes que expressam preocupação com as vulnerabilidades e sensibilidades da criança, principalmente no que concerne a temas de violência.

A intersecção desses temas no cotidiano das crianças, entretanto, é inexorável. *Pereira, Pinto e Pereira (2009)* acompanharam um ano de programação dos canais generalistas portugueses (RTP1, RTP2, SIC e TVI) e constataram a diversidade de temas tratados dentro das histórias do gênero da ficção animada, predominante na programação do país e em tantos outros. A emergência de temáticas sociais novas em relação a estudo correlato desenvolvido nos anos 90 incluem, segundo as autoras, preocupações sociais atuais como problemas ecológicos, alimentação, comunicação em outras línguas etc.

No artigo “O papel de uma faixa infantil educativa na ampliação de repertório cultural de crianças e adolescentes”, em vias de publicação e disponibilizado para esta pesquisa, *Beth Carmona*<sup>112</sup>, diretora do *Midiativa – Centro Brasileiro de Mídia para*

---

<sup>112</sup> Consultora e produtora de projetos audiovisuais infantojuvenis, *Beth Carmona (2023)* foi diretora da TV Cultura nos anos 90, áureos tempos de produção original infantil no canal público de São Paulo, como apresentado no Episódio 4 desta tese.

Crianças e Adolescentes, afirma que há muitas barreiras para certos temas na mídia para crianças:

A mídia, ainda muito conservadora, baseada em velhas referências, repete preconceitos, estereótipos e também deixa de abordar temas importantes considerados tabus. É preciso quebrar esses parâmetros, devemos e podemos falar com as crianças sobre tudo, sobre as pandemias, as tristezas, a morte, as diferenças e as dificuldades da vida, tudo na sua medida. (CARMONA, 2023).

E ressalta o cuidado nas abordagens: “(...) não banalizar e nem brincar com o bullying tão presente entre crianças e jovens. Devemos mostrar, através de histórias, como podemos ser solidários e empáticos ao lidar com problemas como as desigualdades”. Carmona aponta como necessários os temas relacionados a questões de gênero, raça e etnia e educação sexual, por exemplo, e destaca os resultados do estudo “*Children’s Television Worldwide: Gender Representation*”<sup>113</sup>, de 2008, que concluiu que a maioria das personagens femininas são representadas como brancas, magras, loiras e altas, muitas vezes em papéis secundários em relação aos personagens masculinos.

O ambiente midiático, portanto, articula estruturas sociais importantes na construção cultural da infância. Castro (2002) aponta um “mal-estar” que seria resultado do apego a certas noções de infância. Para a autora, o temor por mudanças na diferença entre adultos e crianças não leva em consideração as transformações que afetam essa relação segundo épocas e cultura. A infância, fruto de construção social, é impactada por determinado momento histórico. Buckingham (2009) afirma que, de forma geral, os argumentos de proteção em favor da vulnerabilidade das crianças são usados com frequência como justificativa para lhes negar acesso ao conhecimento e ao poder.

### 3.3.2 Educação midiática e audiovisual

Um estudo internacional que envolveu 42 países foi realizado em 2020 pelo Instituto Central Internacional de Televisão para a Juventude e a Educação (IZI) e a Fundação Prix Jeunesse Internacional no auge no confinamento, para examinar como as crianças lidaram com a emergência sanitária do Covid-19. A pesquisa (Götz, et al., 2020) envolveu 4.322 crianças, de 9 a 13 anos de idade<sup>114</sup>, consultadas acerca de seus

---

<sup>113</sup> Estudo realizado pelo Instituto Central Internacional de Televisão para a Juventude e a Educação (IZI) e pela Fundação Prix Jeunesse Internacional

<sup>114</sup> A consulta foi realizada entre os meses de março de abril de 2020 e na América Latina incluiu: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México e República Dominicana. Pesquisa disponível em

conhecimentos sobre a doença e de seus estados emocionais com a suspensão das aulas. O resultado apontou os efeitos negativos da falta de informação: as meninas e meninos mais expostos a *fake news* - como “Comer alho impede que você pegue o coronavírus” – eram os que estavam “muito preocupados” quanto à doença. Níveis de ansiedade, condições de confinamento e de acesso à informação variam entre os países, claro, mas a pesquisa sinalizou uma conexão direta entre “preocupação” e “conhecimento” das crianças. Ao longo dos meses seguintes, o papel social da mídia se confirmou como questão preponderante para a política de saúde pública e, como atestou a pesquisa nesse início de confinamento, informação poderia ter feito diferença nos efeitos de estresse do episódio traumático e no contexto da infodemia<sup>115</sup>. A pandemia apenas evidenciou, em escalas muito maiores pela amplitude das novas tecnologias, o que era sabido: o acesso a informações confiáveis é condição indispensável para sociedades democráticas e a participação social ativa e responsável.

A interface comunicação-educação engendra os processos dinâmicos que se fazem necessários para esses enfrentamentos urgentes e a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) quer trazer o tema da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) para o centro da agenda educacional global<sup>116</sup>, como forma de reduzir as disparidades no acesso à informação, na liberdade de expressão e na capacidade de estímulo ao pensamento crítico frente a conteúdos midiáticos e ambientes digitais. Mais de 70 países desenvolvem atividades relacionadas à AMI<sup>117</sup>, em diferentes gradações que envolvem ferramentas de verificação de dados (Fact-checking), guia de orientação para verificação de conteúdos, validação de fontes de informação, programas de capacitação de formadores e docentes, campanhas públicas, entre inúmeros programas de educação para a cidadania, mas a educação midiática ainda se insere de forma tímida nos espaços formais e não formais de aprendizagem.

---

[https://izi.br.de/english/publication/televizion/33\\_2020\\_E/Goetz\\_Mendel\\_Lemish-Children\\_COVID-19\\_and\\_the\\_media.pdf](https://izi.br.de/english/publication/televizion/33_2020_E/Goetz_Mendel_Lemish-Children_COVID-19_and_the_media.pdf).

<sup>115</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o fenômeno da infodemia, termo referente ao abundante aumento no volume de informações associadas a um tema específico como a pandemia do Covid-19. O fenômeno também caracterizado por rumores, desinformação, manipulação de informações se amplifica no âmbito das redes sociais com poder de contaminação viral.

<sup>116</sup> Rosa María González, conselheira regional de Comunicação e Informação para América Latina e Caribe da Unesco aponta três condições-chave para o enfrentamento: a viabilidade econômica dos meios de comunicação (ecossistema que possibilite veículos de imprensa independentes), transparência das plataformas de internet (disponibilidade da informação) e estímulo das capacidades da AMI dos cidadãos (UNESCO, 2022, p.13-14).

<sup>117</sup> O conceito AMI aquisição de competências (alfabetização), como: “alfabetização no acesso a notícias, alfabetização televisiva, alfabetização cinematográfica, alfabetização computacional, alfabetização no uso da internet e alfabetização digital” (UNESCO, 2016).

O conceito AMI da Unesco engloba alfabetização informacional, alfabetização midiática, liberdade de expressão e acesso à informação por tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Grizzle, *et al.*, 2016). Contempla, sob a ótica das competências, muitas correntes, como da Educomunicação e *Media Education* (SAYAD, 2022). Na América Latina, desde a década de 1970, a interface Educação/Comunicação é campo de estudo e prática em movimentos sociais e de comunicação popular. A vertente de leitura crítica dos meios e análise crítica dos conteúdos foi dominante nas décadas de 80 e 90 (UNESCO, 2022). Entre os autores referentes do surgimento do campo latino-americano estão o brasileiro Paulo Freire (processo educativo libertador para transformações sociais), Mario Kaplún (comunicação participativa) e Jesús Martín-Barbero (conceito de mediação) (GONZALEZ SIERRA, 2021).

Morduchowicz (2012) ressalta o papel da literacia midiática para o fortalecimento da democracia na América Latina, com a educação para a cidadania. No Brasil, onde segundo pesquisa de 2021 realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2021, sete em cada dez jovens de até 15 anos não distinguem fatos de opiniões, a educação midiática faz parte do currículo escolar, prevista na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Na esfera federal, o governo abriu consulta pública inédita em 2023 para nortear a política pública de educação midiática e criou a Secretaria de Políticas Digitais. Na Argentina, segundo o resultado da consulta realizada em 2021 pela *Defensoría del Público* a docentes de escolas primárias e secundárias de todo o país, mais de 70% dos professores entrevistados afirmam que seus alunos e alunas podem identificar apenas “parcialmente” dados falsos circulantes em ambientes digitais e meios convencionais<sup>118</sup>. Entre as políticas de agenda educacional com viés da comunicação, no país, está a atuação do CONACAI (*Consejo Asesor de Comunicación Audiovisual y la Infancia*) e o Enacom (Ente Nacional de Comunicaciones), que atua em políticas de acesso e conectividade.

Desigualdades de condições para a conectividade, aliás, também é problema de larga escala na América Latina. A pandemia explicitou a grande brecha digital como dispositivo de exclusão na região<sup>119</sup> e, nesse contexto adverso, a TV confirmou sua

---

<sup>118</sup> Disponível em: <https://defensadelpublico.gob.ar/antecipo-de-la-consulta-a-docentes-sobre-alfabetizacion-mediatica/>

<sup>119</sup> Segundo dados de 2021, menos da metade dos latino-americanos dispõe de conectividade de banda larga fixa. EL BAJO (2021) Ver: [www.bancomundial.org/es/news/feature/2022/01/11/cerrar-brecha-digital-america-latina](http://www.bancomundial.org/es/news/feature/2022/01/11/cerrar-brecha-digital-america-latina).



centralidade<sup>120</sup>. Na América do Sul, dois canais públicos de TV infantil foram criados nesse período como forma de responder às demandas desse público durante a quarentena. Em abril de 2020, foi criada a TV Educa Chile, de perfil infantil-familiar, resultado de um esforço inédito de canais de TV associados à Anatel, do Conselho Nacional de Televisão (CNTV) e do Ministério da Educação. O projeto da TV Educa Chile, para oferecer conteúdos educativos e de entretenimento durante a suspensão das aulas, terminou com a gradual retomada da normalidade nos colégios, mas comprovou a demanda por uma janela de exibição 24 horas à programação infantil aberta gratuita. No ano seguinte, em agosto de 2021, foi lançado o NTV, canal cultural familiar da Televisão Nacional do Chile, criado de acordo com a Lei 21.085, que permite que a TVN tenha um canal secundário com conteúdos educativos e culturais. Também no contexto da pandemia, Bogotá criou em 2021 o canal Eureka, primeira TV pública infantil e juvenil da capital colombiana, dirigida a crianças de 6 a 16 anos de idade. Eureka começou como a faixa de programação infantil “Aprende em Casa” no Canal Capital em 2020, mas o crescimento na audiência de conteúdos infantis e adolescentes ampliou a dimensão do projeto, que se transformou em canal em agosto de 2021<sup>121</sup>.

Além das programações educativas dos tempos de quarentena, esses canais se mantiveram no ar porque responderam à demanda de programação de qualidade do audiovisual para crianças. Fuhs, *et al.* (2012) analisam a TV infantil como um ambiente de aprendizagem, de universo distinto ao escolar, mas com grandes potencialidades. Os autores destacam que os processos de aprendizagem sempre fazem parte de processos de construção de identidade e isso também se aplica à televisão. A pesquisadora Sherri Hope Culver<sup>122</sup>, do Centro de Literacia Midiática e da Informação da Universidade de Temple, nos Estados Unidos, destaca o potencial da aprendizagem de competências em educação de mídia por meio de programas de TV nos mais diversos gêneros. Segundo Culver,

---

<sup>120</sup> A “*Encuesta Nacional de Consumos Culturales 2023*” atestou que 91% da população argentina vê programação da televisão aberta ou por assinatura. No Brasil, a TV também mantém a preferência. Segundo a pesquisa “Audiência” divulgada em fevereiro de 2023 pela Hibou, empresa de mercado e consumo, a TV ainda é o dispositivo de mídia favorito dos brasileiros (92%).

<sup>121</sup> A televisão também foi suporte para conteúdos educativos durante a pandemia nos países pesquisados nesta tese. Na Argentina, como citado anteriormente, o infantil Pakapaka e outros canais públicos emitiram programação de “*Seguimos Educando*” durante a quarentena, como forma de reforçar a política do Ministério da Educação para garantir, em alguma medida, a continuidade de atividades curriculares mesmo com a suspensão das aulas presenciais. No Brasil, não houve união de esforços para uma programação especial que mobilizasse televisões públicas em ação ordenada, mas iniciativas foram realizadas por Estados e prefeituras, como em São Paulo e Minas Gerais.

<sup>122</sup> Em visita ao Brasil, Sherri Culver apresentou o tema “Media Literacy as a transformative trend in entertainment” em evento online do Observatório da Qualidade no Audiovisual em 29. Set. 2022.

produções audiovisuais podem gerar oportunidades de desenvolvimento de análise, avaliação e criação. A pesquisadora ressalta que o tema da mídia está inserido na narrativa de muitos programas, com personagens envolvidos em dilemas sobre postagens de conteúdos nas redes sociais, por exemplo, ou narrativas sobre bastidores de produções midiáticas e tantos outros roteiros que envolvem os meios de comunicação no cotidiano, o que oportuniza o debate de questões urgentes de educação midiática por meio da TV em processos de recepção crítica.

Para Carrero e Gómez (2009), a alfabetização audiovisual infantil é um dos primeiros passos da alfabetização midiática e afirmam:

*Lo importante surge cuando hacemos consciente al niño de lo que significa la televisión, de cómo es producida y de la capacidad que se puede desarrollar para ser un telespectador activo y competente para oponerse a ciertos espacios e incluso decidido, a la hora de apagarla<sup>123</sup>.*  
(CARRERO e GOMEZ, 2009, p. 134).

Os autores elencam duas dimensões da educação para os meios; de um lado a leitura e interpretação dos programas - para distinguir conteúdos dos anúncios publicitários, desenvolver formação crítica, conhecimento sobre técnicas de produção etc -, de outro lado a produção audiovisual; escrita de roteiros, manejos de câmeras, edição digital etc.

A articulação entre cultura participativa e desenvolvimento da capacidade crítica está na base dos trabalhos de educação midiática. Ferrés e Piscitelli (2015) apontam parâmetros de competência midiática para a qualidade de interação com os meios em seis dimensões: (i) Linguagem; (ii) Tecnologia; (iii) Processos de interação; (iv) Processos de produção e difusão; (v) Ideologia e valores; (vi) Estética. Os indicadores abrangem a análise crítica na interação com conteúdos midiáticos e, também, a expressão, ou seja, a capacidade de produzir e divulgar as próprias mensagens. A dimensão Linguagem contempla, segundo os autores (2015, p. 9), a capacidade de interpretação e avaliação de códigos de representação e a capacidade de atribuir novo sentido e valor a produtos existentes. A dimensão Tecnologia relaciona-se com a capacidade de interação e compressão sobre o ambiente tecnológico. Quanto aos Processos de Interação, Ferrés e Piscitelli (2015, p.10) atribuem à capacidade crítica do próprio consumo de mídia.

---

<sup>123</sup>Tradução nossa: “O mais importante é quando temos consciência do que significa a televisão, de como é produzida e da capacidade que se pode desenvolver para ser um telespectador ativo e competente para opor-se a certos espaços e até decidir, a hora de desligá-la.

Processos de Produção e Difusão concernem a dimensão sobre conhecimentos acerca dos sistemas de produção, técnicas de programação e formas de difusão. A competência Ideologia e Valores contempla a capacidade de discernir como as representações da mídia afetam a percepção da realidade: avaliação de fontes de informação, capacidade de construção de conclusões críticas, etc. E a dimensão Estética se atenta não só ao que se comunica, mas como se comunica (2015, p. 14).

Com base nesses referidos parâmetros, universidades integrantes da *Red Interuniversitaria Euroamericana de Investigación em Competencias Mediáticas para la Ciudadanía* (ALFAMED) no Brasil realizaram pesquisa sobre as práticas culturais de estudantes de escolas públicas e privadas de seis cidades do país. Desenvolvida com alunos de 14 a 16 anos de idade, a pesquisa “Competências midiáticas em cenários brasileiros e euroamericanos” demonstrou o quanto esse público carece de ações formativas para o desenvolvimento do espírito crítico na interação com a mídia. No manuseio da tecnologia e nos parâmetros de linguagem, estética, ideologia e valores apresentam nível mais avançado, enquanto atingem performance mais baixa (nível básico/intermediário) nos parâmetros de processos de interação (34,50%) e de produção e difusão (4,4%), dimensões diretamente relacionadas ao consumo de mídia e participação (BORGES et. Al, 2020). A mesma pesquisa investigou outros perfis de público, como o de crianças de 9 a 12 anos. Entre as crianças, o destaque no quesito formação em comunicação audiovisual e digital (compreensão, uso e produção de conteúdos audiovisuais) foi a grande incidência daqueles que aprenderam sozinhos e nunca tiveram formação para tal. Segundo Borges, Sigiliano e Guida (2021, p. 33), a parcela daqueles que não tiveram formação sobre comunicação audiovisual e digital (27,74%) supera a dos que relatam terem aprendido no colégio (15,57%). Mais alta ainda a taxa dos que dizem terem aprendido sozinho (28,94%). O resultado confirma a importância da aprendizagem informal e do conhecimento adquirido fora do ambiente escolar. Além disso, a pesquisa aferiu que os alunos têm conhecimento básico em dimensões como processos de interação (10,36%) e ideologia e valores (12,7%). Os resultados apresentam taxas mais altas nos parâmetros (tecnologia 75,1%), linguagem (50,6%) estética (36,9%) e processos de produção e difusão (26,9%): “(...) indicam que as crianças sabem utilizar a tecnologia, mas não têm necessariamente um pensamento crítico e interventivo, nem sabem filtrar e refletir sobre a sua dieta midiática, muito menos interagir de forma apropriada na internet” (BORGES et. al, 2021, p. 34).

O uso intensivo e as formas de apropriação das tecnologias digitais, portanto, abrem flancos desafiadores para atividades formativas de multicompetências inter-relacionadas, dentro e fora da escola. É preciso ativar a escuta genuína dos processos de desenvolvimento de aprendizagem em ambientes não formais calcados nas vivências cotidianas, relacionamentos com os pares e cardápio de consumo midiático. Pereira et. Al (2019) pesquisaram a literacia transmídia acerca de estratégias informais de aprendizagem no âmbito dos meios digitais em Portugal e destacaram a desvalorização recorrente na sociedade sobre o conhecimento adquirido pelos jovens em seus tempos de lazer e na comunicação entre pares, em larga desconexão entre conteúdo curricular e valiosas aprendizagens em ambiente não formal.

Essas experiências são acompanhadas de perto pelo mercado audiovisual, que se adapta, se retroalimenta e repensa formatos e tempos de acordo com os usos e formas de consumo das múltiplas telas. Scolari (2016) aponta a narrativa transmídia como um dos fenômenos mais importantes da “nova tecnologia dos meios”. O relato de história transmídia é o contado por múltiplos meios de comunicação e múltiplas telas e plataformas, como sintetiza o autor. Esse universo contempla o consumo de mídias digitais interativas, a criação, produção, compartilhamento e o consumo crítico de narrativas. Cada história se potencializa em particularidades de acordo com o meio em que é contada, suas formas de consumo, programas narrativos etc. Scolari destaca a colaboração dos “prosumidores” que, ao largo da história oficial, também produzem conteúdos e potencializam a interação entre fãs.

Fuenzalida (2021)<sup>124</sup> aposta no estímulo à produção das próprias crianças no binômio Comunicação/Educação e aponta outros princípios que podem ser trabalhados a partir da prática do audiovisual: regras de gestão editorial, ética da comunicação, responsabilidade na difusão de conteúdos, direito à privacidade, entre outros aspectos urgentes em tempos de avanços em técnicas de *deepfake* que podem aprofundar os efeitos da desinformação e da circulação de conteúdos audiovisuais falsos<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Registros da oficina realizada pelo pesquisador Valerio Fuenzalida (Pontificia Universidad Católica de Chile) no âmbito da programação do 2º Seminário Internacional on line “La Infancia Quiere Cine”, da Corporación Cultural Ojo de Pescado, do Chile. 05 a 29 Jan. 2021

<sup>125</sup> Na Argentina, desde 2022 o Programa “*Medios en la Escuela*” estimula projetos relacionados a mídia no ambiente escolar como prática socioeducativa, ferramenta de inclusão escolar e promoção do protagonismo juvenil. No Brasil, vale destacar a experiência do programa Imprensa Jovem, do Núcleo de Educação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que criou agências de notícias com a participação de estudantes da rede de ensino. A formação de profissionais multiplicadores da práxis e da reflexão crítica em educação midiática também alicerça projetos de oficinas e cursos, tal como o trabalho desenvolvido no Brasil pelo Observatório da Qualidade no Audiovisual na formação de profissionais da comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora, e da organização não-governamental Instituto

Pereira et. Al (2019) constatam que o potencial de reflexão e empoderamento crítico oportunizado pelos usos de mídia, suas práticas desafiadores e experiências não-formais não são levados para a sala de aula. E o *gap* só aumenta.

No Brasil a lei 13.006/14, de 2014, reconhece a importância do audiovisual na educação e determina a exibição de filmes de produção nacional (mínimo de duas horas por mês) nos colégios de educação básica como ferramenta complementar ao currículo escolar. A medida estimularia a formação de público, diversidade de repertório cultural, debates críticos e ainda valorizaria o audiovisual nacional. Desde a promulgação da lei, a Rede Kino – Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual e outras entidades atuantes na área do cinema e educação estimulam o debate com aportes para a regulamentação, mas, na prática, as condições de implementação da medida ainda não foram viabilizadas pelos governos.

---

Palavra Aberta, de São Paulo, na formação de docentes. O cinema e suas interseções pedagógicas fazem parte de outros projetos emblemáticos no Rio de Janeiro, o Cineduc – Cinema e Educação, criado em 1970, e o Cinead - Cinema para Aprender e desaprender - programa de extensão da Faculdade de Educação da UFRJ que atua com professores e alunos da rede básica.

## EPISÓDIO 4 - INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DO AUDIOVISUAL

Me parece importante, no solo como aparecen los cuerpos, sino que aparezcan más nenes y nenas en la televisión. (Marisa, Conselho de Meninos e Meninas de Pakapaka. 2022).<sup>126</sup>

A produção audiovisual, seus instrumentos e mecanismos de apoio estão diretamente associados ao direito à comunicação de qualidade, à defesa da democracia e ao conceito de diversidade cultural, que vem se incorporando às agendas das políticas de comunicação e cultura mais fortemente desde a sanção da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2005, na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (García Leiva; Mastrini, 2016). O audiovisual, suas assimetrias e desequilíbrios de representação social também estão conectados à dinâmica de fluxos, da circulação e dos intercâmbios de produção. Sánchez-Ruiz (p. 74, 2012) ressalta a alta concentração da produção em poucas empresas latino-americanas, o que limita a diversidade e a pluralidade das manifestações culturais circulantes. Sem embargo, o autor destaca a coexistência na região da tendência à concentração e da tendência a integrações plurais e mais diversas. Para tanto, políticas públicas seriam estratégias para propiciar esses intercâmbios e aplacar arestas de desigualdade. Por essa importância estratégica, cultural e econômica, o debate sobre o papel do Estado no setor do audiovisual está sempre posto na América Latina, entre políticas públicas catalisadoras do mercado, a criação de agências de regulação do setor, protecionismo em favor do conteúdo nacional e incentivos diretos às produções.

Esse movimento de avanços em instrumentos de apoio do Estado ao setor foi fortemente observado a partir da primeira década deste século<sup>127</sup>, período em que

---

<sup>126</sup> Tradução nossa: “Me parece importante, não só como os corpos aparecem, mas que mais meninos e meninas apareçam na televisão”. Marisa foi conselheira infantil do canal argentino Pakapaka e participou da reunião do conselho realizada com representantes da TV, da Defensoria dos Direitos das Crianças e Adolescentes, da Defensoria do Público e do CONACAI em 16 de setembro de 2022. No encontro as crianças apresentaram às autoridades o manifesto sobre a representação das infâncias na TV. Disponível em: <https://consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/presentacion-del-manifiesto-a-organismos-publicos>

<sup>127</sup> Nesse período, houve ocorrência de marcos importantes na região, como por exemplo a aprovação em 2009, na Argentina, da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (n. 26.522, conhecida como “*Ley de Medios*”). No Uruguai, em 2008, foi votada a lei de Radiodifusão Comunitária. Na Venezuela a Lei Orgânica de Telecomunicações foi aprovada em 2000, mas mudanças sucessivas também ocorreram com a regulação da Radiodifusão Sonora e da TV aberta comunitárias. No Equador foi efetivada a Lei Orgânica de Comunicação em 2014. No Brasil, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) foi realizada em 2009. a Lei 12.484 (conhecida como a Lei da TV Paga) foi sancionada em 2011 e em 2014 foi aprovado o Marco Civil da Internet.

governos progressistas assumiram diferentes países da América Latina (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Equador) e o debate da comunicação como direito, da necessidade de democratização dos meios e da regulação do mercado impulsionou uma série de revisões sobre iniciativas do Estado após o período neoliberal que caracterizou os anos 90 (BADILLO, MASTRINI, MARENGHI; 2015). Toussaint (2017) relata, como uma das marcas desta época, a recuperação das TV estatais como opção de diversidade de conteúdo em alternativa à oferta de canais privados em vários países da região<sup>128</sup>.

Ao mesmo tempo, a convergência tecnológica acentua a demanda da indústria do audiovisual, que se renova em múltiplas telas. Como Orozco e Miller (2017) atestam, a televisão e suas produções se mantêm como referências fundamentais nas experiências audiovisuais e ainda ocupam a centralidade no consumo midiático na América Latina, apesar do público jovem estar migrando para outras telas, e a TV estar sob intensas mudanças em seus processos. Orozco e Miller (2017) defendem a ideia da TV em transição, em transformações dinâmicas e a coexistência com outros dispositivos: “Com mudanças em sua recepção, produção, programação e em seus modelos de negócios, a televisão, em vez de desaparecer, ‘eclode’ e se amplifica no televisivo como uma experiência cultural múltipla e uma oportunidade de ‘reinvenção’ de seus públicos (OROZCO; MILLER, p. 107, 2017, tradução nossa)<sup>129</sup>.”

Entre as mudanças, é válido frisar, está a entrada em cena de outros participantes do setor audiovisual: redes de TV a cabo, telefonia celular e serviços de internet, tornando mais complexa a teia convergente dessa indústria. Com a inclusão desses novos atores no setor, também se expõe o debate sobre novos instrumentos de regulação e fomento.

---

<sup>128</sup> Após esse período de revisões, em uma contra onda, a segunda década do Século XXI foi marcada pela queda de diversos governos progressistas na região, com mudanças na condução das políticas públicas ao audiovisual em muitos países, a exemplo da reorientação da política de comunicação no Brasil a partir de 2018 e, na Argentina, dos recuos na Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (n. 26.522, conhecida como “Ley de Medios”), desde 2015.

<sup>129</sup> “Con cambios en su recepción, producción, programación, y modelos de negocio, la televisión en vez de desaparecer, ‘estalla’ y se amplifica en lo televisivo como una experiencia cultural múltiple y una oportunidad de “reinvencción” de sus audiencias. (OROZCO; MILLER, 2017, p. 107)”

#### 4.1 Na Argentina, mirada diversa e federal

A criação do canal infantil público Pakapaka acontece no contexto do debate de democratização dos meios de comunicação na Argentina que se intensificou em 2009 na discussão de uma nova Lei de Serviços de comunicação Audiovisual (LSCA), conhecida como “*Ley de Medios*”. As demandas contra a concentração do mercado de mídia argentino e por direitos de cidadania à comunicação eram gestadas há décadas por movimentos sociais (PASTI, 2018)<sup>130</sup> e durante o governo de Néstor Kirchner (2003-2007) e na gestão de Cristina Fernández Kirchner (2007-2015) foram desenvolvidos marcos regulatórios no setor. Durante a presidência de Néstor Kirchner nasceu o canal cultural Encuentro, pertencente à órbita do Ministério da Educação, e no qual Pakapaka começou como faixa de programação infantil (uma hora por dia, para crianças de 6 a 12 anos) em setembro de 2007. Nesse marco, o princípio de representação das infâncias argentinas em uma TV pública de mirada diversa e federal contemplava o enfoque de direitos à comunicação e à cidadania que se tornou central na disputa que envolveu a “*Ley de Medios*”, criada no governo de Cristina Kirchner em substituição à lei de radiodifusão 22.285, instituída em 1980 durante a ditadura militar argentina. A LSCA acolheu grande parte dos pleitos da *Coalición por una Radiodifusión<sup>131</sup> Democrática*, que uniu desde 2004 representantes da sociedade civil, de sindicatos, movimentos sociais, de rádios comunitárias, universidades e veículos de comunicações no debate da nova legislação.

O cenário de concentração do mercado que demandou essa nova política pública remonta aos anos 90. Segundo Becerra e Mastrini (2011), até a década de 80 a mídia argentina (impressa e audiovisual) não era caracterizada por casos de propriedade privada, mas grupos multimídia foram possibilitados pelos marcos legais das políticas neoliberais dos governos de Carlos Menem (1988-1999). Os processos de privatização incluíram canais de televisão, estações de rádio e a empresa de telefonia, com efeito na formação de grandes grupos midiáticos privados (PASTI, 2018). Pauloni e Codoni (2013) apontam a formação de poderosos impérios de comunicação de imprensa escrita, televisão aberta, cabo, internet, rádios e agências de notícias. A concentração dos meios,

---

<sup>130</sup> Pasti (2018) destaca que a organização de movimentos sociais contra a monopolização de meios na Argentina se situou em conjunto com lutas democráticas que também aconteceram em outros países da América Latina em razão do enfrentamento a ditaduras da região e pelo período da política neoliberal da década de 90.

<sup>131</sup> As propostas da coalizão foram reunidas no documento “21 Pontos para uma nova Lei de Radiodifusão para a Democracia” de 2004, lançado no marco dos 21 anos da recuperação da democracia argentina.



como aponta a UNESCO (2010), afeta as dinâmicas culturais e sociais dos países, pelos riscos ao acesso à informação, à liberdade de expressão, à diversidade e pluralidade dos conteúdos.

No lado da TV infantil, os anos 90 foram caracterizados pela expansão de televisão por assinatura e canais comerciais segmentados estrangeiros (Estados Unidos), como Disney Channel, Discovery Kids e Cartoon Network, com conteúdo exclusivo para crianças. Segundo Gonzalez e Novomisky (2012), o cenário era de “vazio” de conteúdos infantis gerados pela TV argentina: “Este caso dos conteúdos infantis talvez seja o mais emblemático de como os meios hegemônicos dão as costas ao interesse social e a suas obrigações” (2012, p. 79, tradução nossa<sup>132</sup>). Com a programação infantil diminuta na TV aberta, pouca produção local e, com efeito, pouca representação de diversidade entre os canais globais, as demandas por programação infantil de qualidade se inseriram nos debates sobre o direito à comunicação e a TV pública, que estavam em curso desde a redemocratização também a nível regional. Pasti (2018) ressalta que desde o início dos anos 2000 diversos países latino-americanos trataram de políticas de comunicação e de fomento a novos agentes comunicacionais, como a criação da rede de televisão multiestatal Televisión del Sur (Telesur) em 2005. Iturralde (2015) também aponta esse período como o de mudanças no modelo comercial de mídia, como a convergência tecnológica.

Somado a isso, Rincón (2005) acrescenta que o tema da televisão de caráter público e de dimensão cidadã se intensificou como preocupação política e condição de mais pluralidade na sociedade no início do século XXI.<sup>133</sup> A promulgação da *Ley de Medios* culminou nesse debate e se tornou paradigmática na política de comunicação da América Latina, principalmente pelo conflito entre Estado e mercado, representado

---

<sup>132</sup> No original: “Este caso de los contenidos infantiles, tal vez sea el más emblemático de como los medios hegemónicos dan la espalda al interés social y a sus obligaciones”.

<sup>133</sup> Nos anos 2000, Barbero, Rey e Rincón publicaram o manifesto “Por una Televisión pública, cultural y de calidad”, com os princípios sobre a TV pública, em resumo: (i) que deve se dirigir ao cidadão mais que ao consumidor. (ii) deve ser cenário de diálogo nacional intercultural. (iii) deve promover o universal que não passa pelo comercial. (iv) não deve pensar-se como sequência linear e curricular para ganhar o processo e o fluxo das narrativas audiovisuais (v) que deve fazer programas de grande impacto que se tornem feitos sociais (vi) que deve recuperar o divertido, o significativo e afetivo que promove a televisão, a cultura e a educação. (vii) deve ampliar possibilidades para construção da cidadania e democracia (viii) deve se uma experiência cultura nova em si mesma (ix) deve formar telespectadores na leitura crítica das imagens e controle cidadão sobre o canal (x) deve garantir espaços transparentes e participativos. Disponível em: <https://www.comminit.com/la/node/150511>.

sobretudo pela oposição do Grupo Clarín, o principal conglomerado de comunicação do país e que se dizia vítima da nova legislação<sup>134</sup>.

A LSCA, além do caráter antimonopolista e pró-pluralista que impôs restrições contra a concentração no setor de mídia, determinou a criação e distribuição de conteúdos próprios em cada uma das regiões do país. Iturralde explica a relevância da mirada federal: “É importante ressaltar que se a produção da mídia é centralizada, os imaginários sociais que se consolidam, legitimam e difundem respondem ao olhar existente na Capital Federal, deixando de lado a diversidade regional que o país possui” (Tradução nossa, ITURRALDE, 2005)<sup>135</sup>.

Pakapaka ocupou lugar de destaque nos tensionamentos desse período<sup>136</sup>. A LSCA garantia, expressamente, espaços para conteúdos dedicados ao público infantil, previa a participação de crianças nos meios de comunicação e determinava a criação do CONACAI. Cerca de um ano após a sanção da lei, o canal foi lançado. O que era apenas uma faixa de programação no canal cultural Encuentro se tornou outro canal, infantil, público e de conteúdo 24 horas, para meninas e meninos de 2 a 12 anos de idade<sup>137</sup>. Segundo Smerling (2021), Kika (canal de televisão pública da Alemanha), KRO (televisão da Holanda), os segmentos infantis da BBC, o Canal 11 (México), TV Colombia e a TV Rá Tim Bum da Fundação Padre Anchieta (Brasil) foram os modelos antecedentes inspiradores para o canal argentino que se iniciava.

A criação do canal se deu pela Resolução 1015/2010 e a responsabilidade pela produção dos conteúdos ficou a cargo do Ministério da Educação. O texto da resolução já antecipava conceitos-chave da programação, considerando entre as premissas:

Que a televisão pública tem, entre seus principais objetivos, garantir uma distribuição igualitária de trocas simbólicas, razão pela qual é necessário criar um novo canal que tenha um espaço que mostre e permita que todos os meninos e meninas do país se mostrem e se expressem, respeitando suas diferenças e particularidades; ou seja, um espaço para as múltiplas minorias, onde todos os setores se sintam

<sup>134</sup> Pasti (2018) resume as medidas antimonopolistas como: reservas do espectro radioelétrico para comunicação não comercial; e limites no número de licenças de canais e restrições de audiência.

<sup>135</sup> No original: *Es importante señalar que si la producción de medios de comunicación se encuentra centralizada, los imaginarios sociales que se consolidan, legitiman y difunden responden a la mirada existente en Capital Federal, dejando a un lado la diversidad regional con la que cuenta el país.*

<sup>136</sup> Foram quatro anos de disputas e de judicialização do caso após a sanção da “Ley de Medios” até que em 29 de outubro de 2013 a Suprema Corte argentina confirmou a validade da legislação.

<sup>137</sup> O canal nasceu multitarget, com horários de programação específicos na grade para atender diferentes faixas etárias, como Ronda Pakapaka (para crianças até cinco anos), e Pakapaka (seis a doze anos). Atualmente, no entanto, os conteúdos do canal focam em faixa etária mais reduzida, o que torna a comunicação mais direcionada, voltada a meninos e meninas de até nove anos de idade.

representados e encontrem ali um lugar para se expressar. (Resolução 1015/2010).

Representação de todos e expressão plural foram assentadas como princípios-base. A perspectiva de direitos também era contemplada pelo texto e as crianças consideradas como construtoras de conhecimento. O projeto Pakapaka estava posto para interpelar o público infantil com a perspectiva de direito e cidadania, contrária à lógica de interpelação da criança como consumidora. O papel da TV na construção de subjetividades também era abordado:

Que a criação de um canal dedicado às crianças permitirá oferecer uma nova estética da infância, refletindo outra concepção de criança acerca de suas possibilidades e necessidades e visando enriquecer seu mundo e refletir sua complexidade, aproximando meninas e meninos a uma série de programas para a infância que não temem questões difíceis e que se baseiam em um profundo respeito pela infância, a quem não desestima como construtores e pensadores de sua própria realidade. (Resolução 1015/2010).

A preocupação estética estava relacionada à questão da representação. Na lógica dos canais globais da TV segmentada comercial, a criança-audiência era genérica, com oferta de conteúdo em espanhol “neutro” para toda a América Latina, sem propostas específicas para crianças argentinas. Nas telas de Pakapaka primou-se pelas formas heterogêneas de visibilidade das infâncias, na pluralidade de paisagens, crianças diversas e histórias significativas para a cultura local e regional. A começar pelo nome Pakapaka, que em quechua significa esconde-esconde, a brincadeira infantil, e sinaliza as conexões do canal com o compromisso ao lúdico, à diversidade e à visibilidade da cultura infantil local. Modos de fala e sotaques próprios da Argentina passaram a fazer parte da programação. Smerling (2020) exemplifica: os ‘emparedados’ passaram a ser chamados de ‘sándwiches’. No lugar de ‘pastel’: torta. A dublagem em versão “argentina” era feita nas aquisições e havia diferenciações regionais para contemplar as variações de fala além da capital federal, em um movimento de valorização à diversidade na oposição à padronização e modelos únicos próprios de canais comerciais com estratégias de mercado globais. (RESENDE, 2018).

Zamba<sup>138</sup>, personagem da animação emblemática do canal que revisita fatos históricos da Argentina pela ótica lúdica de um menino de Clorinda (Província de Formosa, uma das mais vulneráveis do país), e que veste a bata branca tradicional das escolas públicas argentinas, ilustra bem a proposta do canal para que as crianças se sentissem representadas na tela. Nas histórias do personagem que gosta de comer chipa e que viaja no tempo, personalidades históricas como José de San Martín e Manuel Belgrano se tornam super-heróis.

O trecho da resolução de criação de Pakapaka que fala em programas que “não temem questões difíceis” também poderia ser ilustrado com o exemplo de Zamba, que abordou temas como a última ditadura cívico-militar argentina, as consequências da Guerra das Malvinas, a revolução industrial e os movimentos indígenas, entre outros. A série se tornou ferramenta pedagógica nas escolas e não só. Segundo Smerling (2020), é um fenômeno que transcendeu os espaços escolares<sup>139</sup>. Zamba é sujeito de análise crítica de inúmeros trabalhos acadêmicos, como o de Murolo (2013), que ressalta a criatividade discursiva da série, e Linare e Cuesta (2015), que evidenciam a polifonia e dessacralização de feitos históricos dos roteiros. Entre as críticas ao programa, destacamos Duek (2013), que relacionou o discurso do personagem em alinhamento a posturas políticas dos anos kirchneristas, e Sabich (2017), que apontou tendência a binarismos nas representações. A série foi finalista do prêmio *Emmy Kids* em 2014.

Nascido sob a órbita do Ministério da Educação, Pakapaka foi criado como proposta educativa, mas em um sentido cultural complexo, sem a estreiteza de conteúdos apenas atrelados ao currículo escolar. As premissas de dar visibilidade a infâncias múltiplas e diversas, ampliar o horizonte cultural do público e valorizar o protagonismo das crianças na tela fundaram Pakapaka como território de aprendizagem não formal. A programação era pensada com base em um mapa de conteúdos voltados às vivências cotidianas das crianças. Lanati (2019) avaliou o percurso de Pakapaka de 2010 a 2015, sob o enfoque dos direitos à comunicação e cidadania, e constatou o lugar privilegiado da escola como instituição representada nos conteúdos do canal, mas ressalta outras lógicas

---

<sup>138</sup> Zamba foi criado em 2010 no contexto do Bicentenário da Argentina. A animação foi veiculada inicialmente no canal educativo Encuentro e se tornou série icônica do canal infantil Pakapaka.

<sup>139</sup> Na gestão presidencial de Mauricio Macri, que sucedeu Cristina Fernández Kirchner, a participação de Zamba no canal Pakapaka foi reduzida, segundo reportagem do jornal Clarín, por decisão política da gestão de Hernán Lombardi, então ministro de *Medios y Contenidos Públicos*. Como o personagem infantil foi criado na gestão kirchnerista, a produção de novos episódios da série foi desestimulada no período macrista (CLARÍN, 2020).

de visibilização a modos relacionados à ternura, expressão, à recreação compartilhada, ao espaço escolar como meio de socialização com pares, vínculos afetivos etc.

Além do eixo de TV pública sobre o qual Pakapaka articulava premissas fundantes - representação federal, perspectiva educativa em amplas dimensões e democratização do acesso a conteúdos de qualidade -, o canal argentino trabalha sob conceitos de infância que respaldam o protagonismo infantil nas telas. Como expresso na carta pública divulgada na celebração do primeiro aniversário do canal, em 17 de setembro de 2011.

Em 17 de setembro do ano passado nasceu Pakapaka, o primeiro canal do Ministério da Educação da Nação pensado exclusivamente para todos os meninos e meninas da Argentina, um espaço onde eles e elas podem reconhecer-se, aprender, conhecer, participar e expressar-se. (...) Pela primeira vez, os meninos e meninas do nosso país têm um canal de televisão público que, partindo do profundo respeito por todos eles, os interpela como cidadãos, como sujeito de direitos, como construtores e pensadores de sua realidade, com saberes que nos enriquecem a todos (...).” (Carta pública Pakapaka apud SMERLING, 2020).

Os produtores do canal passaram por um processo de formação na gênese do projeto em atividades chamadas “Encontros pela Infância”, que tiveram especialistas convidados para falar de temas como diversidade, gêneros etc., em esforço de reflexão conjunta para desmontar estereótipos de representação, desnaturalizar narrativas únicas e repensar escolhas de caracterização de personagens, estéticas e cenários.

O CONACAI – Consejo Asesor de la Comunicación Audiovisual y la Infancia, criado pelo artigo 17 da LSCA, fez aportes quanto a critérios de qualidade do audiovisual infantil que sintetizavam diretrizes aqui resumidas: (i) Promoção, proteção y defensa de derechos; (ii) Diversidade; (iii) Federalismo; (iv) Voz própria; (v) Dignidade; (vi) Hábitos saudáveis; (vii) Identidade; (viii) Capacidade crítica; (ix) Curiosidade; (x) Participação; (xi) Informação; (xii) Recreação; (xiii) Audiências; (xiv) Produção.

#### 4.1.1 *Ley de Medios*

Contudo, Pakapaka não chegou à grade de programação da TV sem disputa. Em razão da queda-de-braço entre o governo de Cristina Kirchner e o grupo Clarín, na discussão da constitucionalidade da LSCA na Corte Suprema da Justiça, o canal infantil público só foi incluído na grade de assinantes básicos de Cablevisión (operada pelo grupo Clarín) em 2014. Até então o canal só estava disponível a clientes de pacote digital, o que

reduzia o alcance da programação e limitava o acesso justamente para consumidores de menor renda. Segundo Smerling (2020), um contingente estimado em mais de 3,5 milhões de assinantes. A medida excluía do alcance de Pakapaka cerca de 75% do público infantil.

A LSCA determinava que todos os prestadores de televisão por assinatura estavam obrigados a incluir os sinais de rádio e televisão argentina, todos canais públicos e todos que tivessem alguma participação do Estado. As operadoras de cabo, entretanto, alegavam questões técnicas e falta de espaço disponível para novos sinais. Do lado contrário, houve mobilização que uniu esforços do CONACAI, trabalhadores do canal e do Ministério da Educação para a inclusão do sinal de Pakapaka para todos os assinantes. A organização do festival de música infantil “Pakapaka para todos!”, público e gratuito, em 17 de abril de 2011, em frente ao Ministério da Educação, marcou a campanha pela aplicação da lei. O mote da reivindicação como bandeira de pluralidade na comunicação social e com a perspectiva de direitos democráticos se difundiu por peças institucionais veiculadas na TV, em redes sociais, materiais gráficos e eventos em espaços de debate público. Finalmente, depois de quatro anos do lançamento do canal, Cablevisión aceitou incluir Pakapaka no pacote analógico dos assinantes de plano básico.

A política de incentivo à produção local, prevista na LSCA, surtiu efeito. Em Pakapaka, a produção era pensada no canal e realizada, na maior parte dos projetos, com produtoras independentes de audiovisual. No prólogo que escreveu na reedição do livro “La otra pantalla: educación, cultura y televisión: 2005-2015. Una década de Canal Encuentro, Pakapaka y las nuevas señales educativas” (SMERLING, 2021), Jessica Tritten, então gerente de conteúdos do Estado (Canal Encuentro, Pakapaka, DeporTV e plataforma Cont.ar), remonta os primórdios do projeto e afirma que o esquema de produção dos canais nesse período gerou mais de 25 mil postos de trabalho no setor audiovisual:

Em 2011, por exemplo, segundo dados do Sistema de Informação Cultural da Argentina (SInCA), a Argentina havia se tornado o quarto exportador mundial de produtos audiovisuais. Os dados do SInCA também mostraram que 60% dos programas de televisão argentinos eram produzidos de forma independente e, considerando o horário nobre, esse percentual subia para 80%, o que foi apresentado como o florescimento de pequenas e médias empresas audiovisuais em todo o país (TRITTEN, apud SMERLING 2021, p.14-15, tradução nossa)<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> No original: “En 2011, por ejemplo, según datos del Sistema de Información Cultural de la Argentina (SInCA), Argentina se había transformado en el cuarto exportador mundial de productos audiovisuales. Los datos del SInCA también arrojaban que el 60 por ciento de los programas de televisión argentina se producían de forma independiente y, considerando el prime time, ese porcentaje ascendía al 80 por ciento,

Em 10 de dezembro de 2015, Mauricio Macri (Cambiamos) assumiu a presidência da Argentina na sucessão de Cristina Kirchner e a mudança na gestão marcou revisões nas políticas de comunicação. Medidas que atingiram aspectos normativos da LSCA foram tomadas nos primeiros meses do novo governo: como a flexibilização dos limites de licenças da TV aberta e a extensão de licenças. Segundo Pasti (2018), esse conjunto de medidas, que representaram recuos no arcabouço legislativo e realinhamento entre as ações do Estado e interesses de grandes grupos de mídia, tinha três narrativas recorrentes: para a “desideologização” das normas, ênfase no modelo de negócio da comunicação e do argumento da convergência tecnológica e, ainda, a ressignificação da “pluralidade” a partir de uma perspectiva neoliberal. As mudanças impactaram diretamente Pakapaka. Pelo decreto 1222/16, de 5 de dezembro de 2016, foi criado o sistema federal de “*Contenidos Públicos Sociedad del Estado*”, para onde os canais públicos foram transferidos a partir de então. Em entrevista a esta pesquisa, a diretora de Pakapaka, Cielo Salviolo, falou sobre a perda do vínculo com o Ministério da Educação:

Non estar no Ministério da Educação significou a perda do sentido e da origem educativa dos canais. Não é o mesmo um canal educacional que opere na órbita do Ministério da Educação e o que opera na órbita de um sistema de mídia. Esses canais são canais educativos, nasceram dentro do Ministério da Educação para acompanhar as políticas educacionais e fazer uma ferramenta que acompanha o processo de ensino e aprendizagem. Então o primeiro impacto disso é que eles perderam a razão de ser, saíram da escola, lugar onde sempre estiveram, de uma forma muito forte. E depois implicou menos orçamento, (...) menos equipes, menos horas de programação, implicou sair do operador de cabo mais importante, que é a televisão digital, mas também é um canal de cabo. A penetração do cabo na Argentina é enorme, então não estar na principal operadora também gerou uma perda significativa de audiência. (SALVILOLO, 2023, tradução nossa<sup>141</sup>)

Nessas mudanças a que Cielo Salviolo se refere, Pakapaka saiu da versão básica da operadora em outubro de 2018 e só ficou acessível no pacote digital de Cablevisión. A volta para os assinantes de pacote mais simples só aconteceu em abril de 2020, na gestão

---

lo cual se presentaba como el florecimiento de las pequeñas y medianas empresas audiovisuales a lo largo del país”.

<sup>141</sup> No original: No estar en el Ministerio de Educación significó la pérdida del sentido y origen educativo de los canales. No es lo mismo un canal educativo que opere bajo la órbita del Ministerio de Educación y que opere bajo la órbita de un sistema de medios. Estos canales son canales educativos, nacieron dentro del Ministerio de Educación para acompañar las políticas educativas y para hacer una herramienta que acompañe el proceso de enseñanza e aprendizaje. Entonces el primer impacto de eso es que perdieron su razón de ser, salieron de la escuela, un lugar donde estuvieron siempre, de manera muy fuerte. Y después implicó menos presupuesto, (...) menos equipo, menos horas de programación, implicó salir del cable operador más importante que es televisión digital, pero también es canal de cable. La penetración del cable en Argentina es enorme, entonces no estar en el principal operador generó una pérdida de audiencia importante también.”

de Alberto Fernandez, que sucedeu Mauricio Macri na presidência do país. O retorno de Pakapaka à grade aconteceu em meio à pandemia do Covid-19, e ampliou o acesso à programação diária educativa produzida pelo Ministério da Educação em razão da suspensão das aulas, como citado anteriormente. A TV recuperou a vocação educativa, e aumentou o volume de produção de conteúdos que havia sido reduzido, mas não voltou à órbita do Ministério da Educação.

#### **4.2 No Brasil, de Xuxa a Luna**

O título desta seção, aliás como a maioria dos títulos, peca pelo reducionismo. Há muitos marcos da TV infantil brasileira além dos programas das décadas de 1980 e 90 da apresentadora Xuxa e da série de sucesso “O Show da Luna” (2014), animação produzida pela TV Pinguim e citada anteriormente. Apesar da distinção evidente de gêneros, a escolha desses dois sucessos de audiência se justifica pelo que representam em diferença de formatos, concepções de público e formas de interpelá-lo, como mostra o percurso recente de mudanças nas produções nacionais, afetado também por políticas públicas, decisões de Estado e mudanças nas lógicas de segmentação dos conteúdos.

O “Xou da Xuxa”<sup>142</sup> foi um dos destaques da programação da TV Globo dos anos 80 e 90, marcou época na programação infantil brasileira com a apresentadora ídolo pop e sucesso de exportação para outros países. Xuxa não contempla o escopo dessa pesquisa por ser de televisão comercial, mas é fenômeno citado por pesquisadores como emblema de formato de programas infantis de auditório que vigorou na América Latina no fim do século XX (FUENZALIDA, 2016). No Brasil, o formato também foi realizado com outros apresentadores do período, como Angelica (TV Manchete), Mara Maravilha (SBT), entre outros. Com exceções como a do Balão Mágico, exibido na TV Globo até 1986 e conduzido por crianças e um grupo de bonecos como apresentadores, o formato dominante foi o da condução dos programas por adultos e exibição de desenhos “enlatados” intercalados por sorteios e brincadeiras de estúdio. O “Xou da Xuxa” contava

---

<sup>142</sup> A apresentadora Maria das Graças “Xuxa” Meneghel estreou na TV Manchete com o programa “Clube da Criança”, em 1983, e posteriormente assinou contrato com a Globo em 1986. Segundo os arquivos Memória Globo, Xuxa vendeu mais de 26 milhões de discos, recebeu 214 discos de ouro e o disco “Xou da Xuxa 3” entrou para o Guinness como o disco infantil mais vendido, mais de três milhões de cópias. Xou da Xuxa” também foi replicado em outros públicos; a partir de 1991 uma versão do programa da Globo passou a ser transmitida para 17 países da América Latina pela emissora argentina Telefe. A versão em inglês foi lançada em setembro de 1993 (Memória Globo).



com cerca de 200 crianças em cada gravação, segundo o acervo Memória Globo, mas meninos e meninas tinham participações pontuais e secundárias.

O “Show da Luna” é exemplo da “nova televisão infantil” caracterizada por Fuenzalida (2016) como programas adequados à lógica da audiência segmentada, com a representação da criança protagonista e competente dentro do texto audiovisual e com aspectos de interação com o público. Também representa efeitos da transformação da indústria criativa brasileira e no perfil do consumo do público multiplataforma na segunda década do século XXI.

O Brasil não tem uma televisão pública exclusivamente infantil. A TV Brasil, rede de televisão pública brasileira pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem larga faixa de programação dedicada a crianças, mas é canal generalista, sem a linguagem e estética segmentada como o Pakapaka, da Argentina. De todo modo, representou a abertura de importante janela de exibição para produções infantojuvenis no Brasil em TV aberta, com os pressupostos de um canal público compromissado com a formação cidadã e com a representação das diversidades brasileiras.

A TV Cultura, que tem a marca cultural creditada em grande parte aos programas criativos e educativos da década de 1990 e se tornou referência latino-americana no desenvolvimento de programação dedicada a crianças, é também generalista. Por isso mesmo, periodizar as transformações das programações requer olhar as fases da televisão brasileira. No caso desta tese, interessa a produção sob incentivo público e veiculado em janelas públicas de exibição, mas a apresentação do contexto predominante nas televisões comerciais será fundamental para entender a inserção da programação da TV pública de forma relacional com o cenário, a fim de ressaltar ausências, lacunas e demandas históricas da oferta televisiva para crianças. Pesquisas e relatos sobre programas brasileiros de TV dirigidos a crianças e sobre a televisão brasileira contribuíram para recuperar brevemente alguns marcos desse itinerário, como os trabalhos de Fiel (2019), Lima (2018), Brittos (2001), Souza (2000), Milanez (2017), Silva (2014), Sampaio e Cavalcante (2016) entre outros.

Desde a chegada da TV ao Brasil na década de 1950, anos experimentais quando a influência do rádio ainda era muito forte sobre o formato de programação na tela, a educação foi o grande tema na relação com a criança. Mattos (2002) identifica fases do mercado televisivo brasileiro caracterizadas segundo critérios socioeconômicos, políticos e culturais e relacionadas a fases de desenvolvimento do país e distingue os primeiros

anos como a fase “Elitista” (1950—1964), inicialmente de pouca popularização do dispositivo como bem de consumo. A fase “Populista” (1964-1975) marca o período de início da ditadura brasileira (1964-1985), fase em que o sistema televisivo foi estruturado no país. Segundo Brittos (2001), “até pela grande coincidência de objetivos entre empresários e ocupantes do poder político”, a televisão como meio de veículo de massa teve a programação influenciada pela agenda do regime militar com vistas à persuasão popular pelo clima de nacionalismo. O entendimento de TV pública da época é imbricado nesse contexto. O surgimento da TV pública em 1967 teve o propósito educativo voltado a preencher as lacunas da alfabetização. Nesse ano foi criada a Fundação Brasileira de Rádio e TV Educativa (FCBTVE, Centro Brasileiro de Televisão Educativa), como órgão público do Rio de Janeiro, e a concessão do canal ocorreu anos depois, com a inauguração efetiva da TV Educativa do Rio de Janeiro em 1975<sup>143</sup>. Lima (2018) distingue correntes que apostavam na televisão educativa como forma de qualificação e instrução no processo de industrialização social e outras que apostam na TV pública como alternativa ao modelo comercial e não só como instrumento complementar de educativo instrucional. Também é desta fase a criação da Fundação Padre Anchieta, em 1967, que posteriormente passou à gestora da TV Cultura. Fiel (2019) resume a preocupação com a educação civil nesse período: “A TV estava a serviço de duas instituições: Estado e família” (2019, p. 51).

A fase do “Desenvolvimento tecnológico” (1975-1985), segundo Mattos, é a da chegada do videoteipe (VT), de novos equipamentos e recursos, mas também de maior interferência do regime no pós-AI-5<sup>144</sup>. Em 1976, na fase definida por Mattos (2002) como de aperfeiçoamento das produções nacionais na televisão brasileira, sofisticação técnica e diversidade de formatos, a programação infantil teve marcos que vale a pena mencionar. O Sítio do Pica-Pau Amarelo<sup>145</sup>, adaptação da obra de Monteiro Lobato, estreia na TV Globo e firma um formato de programa dirigido a crianças com linguagem televisiva. Vila Sésamo, a versão do formato estadunidense célebre “*Sesame Street*” que estreou na televisão pública dos Estados Unidos (Public Broadcast System – PBS), em 1969, e se tornou marco de realização audiovisual de revista infantil musical como recursos de aprendizagem criativa, foi lançada no Brasil em 1972 com produção própria

---

<sup>143</sup> A TVE do Rio de Janeiro foi encerrada em 2007, com a criação da TV Brasil.

<sup>144</sup> O Ato Institucional nº5 foi instaurado em 13 de dezembro de 1968 durante a gestão do general Costa e Silva com distintas ações arbitrárias que ampliava o poder autoritário do regime, entre elas a possibilidade de intervenção no Congresso, estados e municípios e cassação de parlamentares.

<sup>145</sup> O Sítio do Pica-pau Amarelo já havia sido realizado em versão teleteatro em 1952, na TV Tupi, e passou posteriormente pela TV Cultura e Bandeirantes, mas foi a partir da década de 70 que o programa ganhou formato mais televisivo (LIMA, 2018, FIEL, 2019)

da *Sesame Workshop*<sup>146</sup>. Depois foi descontinuada por questões de custo e coproduzida entre TV Cultura e TV Globo (FUENZALIDA, 2016).

A fase da “Transição e da Expansão Internacional”, de 1985-1990 (MATTOS, 2002), no pós-ditadura militar e com o avanço tecnológico, é também a fase de intensificação da programação infantil, em que a televisão se expande em formatos e linguagens. com mais produção própria. Fiel (2019) destaca na produção infantil o sucesso do formato Bozo (Rede Record, TVS do Rio e SBT), o palhaço apresentador em programa de auditório, Meu Pé de Laranja Lima (TV Bandeirantes, Curumim (TV Cultura), Chispita, novela da Televisa exibida no SBT, e o programa Balão Mágico (TV Globo), que teve crianças em posição protagonista na condução da atração. “O Xou da Xuxa” substituiu a atração no meio da década, época em que a interação TV e criança era fortemente marcada pelo viés do consumo, licenciamentos de produtos e publicidade direta. O fim dessa fase é o começo de um projeto de programação infantil que teve impacto determinante na história da TV Brasileira, o Rá Tim Bum (TV Cultura/1990), programa pré-escolar inspirado no modelo Vila Sésamo<sup>147</sup>.

A fase da “globalização e da TV paga” de 1990-2000 (MATTOS, 2002) foi de expansão dos canais segmentados infantis na televisão por assinatura, impactos econômicos na aquisição de bens de consumo (Plano Real), popularização da programação e muito merchandising e licenciamento de produtos desdobrados da programação infantil comercial<sup>148</sup>. Como um ponto fora da curva, a TV Cultura apostou na TV infantil de qualidade e exibiu, nos anos 90, programas marcados pela inovação em conteúdo educativo - mas sobretudo cultural no sentido mais amplo -, e pela valorização da criança com abordagem criativa e de responsabilidade social em televisão pública. Para Souza (2000), o premiado programa Rá Tim Bum (TV Cultura, 1990) foi o mais revolucionário da televisão brasileira: “(...) Rá Tim Bum possui a grande virtude de apresentar irregularidade estética: produz linguagem polifônica que se contrapõe ao padrão estético regular, linear, autoritário e hegemônico da televisão brasileira (Souza,

---

<sup>146</sup> Children’s Television Workshop (CTW) mudou de nome em 2000 para Sesame Workshop. O programa “Sesame Street” teve o modelo exportado para 65 países em versão em inglês e coproduzido internacionalmente em outros 15 idiomas (SOUZA, 2000).

<sup>147</sup> “Rá tim Bum” foi criado por Flávio Souza, também criado de “Mundo da Lua”, outro sucesso infantil da TV Cultura.

<sup>148</sup> A partir do início da década de 90, durante a gestão presidencial de Itamar Franco, começa também a fase conhecida como “Retomada do Cinema Brasileiro” (1995-2002) e que teve produções infantis de sucesso. O período foi de recuperação de políticas de estímulo ao cinema brasileiro após quase estagnação. Segundo Silva (2014), três das 20 maiores bilheterias nacionais da época são do cinema infantil em franquias que começaram na TV, como Xuxa e Renato Aragão (Os Trapalhões).

2000, p. 14). O programa competia a partir da TV pública com os projetos mais comerciais de canais consolidados de audiência e ainda assim a emissora chegou a atingir nesse período dois dígitos de audiência (MILANEZ, 2017). Outro programa memorável, o Castelo Rá Tim Bum (TV Cultura/1994)<sup>149</sup>, reforçou a aposta em diversidade cultural e ganhou popularidade com a inventiva história em live-action de um menino de 300 anos que vive em um castelo no meio de São Paulo. As produções originais da época firmaram a TV Cultura como modelo de TV infantil de qualidade no Brasil e no mundo.

O fenômeno internacional “Carrossel” (SBT), novela infantil da Televisa que representou relações familiares e do contexto escolar de crianças e da professora Helena no “Colégio Mundial”, estreou no Brasil também na década de 1990. “Chiquititas”, telenovela infantil argentina (Telefe) que acompanha as histórias de crianças de um orfanato, ainda é dessa época. No Brasil, coproduzida com o SBT, estreou em 1997 e chegou a ter cinco temporadas.<sup>150</sup> Segundo a pesquisadora argentina Valeria Dotro (2000) e que também faz parte da equipe do canal Pakapaka, é um caso emblemático de reposicionamento da infância no desenvolvimento de ficção na TV por ampliar a caracterização da criança em protagonismo, ainda que na lógica maniqueísta de personagens e valores.

Na televisão por assinatura, o período foi de expansão de canais estrangeiros infantis e a lógica global de programas de audiências universalizantes. A Lei 8.977, de 1995, instaurou o serviço de TV a cabo no país, previu canais de utilidade pública (como de universidades, do Senado Federal, Câmara de Vereadores e Assembleias Legislativas) e trouxe uma novidade instigante para produtores audiovisuais: a obrigatoriedade de veiculação de obras nacionais, que garantiu janela de exibição em certa medida. A fase inicial do serviço, entretanto, ainda era de efeito incipiente.

A partir dos anos 2000 a periodização de Mattos (2002) aponta a fase da “Convergência e qualidade digital”, tempos em que a televisão aberta concorre com outras tecnologias que em muitos casos se interseccionam com o modelo tradicional (BRITTOS, 2001) e reconfiguram o acesso às produções audiovisuais para além das grades dos canais, em outras formas de consumo e dispositivos.

---

<sup>149</sup> “Castelo Rá Tim Bum” (1994-1997) foi criado por Cao Hamburger e Flávio Souza, já experiente pelas produções de “Rá Tim Bum” (1990) e “Mundo da Lua” (1991).

<sup>150</sup> O grande sucesso das duas telenovelas infantis rendeu *remakes* no SBT até décadas depois. O de “Carrossel” foi lançado em horário nobre em 2012. O *remake* de “Chiquititas” ganhou produção do canal em 2013. Além disso, muitas reprises das novelas infantis marcam a programação da emissora.

Na TV aberta, os programas infantis de auditório perderam fôlego no fim da década<sup>151</sup>. O espaço infantil paulatinamente foi substituído por programas com perfil mais ampliado de público, com vistas no feminino. Segundo Lima (2018), que investigou o esvaziamento da programação infantil em televisão comercial aberta, a segmentação da programação infantil dos canais da TV paga instou a mudança do negócio. Localmente, as emissoras tentaram atribuir o recuo na programação infantil na TV à já citada proibição do CONANDA de 2014, que vetou por meio da resolução 163 a veiculação de publicidade dirigida ao público infantil e atingiu em cheio os abusos de apelos publicitários que eram recorrentes na programação dos canais comerciais até então<sup>152</sup>. Mas o movimento de mudança na programação foi de fundo mercadológico, pelo interesse das emissoras em públicos mais abrangentes e pela migração de público segmentado para os canais especializados, e não só no Brasil (FUENZALIDA, 2016), como constatado na análise apresentada sobre a Argentina.

As discussões sobre TV pública que, como vimos anteriormente, eram comuns nessa época em outros países da região, reverberaram no Brasil neste início de século, no contexto de governos progressistas. A criação da EBC, mantenedora da TV Brasil, em 2007, abriu nova janela de exibição na TV aberta para crianças, com grande faixa de programação dedicada a esse público, chegou a ter 10 horas diárias com conteúdo infantil. A pesquisa “Qualidade na programação infantil da TV Brasil”<sup>153</sup>, realizada pelo GRIM, Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia, da Universidade Federal do Ceará, de 2012, reconheceu a qualidade das produções exibidas pelo canal e revelou um diagnóstico da programação com sugestões de aprimoramento que inclui os seguintes tópicos: (i) produções internacionais predominavam como procedência das obras audiovisuais (57,6%) com prevalência da produção europeia (66,56%); (ii) pouca

---

<sup>151</sup> Listamos produções para ilustrar o cenário da época, mas também outros programas infantis fizeram parte da década de 90 na TV infantil brasileira, como TV Colosso (TV Globo, 1993), Bom dia & Companhia (SBT, 1993), entre outros.

<sup>152</sup> A resolução do Conanda define como abusiva “a prática do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança. Entende como “comunicação mercadológica” “toda e qualquer atividade de comunicação comercial, inclusive publicidade, para a divulgação de produtos, serviços, marcas e empresas independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado” (Resolução 163).

<sup>153</sup> A pesquisa foi desenvolvida com base em amostra de 221 episódios, dos 23 programas infantis exibidos pela emissora no período de outubro de 2010 a janeiro de 2011. As produções audiovisuais analisadas foram: A turma do Pererê, Cocoricó, Um menino muito maluquinho, TV Piá, Catalendas, Dango Balango, Janela Janelinha, ABZ do Ziraldo, Castelo Rá-ti-Bum, Curta Criança, Vila Sésamo, Pequeno Vampiro, Cidade do Futuro, Esquadrão sobre rodas, Connie, a vaquinha, Os pezinhos mágicos de Franny, Louie, Mecanimais, Thomas, Princesa Sherazade, Bill Tampinha e sua melhor amiga Corky, Barney e seus amigos e Os Heróis da Praia.

incidência de temáticas como “Arte/música/cultura”, “Natureza” e “Ciência e Tecnologia”; (iv) predominância de temas do cotidiano.

Para Sampaio e Cavalcante (2016), o predomínio da produção europeia indicava uma diversidade de repertório estético e de linguagem em relação à prevalência mais comum de produções estadunidenses. Outrossim, as pesquisadoras destacavam a ausência de produções latino-americanas e a prevalência de programas originados no Sudeste brasileiro (88,89%), o que denotava centralização na produção. Essas questões foram enfrentadas posteriormente com políticas de fomento ao audiovisual nacional, como será apresentado no próximo tópico desta pesquisa.

As emissoras públicas de sinal aberto representaram nichos importantes nesse cenário de concentração da programação nos canais pagos. As TVs educativas, com a cabeça de rede da TVE do Rio de Janeiro, desenvolveram distintos projetos educativos, com cursos e aulas pela TV, e também apostaram na produção audiovisual infantil. Apesar da descontinuidade das gestões, escassez de recursos e mudanças tecnológicas que desafiaram essas televisões, as TVs educativas desempenharam papel preponderante nesse segmento. A exemplo da produção da TVE Brasil, em 2006, da série “Um Menino Muito Maluquinho”, baseada na obra homônima do cartunista Ziraldo, e vencedora do Prêmio Japan Prize (NHK). Também a MultiRio – Empresa Municipal de Mídia, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, e a TV Escola, criada pelo Ministério da Educação (MEC) em 1995, foram importantes exibidores e produtores de conteúdo infantil. Na MultiRio foi produzido, por exemplo, o programa “Juro que vi” (2003), série de animação baseada no folclore brasileiro e realizada com a participação de alunos da rede municipal de ensino.

#### 4.2.1 Políticas de estímulo ao audiovisual - Brasil

O audiovisual infantil não teve no Brasil um programa contínuo de incentivos que pudesse distinguir atenção específica à produção para esse público. Ainda assim, sob o grande guarda-chuva da política pública cultural do País, mais fortemente na segunda década do século XXI, o mercado cresceu em um cenário favorável associado à maior demanda por conteúdo nacional, proporcionada principalmente pela chamada Lei da TV Paga.

O recuo na política de incentivos ao audiovisual no fim da referida década, período da gestão presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022), gerou grandes perdas para o setor.

O Ministério da Cultura (MinC) foi extinto no primeiro dia de governo, em 1º de janeiro de 2019, pelo rebaixamento da instituição a Secretaria Especial da Cultura. Com a perda de status de ministério, a área passou a ser coordenada pela secretaria, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania e, posteriormente subordinada ao Ministério do Turismo, perda tanto simbólica de valorização do meio no setor público quanto de autonomia para gestão de recursos<sup>154</sup>.

Começaremos a recuperar o curso dessas mudanças desde a fase de constituição dos instrumentos de fomento no início do século XXI. A década de 1990 havia sido marcada pela crise no audiovisual agravada pelas medidas do presidente Fernando Collor (1990-1992) que extinguiu a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme), o Conselho Nacional de Cinema (Concine) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB). A Lei 8.313 (1991) de apoio à cultura, mais conhecida como Lei Rouanet, e a Lei do Audiovisual (8.685/93) foram importantes medidas que estimularam um ensaio de retomada do cinema brasileiro em meados da década, mas se demonstraram insuficientes para a recuperação do setor após o grande desmonte. Em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Agência Nacional do Cinema (Ancine) por meio da Medida Provisória 2.228-1/01, que também instituiu o Conselho Superior do Cinema (CSC). A Ancine foi concebida como agência reguladora, de fiscalização e fomento do setor, para aumentar a competitividade da indústria. O CSC é o órgão incumbido a formular políticas para o setor e acompanhar a execução das políticas, e a Secretaria do Audiovisual (SAV) trata de festivais, planejamento da preservação e difusão da memória audiovisual etc. Segundo Ikeda (2021), é a formação do tripé institucional. A lei de 2001 criou dois mecanismos de incentivo fiscal, os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINES), que permitem a formação de fundos de investimento para projetos de audiovisual, e a Contribuição para o Desenvolvimento da

---

<sup>154</sup> Cabe também pontuar episódios de desvalorização do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) na gestão Bolsonaro. No dia 23 de maio de 2019, o Conanda emitiu nota pública ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para denunciar a possibilidade de inviabilização do órgão, por ações e omissões do governo, em forma de extinção de cargos técnicos, demora nos processos logísticos de eventos e contingenciamento de recursos. Menos recursos e, também, menos participação social. Em 30 anos de existência, a composição do conselho sempre foi formada por 14 representantes do governo e 14 da sociedade civil, com o mesmo número de suplentes, mas um decreto presidencial (10.003/2019), de 4 de setembro de 2019, reduziu o número de representantes de 56 para 36. Decisão parcialmente revista pelo Supremo Tribunal Federal (STF); em 26 de fevereiro de 2021, em liminar deferida pelo Ministro relator, Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou como inconstitucionais trechos do Decreto Presidencial 10.000/2019 que alterou a composição do Conanda. A decisão restabeleceu o mandato dos antigos conselheiros e garantiu as reuniões mensais dos representantes.

Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE), tributo pago pelos agentes do setor para o desenvolvimento do mercado audiovisual nacional. Uma das modalidades do tributo é o “CONDECINE 3%” (art. 39), que permite isenção de pagamento às programadoras de TV a cabo que decidirem aplicar o valor correspondente a 3% do seu lucro para a coprodução de obras brasileiras de produção independente. À vista disso, *players* do mercado da TV por assinatura passaram a incluir mais programas nacionais. Posteriormente, a série infantil de TV Peixonauta, do Discovery Kids e da TV Pinguim, foi criada nesse contexto (IKEDA, 2021). A animação também contou com parte dos investimentos obtida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um dos maiores estúdios de criação e desenvolvimento de desenhos animados do Brasil, a TV Pinguim tornou-se o primeiro cliente da área de animação, em 2008, no programa BNDES Procult, financiamento para empresas das cadeias produtivas da economia da cultura, como o audiovisual. A série do peixe-detetive se tornou a primeira produção brasileira do gênero a ser exibida no Discovery Kids Brasil. Foi exportado para mais de 60 países.

Em 2003, a Ancine lançou o primeiro edital de fomento direto (R\$ 7 milhões), além dos já previstos pelas leis de incentivo fiscal. Começava ali uma série de chamadas públicas anuais para definição de recursos para as etapas de desenvolvimento, produção, finalização de projetos e coproduções internacionais. Em 2006, a criação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) pela Lei 11.437/06 marcou o surgimento de um novo modelo de funcionamento para o audiovisual brasileiro. Segundo Ikeda, foi um marco de posicionamento do Estado como protagonista das políticas públicas: “Ou seja, enquanto as leis de incentivo eram uma modalidade de fomento indireto<sup>155</sup>, baseado em renúncia fiscal, o FSA recoloca o fomento direto como a principal forma de financiamento da produção audiovisual brasileira” (IKEDA, 2021, p. 73). A fonte das receitas é a própria atividade do mercado, em retroalimentação com recursos da CONDECINE.

As iniciativas de estímulo público destinadas especificamente ao audiovisual infantil foram pontuais, ainda que relevantes. A TVE – RJ foi pivô da mais significativa. Com financiamento do Ministério da Cultura, a TV coordenou a série Curta Criança (2004), com produtores independentes de todo o país para a produção de contos brasileiros para crianças de 7 a 12 anos. Histórias brasileiras para crianças brasileiras,

---

<sup>155</sup> Lei Rouanet, criada em 1991, é um instrumento de fomento indireto, com a lógica do patrocínio e não de investimento.



com meninos e meninas protagonistas. Em entrevista a Fiel e Amâncio (2021), Beth Carmona, que geria a TVE RJ à época, contou como era a concepção dos curtas:

A criança no centro, como a filosofia trazida para nós por um grande produtor holandês Jan-Willem Bult<sup>156</sup>. No edital, os projetos passavam por um júri e as melhores ideias recebiam uma formação internacional de 4 a 5 dias, para que fossem aprimoradas. Isso nos dava a certeza de que no final teríamos histórias infantis e não curtas adultos com crianças em cena. (CARMONA, apud FIEL, AMANCIO, 2021, p. 180).

Foram nove edições do programa, que renderam dezenas de histórias de ficção originais nacionais. O Curta Criança também foi celeiro de talentos e muitos dos produtores audiovisuais que passaram pela formação do edital se firmaram no mercado dirigido a crianças nos anos seguintes. A série “Meu amigãozão”, coproduzida pelo estúdio brasileiro 2D Lab com a produtora canadense Breakthrough Animation, teve origem no Curta Criança Animação<sup>157</sup>.

A falta de conteúdo nacional de qualidade na TV infantojuvenil e a demanda por estímulo a produtores independentes também motivaram o edital FicTV (2008), do Ministério da Cultura, que visava a exibição de séries de ficção para jovens (15 a 29 anos) das classes C, D e E em canais de TV pública. Também para exibição em canais públicos, o AnimaTV (2009) foi realizado pelo Ministério da Cultura, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) e Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC). O programa do governo brasileiro selecionou projetos de séries de animação dirigidos a crianças e adolescentes para exibição em TVs públicas, e realizou oficinas em oito regiões do país para estimular a participação descentralizada de empresas de animações e ganhar abrangência nacional. Novamente, a iniciativa rendeu frutos duradouros. Mesmo premiando apenas dois programas vencedores Tromba Trem (Copa Studio) e Carrapatos e Catapultas (Zoom Elefante) para a produção de séries, com 12 episódios cada, o movimento surtiu efeito e outros produtores participantes, como Historietas Assombradas (Glaz Entretenimento) e Zica e os Camaleões (Cinema Animadores), mantiveram a continuidade das produções posteriormente.

Iniciativas como essas contribuíram para colorir com qualidade e conteúdo nacional as telas da TV Cultura e da TV Brasil, as duas com larga faixa de programação

---

<sup>156</sup> Jan-Willem Bult, mencionado anteriormente nesta tese, desenvolve projetos de mídia para crianças na ONG holandesa Free Press Unlimited. É editor-chefe da WADADA News para crianças ou jovens.

<sup>157</sup> Ver <https://tvbrasil.ebc.com.br/meuamigaozao>

para crianças em sinal aberto, mas eram pontuais em meio a um cenário de TV infantil dominada por conteúdos estrangeiros.

Em 2011, um marco das políticas públicas aumentou a demanda por desenvolvimento de conteúdos nacionais na TV fechada. A atualização do marco legal da TV assinatura, por meio da Lei do Serviço de Acesso Condicionado-SeAC (12.485), conhecida como a “Lei da TV Paga”<sup>158</sup>, determinou a obrigatoriedade de cota de produção nacional e independente nos canais a cabo visando a diversidade da programação, inserção de obra criativa brasileira, e geração de emprego e renda. Segundo a lei, a cota deveria ser cumprida no equivalente a 3,30 horas semanais de conteúdo de espaço qualificado (não inclui conteúdos religiosos, concursos, tele vendas, infomerciais etc.) em horário nobre. A lei criou uma demanda inédita, segundo Marcelo Ikeda: “Enquanto em 2011 e 2012 foram registradas na Ancine menos de 2 mil obras audiovisuais brasileiras, nos anos seguinte, entre 2013 e 2016, esse número cresceu para mais de 3.250 obras, aumento de mais de 60%” (IKEDA, 2021).

O número de produções brasileiras, principalmente animação - gênero de grande trânsito em vendas ao exterior – entrou em fase inédita de expansão (Holzbach, 2018) após o vazio de produções nacionais até o início dos anos 2000. Holzbach (2019) ressalta a importância econômica e cultural dos canais de séries de animação para crianças na TV por assinatura, tendo em vista a força demonstrada reiteradamente por altos índices de audiência em televisões como Cartoon Network, Discovery Kids, Nickelodeon, Disney Channel e o brasileiro Globo (Globosat). Grande parte dos conteúdos é estrangeira, mas o impulso da produção nacional nas últimas décadas, puxado por incentivos públicos e pela cota de programação, levou mais Brasil para as grades dos canais transnacionais da TV paga. Holzbach (2019) lista as inúmeras produções: “Peixonauta”, “Meu Amigãozão” e “Show da Luna” no Discovery Kids; “Irmão do Jorel”, “Turma da Mônica”, “Tromba Trem”, entre outros, no Cartoon Network; “SOS Fada Manu” e “Osmar, a última fatia do pão de forma” no Globo etc. A Netflix estreou em 2023 a primeira série de animação original brasileira, “Acorda, Carlo!”, dos mesmos criadores do sucesso “Irmão do Jorel”. Segundo Holzbach (2019), o movimento faz parte da lógica dos canais transnacionais em contexto global, com inserção de conteúdos de diferentes origens para atingir mais mercados e trabalhar a marca localmente.

---

158 A atualização foi necessária, segundo Lima (2015) para corrigir inadequações causadas pelo fenômeno da convergência. Os grupos Globo e Abril concentravam o mercado na época.

A Lei 12.485/11 também instituiu o CONDECINE Teles, arrecadado das empresas de telecomunicações, vistas sob a ótica de agente no cenário de convergência tecnológica e expansão do audiovisual. A mudança aumentou o montante gerado pelo tributo. Outros marcos de políticas públicas impactaram o setor, a exemplo da expansão do FSA, com a publicação em 2013 do Regulamento Geral do PRODAV, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro, que incluiu linhas específicas voltadas para a produção e distribuição de obras de televisão<sup>159</sup>. Em 2014 houve o lançamento do programa “Brasil de todas as telas”, de R\$ 1,2 bilhão em investimentos do FSA com atenção ao desenvolvimento regional. Foi criado o edital de realização para primeira exibição na EBC e os editais conhecidos como “Arranjos Regionais”, nos quais a Ancine complementava recursos de editais regionais. Estava clara a importância estratégica do audiovisual, como vitrine cultural e negócio atrativo a conquistar mercados.

Em 2016, na mudança de gestão em razão do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, houve alteração na política de editais. Segundo Ikeda (2021), sob o argumento do combate à burocratização na Ancine, houve ênfase maior nos editais de fluxo contínuo. Não obstante, é dessa época o grande programa Audiovisual Gera Futuro, de 2018, que envolveu cerca de 250 projetos e R\$ 130 milhões, com editais específicos para a infância em documentários, longa-metragem, curta e desenvolvimento de projeto. Na gestão liberal e conservadora de Bolsonaro, houve praticamente paralisação no lançamento de novas linhas e editais do FSA. Ao longo de todo o mandato, o setor da cultura foi tratado em clima permanente de hostilidades. As questões regulatórias sobre o segmento de VoD (*Video on Demand*) não foram enfrentadas. As cotas de programação ainda não se aplicam a grandes plataformas como Netflix e Amazon e a legislação aguarda por adequação às novas formas de consumo do audiovisual de novas janelas de exibição em um ambiente, segundo Bahia, Butcher e Tinen (2023), em estado de fragmentação e de reestruturação do campo: “É fundamental lembrar que o VOD, e especificamente o *streaming*, não estabeleceram apenas um cenário de alta competitividade, mas provocaram uma reestruturação profunda do ambiente midiático, que implica também novas “disciplinas de recepção” (Bahia, Butcher e Tinen, 2023, p.106). Os mesmos autores pleiteiam uma regulação do *streaming* pela perspectiva do direito à cultura, que contemple questões como a difusão cultural, a proteção dos mercados nacionais e o direito digital.

---

<sup>159</sup> A série “Toda Menina Baiana”, incluída no corpus desta pesquisa, foi contemplada na chamada pública do IRDEB realizada em 2017 para contratação de obras por meio da linha Prodav 02, voltada para primeira exibição nas televisões.

## EPISÓDIO 5 - TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA TV INFANTIL

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos e de ação social e a busca do protagonismo infantil na mídia dirigida a elas abrem espaço em alguma medida para novas visibilidades no audiovisual infantojuvenil. Ao longo desta tese, dois programas de TV ilustraram essas problematizações: “Inventar Pakapaka Pergunta”, da Argentina, e a série brasileira “Toda Menina Baiana”. Abordam temas contemporâneos e consideram as crianças como sujeitos de observação e escuta, agentes de ação social. Dentro do arco temporal da pesquisa, outras produções audiovisuais infantojuvenis se destacaram por levar assuntos de impacto social à TV infantil, tanto no Brasil quanto na Argentina. Grande parte deles na TV pública. Começamos por citar alguns desses programas que foram ao ar durante o período analisado<sup>160</sup>. Com formatos variados, diferentes gêneros e faixas de público, essas produções mostram possibilidades múltiplas de realização e formas criativas de abordagem das tensões e temáticas sociais contemporâneas na TV infantil.

Figura 8 - Série TV Piá (2010), TV Brasil



Fonte: Divulgação site TV Brasil.

<sup>160</sup> Além da seleção de programas desta seção da tese, outras produções audiovisuais infantis também se tornaram referência na abordagem de temáticas de impacto social para o público infantojuvenil na TV infantil da região. É o caso de “Confissões de Adolescentes” (TV Cultura/Band), série brasileira da década de 90 baseada no livro da escritora Maria Mariana. Esta seleção, entretanto, aborda algumas das produções que foram ao ar durante o arco temporal da pesquisa, de 2010 a 2022.

### - TV Piá

A revista eletrônica infantil “TV Piá” (2010) foi veiculada na TV Brasil por três temporadas. Com direção de Dilea Frate, o programa não tinha apresentador, elenco ou texto pré-definido. O microfone ficava em poder das crianças entre entrevistas e depoimentos que apostavam na espontaneidade para captar a opinião das crianças em temas dos mais variados. Além de locações em diversas partes do Brasil, TV Piá contou com gravações realizadas na França, na Itália, Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Guiana Francesa. O estudo “Qualidade na programação infantil da TV Brasil”, realizada Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia, da Universidade Federal do Ceará (2012), apontou o TV Piá entre as experiências a serem ampliadas no canal, por apresentar a diversidade das infâncias brasileiras na TV e reafirmar a participação infantil nos processos comunicacionais (SAMPAIO, CAVALCANTE; 2016).

Figura 9 - Disque Quilombola (2012), TV Brasil.



Fonte: Divulgação das redes sociais do curta-metragem. [2023].

### - Disque Quilombola

“Disque Quilombola” (2012)<sup>161</sup>, veiculado pela TV Brasil, é um dos curtas-metragens contemplados no Edital Curta Criança, programa público citado no capítulo anterior. Com direção de David Reeks e produção e roteiro de Gabriela Romeu e Renata Meirelles, o documental coloca em contato um grupo de crianças do morro São Benedito,

<sup>161</sup> Disponível em: <https://cirandadefilmes.com.br/filmoteca/disque-quilombola/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

em Vitória, no Espírito Santo, com a comunidade quilombola São Cristóvão, da área rural do estado. A brincadeira por meio de um telefone sem fio provoca descobertas de infâncias plurais. Sem adultos na tela, são as crianças que explicam, umas às outras, sobre suas experiências lúdicas no campo ou na cidade. Vale destacar aqui a importância do olhar para infâncias invisibilizadas até nas estatísticas oficiais. Apenas em 2022, o censo demográfico brasileiro incluiu pela primeira vez na história as comunidades quilombolas que vivem no país. Os remanescentes de comunidades dos quilombos somam mais de 1,3 milhão de brasileiros. Na divulgação da publicação “Brasil Quilombola: quantos somos, onde estamos?”, em 27 de julho de 2023, o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo, reconheceu a falha histórica<sup>162</sup>:

São essas populações que mais precisam das estatísticas, desses números. A gente precisa saber quantas escolas, quantos postos de saúde, coisas relacionadas à educação e tudo o que essa população quilombola precisa, como a titulação [de terras]. Os dados que estão sendo apresentados hoje, pelo IBGE, se tornam, praticamente, uma reparação histórica (AZEREDO, 2023).

Em *Disque Quilombola*, essas infâncias foram visibilizadas. Ao longo do programa, de forma divertida, focada nas brincadeiras e troca de vivências, meninos e meninas conhecem a origem dos quilombos e a riqueza da resistência cultural de seu território.

- Pedro e Bianca

Veiculada pela TV Cultura, a série de ficção e live-action infantojuvenil “Pedro e Bianca” (2012), cujos protagonistas são dois irmãos gêmeos moradores de uma periferia em São Paulo, foi produzida pela Fundação Padre Anchieta em parceria com a Secretaria de Educação de São Paulo. Ganhou o *Festival comKids Prix Jeunesse Iberoamericano* em 2013, conquistou o *Emmy Kids Awards* em 2014 e venceu o *Festival Prix Jeunesse International* no mesmo ano. Gêmeos bivitelinos, eles têm um traço raro: Pedro é branco e Bianca é negra. O dia a dia dos irmãos é atravessado por temas como preconceitos, desigualdades, bullying, ademais de conflitos íntimos, sexualidade, relações com a família e com a escola pública onde estudam. No episódio premiado, “Entre nascer e morrer<sup>163</sup>, a gente cresce!”, eles enfrentam o primeiro dia de aula no ensino médio. O

<sup>162</sup> AGÊNCIA BRASIL. IBGE: dados sobre quilombolas no Censo 2022 são reparação histórica. Disponível em: <https://bit.ly/3KiKM6g>. Acesso em: 27 jul. 2023

<sup>163</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4Yb1bhX3j6c>. Acesso em: 27 jul. 2023.



crítico de TV Maurício Stycer escreveu artigo na Folha de S. Paulo sobre a série em 17 de março de 2013 com o título “Adolescentes de carne e osso”:

Adolescente ainda vê televisão? Ou quer se ver na tela? Mesmo sem saber com precisão a resposta para essas questões, diferentes experiências têm sido feitas com a ambição de retratar o adolescente. A mais recente é “Pedro e Bianca”, que a TV Cultura volta a exibir hoje, às 14h. Projeto com a grife de Cao Hamburger, um dos nomes por trás da brilhante série infantil “Castelo Rá-Tim-Bum (1994-1997), o seriado tem a particularidade de falar sobre um universo específico, o adolescente de classe C, mas sem paternalismo ou clichês, de um jeito capaz de interessar a qualquer público” (FOLHA DE S. PAULO, 2013).

Figura 10 - Peça de divulgação da série “Pedro e Bianca” (2012), TV Cultura.



Fonte: Divulgação das redes sociais da emissora. [2023].

No mesmo artigo de opinião, Stycer aponta a série de TV “Malhação” (TV Globo), já citada nesta tese, como exemplo de “coragem de mostrar jovens com um perfil menos óbvio e de menos apelo comercial” (Stycer, 2013): “Em diferentes momentos de sua história, a novela “Malhação”, da Globo, destinada a esse universo, também se debruçou sobre adolescentes da periferia ou de comunidades carentes”. Mas Stycer lamenta mudanças posteriores: “Na sua 20ª temporada, ainda em cartaz, a novela da Globo retornou ao ambiente solar e florido da zona sul carioca, bem familiar aos espectadores.”

Anos depois, em 2018, a série conquistou o Emmy Kids Internacional com a temporada “Viva a Diferença”, de protagonistas femininas e muita diversidade na representação de diversos modos da adolescência no enfrentamento de temas como o racismo, liberdade, drogas, feminismo, entre outros. A temporada premiada também teve a direção de Cao Hamburger (Castelo Rá-Tim-Bum, Pedro e Bianca, entre outros) e enfocou a escola como espaço de dilemas e conflitos em grupos de adolescentes de colégios públicos e privados.

#### - Repórter Rá Teen Bum

O jornalismo infantojuvenil, como citado anteriormente nesta tese em trabalhos como de Doretto (2016) e Furtado (2013), abre espaço de inclusão de crianças no debate público. Em abril de 2016 a TV Rá Tim Bum lançou o programa “Repórter Rá Teen Bum”, parte do projeto internacional Wadada – News for Kids Network, criado pela ONG holandesa Free Press Unlimited.

Figura 11 - “Repórter Rá Teen Bum” (2016, TV Rá Tim Bum).



Fonte: Divulgação. [2023].

Ao integrar a rede, fazia um intercâmbio de reportagens, fornecendo conteúdo produzido no Brasil e recebendo matérias sobre assuntos diversos das infâncias produzidos em outros países. Sem especialistas ou comentaristas adultos, o programa em estilo revista eletrônica era voltado ao público de mais de 7 anos de idade, com conteúdos de formatos curtos. O produtor holandês de programas infantojuvenis, Jan-Willem Bult, diretor da WADADA, veio ao Brasil para o lançamento na época e, ao ser perguntado sobre como tratar de assuntos complexos em narrativas de não-ficção para crianças, respondeu: “Com uma nova perspectiva: de futuro e esperança”<sup>164</sup>.

<sup>164</sup> Disponível em: <https://www.comkids.com.br/reporter-ra-teen-bum-e-o-noticiario-infantojuvenil/>. Acesso em: 22 jul. 2023.



- Que corpo é esse?

O Canal Futura lançou em 2018 a série de animação “Que corpo é esse?”, dirigida a crianças, adolescentes, educadores e famílias. A série ficcional mostra o dia a dia dos Vila Cesar, família brasileira à volta de temas importantes para o desenvolvimento sexual em diferentes etapas de vida. A terceira temporada foi produzida em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, organização brasileira de referência em temas para o desenvolvimento integral da criança, com foco na primeira infância. Estreou em 2022, e teve temáticas como o racismo como forma de violência, maus tratos e parentalidade positiva.

Figura 12 - “Que corpo é esse?” (Futura).



Fonte: Site da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. [2022].

- Quintal TV

No canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, temas contemporâneos fazem parte da proposta direta do programa “Quintal TV” (2021)<sup>165</sup>, que tem na apresentação as crianças Davi Lucca Amorim, Rafael Chambarelli e Gabi Motta. Eles fazem consultas a especialistas e cuidadores. Cada episódio, de 12 minutos, tematiza uma questão da atualidade. A primeira temporada tem os títulos: Adoção, Gênero, Negritude, Fake News, Educação Infantil, Inclusão, Amigos de outro país, Mundo Digital, Sustentabilidade, Autismo, Religião, Alimentação, Neurociência. A segunda temporada, que estreou na

---

<sup>165</sup> Série disponível com acesso gratuito em [globoplay.globo.com](https://globoplay.globo.com)

programação especial do dia das crianças de 2022, apresenta os temas: Futuro, Democracia, Consumo, Arte, Emoções e Direito das Crianças. “Quintal TV”, é coproduzida pelo Canal Futura e pela Delicatessen, tem direção de Pablo Uranga e consultoria da educadora Bia Jabor. Foi indicado ao International Emmy Awards 2023.

Figura 13 - Série “Quintal TV” (2021), Canal Futura/ Delicatessen.



Fonte: Site divulgação. [2023].

### - *Abrazos*<sup>166</sup>

A visibilidade da pluralidade das infâncias é um mote da TV pública infantil argentina Pakapaka. Em 10 de novembro de 2022 o canal estreou uma série de animação sobre crianças que sofrem com preconceitos e conflitos emocionais por terem pais ou responsáveis em instituições prisionais. “*Abrazos, historias de niños y niñas con familiares privados de libertad*” teve quatro episódios, produzidos com a “Plataforma NNAPes - Plataforma Regional por la Defensa de Los Derechos de Niñas, Niños y Adolescentes con madres y padres encarcelados”. Segundo a NNAPES, rede que atua em dez países, estima-se 2,5 milhões de crianças e adolescentes que têm mãe, pais e/ou referências familiares privadas de liberdade na América Latina e o Caribe. Na Argentina, dados do Observatório da Dívida Social, da Universidade Católica (ODSA-UCA) apontam a estimativa de mais de 146 mil crianças pertencentes a lares com pelo menos um integrante detido em 2018<sup>167</sup>.

<sup>166</sup> Disponível em: [bit.ly/44XMG4k](https://bit.ly/44XMG4k)

<sup>167</sup> CADONI, L; RIVAL, J. M.; TUÑON, I. Infancias y encarcelamiento. Condiciones de vida de niñas, niños y adolescentes cuyos padres o familiares están privado de la libertad en la Argentina. Documento de Trabajo. Buenos Aires, 2019. Disponível em: [bit.ly/3YacNTf](https://bit.ly/3YacNTf). Acesso em: 22 jul. 2023.

Figura 14 - Série Abrazos (2022), episódio “Visitas”, TV Pakapaka



Fonte: Divulgação. Site CWS. ([2022]).

O processo de produção do programa ouviu histórias de crianças e adolescentes nessa situação e cada episódio narrado por voz infantil, com pluralidade de origens e sotaques, remete a um enfrentamento difícil na perspectiva deles: como a necessidade de assumir os papéis de adulto dentro da família quando o pai ou a mãe é encarcerado pelo sistema judiciário, a visita a um parente em centro de detenção e o estigma e os olhares discriminatórios que os atingem. Série dirigida por Esteban Gaggino.

#### - *Tenemos derechos*

Série do canal Pakapaka baseada no livro “Tenemos Derechos”, publicado pela Unicef Argentina em 2019. Com público-alvo a partir de 5 anos de idade, aborda, em cada microcapítulo de cerca de 1 minuto de duração, direitos fundamentais da infância.

Além das produções apresentadas nesta seção, somam-se a essa amostra outros programas citados ao longo da tese, como a animação ficcional “La Asombrosa Excursión de Zamba” (2020), e os programas “Así soy yo” e “Historias que abrazan”, ambos realizados por Pakapaka com as *Abuelas de Plaza de Mayo*. Muitas outras produções de Pakapaka entrelaçam temas sociais em suas narrativas, inclusive na forma de vinhetas de interprogramas, essa seleção foi apenas uma amostra de obras referentes.

A seguir, tratamos dos dois programas selecionados como estudos de casos da pesquisa, a série documental brasileira “Toda Menina Baiana” (TV Kirimurê/TVE-Bahia/Futura) e o programa infantil argentino de entrevistas “Inventar Pakapaka Pregunta” (Pakapaka).

## 5.1 As vivências em “Toda Menina Baiana”

Para as mulheres brasileiras? Que estejam conquistando tudo, conquistando o mundo, principalmente as mulheres negras. Não só as mulheres negras, os homens também. Porque eles merecem tudo de bom na vida. (Andressa, na série Toda Menina Baiana).

Os episódios da série “Toda Menina Baiana” (TV Kirimurê/TV-Bahia/Futura), lançados em 2022, têm uma linha condutora, os perfis de meninas de várias localidades da Bahia na passagem dos 15 anos de idade. Os perfis incluem as relações familiares, a experiência da escola ou na comunidade, conflitos de cunho íntimo sobre o momento que estão vivendo e reflexões sobre os diversos modos de ser adolescente na relação com a sociedade contemporânea. Em proposta analítica, com aportes da entrevista realizada com a diretora da série, Cecília Amado, visamos aqui destacar as temáticas levantadas e seus contextos nos episódios Andressa (primeiro episódio da primeira temporada) e “Indígenas” (primeiro episódio da segunda temporada)<sup>168</sup>.

- Andressa

O episódio de Andressa tem duração de 25 minutos e começa com uma representação recorrente ao longo da série, o da relação com o território. Com o uso do drone, compreende-se o lugar de fala da protagonista: Alto da Terezinha, bairro da capital Salvador. Em entrevista para esta pesquisa, a diretora da série, Cecília Amado, falou do processo de busca de repertórios de imagens para a criação dos universos das personagens:

Como era muito pouco tempo (filmagens), primeiro eu queria abraçar esse universo: como é que a gente mostrava o universo cotidiano delas de uma maneira reveladora, no sentido de que, além da intimidade, tinha que estar muito contextualizado pela imagem? Não tem tempo para ficar falando. (AMADO, 2023).

Em cada história, portanto, uma chave de representação nas imagens de acordo com a locação e a personagem: “Para que a gente entenda o contexto das meninas para além do seu cotidiano de escola. Em alguns lugares isso é dado. Se você vai para a Chapada Diamantina, se você vai num assentamento do MST...as imagens são impressionantes. A vivência está impregnada em tudo.”

---

<sup>168</sup> Episódios disponíveis gratuitamente na plataforma Globoplay.

No caso do episódio de Andressa, a construção se dá aos poucos, a imagem aérea do drone marcada com a localização da personagem abre o episódio e logo vemos as ruas calmas do bairro de periferia urbana, com som de canto de passarinhos, e depois a imagem interna da casa, na cozinha, onde Andressa e a mãe preparam o café da manhã com a irmã mais nova em conversas da família no som ambiente. As imagens são do cotidiano, focadas na protagonista, enquanto o relato da mãe Cristiane introduz a história de superação da filha, que ficou internada em UTI neonatal ao nascer: “(...) passou essa fase ruim, está aí agora essa moça linda, completando agora dia 15, 15 anos”. Essa é a introdução da personagem, que dá o mote do programa quando entra a vinheta de apresentação de Andressa, com recursos gráficos animados (Fig.15).

Figura 15 - Andressa, uma das protagonistas da série “Toda Menina Baiana”



Fonte: Imagem captada da série. [2023].

Andressa aparece logo depois: “Quinze anos, para mim, é a passagem de menina para mulher (...)”. E relata as transformações do período, mudanças e novas expectativas. As falas da protagonista serão aqui resumidas para a compreensão dos temas abordados. A tabela a seguir sintetiza marcadores de blocos temáticos e apresenta os assuntos que emergiram a partir dos depoimentos de Andressa<sup>169</sup>:

<sup>169</sup> Outros personagens dão depoimento no episódio, entretanto este levantamento identificou os temas por meio das falas da menina protagonista. Outras leituras podem ser exploradas em futuras pesquisas.

Quadro 3 - Temas – Episódio Andressa, série “Toda Menina Baiana”

<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
Infância e a passagem dos 15 anos	Brincadeiras, o abandono das bonecas, menstruação
Sonhos, interesses e desafios do presente	Concursos de modelo Beleza negra Preconceito
Racismo	Estranhamento na escola Autoestima com cabelo Universo das modelos
Família	Pai herói Mãe companheira
Namoro e relações afetivas	Medo /Insegurança Liberdade Orientação familiar
Festa de 15 anos	Cinderela negra/Princesa empoderada
Sonhos e interesses do futuro	Futuro profissional Concurso de beleza Resiliência

Fonte: Elaboração própria. (2023).

O tema do racismo, principal conflito do episódio, emerge em dois aspectos principais, pela atividade que Andressa desempenha como modelo e pela experiência de preconceito com o cabelo.

A série acompanha a menina em um ensaio do concurso Beleza Back e Andressa fala sobre a negritude e o preconceito: “Antigamente as mulheres negras eram muito mais discriminadas, sofriam muito mais, mas hoje, graças a Deus, está melhorando aos poucos. Ainda está muito complicado, mas eu vejo que está melhorando a cada dia um pouco mais”. O episódio mostra ainda a declaração do diretor artístico do concurso em orientação às meninas modelos. Ele denuncia as restrições do mercado e a falta de espaço para modelos negras por discriminação e o relato de discriminação, que até então era da esfera individual ganha corpo coletivo.

Em outro relato, a mãe de Andressa, também negra, acrescenta com a própria experiência: “Fui muito discriminada na minha infância. Era chamada de negra do cabelo duro (...) tentei passar o contrário para Andressa. Quando ela começou a estudar a primeira coisa que eu falei foi: não permita que ninguém fale do seu cabelinho, do seu tom de pele (...)”. Andressa conta, emocionada, que sempre se achou linda, e conta que também passou por tratamento químico no cabelo para alisamento, o que a obrigou a cortar o comprimento. A diretora Cecília Amado nos contou em entrevista sobre a abordagem da temática no episódio:

Andressa fala da experiência de racismo de forma individual. A mãe fala da dificuldade da filha dentro desse processo seletivo de beleza, dos concursos. E aí de repente ela ia ter um ensaio, para o concurso. Até não cabia muito na nossa agenda, mas a gente precisava ver esse ensaio da agência de beleza. Quando eu chego lá e tem 60 adolescentes negras, dentro daquele espaço, ensaiando juntos, é muito potente essa imagem. Eu já tinha essa intenção, de que eu precisava gerar essa informação do coletivo. E aí chega lá a gente vai ensaiando, dançando, e no final o cara dá um sermão... é um discurso. É pedagógico. Ele está sendo pedagógico, explicando para aquelas meninas que elas estão ali batalhando, mas que a chance delas é muito menor do que a de uma menina branca na carreira de modelo. Tiro isso? Deixo isso? A gente nem ia filmar. Ele nem estava microfonado, mas a gente acabou dando um jeito para poder usar. Porque não estava nessa expectativa uma fala que viesse nesse momento. Mas foi dito para ela, ela ouviu, ela sentiu aquilo. Vamos deixar né? Vamos deixar. Pode parecer chato, mas pode fazer muito sentido uma menina ouvir isso. Quem fazia a baliza sobre “até onde ir” era a própria personagem, o que ela trazia de bagagem ali. (AMADO, 2023).

Andressa vence o concurso ao final do episódio. Dos bastidores, a voz em off (fora de cena) da diretora aparece pela primeira vez e pergunta: “Andressa, o que você deseja para as mulheres brasileiras?” Andressa responde: “Que estejam conquistando tudo, conquistando o mundo, principalmente as mulheres negras. Não só as mulheres negras, os homens também|. Porque eles merecem tudo de bom na vida.” Mais do que a vitória de Andressa no concurso, o episódio termina com estímulo à esperança e à resiliência. O episódio acentua a estrutura familiar de Andressa, na relação com a mãe e o pai, no apoio socioemocional e no incentivo constante. A festa de 15 anos, com o tema Cinderela Negra (Fig. 16), com a representação do empoderamento de uma princesa negra, reafirma a importância da autoestima e valorização identitária da personagem.



Figura 16 - Festa de Andressa, protagonista do episódio



Fonte: Imagem da série. Divulgação [2023].

#### - Indígenas

Quando você coloca uma roupa indígena, as pessoas te olham com outros olhos. Às vezes olham com olho bom, às vezes não, têm preconceito. Mas quando eu coloco um brinco, um colar, minha tanga, meu bustiê e meu cinto, eu me sinto renovada, cada dia mais. (Ayana, na série *Toda Menina Baiana*).

Este episódio de 24 minutos de duração abre a segunda temporada da série. É protagonizado por Ayana e Shayres, indígenas da etnia Pataxó, de Santa Cruz de Cabrália, no sul da Bahia, também localizado com o recurso de imagens aéreas, que desta vez mostram muita natureza. No meio da mata, uma clareira, onde está a aldeia de Ayana, 14 anos. Enquanto vemos a menina se arrumando com adereços e pigmentos, ela se apresenta como filha de pai indígena e de mãe não indígena, viveu desde a infância na Reserva Pataxó da Jaqueira. Usa um espelho para pintar o rosto, na representação da reflexão sobre si mesma. A questão da identidade é posta deste o início, quando o episódio introduz Ayana, com a declaração que abre essa seção. No depoimento, a adolescente relata o enfrentamento de preconceito, mas reafirma a identidade indígena, discurso que também se reforça com o depoimento do pai, antigo cacique da aldeia. Essa é a introdução da personagem, seguida da animação de apresentação de Ayana (Fig. 17).



Figura 17 - Ayana, uma das protagonistas da série “Toda Menina Baiana



Fonte: Imagem captada da série. ([2023]).

Shayres é introduzida no episódio após outra tomada de imagens aéreas para transportar o público espectador para outra aldeia. Diferentemente do lugar onde Ayana vive, Shayres mora em uma das maiores aldeias urbanas do Brasil. A diferença de perfis é importante para enriquecer o repertório do público infantil com diversidade sobre outros modos de ser das populações indígenas, normalmente enquadradas em uma narrativa única estereotipada. Enquanto Shayres e as amigas pintam os corpos com grafismos indígenas, a voz dela em off se apresenta, diz que nasceu em Cabrália, Coroa Vermelha, que é da etnia Pataxó e a mãe é Tupinambá. Shayres foi criada pela avó, a cuidadora adulta que aparece em depoimentos para complementar os relatos de história de vida da adolescente.

As histórias das meninas são intercaladas e conectadas, com recorrências temáticas que contemplam um teor informativo sobre a população indígena, para desmitificar questões específicas sobre costumes - como a da obrigatoriedade do casamento precoce, ou das características diferenciadas de uma escola indígenas - e ainda atualizar tensões geracionais para representar adolescentes indígenas que atravessam questões comuns a tantas outras brasileiras dessa mesma faixa etária, como aspirações profissionais e conflitos parentais. As recorrências temáticas são apresentadas na tabela a seguir.

Quadro 4 - Temas – Episódio Indígenas, série “Toda Menina Baiana”

<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
Infância	Brincadeiras, natureza, liberdade criativa
Representatividade	Orgulho indígena Preservação cultural
Racismo contra povos indígenas	Discriminação Estigma de imagem Resistência
Família	Hierarquia Ancestralidade Separações e ausências
Namoro e relações afetivas	Tradição x Modernidade Casamento precoce Mudança de costumes
Festa dos 15 anos	Sonhos Impedimento financeiro Educação
Futuro	Vocação profissional Representatividade Inspiração em lideranças

Fonte: Elaboração própria.(2023).

Figura 18 - Shayres, uma das protagonistas da série “Toda Menina Baiana”



Fonte: Imagem captada da série. ([2023]).

Um conflito comum às duas histórias pontua fortemente o episódio, o enfrentamento do preconceito contra a população indígena. O tema da discriminação é abordado pelas duas protagonistas. Ayana fala que sente olhares preconceituosos quando está com ornamentos de indígena. Shayres conta que quando foi a Salvador, capital do estado, ouviu piadas sobre o fato de ser indígena e estar na cidade. “O povo ficava: Nossa, índio de roupa! Nossa, índio tem celular!”, reproduziu a adolescente. Ayana fala da luta pelo direito indígena para valorizar a própria cultura e diz que sonha conhecer a liderança Sonia Guajajara (posteriormente se tornou ministra dos Povos Indígenas), que tanto admira. E diz: “Muitas pessoas não dão valor à cultura, principalmente cultura indígena. Uma pessoa indígena às vezes tem vergonha de falar que é indígena para não sofrer o preconceito ou até mesmo alguns amigos não saberem”. Completa: “Eu tenho muito orgulho da minha etnia, tenho muito orgulho da minha cultura. Tem gente que fala: você não parece ser índia. Eu falo: realmente, não sou índia. Eu sou indígena, pataxó.” Shayres fala de uma perspectiva decolonial da história do Brasil a partir da visão da escola indígena:

Quando eu estudava em Canavieiras eu aprendi que Cabral chegou e descobriu o Brasil. Aí quando eu vim para cá os professores falavam: o Brasil não foi descoberto, foi invadido. Falaram que índias foram estupradas, depois os índios não quiseram ser escravos, não faziam nada, tanto que chamam índio de preguiçoso. O povo cria uma imagem errada do índio. (Shayres, em *Toda Menina Baiana*).

A força dos depoimentos está justamente na inédita visibilidade das experiências infantojuvenis sobre preconceito indígena. Como apresentado na tabela, este episódio articula outros temas na abordagem dos costumes, como diferenças do passado e do presente em questões de namoro, de casamento precoce e o fato das protagonistas frequentarem uma escola indígena, que ensina a língua nativa Patxohã. Em um conflito pessoal de Shayres, a ausência da mãe, que foi a São Paulo buscar trabalho para comprar uma casa, toca na experiência de diversas famílias de baixa renda do Nordeste. Também há dificuldades financeiras que impedem a realização da festa de aniversário de Shayres e o episódio termina com outra celebração, a formatura da adolescente no ensino fundamental, o que aponta o discurso de valorização da educação como saída. “Eu quero fazer pedagogia. Tem muita coisa para mudar”, diz a adolescente. A outra protagonista Ayana quer estudar jornalismo, para representar as mulheres indígenas.

### 5.1.1 Estrutura e personagens - Toda Menina Baiana

O levantamento das temáticas sociais que emergiram dos episódios priorizou a fala das meninas protagonistas, mas outros personagens complementam as histórias de forma relacional. No episódio “Andressa”, mãe, pai e irmãzinha menor aparecem na tela. Em “Indígenas” falam no episódio o pai de Ayana e o cacique da aldeia. Do lado de Shayres é a avó quem dá os depoimentos. Cecília Amado define como uma “voz adulta paralela”. Apesar das orientações parentais em discursos que falam de regramentos familiares, a função dos adultos é de corroborar com os temas levantados pelas protagonistas.

No caso de Andressa, a mãe também depõe sobre suas próprias experiências de discriminação na infância, sobre a experiência traumática com ofensas racistas por causa do cabelo, e conta como virou o jogo no processo de empoderamento na educação da filha. O pai de Nayana relembra as lutas por disputa de território para garantir o direito à terra indígena e a avó de Shayres conta sobre a tentativa de apagamento da cultura dos povos originários.

Em “Toda Menina Baiana”, as vivências revelam algo do modo particular a que estão expostas as crianças. No que concerne ao racismo, por exemplo, tema transversal na série em razão da predominância de personagens negras. Segundo pesquisa inédita<sup>170</sup> desenvolvida com adolescentes do município de São Paulo pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, crianças negras são submetidas cada vez mais cedo a situações de discriminação racial nas abordagens da polícia. O levantamento consultou crianças de até 11 anos e, mesmo nessa idade, elas relatam abordagens do policiamento ostensivo e com formas de violência. O trabalho destaca que os brancos são menos parados pelos policiais. O ineditismo da pesquisa está na consulta feita a crianças e não ao público adulto (SAID, 2023).

Seletividade, aliás, é componente estruturador do racismo estrutural. Segundo Dennis de Oliveira, o racismo é estrutural “porque estabelece uma seletividade nessa sociabilidade da igualdade formal”. Ele exemplifica:

(...) o racismo estrutural se manifesta quando se vê crianças brancas saindo de uma escola paga de alto padrão e poucos metros à frente se

---

<sup>170</sup>Os dados foram coletados a partir de consulta a 800 adolescentes de 11 a 14 anos, matriculados em 120 escolas públicas e privadas do município de São Paulo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/adolescentes-negros-sao-abordados-cada-vez-mais-cedo-por-policiais-aponta-relatorio/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

vê crianças negras vendendo doces para ajudar no sustento das suas famílias. Institucionalmente, todas são crianças e têm o "direito" de usufruir os direitos da infância. Mas o que vai ocorrer é essa "seletividade" no usufruto dos direitos (OLIVEIRA, 2023).

Falar sobre o tema para crianças é um desafio necessário no Brasil. Nas escolas do país, o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que completaram 20 e 15 anos, respectivamente, e estabeleceram a inclusão no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ainda enfrenta resistência e dificuldade de implementação. A mídia tem a capacidade de contribuir para a percepção que crianças e adolescentes têm de si mesmos como cidadãos (BUCKINGHAM, 2000) e letramento racial é um dos temas em voga para tanto, principalmente quanto a vivências não-hegemônicas, cujas representações normalmente se pautam por visões dominantes da infância e diversos marcadores de exclusão.

## **5.2 O criar junto em Inventar Pakapaka**

Na série “Inventar Pakapaka Pergunta” (2022) estão em cena crianças que atuam como apresentadoras e integram o conselho infantil do canal, formado para avaliar a programação, cocriar conteúdos e, principalmente, exercer de forma efetiva a participação social para contribuir com seus pontos de vista na construção da TV<sup>171</sup>. Programas de entrevistas conduzidos por crianças não são novidade na TV. “Inventar Pakapaka Pergunta”, entretanto, é a realização da participação dessas crianças em processo anterior à tela.

Cada episódio é conduzido por quatro crianças de 7 a 12 anos de idade. Os entrevistados são pessoas adultas. Segundo a diretora de Pakapaka, Cielo Salviolo, alguns nomes foram sugestões deles, outros são da equipe própria do canal que produz o programa: “Porque as crianças pediam algumas figuras que eram impossíveis de conseguir”. As perguntas são pensadas previamente, o que é comum em televisão, mas, de acordo com a diretor do canal, Salviolo, nesse programa elas são gestadas em oficinas criativas prévias com as crianças. A primeira experiência do programa aconteceu durante a pandemia, em 2021, em entrevista com a Ministra da Saúde, Carla Vizzotti, sobre a vacinação infantil. No ano seguinte foi lançada a primeira temporada em formato de série.

---

<sup>171</sup> O conselho “Inventar Pakapaka” foi apresentado ao longo da tese com a indicação de atividades desenvolvidas desde 2021, quando foi criado.

As entrevistas tiveram um eixo central, a Identidade. Mesmo com um roteiro prévio, há espaço para comentários e intervenções das crianças mais espontâneas, o que deixa o programa mais interessante para a visibilidade das vivências infantil e a interação intergeracional.

Levantamos os temas abordados pelas crianças em dois episódios da série. O primeiro abriu a temporada, com a atacante Mara Gomez<sup>172</sup>, a primeira jogadora transgênero a jogar na primeira divisão do futebol argentino.

Figura 19 - “Inventar Pakapaka Pergunta” com Mara Gomez



Fonte: Imagem de divulgação. Youtube. [2023].

O programa, de cerca de 20 minutos de duração, começa com as crianças na apresentação da entrevistada:

Lorenzo - Ela é enfermeira e começou a jogar futebol a convite de uma vizinha.

Ema – Ela é pioneira em muitas coisas que vai nos contar.

Augustín – Hoje é jogadora da mais alta categoria do futebol.

Lucía – Uma vez disse: o futebol foi minha terapia porque me permitiu conhecer muita gente. Vamos perguntar o porquê. (Tradução nossa).<sup>173</sup>

<sup>172</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=8lC21-gjxqM>

<sup>173</sup> No original: *Es enfermeira y empezó a jugar al fútbol invitada por una vecina. Es pionera en muchas cosas que ya nos va a contar. Arrancó en el potrero y ahora es jugadora de la máxima categoría del fútbol. Patea bien con la diestra y la zurda. Y es una campeona amassando pastas. Una vez dijo: El fútbol fue mi terapia porque me permitió conocer un montón de gente. Vamos a preguntarle por qué.*

Essa é a pergunta disparadora do episódio. Após a vinheta vemos o estúdio todo branco. De um lado as crianças, e do outro a entrevistada. No meio deles um espaço aberto para possibilidade de intervenção. A diretora do canal Cielo Salviolo explica que a ideia do cenário era centrar no encontro. Sentados em cubos, as crianças ficam na mesma altura do entrevistado adulto. Em momentos-chaves do episódio, inserções gráficas destacam conceitualmente alguns temas e abordagens, como mostra a Figura 17, e o espaço entre os cubos é usado para aproximações. No episódio de Mara Gomez, a jogadora e as crianças jogaram futebol em um trecho do capítulo.

Figura 20 - Imagem do estúdio com intervenção gráfica



Fonte: Imagem captada da série. ([2023]).

Mara responde à pergunta inicial sobre o futebol ter funcionado como terapia com base na experiência de convívio e socialização, um outro olhar sobre desporto muitas vezes marcado pela exclusão. “Mais além do competitivo, nos aproxima às pessoas”. No episódio de Mara Gomez as crianças Ema, Agustín, Lucía e Lorenzo conduziram a entrevista, que nem de longe se resume a uma sequência mecânica de perguntas.

- Sabia que eu tenho medo de escuridão?, pergunta Lucía à entrevistada.

E Lorenzo conta como faz para que o seu gato não dispare a miar de madrugada. Em outros momentos eles dividem suas preferências sobre jogos, brincadeiras e frustrações. Que coisas te deixam de mau humor? Mara responde, mas não só. Agustín se sente mal quando não vai bem no futebol. Ema fica chateada quando erra um cálculo de matemática. E que coisas te dão asco? O que fazia na hora do recreio na escola? Assim



seguia a conversa entre eles, conectados pelo futebol e por suas experiências de vida. A seguir, os temas levantados pelas perguntas das crianças.

Quadro 5 - Episódio Mara Gomez, “Inventar Pakapaka Pergunta”

<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
Curiosidades e conflitos íntimos	Medos Preconceito na infância Preferências pessoais
Jogo e brincadeira como socialização	Futebol Amizades Resiliência nas derrotas
Identidade de gênero	Apoio dos amigos Medos e insegurança Discriminação
Vocação profissional e sonhos	Conselhos Trajetória profissional

Fonte: Elaboração própria. (2023).

E quando você começou a se sentir Mara? Que matéria gostava mais na escola? Como foi sua época com amigos? Depois de ela relatar ter sofrido insultos nos tempos de escola e de ter contado com o apoio de amigo, Lorenzo pergunta: O que te fazia sentir melhor nesse momento? Lucia pergunta: Que coisas não gosta que te digam? As crianças também respondem em tom confessional. E como festeja os gols? Como se sente quando perde? Que conselho daria para um iniciante?

Em outro momento, Lucía pergunta se Mara já foi discriminada. A resposta de Mara, que relata já ter sofrido discriminação por sua identidade de gênero, é seguida pela inserção de um vídeo explicativo com inserção gráfica sobre o tema e o seguinte texto narrado por crianças: “No ano de 2012 foi sancionada na Argentina a lei de identidade de gênero que permite que as pessoas transgênero sejam tratadas de acordo com sua identidade autopercebida. Podem ter seu documento pessoal com seu nome e podem receber atenção de saúde. É considerada como uma das leis mais avançadas do mundo quanto a liberdades e direitos para o coletivo transgênero” (Tradução nossa). (Fig. 21).



Figura 21 - Imagem de vídeo explicativo - Inventar Pakapaka Pergunta



Fonte: Imagem captada da série (2023).

O vídeo termina com a mensagem de defesa coletiva pelos direitos: “Todas e todos temos que seguir lutando pelos direitos das pessoas trans e conseguir erradicar a discriminação por razões de gênero”. A conversa volta a temas do cotidiano: Que coisas te fazem feliz? Sempre pensou em ser o que é agora? E o episódio se encerra quando crianças entram no estúdio com um minibolo de “não aniversário” para oferecer à convidada, que tem direito a fazer três desejos (Fig 20). Mara pede o fim da discriminação e exclusão por identidade de gênero, que todas as pessoas possam conseguir seus objetivos, e que se cumpram todos os nossos direitos. “E que saibamos nos amar e nos respeitar.”

A breve síntese do encadeamento do programa objetiva indicar como os temas elencados no Quadro 5 vieram à tona no episódio. As perguntas disparadoras das crianças não centram atenção apenas no tema das pessoas transgênero, o assunto é abordado quando a entrevistada fala de suas vivências quanto à discriminação e intolerância. Antes disso, a aproximação entre crianças e Mara se estabelece com questões comuns da infância: medos, desafios, amizades e, sobretudo, emoções, o que ajuda a criar empatia, entender a dor do outro e a cultivar a tolerância. A perspectiva da defesa de direitos também é forte componente do episódio e um convite à responsabilidade de todos, adultos e crianças, para fazer cumprir garantias legais de direitos humanos.

- Taty Almeida

No segundo episódio da primeira temporada a entrevistada foi Taty Almeida<sup>174</sup>, ativista argentina de direitos humanos. Alejandro, um dos filhos de Tati, estudante de Medicina, foi detido em 17 em junho de 1975, e desde então é um dos mais de 30 mil desaparecidos da ditadura argentina. Na busca pelo filho, Taty passou a integrar a ONG *Madres de Plaza de Mayo*. Foi apresentada assim pelas crianças na abertura do episódio de 23 minutos de duração:

Sofia - Nasceu em Buenos Aires, em um 28 de junho.

Vicky – Se chama Lidia Stella Mercedes Miy Uranga.

Leon – Mas todas e todos a conhecemos como Taty Almeida.

Chano – Uma vez disse que seu filho deu à luz a ela. Vamos perguntar o porquê.

Figura 22 - “Inventar Pakapaka Pergunta” com Taty Almeida



Fonte: Imagem captada de divulgação. Youtube. ([2023]).

O episódio começa com essa pergunta disparadora a que Taty responde explicando a jornada de busca pelo filho e sobre como o desaparecimento de Alejandro transformou sua vida e a tornou uma militante, uma “*madre de Plaza de Mayo*”. Neste momento-chave da elucidação da questão, aparece ao fundo do cenário a inserção gráfica de uma figura do lenço branco, o adereço símbolo que as “*madres*” usam na cabeça desde 1977, em marchas de protesto contra os desaparecidos. Taty usa o lenço ao longo do programa. Em

<sup>174</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5w-\\_b2dhU4k](https://www.youtube.com/watch?v=5w-_b2dhU4k)

seguida, exibe-se um vídeo explicativo sobre quem são as “*madres*”, a origem do grupo e a permanência até a atualidade. No vídeo, o seguinte texto é narrado em *off* por crianças:

“Quem são as “*Madres de Plaza de Mayo*? “*Madres de Plaza de Mayo*” é uma organização de direitos humanos que nasceu no ano de 1977, quando um grupo de mulheres tornou público o desaparecimento de seus filhos e filhas durante a última ditadura cívico-militar e começaram a reclamar por eles e elas. No sábado 30 de abril desse ano, 14 mulheres se encontraram na Plaza de Mayo. Nesse dia a política obrigou essas mulheres a circular. E assim, de a dos, de braços dados, foram circulando ao redor da pirâmide de Mayo, que está no centro da praça, o que significou a primeira ronda. As “*madres*” levavam na cabeça lenços brancos para se identificarem. E esses lenços se converteram no símbolo com que se identificam desde então (Tradução nossa).

Após o vídeo, Taty mostra às crianças o filho desaparecido em uma fotografia antiga de família, a última foto de Alejandro. O relato pessoal de Taty explica melhor a história contada no vídeo, detalha porque as primeiras mulheres do protesto tiveram que caminhar pela praça em razão da ordem policial, também conta como se sentiu quando descobriu que outras mães e avós estavam buscando filhos e netos, e lamentou que agora restam poucas militantes do movimento pelo avanço da idade. O bloco temático sobre as “*madres*” se encerra, entretanto, com um tom de esperança: “Mas já há muita gente jovem que assumiu esse posto e são os que vão fazer a ‘ronda’ (Tradução nossa)”.<sup>175</sup>

Em seguida a uma vinheta de transição, o segundo bloco temático do episódio de Taty Almeida enfoca temas mais leves e questões socioemocionais que aproximam crianças e adultos, com perguntas como: O que você gostava de ler quando era menina? Torce para alguma equipe de futebol? Qual é sua comida favorita? Como os adultos fazem para deixar de ter medo de monstros e da escuridão? É o momento em que as crianças podem participar mais, com contribuições de suas próprias vivências e preferências: brincar com os amigos, passar tempo com os gatinhos, ler Harry Potter. Taty até conta uma anedota do tempo em que atuava como professora, e as crianças se divertem com a história.

No terceiro bloco, Vicky, uma das crianças apresentadoras, mostra que veste uma camiseta com a estampa que representa o lenço das “*madres*”. A estampa também tem uma mariposa e Taty conta às crianças sobre a origem do símbolo: uma lenda que diz que os grandes guerreiros se transformam em mariposas ao morrer, referência aos filhos

---

<sup>175</sup> Original: “Pero hay mucha gente joven que ya tomó esa posta y son los que van hacer la ronda”

desaparecidos. Ao fim do episódio, Vicky revela a Taty Almeida que tem avós desaparecidos e mostra que tem um lenço branco (Fig. 24), símbolo da luta pela Memória, Verdade e Justiça. “Meu pai é filho de desaparecidos porque meus avós foram desaparecidos. (...) se chamavam Miguel e Monica.”<sup>176</sup>. Vicky fala das placas com os nomes dos desaparecidos nas marchas de protesto e Taty pergunta a ela o que sente quando vê os nomes. Vicky responde: “Quando vejo a placa da marcha sinto como se meus avós ainda estivessem aí” (Tradução nossa)<sup>177</sup>. Taty assente e explica que eles estão presentes pela memória, em reforço a um chamado para que a juventude mantenha a luta pela justiça. As palavras “memória”, “verdade” e “justiça” são inseridas no cenário com recurso gráfico. (Fig. 23).

Figura 23 – Cena da entrevista com Taty Almeida



Fonte: Imagem captada da série. Youtube. ([2023]).

O Quadro 6 elenca os temas levantados ao longo do episódio, com prevalência da história das “*madres*”. Neste episódio, houve pouco espaço para interações e espontaneidade das crianças como um todo, mas a contribuição de Vicky, em especial, mostrou a força do depoimento infantil, que aproxima o público pela forma de abordagem e explicita a expressão da infância atravessada pelos temas que impactam toda a sociedade.

<sup>176</sup> No original: Mi papá es hijo de desaparecidos porque mis abuelos fueron desaparecidos. (...) se llamaban Miguel y Monica

<sup>177</sup> No original: Cuando veo la placa en la marcha siento que mis abuelos todavia siguen ahy.

Quadro 6 - Temas – Episódio Taty Almeida, “Inventar Pakapaka Pergunta”

<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
Filho desaparecido	Drama familiar Ditadura Propósito da busca
Madres de Plaza de Mayo	Militância / União Resistência / Memória Chamado à juventude
Curiosidades e memórias	Leituras preferidas, comidas, anedota e brincadeiras de infância

Fonte: Elaboração própria. (2023).

Figura 24 - Cena de interação – Inventar Pakapaka Pergunta



Fonte: Imagem captada da série. Youtube. ([2023]).

### 5.2.1 Estrutura e personagens – Inventar Pakapaka Pergunta

A perspectiva de direitos é recorrente em projetos do canal infantil argentino e está bem presente no programa “Inventar Pakapaka Pergunta”, tanto no que concerne ao direito de participação das crianças nos bastidores do programa quanto nos temas levantados, como exposto na seção anterior. Os vídeos explicativos de conceitos e de direitos humanos apresentados no programa para apoiar o público na compreensão do

tema da vez têm essa função de defesa e difusão de direitos. Em entrevista a esta pesquisa, Cielo Salviolo, diretora do canal, falou sobre a representação de temáticas e tensões contemporâneas na TV infantil e a inclusão das crianças no debate público:

Acho que isso tem a ver com várias coisas. Em primeiro lugar, damos todos esses debates na tela. De distintas formas, mas falamos de tudo. Falamos de violência, falamos de discriminação, falamos de pobreza, falamos de muitos temas. Recentemente, falamos sobre as histórias de meninos e meninas que têm um familiar adulto privado de liberdade<sup>178</sup>. É um projeto que torna visíveis todas essas experiências. E ao torná-las visíveis, ilumina e permite escutar vozes que não se escutam em nenhum outro lugar. Aqui eles são ouvidos. (SALVILOLO, 2023, Tradução nossa<sup>179</sup>).

Para a diretora de Pakapaka, visibilizar as infâncias - e no plural -, é também um movimento de valorização dessa categoria social no contexto político.

(...) Pensamos que um projeto político como este implica visibilizar todas as experiências infantis e sempre falamos de um conceito que é: as infâncias contam. É por isso que muitas das nossas coisas falam de contar e entendemos que contam em duplo sentido: contam porque têm coisas a dizer e contam como coletivo social. Para que isso tenha peso no cenário político, esse grupo social tem que poder ser visibilizado. Se esse coletivo social não estiver visível, não conta no comum, no pensar comum, no fazer comum. (SALVILOLO, 2023).

A reflexão de Salviolo conjuga-se à proposta de Inventar Pakapaka Pergunta em valorizar a expressão infantil e testar novos espaços de participação da criança no canal, dentro e fora da tela. Principalmente, para afetar a tela. Isso se reflete em detalhes da representação. Cielo Salviolo contou em entrevista à pesquisa que os cubos do cenário foram dispostos de forma irregular para que todos estivessem na mesma altura; alguns mais elevados para os que têm menos altura e para que não ficassem abaixo do lugar do convidado entrevistado.

Em alguns episódios da série protagonizada por meninos e meninas do conselho infantil, nem sempre se logra representar espaços largos para expressão dos

<sup>178</sup> Cielo Salviolo se refere à série de animação “*Abrazos*”, citada anteriormente neste Episódio da tese.

<sup>179</sup> No original: Creo que eso tiene a ver con varias cosas. Primero que nosotros damos todos esos debates en la pantalla. Con distintas formas, pero hablamos de todo. Hablamos de violencia, hablamos de discriminación, hablamos de pobreza, hablamos de un montón de temas. Hace poco hablamos de las historias de chicos y chicas que tienen un familiar adulto privado de libertad. Es un proyecto que visibiliza todas esas experiencias. Y al visibilizarlas hecha luz y permite que escuche voces que no se escuchan por otros lados. Acá se escuchan.

apresentadores fora do script. A irregularidade foi constatada na apresentação dos dois episódios da seção anterior. Isso porque também dependem da interação com o entrevistado e tantas outras variáveis de um programa live-action de perguntas com crianças. De qualquer forma, a gestão compartilhada da produção do programa com as crianças abre novas perspectivas que podem inspirar futuros projetos na TV infantil. A proposta de “Inventar Pakapaka Pergunta” sensibiliza outro aspecto, o do letramento midiático. Ao participar de oficinas para pensar ações que envolvem o canal, essas crianças já entraram em contato com produtores audiovisuais para entender os modos e tempos de processos de criação e da realização audiovisual e tiveram encontros com profissionais de criação de personagens, da área de programação do canal, de estúdio de animação, além de participar de debates e reflexões sobre a forma e o conteúdo da TV. As atividades têm o potencial de mobilizar diversas dimensões da competência midiática entre a cultura participativa e o consumo crítico de mídia. A experiência do conselho já estimulou a criação de outras iniciativas latino-americanas de TV, caso dos conselhos infantis do canal Eureka (Bogotá-Colômbia), CNTV (Chile) e Tali (Red Tal – Televisión América Latina). Mais além, a dimensão da educação midiática e da aprendizagem em ambiente não formal possibilitada pelo conselho tem o potencial de estimular novas frentes de projetos de participação social de crianças em outros âmbitos que envolvam comunicação e mídia, além da TV.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E OUTROS APONTAMENTOS

Ao estabelecer eixos de debate para analisar, de forma transdisciplinar, o contexto da abordagem de temáticas e tensões sociais contemporâneas no audiovisual dirigido ao público infantojuvenil em estudo de casos Brasil e Argentina, propusemos um entrelaçamento de reflexões sobre políticas públicas do audiovisual, marcos normativos dos dois países, o novo paradigma da infância no campo dos estudos sociais, as relações de consumo da criança com a mídia e a interação Comunicação/Educação como demanda urgente da agenda global. Esse arcabouço tem construções próprias da história recente brasileira e argentina nessas áreas, em diálogo com os crescentes estudos sociológicos da infância e o debate sobre a visibilização das crianças como atores sociais.

O fenômeno da infância visto como construção social no debate a partir da obra seminal de Ariès constituiu dimensões de compreensão da concepção da criança como chave interpretativa da alteração da indiferença e neutralidade para a valorização da infância no século XX no âmbito de transformações dinâmicas e reorganizações no perfil da sociedade em redução no tamanho das famílias, declínio da mortalidade infantil, queda do trabalho infantil e aumento da escolarização. Não sem a contradição da invisibilidade de infâncias potencializada por desigualdades profundas, principalmente em países em desenvolvimento, onde crianças estão mais sujeitas às vulnerabilidades sociais. Na América Latina e no Caribe, quase dois terços do total de meninos e meninas de 1 a 14 anos sofrem algum tipo de disciplina violenta doméstica. O perfil estatístico de violência do Unicef (2022) aponta ainda que a taxa de mortalidade por homicídios que atingem crianças e adolescentes da região é quatro vezes superior ao da média mundial.

O enfoque na questão de direitos que ilustra o “Século da Criança” não só remarcou enquadramentos de proteção jurídica em documentos basilares como a Convenção dos Direitos da Criança (1989) da Organização das Nações Unidas, mas inaugurou outro regime de visibilidade da infância de dimensões éticas. Nos dois países pesquisados, a mudança de paradigma se estrutura com alicerces legais que garantem o princípio do interesse superior da criança. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) assentaram as bases da garantia de absoluta prioridade à infância e o dever compartilhado entre Estado, família e sociedade. Reafirmam também o papel social da mídia na comunicação sobre e para crianças. Em 2016, esse aparato foi reforçado pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257-2016). Na Argentina, a Lei de Proteção Integral dos Direitos das Meninas, Meninos e



Adolescentes (Lei Nacional 26.061/2005) fundamentou a concepção da infância como sujeito pleno de direitos, e não como objeto de tutela. Nos dois países, os marcos de direitos romperam com modelos legislativos punitivistas e excludentes, que restringiam a infância a um “problema social”. Na Argentina da década de 90, Carli (2010) aponta as figuras do “*niño de la calle*” e do “*niño consumidor*”. No Brasil, Castro e Kominsky (2010) destacam o apartheid entre “menores” de um lado e crianças consideradas como alunos.

Também nos dois países, o tema dos direitos humanos no período pós-ditadura respaldou demandas por comunicação de qualidade, democratização dos meios e pluralidade na mídia. No campo das políticas públicas no Brasil, resultou em políticas de estímulo ao setor audiovisual, editais de financiamento e o lançamento de uma TV pública em 2007, a TV Brasil. Na Argentina, a “Ley de Medios” atuou como medida contra concentração do setor. No meio dessa virada teórica sobre a infância, da mudança de paradigma legal e do debate sobre o papel social dos meios de comunicação, o audiovisual infantojuvenil passa por seus desafios particulares. Primeiro porque são convocados como território de tensão das ambivalências discursivas sobre a infância em outros campos, em debates geralmente dualistas, na distinção da “reprodução interpretativa/reprodução passiva” (CORSARO, 2011) e pelo reconhecimento do discurso complexo da infância nas representações audiovisuais com e para crianças. Também porque são interpelados na relação com o mercado, já que os desejos das crianças são reconhecidos ao mesmo tempo em que elas são visadas como público-alvo como consumidores (BUCKINGHAM, 2000).

No campo das mudanças na relação com os meios, destaca-se o surgimento de diversos canais comerciais transnacionais segmentados de audiovisual infantojuvenil a partir da década de 90, o que intensificou a oferta de conteúdo estrangeiro, e o consumo multitelas das tecnologias digitais, evidenciado recentemente na emergência sanitária do Covid-19. A televisão, entretanto, confirmou sua importância resistente no ecossistema comunicativo da América Latina, região de desigualdade na conectividade e no acesso a dispositivos móveis. Entretanto, há novas relações com os conteúdos infantis, como aponta Fuenzalida (2016), na tendência da representação da criança competente, protagonista, hábil e ativa. Também a relação Educação/Mídia ganha outros contornos nas primeiras décadas deste século XXI e a demanda por educação midiática se acentua principalmente em razão da pandemia, o fenômeno da *Fake News* e da desinformação. Na complexidade desse cenário, temas contemporâneos passam a ser mais tratados na

mídia para crianças. Como apresentado no episódio 5, na programação de TV infantil do Brasil e da Argentina, diversificam-se produções de ficção e não ficção com este perfil, principalmente no campo da TV pública. Esta pesquisa enfocou duas produções audiovisuais que ajudam a ilustrar esse movimento e consideram a criança como ator social e sujeito de observação e escuta. Do Brasil, o programa selecionado no *corpus* foi a série documental “Toda Menina Baiana”, produzida a partir de editais de estímulo à produção audiovisual na Bahia. Com foco na visibilidade de perfis diversos de meninas na passagem dos 15 anos de idade, a série levou às telas histórias de vida de adolescentes e abordou relações familiares, conflitos íntimos e os pontos de vistas das personagens sobre seus entornos. As desigualdades estão na tela, mesmo que não ditas, em imagens de paisagens diversas do urbano e da ruralidade. Tensões identitárias também. Nos dois episódios apresentados da série, o racismo figurou como forte temática no depoimento das protagonistas. As histórias delas são o modo particular de vivência infantil que pouco se vê na TV infantojuvenil.

Histórias de vida também são o disparador de temáticas contemporâneas no outro programa infantil cujo contexto de criação e realização foi analisado nesta pesquisa: a série “Inventar Pakapaka Pergunta”, produzida pela TV infantil pública Pakapaka, da Argentina. Nos episódios destacados na pesquisa, foram abordados os temas da transexualidade e da história de luta das *Madres de Plaza de Mayo*. Em Pakapaka, ressalta-se a ênfase na questão de direitos como chave de compreensão dos temas da atualidade que pode ser valorizada para estimular debates plurais. Como Buckingham (2000) aponta, o debate sobre infância e mídia se enriqueceria com o deslocamento do eixo do tema para a perspectiva de direitos, que reconhece a competência dos sujeitos ao mesmo tempo em que as protege. Vale lembrar que o artigo 42 da Convenção dos Direitos da Criança (1989) determina que os Estados-parte devem assumir a obrigação de divulgar os princípios da CDC para adultos e crianças por meios apropriados e eficazes. Nesse sentido, a TV infantil pode ter a prerrogativa da difusão de direitos, no suporte de crianças e adolescentes que enfrentam histórias de preconceitos e discriminação, entre outras violações contra a infância.

A experiência do conselho infantil de Pakapaka foca-se ainda na dimensão do direito infantil da participação social, porque envolve meninos e meninas nos bastidores da produção do programa de entrevistas, na perspectiva da criança produtora de cultura e conhecimento. Pinto e Sarmiento (1997) apontam a participação como o campo em que menos verificam-se progressos entre os três eixos de distinção de direitos da criança

resguardados pela Convenção Internacional – proteção, provisão e participação. Sabemos, como Becerro e Guerrini (2019) salientam, que formas eficazes de participação são um desafio quando os direitos econômicos e sociais básicos ainda não foram cobertos, mas experiências de participação infantil nos meios podem ser estimuladas principalmente no âmbito da educação midiática e da aprendizagem não formal. Para tanto, iniciativas como as recentes criações dos conselhos infantis de TV na América Latina (Pakapaka, Eureka, CNTV, Red Tali) podem ser objeto de outras pesquisas futuras para exploração de novas metodologias de consulta e escuta das crianças.

O lugar da TV pública nesse ecossistema é o da programação de qualidade em suas múltiplas dimensões, como abordado no Episódio 3 desta tese. Não por acaso, os quatro conselhos infantis de TV criados até a finalização desta tese têm o DNA da TV pública. Em particular, a TV pública infantil engendra novas possibilidades e desafios na interface educação/mídia que se fortalece como pauta global urgente de demanda por conteúdos de formação para a cidadania, recepção crítica de conteúdos midiáticos, valorização da perspectiva de direitos e atenção ao apoio socioemocional de crianças e jovens por meio do audiovisual. Crise climática, contextos de guerras e a epidemia global – só para mencionar algumas das tensões sociais contemporâneas - evidenciaram essa demanda e a TV infantil ganha ressignificação como meio relevante para o debate público. Sem fugir dos chamados assuntos difíceis, que envolvem o enfrentamento de violências, discriminações e tensões sociais, mas não só, convocam a formação cidadã e a responsabilidade social coletiva. A perspectiva da criança produtora de cultura e conhecimento, com direito de protagonismo e participação social, move estruturas promissoras no campo da televisão destinada ao público infantil.

Dentro de abordagens e linguagem apropriadas para cada faixa etária de público e sem abdicar da força criativa do entretenimento lúdico, esses conteúdos podem apoiar a escola pública e atividades extracurriculares de aprendizagem não formal. A Argentina tem a experiência de adotar os programas criados para o canal infantil público como ferramenta pedagógica no espaço escolar. Também na pandemia, Pakapaka desempenhou papel importante de sinergia com o Ministério da Educação com o projeto “*Seguimos Educando*”, para exibição de programação especial durante a suspensão das aulas em razão da quarentena. Para tanto, a programação infantil não pode estar à mercê de avanços ou recuos orçamentários e retrocessos em políticas de estímulo ao audiovisual por mudanças de gestão. Isso aconteceu tanto no Brasil quanto na Argentina em trocas de governos presidenciais durante o período da pesquisa, como explicitado no Episódio 4

desta tese. O binômio educação/mídia é uma demanda atual e crescente como investimento na formação de crianças e jovens e, portanto, necessita de políticas públicas sustentáveis de longo prazo à altura desse desafio, como instrumento de cidadania.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, [São Carlos], v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, p. 371-383.

ABUELAS de Plaza de Mayo recupera al nieto 132, secuestrado con nueve meses en dictadura. *In*: El PAÍS, Argentina, 28 dez. 2022.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Direitos em pauta**: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. Brasília: ANDI, 2012a, 96 p.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Mídia e Infância**: O impacto da exposição de crianças e adolescentes a cenas de sexo e violência na TV. [Brasília]: ANDI, Intervezes, 2012b, 10 p.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Infância na Mídia**: A Criança e o Adolescente no Olhar da Imprensa Brasileira. Relatório 2003/2004. [Brasília]: ANDI, 2005, 56 p.

ALMEIDA, D. IBGE: dados sobre quilombolas no Censo 2022 são reparação histórica: ONU fala em referência para investigação sobre a diáspora africana. **Agência Brasil**: Direitos Humanos, Brasília, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/ibge-dados-sobre-quilombolas-no-censo-2022-sao-reparacao-historica>. Acesso em: 12 jul. 2023.

AMADO, C. Entrevista para Tese Doutorado. Entrevista concedida a Giovana Rafaela Botti Resende. São Paulo, 2023.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução Dora Flaksman. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARGENTINA. Ley nº 26.061, de 28 de setembro de 2005. Buenos Aires, 26 out. 2005. Disponível em: [http://www.jus.gob.ar/media/3108870/ley\\_26061\\_proteccion\\_de\\_ni\\_os.pdf](http://www.jus.gob.ar/media/3108870/ley_26061_proteccion_de_ni_os.pdf). Acesso em: 01 jul. 2022.

ARGENTINA. Secretaría Nacional de Niñez, Adolescencia y Familia (SENAF). **Indicadores de niñez y adolescência. Aspectos demográficos** – Argentina, 2021. Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/12/senaf\\_dngdi-indicadores\\_nna-aspectos\\_demograficos-arg2021\\_25\\_abr\\_2022.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/12/senaf_dngdi-indicadores_nna-aspectos_demograficos-arg2021_25_abr_2022.pdf)

AZEREDO, M. J. B. **A Representação da Delinquência Juvenil nos Media Noticiosos**: Estudo de Caso do Público e Correio da Manhã (1993-2003). 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2007.

AZEVEDO; BETTI; 2014),

BADILLO, Á.; MASTRINI, G.; MARENGHI, P. Critical theory, the left and media policy: The Latin American progressive governments case study. **Comun. soc**, [S.l], n. 24, p. 95-126, Dec. 2015.

BAHIA, L., BUTCHER, P., TINEN, P. O setor audiovisual e os serviços de streaming. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, [S.l], v.24, n3, p. 101-116, 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004.

BALLESTEROS, M. P. ¿ **Una ciudad con ojos de niño? Experiencia Rosario. Proyecto “Ciudad de los niños.** 2009. Trabalho apresentado ao 5 Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2009.

EL BAJO custo de cerrar la brecha digital en América Latina. *In*: BANCO MUNDIAL. BANCO MUNDIAL. [S.l], 23 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/news/feature/2022/01/11/cerrar-brecha-digital-america-latina..> Acesso em: 22 mar. 2021.

BECERRA, M.; MASTRINI, G. Estructura, concentración y transformaciones en los medios del Cono Sur latinoamericano. **Comunicar**, v.36, n. XVIII, p. 51-55, 2011.

BARTHELMES, J. Cinderella – What are the potential advantages of fairy tales for children? Resilience & Storytelling. **Journal TelevIZion**, Munique, n. 31, 2018.

BATISTA, P. N. "Argentina: uma crise paradigmática", **Estudos Avançados**, Argentina, v. 16, n. 44, jan.-abr. 2002.

BECERRO, V.; GUERRINI, L. Direitos para debaixo do tapete: políticas públicas e participação efetiva da infância. **Revista Por Escrito**, [Instituto Arcor Brasil, Fundação Arcor da Argentina e Fundação Arcor do Chile], Chile, n. 13. 2019.

BERNARDO, N. **Paka Paka**: contenidos audiovisuales infantiles para la creación de nuevos públicos en Argentina, en el período 2010-2015. Infancias, derecho a la comunicación y procesos de subjetivación. 2017. Tese. (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades), Universidad Nacional de Quilmes, 2017. Disponível em: <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2270>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas.** 16 Ed. Ed. Paz e Terra, 2002.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORBA, A. M.; LOPES, J. J. M.; VASCONCELOS, T. DE. Infância. **Sede de Ler**, v. 3, n. 1, p. 3-4, 21 out. 2020.

BORGES, G. ; SILVA, M. B. ; FANTIN, M. ; PIMENTA, M. A. ; VIEIRA, S. F. Práticas culturais e níveis de competência midiática de jovens brasileiros. **La Revista Icono** **14**, v. 18, p. 320-352, 2020.

BORGES, G.; SIGILIANO, D.; PEROBELI, L. As dimensões da competência midiática na produção e consumo de fanfics da série brasileira “As Five”. *In: AGUADED, I., et al. Redes sociales y ciudadanía: ciberculturas para el aprendizaje*. Grupo Comunicar, 2022. P. 687-694.

BORGES, G. ; SIGILIANO, D.; GUIDA, V. Competência midiática e formação para a cidadania: oficinas de criação do Observatório da Qualidade no Audiovisual. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 9, n. 20, p. 24–50, 2021. DOI: 10.22484/2318-5694.2021v9n20p24-50. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4658>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 13 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm). Acesso em: 22 mar. 2022.

BRITTOS, V. Televisão, periodização e desenvolvimento. *Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação*. Vol.III, n.3, Sep/Dic 2001.

BRITTOS, V. C. **Capitalismo contemporâneo, mercado brasileiro de televisão por assinatura e expansão transnacional**. 2001. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BUCKINGHAM, D. As crianças e a mídia: uma abordagem sob a ótica dos Estudos Culturais. **MATRIZES** [Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo], [São Paulo], v.5, n. 2, 93-121, 2012.

BUCKINGHAM, D. O direito das crianças para os media. *In: PONTE, C. (Org.). Crianças e jovens em notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, 2009. p. 177-190.

BUCKINGHAM, D. **The making of citizens: Young People, News and Politics**. London, Routledge. 2000.

CABELLO, P. ORTEGA P. Las relaciones de género en los dibujos animados de la tv chilena. **Cuadernos de Información**, [S.l.], n.21, (ii), 2007.

CADONI, L.; RIVAL, J. M.; TUÑÓN, I. **Infancias y encarcelamiento**. Condiciones de vida de niñas, niños y adolescentes cuyos padres o familiares están privado de la libertad en la Argentina. Documento de Trabajo. Buenos Aires, 2019. Disponível em: [bit.ly/3YacNTf](http://bit.ly/3YacNTf). Acesso em: 12 jul. 2023.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CONANDA. **Resolução 163, de 13 de março de 2014**. Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao 177 adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, mar. 2014.

CARLI, S. Notas para pensar la infancia en la Argentina (1983-2001): figuras de la historia reciente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 26, v. 1, 2010, p. 351-381.

CARLI, S. Cap. VII. Los niños entre los derechos y la política. Peronismo, pedagogía y transformaciones sociales (1945-1955). *In*: CARLI, S. **Niñez, pedagogía y política**. Transformaciones de los discursos acerca de la infancia en la historia de la educación argentina entre 1880 y 1955. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2000. n. p.

CARMONA, B. O papel de uma faixa infantil educativa na ampliação de repertório cultural de crianças e adolescentes. [*S.n: S.l.*], 2023a. No prelo.

CARMONA, B. The Struggle for Quality in Children's Television in Brazil. *In*: GOZANSKY, Y. (ed.) **Children's Television Around the World**. Oxford: Ed. Peter Lang. 2023b. Cap.3. (Series Mediated Youth, v.35).

CARRERO, J. S.; GÓMEZ, J. I. A. Educación mediática y espectadores activos: estrategias para la formación. **Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura**, [*S.l.*], v. 39, p. 131-148, 2009.

CASTRO, L. R. de. (Org.). **Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2021.

CASTRO, L. R. de; KOSMINSKY, E. V. Childhood and its regimes of visibility in Brazil: An analysis of the contribution of the social sciences. **Current Sociology**, [*S.l.*], v. 58, n. 2, p. 206-231, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/219551>.

CASTRO, L. R. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, [*S.l.*], v. 8, n. 11, p. 47-58, 2002.

CEPAL. **Envejecimiento en América Latina y el Caribe: Inclusión y derechos de las personas mayores**. Chile: UN/CEPAL, 2022. Disponível em: <https://conferenciaenvejecimiento.cepal.org/5/es/documentos/envejecimiento-america-latina-caribe-inclusion-derechos-personas-mayores>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CEPAL. Primer informe regional sobre la implementación del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo. Chile: UN/CEPAL, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44457-primer-informe-regional-la-implementacion-consenso-montevideo-poblacion>. Acesso em: 22 mar. 2021.



CEPAL. Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Chile: UN/CEPAL, 2015.

CLARKE, J. “**Histories of Childhood**”. In: WYSE, D. (ed.). *Childhood Studies: an introduction*. Oxford: Blackwell Pub., 2004.

CONSEJO DE NIÑOS [https://www.facebook.com/tvamericalatina2/?locale=es\\_LA](https://www.facebook.com/tvamericalatina2/?locale=es_LA)  
[https://izi.br.de/english/publication/television/34\\_2021\\_E/Splitter-Childrens\\_TV\\_news\\_worldwide.pdf](https://izi.br.de/english/publication/television/34_2021_E/Splitter-Childrens_TV_news_worldwide.pdf)

CNTV. Estudio de Revisión Bibliográfica: Estándares de calidad en TV infantil. Consejo Nacional de Televisión, Chile, 2014.

CONACAI. **Criterios de calidad audiovisual destinados a la Niñez y Adolescencia**. Argentina, Consejo de la Comunicación Audiovisual y la Infancia, 2013.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011

COSTA, S. Desigualdades, interdependências e afrodescendentes na América Latina. *Tempo Social*, v. 24, n. 2, p. 123-145, 2012.

COUTINHO, A. M. S. Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. *Educativa*. Goiânia, v. 19, n.1, p. 762-773, 2016.

CRUZ, M. T. A estética da recepção e a crítica da razão impura. **Revista Comunicação e Linguagens**, Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, n. 3. 1986.

CUENYA, B. **Ciudad y niñez**. La investigación, la planificación y la experiencia de Rosario como ciudad de los niños. Municipalidad de Rosario; UNICEF. Rosario, 2002.

CURY, L.; AZAMBUJA, M. J. C.; FELÍCIO, M. C. Comunicação ou conexão? **Revista GeMinis**, São Carlos, v. 6, n. 1, 2015.

DE LA IGLESIA M., VELÁZQUEZ, M. E., PIEKARZ, W. Devenir de un cambio: del patronato de menores a la protección integral de los derechos de niños, niñas y adolescentes. *Anuario de investigaciones, (S.L)*, v. 15, n.p, 2008.

DELORME, M.I.C. As Crianças e as Notícias da Televisão. **Educação em Revista**, [S. l], v.29, n. 1, 205-223, 2013.

DIDONET, V. ECA e a primeira infância. Rede Nacional da Primeira Infância, **Boletim online**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/eca-e-primeira-infancia-por-vital-didonet-educador-e-assessor-legislativo-da-rede-nacional-primeira-infancia>. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/eca-e-primeira-infancia-por-vital-didonet-educador-e-assessor-legislativo-da-rede-nacional-primeira-infancia>. Acesso em: 25 de abr. 2020.

DISQUE quilombola. Produção: Lia Nunes, Luiz Boffa, Daniela Meirelles e Gabriela Romeu. Direção: David Reeks. Roteiro: Gabriela Romeu e Renata Meirelles. Brasil, 2012. (13 min.).

DORETTO, J. **Fala conosco!**: O jornalismo infantil e a participação das crianças, em Portugal e no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

DORETTO, J. **Pequeno leitor de papel: jornalismo infantil na Folhinha e no Estadinho**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: 10.11606/D.27.2010.tde-05112010-113714.

DOTRO, V. Infancia y televisión. **Revista del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación**, Buenos Aires, n. 16, ano VIII, jul. 2000.

DUEK, C. **Childhood, television and state**: PakaPaka and a new discussion about quality and media in Argentina. Congress LASA (Latin American Studies Association); Washington DC, 2013.

ENTEL, A. Com palavra própria. **Revista Por Escrito**, Instituto Arcor Brasil, Fundação Arcor da Argentina e Fundação Arcor do Chile, Argentina, n. 13. 2019.

FAÇANHA, L. **A Construção Social das Crianças-Soldado**: representações e dilemas dentro do marco regulatório da ordem internacional do Pós-Guerra Fria. 2011. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FARAH, A. M. **A criança em situação de rua na imprensa paranaense**: a construção social nos deslocamentos semânticos. 2018. Tese (Doutorado em ciências da comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-12072018-143945/>. Acesso em: 12 jul. 2023. Acesso em: 22 mar. 2022.

FERNANDES, F. **As “trocinhas” do Bom Retiro**. In: FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, cap.2, p.193-317.

FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. Competência midiática: Proposta articulada de dimensões e indicadores. *Lumina*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1-15, 2015.

FERREYRA, E., *et al.* **Dados e direitos na infância e adolescência no ambiente digital**: Caminhos para a proteção jurídica no Brasil e Argentina. Asociación por los Derechos Civiles (ADC), Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa e Instituto Alana. 2022. Disponível em: <https://criancaconsumo.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/dados-e-direitos-na-infancia-e-adolescencia-no-ambiente-digital.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

FIEL, A. F.; AMÂNCIO, T. História, Política e Narrativas Infantis: Entrevista Com Beth Carmona. **Revista GEMInIS**, [S.l.], v. 12, n.1, p. 173-188, 2021.

FIEL, A. F. **Tela Encantada. Infância e conteúdo infantil na TV do Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cinema e Audiovisual) – Instituto de Arte e Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FRAZÃO, F. BBC. Os dados que mostram explosão no número de ataques a escolas no Brasil. 5. abr. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo>. Acesso em: 12 mar. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, M. C. História Social da Infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, Bragança Paulista: USF, 1997.

FUHS, B, *et al.* Spaces for learning – without a wagging finger. **Journal TeleVIZIon. TV as learning environment.**, Munique, n. 25, 2012.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil – 2022**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2022. Disponível em: [https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-eadolescencia-no-brasil-2022\\_0.pdf](https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-eadolescencia-no-brasil-2022_0.pdf). Acesso em: 12 mar. 2022.

FURTADO, T. H. **O jornalismo infantil e o desejo de consumo: o discurso da revista Recreio**. 2013. Tese. (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FURTADO, T. H.; GARCIA, S. M.; BRESSAN, V. R. “A inclusão e a exclusão da voz das crianças na revista Veja”. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO- SBPJOR*, 18, 2020, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2020, p. 1-17.

GAITÁN, L. Protagonismo en la infancia, o la participación de los niños en los procesos de intervención social. **Servicios sociales y política social**, [S. l.], n. 107, p. 25-39, 2015. Disponível em: <https://www.serviciosocialesypoliticassociales.com/protagonismo-en-la-infancia-o-la-participacion-de-los-ninos-en-los-procesos-de-intervencion-social>. Acesso em: 12 mar. 2022.

GARCÍA LEIVA, M.; MASTRINI, Guillermo. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**. [S.l.], n 133, dez 2016 - mar 2017. (Sección Informe, p. 299-315).

GHEROVICI, P. A infância não é coisa de crianças. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 18-27, jul. 1999. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71281999000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281999000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 set. 2021.

GIORGI, V. **La participación de niños, niñas y adolescentes en las Américas: a 20 años de la Convención de los Derechos del Niño**. [S.l.]: INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO, LA NIÑA Y EL ADOLESCENTE, 2010.

GONZALEZ SIERRA, D. Comunicación/educación en América Latina: una aproximación desde las instituciones y las tecnologías en educación. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Tunja, v. 23, n. 36, p. 119-134, jun., 2021.

GONZALEZ, L.; NOVOMISKY, S. La televisión digital en Argentina. Cambios políticos, tecnológicos y económicos. Miradas desde una perspectiva federal. El caso del canal para niños Pakapaka. *In*: SOUZA, M. D., CABELLO, P., DEL VALLE, C. (Orgs). **Medios Edades y Cultura**: Temuco (Chile): UFRO, 2012.

GOUVÊA, M. C. S. de, *et al.* O. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. **Educação e Pesquisa**, [S./l], v. 47, 2021.

GOUVÊA, M. C. S. de, *et al.* O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil, **Sociedade e Infancias**, n. 3, p. 21-41, 2019.

GRIZZLE, A., et al. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2003.

HART, R. A. Children's Participation: From tokenism to citizenship, **Innocenti Essay**, n. 4, International Child Development Centre, Florence, 1992.

HARTUNG, P. **Levando os direitos das crianças a sério**: A absoluta prioridade dos direitos fundamentais e melhor interesse da criança. Tese. 2019. (Doutor em Direito) -: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

HASAN, A. F. Reconsideraciones en torno de los derechos de la niñez y la adolescencia. **Kairos: Revista de temas sociales**, [S./l], v. 20, n. 2, 2007.

HENRIQUES, I. V. M. **Direitos fundamentais da criança no ambiente digital**: o dever de garantia da absoluta prioridade. 2022. Tese. (Doutorado em Direitos Difusos e Coletivos). Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOLZBACH, A. D. Eles cresceram tão rápido: o Cartoon Network em diálogo com o desenho brasileiro Irmão do Jorel. **Matrizes**, [S./l], v. 13, n. 1, p. 211-229, 2019.

HOLZBACH, A. D. Para pequenos grandes espectadores: a produção televisiva brasileira direcionada a crianças pequenas a partir do caso da Galinha Pintadinha. **ECompós**, [S./l], v. 21, n. 2, 2018.

IAZZETTA, O.; ROBIN, S.; BARTOLACCI, F. La participación ciudadana en el control de gestión de las políticas públicas municipales. El caso de la ciudad de Rosario. Rosario: AAEAP, 2007.

IKEDA, M. G. (2021). O papel da Ancine nas políticas públicas para o audiovisual brasileiro. **Revista Extraprensa**, [S.l.], v.14, n.2, p. 122-142. 2021a.

IKEDA, M. **Utopia da sustentabilidade**. Impasses, desafios e conquistas da Ancine. [S.l.], Editora Sulina. 2021b.

INVENTAR Pakapaka Pergunta. Direção: Governo Argentina. Produção: Governo Argentina. Argentina: Pakapaka, 2022. 5 episódios, son., color. (série)

ITURRALDE, M. E. La descentralización como elemento fundamental en el proceso de democratización de los medios de comunicación en Argentina. **Revista Especializada en Periodismo y Comunicación** [S.l.], v.1, n. 47, p.162-175, 2015.

JACKS, N., *et al.* “La visibilidad de la infancia y la violencia en los medios brasileños”. **Oficios Terrestres**, [S. l.], n. 17, 97-106, 2005.

JAMES, A. Conceitos de infância, criança e agência: a construção de hospitais infantis na Inglaterra como estudo de caso. **O social em questão**, [S.l.], n. 21, p. 45-60, 2009.

JENKS, C. **Childhood**. London: Routledge, 1996 (“key ideas” series).

JENKS, C. Constituindo a criança. **Educação, Sociedade e Culturas. Crescer e aparecer ou para uma sociologia da infância**. n. 17. Porto: Afrontamento, 1994, p. 185-216.

KOTTLER, J. The power of storytelling to promote resilience and recovery from life’s disappointments and tragedies. **Resilience & Storytelling. Journal TeleVIZion**. Munique, n. 31, 2018.

KUHLMANN Jr., M. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. **Cadernos De Pesquisa**, [S.l.], v. 35, n. 125, p. 239–242, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000200014>.

LANDER, E. (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

LANATI, V. **Infancias y televisión pública: un análisis de Pakapaka desde la perspectiva de los derechos comunicacionales de la niñez. (2010-2015)**. 2019 Tese. 2019. (Doutorado em Comunicação Social). Universidad Nacional de Rosario, Rosário, 2019.

LIMA, H. S. **A Lei da TV Paga: impacto no mercado audiovisual**. 2015. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) –Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, L. G. **Direito à comunicação e infância no Brasil**: mudanças, conquistas e desafios. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

LINARE, C; CUESTA, V. Incursionando en el asombroso mundo de Zamba. El Toldo de Astier, **Memoria Académica**, [S.l], v.6, n.10, p. 92-100, 2015.

LIVINGSTONE, S.; POTHONG, K. Playful by design: A vision of free play in a digital world. Londres: Digital Futures Commission; 5Rights Foundation, 2021. Disponível em: <https://digitalfuturescommission.org.uk/wp-content/uploads/2021/11/A-Vision-of-Free-Play-in-aDigital-World.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

LIVINGSTONE, S. C. A special case for privacy? Londres: LSE **Research Online**, July 2018. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/89706/1/Livingstone\\_Children-a-special-case-forprivacy\\_Published.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/89706/1/Livingstone_Children-a-special-case-forprivacy_Published.pdf). Acesso em: 12 Dez. 2021.

LLOBET, V. Algunas reflexiones teóricas y algunas preguntas políticas. **Revista Por Escrito**, Instituto Arcor Brasil, Fundação Arcor da Argentina e Fundação Arcor do Chile, n. 13, p. 48-55, 2019.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARÔPO, L. **Jornalismo e Direitos das Crianças – Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2013.

MARÔPO, L. Anjos ou demónios? Crianças, jovens e crimes nos media: um debate sobre a ética jornalística e os direitos infantis. **Comunicação & Cultura**, [S. l], n. 14, p. 207-225, 2012.

MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G.; RINCÓN, O. Televisión pública, cultural y de calidad. **Revista Gaceta**, Bogotá, n. 47, p. 50-61, 2000.

MARTIN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

MEDINA, Cremilda. **Ato presencial**. São Paulo: Casa da Serra. 2016.

MIGNOLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2006.

MIKOS, L. Quality is a matter of perspective. **TelevIZion**. Munique, 2009.

MILANEZ, Liana. **Instabilidades recorrentes da TV pública: estudo de casos Brasil e Colômbia**. 2017. 302 p. Doutorado. Programa Interunidades em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, 2017.

MOELLER, S. A hierarchy of innocence – the media’s use of children in the telling of international News. **The International Journal of Press/Politics**, v. 7, n.1, p. 36-56, 2002.

MOREIRA E SILVA, C. L. O discurso oficial sobre a criança no Brasil. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 12-36, 2016.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina; 2005

MORLINO, L.; SARTORI, G. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 1994.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MULLER, F.; NASCIMENTO, M. L. Apresentação. Estudos da Infância: outra abordagem para a pesquisa em educação. **Linhas Críticas**, [S.l.], v.20, n. 41, p. 11-22, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4248/3890>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MUROLO, N. La assombrosa excursión de Zamba. Un viaje animado por la historia de la televisión pública argentina. **Chasqui**, [S. l.], n. 122, jun. 2013.

NASCIMENTO, M. L. Breve reflexão a respeito da pesquisa sobre protagonismo e participação da/na infância. **Cuadernos de Infancia**, [S.l.], p. 1-18, 2019.

NASCIMENTO, M. L.; *et al.* **Infância e sociologia da infância: entre a invisibilidade e a voz: Relatório de pesquisa**. Sao Paulo: FEUSP, 2013. v. 1. 164 p.

OLIVEIRA, D. O racismo é, sim, estrutural. **CELACC**, São Paulo, p. 1, 22 mar. 2023. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/pt-br/blogs/racismo-sim-estrutural>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. [S.l.]: Asociación por los Derechos Civiles - ADC, Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa e Instituto Alana, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ONU. Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959. [S.l.]: BVSM, 1959. Disponível em: [https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_universal\\_direitos\\_crianca.pdf](https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf). Acesso em: 09 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). C006 - Trabalho Noturno dos Menores na Indústria. [S.l.]: OIT, [1998]. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_235011/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235011/lang--pt/index.htm). Acesso em 09 jun. 2022.

OROZCO, G.; MILLER, T. La Televisión más allá de sí misma en América Latina. **Comun. soc**, Guadalajara, n. 30, p. 107-127, dic. 2017.

PAKAPAKA. **Nuestros Cuerpos Cuentan Manifiesto**. Consejo Pakapaka Argentina. (2023). Disponível em: <https://consejo.pakapaka.gob.ar/que-hacemos/nuestros-cuerpos-cuentan-manifiesto>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PEREIRA, S., FILLOL, J., MOURA, P. **Young people learning from digital media outside of school: The informal meets the formal**. [El aprendizaje de los jóvenes con medios digitales fuera de la escuela: De lo informal a lo formal]. *Comunicar*, 58, 41-50. (2019) Disponível em: <https://doi.org/10.3916/C58-2019-04>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PASTI, A. **Mídia, território e comunicação ascendente: Políticas e disputas para a democratização da comunicação na Argentina**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PAULONI, S; CODONI, M. F. Televisión, historia y política. **Revista Trampas de la Comunicación y la cultura**, La Plata, n. 77, 2013.

PINHEIRO, A.A.A. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos: emergência e consolidação de uma representação social no Brasil. *In*: CASTRO, L.R. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, p. 47-68, 2001.

PEREIRA, S.; PINTO, M.; PEREIRA, E. **A Televisão e as Crianças. Um ano de programação na RTP1, RTP2, SIC e TVI**. Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), 2009.

PINTO, M. **A televisão no quotidiano das crianças**. Edições Afrontamento, 2000.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J.(coord.) **As crianças: contexto e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança - Universidade do Minho, 1997 (Coleção infans)

PIOVESAN, F. Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v.75, n. 1, p. 108-109. jan-mar 2009.

POLLOCK, L. A. **Forgotten children: Parent-child relations from 1500 to 1900**. Cambridge University Press, 1983.

PONTE, C.; AFONSO, B. Crianças e jovens em notícia: análise da cobertura jornalística em 2005. **Crianças e jovens em notícia**, [S.l.], p. 29-46, 2009.

PONTE, C. Crianças como matéria jornalística. *In*: PONTE, C. **Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)**. Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PRADO, M. L. C. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, [S.l.], ed. 2, n. 153, p. 11-33, 2005.



QUADRAT, S.V. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. **Revista de História**, [S.l.], v. 22, n.2, p.167-181, 2003.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, Anibal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014, p. 285-327.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.

QVORTRUP, J. Visibilidades das crianças e da infância. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 20, n. 41, p. 23–42, 2014. DOI: 10.26512/lc.v20i41.4250. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4250>. Acesso em: 30 jun. 2023.

QVORTRUP, J. Nove teses sobre “infância como um fenômeno social”. Pró-Posições. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas: v. 22, n.1, já./abr./2011, p. 199-211.

QVORTRUP, Jens. Infância e Política. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, set./dez. 2010, p.777- 792

QVORTRUP, J. Editorial: A reminder. **Childhood**, [S. l.], v.14, n.4, p. 395–400, 2007.DOI: <https://doi.org/10.1177/0907568207081957>.

RAUSCHENBERG, N. D. B. "Memória e justificação no processo de justiça transicional argentino: da reconstrução democrática às “megacausas” (1983-2013). **História Unisinos**, [S. l.], v.18, n. 3, p.572-588, 2014.

REINA, E. **Cativeiro sem fim**: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. [S.l.]: Alameda Casa Editorial, 2019.

RINCÓN, O. Nuevas narrativas televisivas: relajar, entretener, contar, ciudadanizar, experimentar. **Grupo Comunicar**, [S.l.], n. 36, p. 1-16, 2011.

ROSA, E. **O Conselho Mirim na rede municipal de Santo André (SP)**: uma política pública de participação política infantil. 2022. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSEMBERG, F. B. M. Educação para quem? **Ciência e Cultura (SBPC)**, São Paulo, v. 28, n.12, p. 66-71, 1976.

ROSSIN, S. M. Infância. Para que serve a voz? Participação das crianças e dos adolescentes no processo de mediação. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, [S. l.], n. 33, abr/maio,2013.

ROUSSEAU, J-J. Emílio ou da educação. 3ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1979.

SAID, T. Adolescentes negros são abordados cada vez mais cedo por policiais, aponta relatório. **Jornal USP**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/adolescentes-negros-sao-abordados-cada-vez-mais-cedo-por-policiais-aponta-relatorio/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SALVIOLO, C. Entrevista para Tese Doutorado. Entrevista concedida a Giovana Rafaela Botti Resende. São Paulo, 2023.

SALVIOLO, C. **Desafios en pandemia para los médios públicos educativos: la experiencia de Pakapaka**. In: CHIBÁS ORTIZ, F.; NOVOMISKY, S. (ed.) Navegando en la infodemia con AMI: alfabetización mediática e informacional. Paris: UNESCO, 2022. v. 1. p. 96– 99. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381840>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SAMPAIO, Inês S. V.; CAVALCANTE, Andrea P.C. **Notas sobre a programação infantil da TV Brasil e o respeito às crianças brasileiras**. In: Ruy Sardinha Lopes. (Org.). SOCICOM debate a comunicação pública em questão: crise na EBC. 1ª ed. São Paulo: SOCICOM, 2016, v. 01, p. 06-83.

SANDIN, B. Imagens em conflito: infâncias em mudança e o estado de bem-estar social na Suécia. Reflexões sobre o século da criança. **Revista Brasileira de História**, [S.l.], v. 19, p. 16-34, 1999.

SÁNCHEZ-RUIZ, E. E. Diversidad y concentración em el espacio audiovisual ibero-americano. In: DEL VALLE, C. MORENO, F. J.; SIERRA, F. (eds). **Políticas de comunicación y ciudadanía cultural ibero-americana**. Barcelona: Gedisa. 2012, p. 63-88.

SARAT, M. Reflexões sobre infância: Elias, Mozart e Memórias de Velhos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO, 9, 2005. **Anais [...]**. Ponta Grossa, Paraná: UFGD, 2005, p. 2-10.

SARMENTO, M. J. **A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos**. 2013.

SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M.C.S de. **Estudos da Infância**. Educação e Práticas Sociais. São Paulo: Vozes, 2008.

SAYAD, A. Le V. Inteligência artificial e seu impacto no desenvolvimento do pensamento crítico. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital – TIDD). PUC-SP. São Paulo, 2022.

SCOLARI, C. **Literacia transmídia: informal learning strategies and media skills in the new ecology of communication**. *Revista Telos*, v. 193, n. 1, p. 1-9, 2016.

SEITER, E, PINCUS, M. A protective silence: US children and the Iraq war. **Journal TelevIZion**, Munique, n. 17, 2004.

SEIXAS, R. **Identidade cultural da América Latina – aspectos dos processos de integração cultural global**. 2006. Tese (Doutorado em Integração da América Latina). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM, Escola de Comunicação e Artes (ECA). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEPULVEDA-KATTAN, N. Sociología de la infancia y América Latina como su lugar de enunciación. **Íconos**, Quito, n. 70, p. 133-150, agosto 2021. Disponível em: [http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1390-12492021000200133&lng=es&nrm=iso](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-12492021000200133&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 26 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/doi.org/10.17141/iconos.70.2021.4438>.

SHABEL, P. N. “Queremos nuestro espacio” – Hacia uma análise no binário de la acción política infantil em uma casa tomada de Buenos Aires. *In*: RABELLO DE CASTRO, L. **Infancias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina eo Brasil**. Salvador (Brasil): EDUFBA, 2022. p. 173-194.

SILVA, G. J. M. D. **Entre telas e histórias: o cinema e o audiovisual infantil brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Comunicação, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2014.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 112, p. 7-31, mar. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/X8n4RcnLnhdysVSwNG5Twv/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SMERLING, T. **La otra pantalla: educación, cultura y televisión. 2005 - 2015**. Una década de Canal Encuentro, Pakapaka y las nuevas señales educativas. [S.]: Editorial Universitaria Villa María, 2021.

SOUZA, S.J. **Ressignificando a Psicologia do Desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância**. *In*: KRAMER, S.; LEITE, M. I (orgs). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 39-45.

SOUZA, A. M. de. **Programas Educativos de Televisão para Crianças Brasileiras: Critérios de Planejamento Proposto a partir das Análises de Vila Sésamo e Rá Tim Bum**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

STEYER, I. Gender representations in children's media and their influence. **Campus-Wide Information Systems**, [S. I], v. 31, n. 2/3, p. 171-180, 2014.

STROM, M.; ALCOCK, E. Floods, waves, and surges: The representation of Latin@ immigrant children in the United States mainstream media. **Critical Discourse Studies**, [S.I], v. 14, n.4, p.440–457, 2017.

STYCER, M. Adolescentes de carne e osso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2013. Acesso em: 12 jul. 2023.

SZULC, A.; COHN, C. Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina. **AnthropoChildren**, [S. l], 1, 1-17, 2012.

TODA Menina Baiana. Direção: Cecília Amado. Rio de Janeiro: FUTURA, 2022, 5 episódios, son., color. (série documentária),

TOMAZ, R. **O que você vai ser antes de crescer?** Youtubers, Infância e Celebridade. 2017. Tese. (Doutorado em Comunicação e Cultura) Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

TONUCCI. **¿Puede un virus cambiar la escuela?** Barcelona: Editorial Graó, 2020.

TOUSSAINT, F. Televisión pública en América Latina: su transición a la era digital. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, v. 62, n. 229, Jan–Abr 2017, p. 223-242.

UEMORI, A. **Comitê das crianças**: vozes sobre a participação. 2021. Tese (Mestrado em Arte e Educação). - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, São Paulo, 2021.

UNDA LARA, R. Perspectivas teóricas de la sociología de la infancia em América Latina. **FARO Revista de la Unidad de Posgrados de la UPS**. [S. l]. n.1, 2009, p. 10-30. Disponível em: <https://dspace.ups.edu.ec/handle/123456789/10510>. Acesso em 22 mar. 2021.

UNICEF. **El impacto de la pandemia COVID-19 en las familias con niñas, niños y adolescentes**. (Encuesta de Percepción y actividades de la población). Argentina: UNICEF, 2020.

VOLTARELLI, M. A., NASCIMENTO, M. L. B. P. A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile, **Sociedad e Infancias**, [S. l], v.3, p.211-235, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34630/1/Infancias%20do%20Sul%20Global-repositorio.pdf>. Acesso em 22 mar. 2021.

VOLTARELLI, M. A. **Estudos da infância na América do Sul**: pesquisa e produção na perspectiva da sociologia da infância. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI:10.11606/T.48.2017.tde-31102017-110759.

WALSH, C. **Introducion - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad**. *In*: WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

WALSH, C. **Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial"**. *In*: WALSH, C.; LINERA, A.

G.; MIGNOLO, W. Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento  
Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

WALSH, C. **Interculturalidad Crítica/Pedagogía decolonial**. *In*: Memórias del  
Seminário Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad",  
Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

WILKES, J. What fairy tales contribute to children`s and adolescents` mental health.  
Resilience & Storytelling. **Journal TelevIZIon**. Munique, n. 31, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.  
Disponível em: [https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023

ZULLO, J. Identidad, memoria y poder. cuando los nietos de las abuelas hablan para los niños. **Rétor**, [S. l], v. 9, n. 2, p. 165-191, 2019.

## APÊNDICE A – CECÍLIA AMADO

Cecília Amado, cineasta brasileira, diretora da série “Toda menina baiana”. Entrevista concedida em 7 de março de 2023, antes da inclusão da segunda temporada série no catálogo da plataforma digital Globoplay.

**Giovana - A primeira temporada foi exibida na TV Kirimurê e depois foi para o Futura, certo?**

Cecília – Foi legal porque, apesar de a TV Kirimurê não ser muito conhecida, é TV aberta. Isso é importante. Então chega às comunidades, o que também era o nosso objetivo; dialogar com esse público.

**Giovana - É um trabalho de produção complicado para contemplar tantos personagens com datas diferentes. (A série tem a característica específica de produção de planos de filmagem que incluem festas de aniversário de 15 anos, em datas relacionadas às contingências dos personagens.)**

Cecília – E locais diferentes. Para ter diversidade você tem que sair do lugar.

**Giovana - É interessante, Cecília, que a série também fala de futuros. mas você faz um retrato que não foca no que elas vão ser, você faz um retrato sobre o que elas são. Claro que tem expectativas, tem sonhos, tem projeções, mas você faz um retrato do que elas são no presente e para o que interessa a elas. Não é sobre o vir a ser, é uma leitura da criança, da adolescente, que por muitas vezes é só interpretada como uma forma de transição para a vida adulta. Não se enxerga a criança como ela é, e não se respeita o que ela pensa, o que ela sonha.**

Cecília - Todos os episódios acabam com o que você quer ser. Não é dessa forma, mas sempre tem um olhar para o futuro. Se você pegar na primeira temporada, A Andressa (Episódio 1 – primeira temporada) justamente ganha o concurso plantando esse sonho dela. E ela achava que não ia conquistar. Mas ela fala que tem muitos sonhos, que quer ser atriz, quer ser modelo, quer conseguir deslanchar na carreira. E aí conclui com essa vitória. A primeira: de ser modelo. As gêmeas falam também o que elas pensam de carreira profissional para quando voltarem da Alemanha. Mas cada uma coloca na posição do quanto isso é importante para elas. Porque eu queria respeitar o quando – para agora – para elas é o mais importante. Para as gêmeas, é a viagem para a Alemanha. Elas sabem que o futuro depois da Alemanha pode ser amplo, né. A Giulia, que é de Lençóis, fala que

quer ir pra Itália, né? Quer viver na Itália porque o pai é italiano. E a Vitória diz que só quer ser uma boa mãe para o filho dela. São projeções de futuro.

**Giovana – Sim, mas você se interessa pelo que elas são hoje. Você escuta essas adolescentes no presente. E não foca só nessa projeção. Esses sonhos fazem parte do presente.**

Cecilia - É claro, o principal é o hoje. O meu objetivo não era esse do futuro. É sobre um rito de passagem, mas é sobre uma etapa de vivência muito intensa, de muitos aprendizados, de formação. Acho que é o momento da formação da identidade feminina de fato; sobre como vocês se posiciona como mulher. E esse era o enfoque principal. Que seja profissionalmente.... seja como mãe.... seja como uma representante do seu povo, como o caso dos povos indígenas (Episódio 1 – Segunda Temporada), que seja sair da sua comunidade....

Vários episódios são no interior. Tem um em Tanquinho, uma cidade que cresceu em volta de um posto de gasolina no meio da estrada. Não tem nem escola de Ensino Médio lá. Então, assim, tem essas meninas que estão esperando ansiosamente para sair dali, para ir buscar...As meninas quilombolas (Segunda Temporada) também falam muito isso: sobre ir ou ficar, né? Então são decisões que elas estão amadurecendo nesse momento. Justamente amadurecendo. É esse pensamento para o futuro e que não passa simplesmente sobre “o que eu quero ser”, “que carreira eu quero escolher”, “isso me define”. Não. É o que eu quero ser: se quero viver com a minha família...quero buscar conhecimento fora...quero constituir uma família ou não...quero ser independente... quero fazer sucesso.... São muitos desejos.

É muito mais o futuro com uma projeção do seu desejo, como ser desejante. Dessas jovens como seres desejantes e conscientes dos seus desejos, do que como “ai, como vai ser a minha vida”. E nisso tem um episódio que é muito legal, sobre o Projeto Axé (Segunda Temporada), e que traz inclusive esse debate. Porque as duas meninas são meninas muito pobres e uma dessas meninas fala que ela quer ir para a África, que o sonho dela é conhecer a África. E ela quer ser desembargadora. Ela não sabe o que é isso exatamente, mas ela sabe que é algo muito importante. E aí a gente traz esse debate. Quem fala com ela sobre o desenvolvimento dela na infância é uma educadora do Projeto Axé. Ela fala que entre os jovens nessa situação de pobreza ninguém vai dizer que quer ser uma empregada doméstica. Ninguém quer dizer que vai ser uma faxineira, um caixa de supermercado, ou o que a mãe foi, o que a avó foi. Elas querem o máximo possível, elas vão querer atingir. E essa menina é incrível no relato sobre a expectativa dela sobre

educação. Então é um pouco desse lugar: de pessoas desejanter de um futuro como mulheres, mais do que sobre profissão ou algo especificamente assim.

**Giovana – Sobre como você chegou a esses personagens. Em alguns casos você chegou até elas por alguns temas, alguns perfis, que você sabia que existia, e saiu em busca. Mas eu também vi um formulário que a produção distribuiu para quem quisesse se candidatar a personagem da série. Não sei em que temporada foi isso.**

Cecília – Foi bem no início.

**Giovana – E teve alguém selecionado por esse formulário?**

Cecília - Teve, a Andressa (Episódio 1 – Primeira Temporada). Teve vários. As gêmeas também, uma menina que foi adotada aos 11 anos... Bom, como é que foi o processo de pesquisa? Eu tinha uma lista de 40 perfis de personagens que eu queria. Independentemente do que estava escrito nos projetos. Eu escrevi os projetos com um personagem por episódio e tinha um recorte de diversidade que eu acho que praticamente todo foi alcançado. Eu acho que teve um perfil que a gente não conseguiu, que era o de uma menina rica da área rural, por exemplo. A gente tem aqui em Luís Eduardo, Noroeste da Bahia, uma área mais do agronegócio. E essa personagem a gente não conseguiu. A gente tentou bastante, mas a gente não conseguiu. A gente queria uma menina trans também, mas em dado momento a gente desistiu, a gente já estava sem fôlego de pesquisa.

A gente bateu em várias portas. É muito difícil as famílias deixarem seus adolescentes falar. Nem toda família quer expor seu filho adolescente. É uma exposição muito grande, mas aí o processo de pesquisa tinha essa lista. A gente tinha três pesquisadoras; uma no interior, nessa região da Chapada especificamente, fez o episódio do MST também, fez algumas personagens dessa região. Foram cinco episódios. E duas aqui em Salvador, mas disparando para outros núcleos, que era região do Recôncavo. Depois os indígenas. E aí a gente já foi direto para o Sul, essa região que a gente chama de Baixo Sul, onde tem Morro de São Paulo, Boipeba. Elas disparavam daqui, já com essa busca. E aí a primeira coisa que a gente faz é abrir a inscrição para quem quer falar da sua história.

**Giovana – É tem todo um desafio ético para lidar com criança e adolescentes. Imagino que você tenha tomado mil decisões na hora do corte. Mas tinha alguma preparação com elas depois que eram selecionadas?**

Cecília – Não. O processo era de intimidade. Eu já tinha feito o documentário “Onde dormem os sonhos”, que era sobre a hora de dormir, então já tinha me dado um



pouco essa bagagem de como você tem que ser, de certa forma, uma pessoa que frequenta aquela casa, pelo menos um pouco. Eu e uma parte da equipe. Para que realmente não se sentisse de forma tão forte a invasão de intimidade que é uma equipe de filmagem. Normalmente a gente tinha dois ou três encontros. Um encontro para conhecer antes de bater o martelo, e depois uma visita em alguns lugares que ela frequentasse para ir um pouco mais, e às vezes uma visita técnica.

Mas isso para Salvador, né? A Andressa, do piloto da primeira temporada, por exemplo, passou por isso. Ela se inscreveu, foi selecionada, eu tive uma primeira conversa com ela e com a mãe dela, gostei muito. Primeiro só eu e a pesquisadora, depois eu voltei com minha assistente. Depois a gente voltou para filmar. No caso das indígenas, a pesquisadora foi, filmou entrevista com várias meninas de aldeias diferentes lá na Coroa Vermelha. E aí voltou com esse repertório de entrevistas e a gente selecionou uma dupla com histórias eram interessantes e que conseguia falar das suas histórias. E, também, pela diversidade, né? Sempre no documentário vai ter o susto da chegada, mas faz parte de não deixar elas filtrarem tanto, né? De não perder essa espontaneidade do querer revelar, o que era importante para gente.

**Giovana - Esse estranhamento inicial sempre vai acontecer. Mas é complicado você quebrar a barreira do estranhamento quando só tem recurso para duas ou três diárias e já chegar para filmar, né? Principalmente quando a proposta é captar imagens de vivências. É maior ainda o desafio. E com adolescente, que é um personagem que também precisa tem uma preparação mais cuidadosa na escuta. Tem todo um cenário complexo.**

Cecília – No caso dessas personagens que não moravam aqui eu descobri coisas que a pesquisa não deu conta de descobrir. No processo, né? Filmando. Em Feira de Santana eu também fui, porque é perto, né? Feira é a segunda cidade da Bahia, mas é a 1h30 de Salvador. Eu fui ali também me afetando por aquelas novidades ali da descoberta. No caso da Shayres, por exemplo, essa coisa de que a mãe foi embora... que isso foi duro para ela...Foi algo que surgiu assim de uma forma muito surpreendente. Até porque a avó que trouxe, né? Ela não tinha falado isso na entrevista dela. A avó que revelou isso e aí ela segue essa história, né? Ela traz para si. É esse elemento da vida dela, e a gente descobriu ali na hora.

Aí você já tem esse pensamento: tem esse drama dentro dessa história, como é que eu vou filmar esse drama? Como é que vai ser isso? E aí fomos para a praia para fazer imagens dela na praia imaginando que tinha essa relação, que a relação com a irmã era

muito forte. Só que isso aconteceu lá na primeira entrevista. Mas aí o que acontece? É uma coisa do documentário mesmo. Não é uma reportagem, não é um retrato da sua vida, não é a xerox da sua vida...Não é um Instagram da sua vida. Quando chega no dia da formatura, que era a última coisa, a mãe está lá. Porque a mãe já tinha voltado. Para a gente foi mais uma surpresa. Eu filmei a mãe lá, mas não entrevistei, não perguntei sobre o que passou. Meu editor falava: “Mas vai deixar isso em aberto?” Vou, vou deixar isso em aberto porque ela está presente, mas não é o principal da forma que acontece história. Isso na verdade é o que faz ser uma obra audiovisual, né? E não só ser um registro audiovisual.

**Giovana – Também é uma forma de não julgar, de não explorar esse drama com uma forma de julgamento da personagem.**

Cecília – Isso. Até porque foi ela quem trouxe. E ela trouxe naquela medida. Eu não queria transformar em uma outra medida, no olhar do adulto...um olhar crítico de fora.

**Giovana – Como você filmou as duas temporadas no mesmo ano, então na abertura foi possível colocar a imagem tanto da primeira quanto da segunda temporada, né?**

Cecília – Ah, sim. Porque eu filmei toda a série antes de começar a finalizar.

**Giovana - E sobre a arte gráfica? Na abertura você já põe as meninas em movimento, no protagonismo e, também, em diversidade...mostra meninas fazendo esporte, o que foge um pouco daquele enquadramento da menina de 15 anos. São escolhas conceituais interessantes já na abertura. Você pode falar um pouco sobre isso?**

Cecília - Na realidade, a série é isso. Tem algumas pessoas que viram no GloboPlay e que falam que maratonaram a série. Ela tinha mesmo esse objetivo do conjunto, né? Apesar de que cada história individualmente tem diferença, algum episódio mais infantil, mais adolescente ou com um olhar mais adulto, um olhar mais adolescente...mas a gente queria que todas fossem representadas. Que uma menina indígena pudesse se ver, que uma menina quilombola pudesse se ver ali e que para todos fossem interessantes. E que também fosse interessante ver o diferente, o diverso.

Então esse tinha que ser esse apelo inicial e o nosso objetivo, ainda que tenha às vezes uma linguagem para os adultos também – no paralelo tem uma voz adulta...A gente sempre acha que os episódios mais étnicos – palavra que eu não gosto – vai sempre interessar a quem tem um olhar mais antropológico sobre a série, os adultos, no caso. Mas

são histórias sobre meninas. Meu filho, minhas enteadas, essas adolescentes que eu entrevistei.... todos já ouviram falar do MST, todas têm curiosidade de saber. E tem gente que acha que é MST é só do universo dos adultos.

A ideia é que causasse o interesse pela diversidade. E que fosse marcado na abertura que era uma série para adolescente. A gente queria nessa parte estética gráfica trazer um universo bem adolescente. Então a abertura é uma inspiração de uma abertura de Malhação, por exemplo. Os recortes e tal. Uma das peças que o nosso artista gráfico trouxe de referência era uma abertura justamente de Malhação. E a trilha da abertura também foi pensada numa trilha mais pop mesmo. Apesar de que dentro dos episódios tem trilhas bem melancólicas e tal, que acompanham os dramas. Mas tinha essa pegada de ter algo que já se ouvisse na televisão.

**Giovana – Cecilia, e o título? Você já tinha?**

Cecília – Sim, a gente até pensou em mudar. Eu, normalmente, uma das primeiras coisas que eu escolho é o título. Porque tem um monte de coisa para mim conceitual e tal. Trabalho muito assim, mas em um momento eu cheguei a cogitar se isso reduzir esse olhar para a comercialização: “ah, não vou comprar porque é baiana, então ela só vai passar na Bahia”. Mas mantivemos. Se você for ver até a própria música fala “Toda menina”, mas não fala “toda menina baiana”. A gente queria também se distanciar da música, não ficar uma coisa ali em cima da música (referência à música célebre de Gilberto Gil).

**Giovana - Tinha uma preocupação para você não limitar.**

Cecília – Para não ser restritivo. Que não fosse um limitador.

**Giovana - Mas tem um componente aí que é uma brincadeira de contraste, porque o nome da série é “Toda menina baiana”, mas você retrata vários perfis de menina baiana que não se reproduzem como “Toda menina”. Cada uma tem um jeito, cada uma tem uma forma de ser como é.**

Cecília – O que “Toda menina Baiana” tem em comum? E o que elas não têm em comum, né? Onde elas são diversas e onde elas são iguais. O filtro da série é esse. Que na adolescência algumas funções emocionais, fisiológicas, físicas de transformação, familiares, sociais... são comuns a meninas dessa idade. Inclusive pelo que vem com a ideia de festa, o simbolismo, nas camadas subliminares da história. Mas, então, o que elas têm comum? A questão dos conflitos muitas vezes com a mãe ou com a autoridade parental, né? As questões hormonais, desde a menstruação... o que isso incomoda nesse

corpo que muda? Na descoberta da sexualidade, nas questões de relacionamento entre os jovens... Namoro... de gênero.

Enfim, tudo isso vem junto. Também este momento. É mais uma fase da vida, carregada de muitas incertezas de uma infância que está ficando para trás e que de certa forma assusta, né? Então é esse o olhar. Se a gente for fazer o recorte assim, nessa temática, de todos os episódios, elas são muito parecidas. Depois muitas engravidaram e tiveram filho. Mas nessa idade, ninguém quer ter filho. Todas disseram que iam ser mulheres independentes, todas querem ter autonomia, né? Querem poder namorar com quem elas quiserem, com o gênero que elas quiserem... Mesmo as que não podem nem pensar em namorar. E mesmo para as que podem escolher, isso também vai ser um conflito. Todas falaram da questão com a menstruação. Eu não coloquei em todos, mas todas falaram. E de sentir o olhar do adulto em relação ao seu corpo mudando. É um tema recorrente também.

Então, assim, realmente toda menina tem algo em comum que a gente não está olhando, que a sociedade não olha, não olha para adolescente nesse ponto de tanta vulnerabilidade. A minha demanda, ao falar da diversidade, era falar que é uma fase que tem características muito próprias sim, e que a gente tem que cuidar, tem que dar uma atenção especial. Nesse sentido, é um chamado para o público adulto também: para as mães, para as tias, para as avós.

**Giovana - Você fala de várias questões que não estão necessariamente explícitas na tela, mas outras são bem evidentes e que fazem parte daquele universo de paisagens diferentes, que não se vê de forma usual na TV infantojuvenil; a paisagem de periferia, paisagem de periferia na zona rural... Você tentou abarcar essa diversidade em muitos perfis e que trazem imagens de impactos visuais para tela. O que você buscava? Teve alguma coisa visualmente importante para você quando você pensou em fazer a série e começou a captar os depoimentos? O que era importante para você na hora de realizar?**

Cecília – Ah, eu acho que eu acho que é um desenho que vem da ficção, que é da criação do universo, da criação da arena, né? Onde será que acontece aquela história? E quais são os elementos estéticos imagéticos que compõem aquele universo que você está construindo. Eu sempre trabalhei muito assim na ficção, construindo muito esse universo a partir dos roteiros das histórias, das ideias, muitas vezes fazendo sentido contrário da escolha das locações, né? E aí então essa foi uma regra também para essas histórias. Como eu tinha muito pouco tempo para filmar, era normalmente três diárias teve coisas alguns

que a gente filmou em duas. Eu ainda voltei mais uma média diária lá na frente, né? Mas como era muito pouco tempo, primeiro eu queria abraçar esse universo: como é que a gente mostrava o universo cotidiano delas de uma maneira reveladora, no sentido de que, além da intimidade, tinha que estar muito contextualizado pela imagem, não tem tempo para ficar falando, né?

É claro que quando você vai para o interior é muito mais fácil fazer isso. Se abre uma câmera em Boipeba, imediatamente você vê que não passa carro. E as ruas são de chão, como eles chamam aqui, são de terra. Você está cercada de água por todos os lados. Para mostrar que o pai é pescador, não precisa mostrar ele pescando. Boipeba já me caracteriza isso de uma maneira muito rápida. Então nesse sentido as imagens aéreas trazem isso fácil, os drones de locações específicas. Para que a gente entenda o contexto das meninas para além do seu cotidiano de escola e tal. Em alguns lugares isso é dado. Se você vai para a Chapada Diamantina, se você vai num assentamento do MST...as imagens são muito impressionantes, muito bonitas. Aquela vivência está impregnada em tudo.

Como na festa de aniversário. Como se vestem, como é a festa... tudo isso traz todos esses elementos de construção do universo como se fosse uma ficção. Quando você vem para Salvador, quando você vai para uma família de classe média, quando você vai para um universo mais estrito, é mais desafiador colocar esses elementos. Primeiro porque o público consumidor da televisão, ainda mais o da TV a cabo, já está acostumado - que é de uma capital, né, de uma cidade - o público já está mais acostumado com essa paisagem.

E é difícil porque as meninas vivem dentro de apartamento. Ou em uma casinha na periferia de Salvador, fechado, então aí entra esse desafio. Como é que você constrói esse universo visual da mesma forma que você pode fazer no interior, só que dentro da cidade? Algumas personagens de Salvador, por exemplo, eu usei imagens de drones. Nas gêmeas, por exemplo, da primeira temporada. Elas moram numas torres gêmeas em um bairro nobre de Salvador que fica ao lado de uma favela. Bem típico mesmo. A gente usou essa imagem de drone para mostrar as torres, precisava mostrar um pouco. Tem outros episódios de Salvador que eu não mostrei. Eu não fiquei todo momento mostrando que era Salvador, mas aí tem alguns momentos que isso conta.

Por exemplo, tem um episódio com duas meninas que moravam no Capão, que é Chapada Diamantina, lugar mais hippie que tem hoje, reduto turístico hippie. As duas meninas cresceram juntas, eram melhores amigas. E aí uma volta a morar com a família em Salvador. Então a gente tem uma morando em Salvador de volta e a outra que ficou

lá. Então é nesse universo dela, que é o farol de Itapuã, onde ela conta isso. Ela traz isso: cachoeira era no quintal da minha casa, para mim era normal. Aí fazia sentido porque era o universo dela. Então era mais ou menos esse processo assim de criação dos universos para buscar esses repertórios de imagem. Tem uma nuance que eu gosto muito porque acho que tudo tem muitas camadas. No concurso de miss que a Andressa participa (Episódio 1 – primeira temporada) tem os bairros todos da Suburbana (avenida) lá. Ela é representante do Alto da Terezinha e tem o nome dos bairros, todos periféricos. Isso é da intimidade delas também, de ser uma menina da periferia.

E o super desafiador são as festas. Porque têm de tudo. Que universo é esse, né? As festas são muito diferentes umas das outras.

**Giovana – E diferentes em estilo, em recursos financeiros...A questão do drone para a localização é uma questão que eu gostaria de abordar. Até para você valorizar a diversidade, falar de onde são essas pessoas, ele se torna um recurso importante. A localização em alguns episódios faz todo sentido. Acho que em grande parte dos episódios tem localização, mas alguns não têm.**

Cecília – Não, na realidade acho que foi um erro meu não ter localizado que era Salvador. Por outro lado, as que foram localizadas tinham um porquê. A Andressa, por exemplo, estava em um concurso representando a região dela, então era importante mostrar que região era essa. Porque era a região dela, era importante para o contexto dela. Para outras personagens, isso não faz a menor diferença. Para as do esporte, por exemplo, não é isso que é relevante, a importância não está ligada por esse lugar. E em algumas o meio é o protagonista.

**Giovana – Cecília, todos esses episódios têm um recorte, trazem à tona uma questão contemporânea ou muitas questões contemporâneas. Por exemplo, o episódio da Andressa tem a questão do racismo, sobre a forma da valorização da mulher negra.**

Cecília – O racismo tem em quase todas. A maioria das personagens são negras e trazem a sua experiência de racismo de alguma forma.

**Giovana - O episódio das indígenas também aborda racismo, aborda preconceito. Por que essas questões de temáticas sociais estão sendo levadas ao audiovisual infantojuvenil - à TV infantil e infantojuvenil? Você citou Malhação que é um marco na TV brasileira para tratar de muitos temas também. Você acredita, como realizadora, que o audiovisual endereçado a esse público precisa incorporar essas questões como instrumento de debate público?**

Cecília - Com certeza, é a principal missão na realidade, né? Por isso colocar essas personagens em cena. Das 36 meninas que a gente entrevistou, muitas sofreram na infância e já trazem marcas desse sofrimento da infância e na adolescência. Isso é bem claro.

Só que a escolha das famílias e das histórias...de quem quer falar...de quem consegue falar...e de que forma... também foi muito cuidadosa. Porque a gente queria de certa forma que fossem famílias populares exemplares, de algum modo.

No episódio da Andressa a mãe dela traz isso muito presente, do racismo que sofreu e como foi a sua experiência. Andressa já fala disso como se fosse coisa do passado. Que no passado ela sentiu isso, mas quando ela fala que teve que cortar o cabelo por causa da química, ela chora. É um episódio que ela acabou de sofrer. É uma experiência que ela acabou de passar.

Da mesma forma quando o diretor do concurso, da agência de modelos, fala: “daqui vai sair uma que vai fazer sucesso, porque só abrem espaço para uma menina negra”. Só que isso não está na televisão. E precisa ser dito. A democracia passa pelo acesso que a gente tem nas mídias. A gente vê tão claramente nesses episódios de representatividade.

E você tem o caso da Maju Coutinho (apresentadora de telejornal da Rede Globo), por exemplo. “Ah, a Maju Coutinho vai ser apresentadora de telejornal”. E todo mundo: “Nossa, olha a Maju. Viu, minha filha?” Acabei de fazer um filme sobre isso, né? O “Beleza da Noite”, em que a filha quer uma boneca branca, a mãe quer comprar uma boneca negra para a filha. A filha não aceita e ela entra no concurso de beleza do Ylê-Aiye para mostrar para a filha que ela pode ser uma rainha. É a importância desse amor próprio, desse reconhecimento da beleza identitária. Então é o objetivo maior dessa série. Claro que vai entreter; vai ter a menina que faz o baile de debutante, que é influencer... também tem meninas que não sofrem com o racismo diretamente. Mas esse público que essas personagens vão trazer precisa ver os outros episódios, né? E vice-versa também. É importante entender que esses universos são diferentes.

Então eu acho que é a função principal. E não é falar isso para o adulto. É falar isso para elas, porque elas querem ver na tela, né? Elas querem ver alguém que tem o mesmo problema que elas para saber como é que resolve. Porque não tem bula. Nem sempre uma mãe ou uma avó ou pai – ou o que quer que seja – é capaz de deixar as coisas tão claras.

Tem também que entender que existem essas camadas e que nessa idade é muito cruel. Eu acho que o objetivo era esse. O quanto isso vai chegar, na comercialização, aos adolescentes? Tem que fazer uma divulgação que chegue, que faça o adolescente se conectar e entender que ele tem uma possibilidade para assistir, mas o objetivo realmente é que elas se vejam, de fato, e que possam aprender com a experiência das outras. Entender que não é só com elas, que não é algo individual. Racismo é um preconceito coletivo no Brasil, que acontece com o povo brasileiro, pelo povo brasileiro também.

**Giovana - Quando você se propõe a tocar nesses temas, imagino que você também tenha que fazer escolhas estéticas e conceituais. Quando uma personagem fala que venceu o preconceito, o depoimento é a força da história, porque é uma vivência, mas isso tem que ser orgânico, tem que fazer sentido no universo imagético do episódio ou pode afastar o público infantojuvenil com bandeiras pedagogizantes. Isso de alguma forma te preocupou?**

Cecília – Pensamos. Como são muitos episódios, você pode ir mais a fundo em um do que em outro. E, na verdade, o que sempre falou foi o olhar delas. Por exemplo, nesse episódio do Projeto Axé em que a menina quer ir para a África – ela é apaixonada, ela fala que ama Angola, queria viver lá. Fala que queria ajudar as crianças na África. A menina do Projeto Axé disse que começou a conhecer sobre a África nas aulas de capoeira e depois um dia levaram para ir ver o museu de arte africana, então a gente foi filmar no Museu de Arte Africana, porque tinha um espaço para isso. E é uma oportunidade única, ninguém mostra, abre para isso. Então, se elas trazem, é com uma tinta mais forte. Vamos lá com a tinta mais forte.

Em Andressa, ela fala da experiência dela de racismo de forma individual. A mãe fala da dificuldade da filha dentro desse processo seletivo de beleza, dos concursos. E aí de repente ela ia ter um ensaio, para o concurso, até não cabia muito na nossa agenda. Mas a gente precisava ver esse ensaio da agência de beleza. Quando eu chego lá e tem 60 adolescentes negras, dentro daquele espaço, ensaiando juntos, é muito potente essa imagem.

Eu já tinha essa intenção de que eu precisava gerar essa informação do coletivo. E aí chega lá a gente vê ensaiando, dançando, e, no final, o cara dá um sermão... é um discurso. É como você fala; é pedagógico. Ele está sendo pedagógico, explicando para aquelas meninas que elas estão ali batalhando, mas que a chance delas é muito menor do que a de uma menina branca na carreira de modelo. Tiro isso? Deixo isso? A gente nem ia filmar. Ele nem estava microfonado, mas a gente acabou dando um jeito para poder



usar. Porque não estava nessa expectativa uma fala que viesse nesse momento. Mas foi dito para ela, ela ouviu, ela sentiu aquilo. Vamos deixar. Pode parecer chato, mas pode fazer muito sentido uma menina ouvir isso. Quem fazia a baliza sobre “até onde ir” era a própria personagem, o que ela trazia de bagagem ali.

**Giovana – Você realmente mergulhou no universo infantojuvenil, na produção de série, filme.**

Cecília - Eu não parei com esse tema, desde “Capitães de Areia”. Ele continuou. Eu fui percorrendo esse tema: ou fazendo as oficinas de formação em audiovisual que a gente faz para adolescentes ou filmando documentários. Teve os dos “Sonhos” (Onde os sonhos dormem), teve “O meu Irmão Nerd”, que é para um público pouquinho mais novo – Fundamental I, que está naquela descoberta da ciência e tal, mas também tem uma relação ali de pré-adolescente, mais na linha “Detetives do Prédio Azul”. Mas esses são os programas curtos, assim de 7 minutos cada episódio. Aí os “Sonhos” trouxe muito desse universo, foi o que levantou a história dos “15 anos”, né? Aí fui fazer a série. Na série também fui a alguns lugares que a gente já conhecia por causa das oficinas. Então também tem isso: esse olhar na diversidade, essa viagem também para ampliar as possibilidades, veio também dessa experiência de ir atrás do jovem onde ele está. E agora tenho quatro ou cinco projetos formatados.

E tem outros projetos que também são nessa linha, porque você se aprofunda mesmo e talvez o tempo de realização - foram muitos episódios. É uma vantagem quando o tempo de realização total é maior. Você tem uma diária de um episódio aqui e outro vai ser na outra semana. Aí você viaja, aí você volta assim viaja de novo, né? Você acaba se desenvolvendo num nível mais profundo. E aí descobre coisas que vão acontecer depois. Descobre muitas coisas no caminho, como se fossem várias caixas mágicas que você vai abrindo pelo caminho.

**Giovana – Cecília, você é neta do Jorge Amado.**

Cecília – Sou.

**Giovana - Essas caixas mágicas aí, então, ainda têm muita história para contar.**

Cecília – Teve muita influência, viu, Giovana? Hoje, mais do que nunca, tenho muita consciência. Quando eu comecei a trabalhar com cinema, ele me falou que o sonho dele era ter sido cineasta. E isso foi extremamente revelador. Até porque os livros são super cinematográficos mesmo, têm muita descrição visual e narrativa visual e tal, nessa construção de universo.

Hoje, olhando para trás, eu sei que eu fui construindo numa trajetória do jeito que ele construiu a sua trajetória como contador de histórias. São muito semelhantes os temas que me interessam, as buscas, a forma de mostrar...Então eu acho que tem DNA. Realmente foi marcante para mim, na minha formação de adolescente, a relação que eu tive com ele, o meu avô. E esse desejo de trabalhar esse tema nasceu muito daí.

## APÊNDICE B – CIELO SALVIOLO

Cielo Salviolo, diretora do canal público Pakapaka. Gestora cultural, produtora de conteúdos e formatos infantis, consultora e pesquisadora em comunicação e infância.

**Giovana - Pakapaka aborda temáticas contemporâneas desde el inicio de la señal, incluye temáticas non usuales en la TV infantil. Y eso se pasa también porque si propone a representar los niños en la pantalla, los niños locales, los niños nacionales y regionales. Y cuando se propone a la visibilidad de los niños, da visibilidad también a los conflictos que atraviesan la infância latinoamericana en la pantalla, no? Y me parece que esa propuesta del Consejo de los niños es un punto de maduración del proyecto Pakapaka, es una convergencia de todo eso, porque la producción lleva los niños a la pantalla, los escucha y los hace parte de la producción.**

Cielo – Perfecto.

**Giovana - Empezamos entonces a hablar del proyecto, que fue un producto creado a partir del período de la pandemia. ¿Fue una propuesta que surgió en la pandemia porque querían comunicarse con los niños, pero no tenían el abordaje presencial? ¿Cómo fue?**

Cielo – Era un anhelo que tubo Pakapaka desde sus inicios. Y cuando retomamos la gestión también lo hicimos con ese mismo deseo, de encontrar una forma de participación sostenida y sistemática. ¿Qué es que lo hizo la pandemia? Nos dió mecanismo para hacerlo porque Pakapaka durante la pandemia estuvo a cargo de la producción de uno de los tantos programas - como en todos nuestros países - de aprender en casa... aquí se llamó “Seguimos Educando”. Ese programa nos dejó un contacto hecho y una gran base de datos con niños y niñas de todo el país que habían participado del programa a través de las redes sociales; contando que hacían, como atravesaban la cuarentena y una serie de cosas.

Entonces cuando vimos que teníamos esa base de datos dijimos: ¿Bueno, por qué no hacemos una primera experiencia y preguntamos dentro de esos cientos de chicos que participaron de “Seguimos Educando” durante un año y medio si les interesaría ser parte de una experiencia así? Y la respuesta fue muy, muy satisfactoria.

Entonces de todos esos que nos dijeron que sí, dijimos: Bueno, hagamos una selección de estos y así armamos el primer consejo. Por eso yo diría que lo que nos dio la pandemia fue el empujón inicial para hacer la primera experiencia casi piloto.

**Giovana - Ustedes pensaron en la experiencia después de la pandemia. Entonces la pandemia les permitió la base de datos para la experiencia.**

**Cielo** – Exacto. Fue después porque el primer consejo fue en 2021.

**Giovana – Ahora están ya en la tercera convocatoria del Consejo.**

**Cielo** - Ahora abrimos la tercera convocatoria.

**Giovana – ¿El modelo es el mismo?**

**Cielo** – Es modelo es el mismo. La diferencia es que el primer consejo tubo 16 integrantes y este tiene 21. El de 2022, 21. Y el de 2023, 21.

**Giovana - Yo sé que hay una preocupación de representación de muchas regiones de Argentina. ¿Pero cómo se hace eso en la práctica? ¿Con un mapeo?**

**Cielo** - Cuando termina la inscripción lo que primero hacemos es una distribución por región. Entonces decimos bueno, hay todos estos consejos postulantes por cada una de estas regiones y hacemos sorteo por región. No hacemos sorteo del total del país para asegurarnos esa representación de las regiones. Si hacemos uno sobre el total de postulantes, no tendríamos garantizado esa representación federal. Entonces lo que hacemos es con cada región vemos cuánto se inscribieron cuántos los géneros y las edades.

**Giovana - Hay también una preocupación con la representación de género.**

**Cielo** – Sí, por género y por edades. Para tratar de tener una representación equilibrada.

**Giovana – Y hacen reuniones mensuales.**

**Cielo** – Encuentros mensuales online, muchas veces entre encuentro en encuentro hay actividades que hacen ellos por su cuenta. A veces hacen entre ellos, de a pares, de a grupos, con otros... Pero eso sucede entre encuentro en encuentro. Con el equipo - más allá de que hay un contacto permanente a través de grupos de WhatsApp, a través de los mails, a través de la plataforma se carga las actividades del Padlet, eso sucede en el medio - a cada 25 días hay un encuentro. Y al fin de año hay un encuentro presencial en el canal.

**Giovana – ¿Y cuando hay encuentro presencial, Pakapaka lleva los niños a Buenos Aires?**

**Cielo** – Cuando hay encuentro presencial de fin de año Pakapaka arma la producción de este encuentro y trae, y costea los viajes, el alojamiento, las comidas y todo lo que sucede esos dos días en que se juntan acá todos los chicos y chicas.

**Giovana - Lo que garantiza que sea más democrático, amplía el acceso.**

**Cielo** – Van todos al mismo hotel, viajan en avión - por supuesto los que están a distancias de más de 600 km. Los demás vienen en colectivo. Pero comen juntos en el mismo lugar. Incluso comen en el mismo lugar los consejeros de la región de Buenos Aires. Así que os invitamos también que hazgam parte de todas las mismas actividades, menos dormir en el hotel.

Lo demás sucede igual y vienen todos con un adulto o un adulto responsable. Nosotros pagamos un adulto o una adulta. Después, si quiere venir alguien más, es a cargo de quien viene y por supuesto que en los últimos dos años nos ha pasado dos veces, mamás solas que no pueden dejar al otro hijo, entonces pagamos también al otro niño/ niña que viene.

**Giovana - ¿Y cómo escuchar a los niños? Mucho si habla de una escucha genuína de los niños, pero el proceso de la metodología participativa es muy variable de proyecto para proyecto. Pakapaka ya había desarrollado una metodología o ese proyecto fue una oportunidad para desarrollar una metodología propia?**

**Cielo** – Tenemos metodología de participación para un contenido en particular o para una serie. En general involucra un taller previo, encuentros previos.... Pero eso lo hacemos si por ejemplo, queremos indagar un tema. Ahora estamos trabajando democracia en los 40 años de democracia, entonces tenemos algunas actividades que hacemos con grupos de chicos que nos dan insumos para pensar el contenido.

Pero eso no es el Consejo. El consejo es mucho más que eso. Demanda a otra metodología que hay que sostenerla a lo largo del año y que un poco se fue armando a medida que lo fuimos atravesando. Indagamos mucho con la gente de la “Red de Ciudades de los niños y de las niñas”, cómo se trabajan. Formamos parte de la red, tenemos encuentros con ellos. Hemos tenido encuentros con Tonucci también. Nosotros hemos tomado de esa red y después hemos tomado mucho nuestra propia experiencia de 12 años de trabajar activamente chicos para la creación de contenidos.

Y ese producto para mí está buenísimo, porque como se escucha es se escucha dejándose uno interpelar por lo que los chicos dicen y eso implica que uno tiene una propuesta de agenda de trabajo con ellos y con ellas, pero por ahí después en el camino descubre que hay en temas de esa agenda que no convocan que no son relevantes y cambiamos.

**Giovana - Por ejemplo, puedes contarme sobre un ejemplo de cambio de temas y agenda?**

**Cielo** – Por ejemplo, en 2022 no teníamos violencia en la agenda y fue un pedido de los chicos y las chicas trabajar la violencia entre pares. Entonces buena parte del año estuve dedicada a trabajar ese tema y a generar contenido con ese tema. Por ahí desde el canal, lo que hubiésemos hecho de generar un contenido audiovisual y los chicos querían generar contenido para las redes.

**Giovana - Y qué quiere decir con “violencia entre pares”? Como bullying... como conflicto físico...**

**Cielo** – Es un concepto más amplio que solamente bullying. Que incluye por supuesto el acoso, las burlas, los malos tratos entre y con amigos y amigas; entre pares. Y ese era un tema que a los chicos les preocupa un montón, que ellos incluyeron en la agenda y ellos definieron qué tipo de contenido iban a trabajar. A ellos les parecía que era mucho más importante por ejemplo generar una campaña de stickers o emojis en las redes sociales que otro tipo de contenido. Esa forma de interacción entre pares es mucho más directa, concreta, fluida que un contenido audiovisual

**Giovana - La forma de abordaje fue también definida por ellos? ¿La preocupación de ellos era violencia física o no?**

**Cielo** – No solo. Las burlas, la discriminación, la exclusión, el acoso. Sobre todo la discriminación, aparece mucho.

**Giovana - Discriminación de todo tipo?**

**Cielo** – Sí, discriminación entre los propios chicos y chicas, ¿no? Aparece como una preocupación de los consejeros y consejeras.

**Giovana - Y hay otros temas que son contemporáneos también y que aparecen ahí?**

**Cielo** – De hecho, por ejemplo el año pasado hubo una niña trans. Y fue muy interesante lo que ha trajo a la discusión porque el año pasado nosotros trabajamos con ellos las representaciones de los cuerpos. ¿Como ven sus cuerpos representados? ¿Se sienten representados y representadas en los cuerpos que la televisión, el cine, la publicidad o las redes circulan? Nosotros sabíamos que ella era una niña trans porque lo había contado en la inscripción, pero dejamos que ella lo contara su tiempo a los otros consejeros y consejeras. Eso sucedió casi a mitad de todo el periodo y sucedió precisamente cuando se instaló este tema de la representación de los cuerpos.

El tema de los géneros estuvo presente muy fuerte en las dos ediciones del consejo porque son temas que los atraviesan permanentemente... sobre los estereótipos. No hemos necesitado ni siquiera nosotros ponerlo en discusión porque aparece solo. Desde la

cuestión vinculada con las niñas y los niños hasta cuestiones vinculadas con otras diversidades.

**Giovana – Y el tema de la violencia entre los pares produjo stickers?**

**Cielo –** Una campaña, sí. Que si llama “No estás solo, no estás sola” y que son mensajes de ayuda y apoyo entre chicos. Están disponibles por todas las redes.

**Giovana - Y desde el tema de la representación de los cuerpos surgió el Manifiesto, ¿no?**

**Cielo –** Exactamente. Surgió el Manifiesto que tiene una potencia enorme, que circuló un montón. Además, ellos tuvieron incluso la posibilidad de presentar este manifiesto en distintos organismos públicos encargados de cuidar y velar por sus derechos. Circuló un montón.

**Giovana - Además del Manifiesto hay algún otro contenido que sea producto de esa carta?**

**Cielo –** De este manifiesto surgió algo que hicimos en fin de año y que si llama “Nuestros cuerpos cuentan”, que son viñetas ilustradas y animadas con distintas escenas donde hay una apuesta en valor de cuerpos distintos y diferentes. Y de todo lo que los cuerpos cuentan, ¿no? Los cuerpos cuentan amistad, los cuerpos cuentan abrazos, los cuerpos cuentan valentía... los cuerpos cuentan todas aquellas cosas que uno hace con el cuerpo y todo el valor que tiene esa diversidad. Son unas viñetas que estamos haciendo una publicación, pero que están saliendo en la pantalla de la tele.

**Giovana - Yo he visto una viñeta en Facebook.**

**Cielo –** Si, en las redes.

**Giovana – Perfecto. Me interesa saber un poco más de ese proceso entre la idea de un niño y la realización. ¿La forma con que la idea se manifiesta también es pensada por ellos? Por ejemplo, esta viñeta. ¿La palabra clave que aparece en la viñeta surgió desde los niños? ¿La producción de la viñeta es presentada para ellos después de la creación? ¿Cómo es ese camino?**

**Cielo –** Las hicimos en diciembre y en los consejeros ya habían terminado su mandato.

Pero no pasó con eso, pero pasó con otras cosas. Em 2021 ellos diseñaran un personaje que es Yazy - que es un personaje de Mundo Zamba -, que es una niña ambientalista. Ahí tubo todo un trabajo de explicarles a ellos como se produce un contenido. Que no es automático, que ellos diseñan un personaje... y que ese personaje

hasta que cobra su forma final pasa tiempo, pasa meses...también para contener esa ansiedad general: “Cuando lo vemos? ¿Cuándo lo vemos? ¿Cuándo lo vemos?”

Entonces, en términos prácticos, tuvimos encuentro con la productora, que es “El perro en la Luna”, después tuvieron encuentros con nosotros, después votaron un nombre, después en conjunto votaron algunos atributos y características, después definieron algunas cuestiones vinculadas con el vestuario. Fuimos haciendo un ejercicio de trabajar nombre, atributos vestuario y eso fue un proceso que llevó meses.

**Giovana - Y animación es un proceso mucho más complicado.**

**Cielo** – Claro, sí. Pero también fue importante para nosotros, y sobre todo para ellos, un encuentro en el que se explicó cómo se hacía una serie animada para que entendieran esos tiempos y esos procesos.

**Giovana – Entonces es algo completamente distinto de un Focus Group que es algo más común en la TV.**

**Cielo** – Un Focus Group va a testear algo que presume anticipadamente. Eso es una idea muy concreta, algo que hemos hecho: sobre un personaje, sobre una serie recién terminada, contenidos... Acá es distinto. Acá abrimos todo a la posibilidad de intervención: un guión, un personaje, los temas de la agenda, del año, las redes, los abordajes. Lo hacemos por supuesto de manera ordenada. Quien mucho abarca poco aprieta. Si abrimos todo, después se nos van a quedar las cosas a mitad del camino.

Por eso nuestra metodología implica armar una agenda de temas con ellos en inicios del consejo, que deriva en una agenda de trabajo: “a este tema le vamos a dedicar dos meses, a este le vamos a dedicar uno, a este le vamos a dedicar otros dos meses” ... y planificamos el año. Decimos, bueno, trabajamos sobre estos tres, cuatro temas. Después sobre esos tres, cuatro temas hacia adentro algunos cobran la forma de trabajar el diseño de un personaje, otros intervenir unos guiones, otros una campaña. Cada tema toma su forma.

**Giovana – En “Inventar Pakapaka Pregunta” ustedes produjeron una serie de entrevistas con personalidades, con artistas. ¿Fue una producción de productora independiente?**

**Cielo** – No, hicimos nosotros. Es una producción nuestra.

**Giovana - Me parece una decisión muy interesante la de hacer un escenario en blanco con las escaleras. Me gustaría oírla sobre esas decisiones estéticas y de realización.**



**Cielo** – Sí. Las estéticas tienen que ver con eso, ¿no? Lo que nosotros queríamos era un entorno que no distrajera el foco de ese encuentro entre una figura representativa - y con una historia para contar - y los chicos y las chicas que la iban a entrevistar. Y queríamos que el escenario que hubiese algunas intervenciones de gráfica que resaltaran conceptualmente algunos momentos. Por eso es todo blanco y la intervención de la gráfica en el primer formato, no encuentra la forma definitiva. Ahora estamos pensando en cómo vamos a hacer el segundo, ¿no? Y que vamos a recuperar de eso y que no, pero con certeza sí queríamos algo que nos interesa sostener es que es blanco porque lo que queríamos era que el protagonismo fuese ese encuentro y la charla.

Y ahora, por ejemplo, tomamos ese blanco y lo vamos a intervenir de otra forma, pero siempre es un blanco que se interviene, que puede ser intervenido.

**Giovana - Y la escalera?**

**Cielo** - Ese tenía que ver con generar también un espacio que fuese... que le quitara solemnidad a los temas, que no fuese solemne, de que no que no fuese una silla que iban a estar más limitados en el movimiento y que fuese un espacio tipo casi escalera/tribuna que permitiese que tuviésemos hasta cuatro chicos, porque por momentos hay hasta cuatro chicos preguntando, sobre todo al final de cada entrevista. Y que se integraba con lo blanco. Si hacemos una silla iba a ser muy artificial una de ellas blanca integrada. Por eso son cubos.

**Giovana – Fue pensada la altura de los niños.**

**Cielo** – Es igual. Algunos más elevados para los que tienen menos altura. Y para que no queden debajo del lugar del entrevistado. Están siempre en la misma altura.

Giovana - Y hay un espacio de intervención también para unos momentos. Por ejemplo, con Taty y Mara, en que el niño se acerca de la entrevistada.

**Cielo** – Hay uno momento en que se acercan. Uno cuando le muestran en una tablet alguna imagen que evoca un recuerdo y después al final cuando pide un deseo.

**Giovana - Hay un espacio allí entre ellos. Ese espacio es también muy representativo en la propuesta. Hay un espacio de intervención y expresión, ¿no?**

**Cielo** – Si. Y sobre todo generó algo que es la comodidad en el momento en que – que era lo que lo buscábamos – la comodidad en este momento del intercambio, de ese encuentro de preguntas y respuestas. También hubo mucho trabajo previo con los chicos y las chicas a llegar este momento, ¿no?

**Giovana - Las preguntas ya eran pensadas antes.**

**Cielo** – Sí, hubo talleres previos donde hablamos de quien iba a venir, la historia...y indagamos con ellos qué preguntas querían hacer.

**Giovana - Y hay momentos de comentarios de los niños también.**

**Cielo** – Sí. Llegan con preguntas, porque si no es tirarlos así muy desprotegidos, entonces hay todo un trabajo previo, pero después hay también mucho espacio para lo que surge ahí y hay cosas que surgen en el momento y preguntas y hay comentarios que surgen en esa charla, por supuesto.

**Giovana - Y sobre la experiencia con la red de Tonucci. ¿Has cambiado alguna cosa en el proyecto después de ese contacto? ¿Qué ha aportado la experiencia de Tonucci a “Inventar Pakapaka”?**

**Cielo** – Lo que más nos sirvió - o pensamos con ellos - fue que no encontrábamos la forma de cómo hacer la selección después del primer año. Entonces ellos nos ayudaron un poco a pensar la cuestión del sorteo, que es lo que hacen.

Sobre todo, en la instancia de pensar la modalidad de selección después del primer año. Ahí nos ayudaron mucho y después esta bueno integrar esa red porque amplifica también y uno escucha opiniones y cosas que dicen los chicos en otros espacios. Vamos a tener un segundo encuentro con él. Tuvimos un encuentro virtual con Tonucci el año pasado y vamos a tener uno presencial ahora cuando venga en marzo de visita a la Argentina.

Te diría que está bueno saber que uno integra ese espacio porque se puede ir apoyando si tiene algunas cuestiones vinculadas con la metodología. Después cada experiencia tiene su propio devenir, ¿no?

**Giovana - Y la metodología y la experiencia de PakaPaka han inspirado otros proyectos y consejos también. Eureka, de Colombia, creó su consejo después de Pakapaka. ¿Hay otros?**

**Cielo** –En algún momento, conversando con Chile, hace poco, tienen ganas de armarlo y tienen ese proyecto en mente, pero no existe todavía.

**Giovana – Tampoco en Europa, no?**

**Cielo** – No. La red tiene mapeada las experiencias y ellos nos dijeron que hasta donde ellos sabían, no había. Era la única.

**Giovana - Muy rica la experiencia. Y si piensa en Pakapaka y en toda la coherencia del proyecto, sería tan obvio hacerlo, no?**

**Cielo** – Sí, era un paso que teníamos que dar. É un devenir natural de lo que el canal ya venía haciendo.

**Giovana - Y hay otro aspecto, que me parece muy interesante, es que “Inventar PakaPaka” también es una cuestión de Educación Mediática, de educación de los medios, ¿no? Como lo decías hace poco; los niños aprenden cómo hacer una animación, aprenden los procesos mediáticos, sobre como eso lo impacta, ¿no? Entonces es una experiencia que va más allá de la producción de esos contenidos, es una experiencia de formación también.**

**Cielo** – Exactamente. Porque es esto mismo que vos decís porque aprenden los procesos, los tiempos, cómo se hace desde un guión hasta el diseño de un personaje, sí.

**Giovana - Y esos niños que pasaron por esa experiencia serán acompañados por el canal? ¿Tenéis una red de contactos que va creciendo año a año con estos niños y niñas?**

**Cielo** – Sí, además porque los consejeros que terminan nunca se quieren ir. Y siempre encontramos una forma de vinculación con los consejeros nuevos. En “Inventar Pakapaka Pregunta” participaron consejeros del primer año. Nosotros volvemos a llamarlos para algunas actividades, para algunas cuestiones puntuales.

**Giovana – La experiencia del consejo tiene niños y niñas de 7 a 11, no? De diferentes edades.**

**Cielo** – Sí, sí. Nosotros también estamos atentos a esa convivencia, para que algunos no tapen a otros que a veces nos suceden por la edad, también sucede por las personalidades. Hay personalidades que son muy avasallantes y ahí hay otras que son más tímidas, entonces, nosotros tratamos siempre en los encuentros de estimular la participación de todos y de generar también respeto por la opinión de otro, que los que hablan siempre también permiten que se expresen otros. Esa atención está siempre como en cualquier grupo.

**Giovana - Cómo está funcionando la franja por edad en la señal? ¿Hay algo que sea más constante?**

**Cielo** – No tenemos una franja diferenciada, pero tenemos una forma de programar que tiene contenido para 3 a 6 y después otra para 6 a 9. Más o menos en esas dos franjas si ubica la programación que tenemos.

**Giovana – Fue un cambio desde la fundación del canal, no? Sobre la división por edad. Porque lo que querían inicialmente era llegar a los niños mayores también.**

**Cielo** – Sí, íbamos hasta los 12. Siempre esa franja de población, esa última de 10, 11, 12, siempre nos fue difícil, es muy esquiva.

**Giovana – No alcanza.**

**Cielo** – No. ¿Que es una cosa que responde con un consumo cultural de la televisión en general, no? Por ahí nos miran en las redes o por ahí nos miran el canal de Youtube, un contenido específico, ¿pero no es una franja que nos miren la tele, no?

**Giovana – Cielo, los niños del consejo hablaron con algunas instituciones del Estado. Con la Defensoría y otros. ¿Cómo es esa vinculación como es ellos? Monitorean, acompañan...**

**Cielo** – Acompañan, no monitorean. Y en general, sobre todo hasta ahora, han acompañado escuchando y recepcionando las inquietudes que tienen los chicos sobre temas vinculados con el ejercicio de sus derechos. Como te decía; el manifiesto que tiene un pedido y un reclamo a quienes pensamos contenido para ellos, se lo presentaron a todos estos organismos. En el primer año hicimos un trabajo sobre derecho vinculados con la libertad de expresión y de participación y lo que dejó ese trabajo fue presentado también a estos organismos. Lo que nosotros hacemos es generar en algún momento del año un diálogo de esos organismos con los consejeros para que los consejeros también sientan que esa voz que traen acá se amplifica. Escucha PakaPaka pero también escucha a quienes han encargados de exigir a otros que sus derechos se cumplan.

**Giovana - Bueno, ese diálogo, esa conexión, enseña una coherencia de un proyecto político que defiende derechos de los niños, derechos en varios organismos, en varias instancias y que hace de Pakapaka un importante instrumento, una importante herramienta de debate público con los niños, ¿no? Quisiera oírla sobre PakaPaka como proyecto político, sobre ser reconocida después de tantos años de existencia como importante herramienta de inclusión del niño en debates contemporáneos.**

**Cielo** – Creo que eso tiene a ver con varias cosas. Primero que nosotros damos todos esos debates en la pantalla. Con distintas formas, pero hablamos de todo. Hablamos de violencia, hablamos de discriminación, hablamos de pobreza, hablamos de un montón de temas. Hace poco hablamos de las historias de chicos y chicas que tienen un familiar adulto privado de libertad. Es un proyecto que visibiliza todas esas experiencias. Y al visibilizarlas hecha luz y permite que escuche voces que no se escuchan por otros lados. Acá se escuchan.

Vuelvo al ejemplo de Abrazos, que es esa serie hermosa, que son historias animadas de chicos y chicas que tienen un familiar privado de libertad. Esas voces no estuvieran nunca en la televisión. Esas historias no estuvieran nunca.

Entonces nosotros pensamos que un proyecto político como este implica visibilizar todas las experiencias infantiles y siempre hablamos de un concepto que es: las infancias cuentan. Por eso muchas de nuestras cosas hablan de contar y entendemos que cuentan en un doble sentido: cuentan porque tienen cosas para decir y cuentan como colectivo social. Para que eso tenga peso en la escena política, ese colectivo social tiene que poder ser visibilizado. Si ese colectivo social no está visibilizado, no cuenta en lo común, en el pensarlo común, en el hacerlo común. Y Pakapaka insiste todo el tiempo sobre eso.

Acá están, las infancias las infancias tienen esto para decir, las infancias piensan esto de estas cuestiones, las infancias son distintas, las infancias tienen derecho vulnerados, las infancias tienen estos reclamos... nosotros todo el tiempo estamos contando esas historias de un montón de formas distintas, no? Y después también ese colectivo social que interpela. Tenemos también mucho respeto sobre los contenidos que trabajamos con ellos. Nosotros hablamos de todos los temas de manera apropiada, pertinente, en el momento en el que hay que hacerlo, pero hemos hablado de todo con ellos y con ellas.

**Giovana – Es muy recurrente en PakaPaka visibilizar historias de vida para hablar de temas contemporáneos, ¿no? Cuando los niños hablan de sí mismos, de sus entornos, de sus familias, de sus historias. No si habla de pobreza o de discriminación como un tema en sí, pero si habla de esos temas conectados con una historia de vida, con las vivencias, para valorizar la vivencia del niño, ¿no? Como el ejemplo de “Abrazos”, una animación que cuenta una historia de vida. En la no ficción también, que es muy recurrente en PakaPaka. ¿Eso implica en llevar a la TV infantil conflictos sociales y contemporáneos que impactan a adultos y niños, no?**

**Cielo –** Sí. Nosotros no tenemos una sola forma de tratar los temas contemporáneos. Algunos tienen la forma de la ficción. “Zamba” es un ejemplo de eso. Otros sí tienen la forma del documental o del Live Action, pero en general no es que tenemos una única forma para trabajar esos temas y, sino que buscamos bueno, cuál es la mejor forma en este momento de hablar de eso. Siempre buscamos la mejor forma para hablar de esto en este momento. yo siempre recalco: no es que uno habla de todo todo el tiempo.

**Giovana - Claro, pero me parece la forma es también una acción política. Cuando se dice que la vivencia del niño es importante, la visibilidad de la experiencia**

**de vida de un niño en la TV es importante. La percepción de ellos es singular al respecto de las familias con las cuales estan conectadas. Eso se ve en Pakapaka.**

**Cielo** – Claro, se ve. Y se ve que todos tienen historias para contar y que esas historias son distintas y que hay historias más difíciles que otras. Todo eso está y forma parte de la razón de ser del canal. Lo que decimos siempre: que todos se sientan representados en algún momento, en alguna historia, en algún personaje, en algún tema, en alguna pregunta...pero sobre todo no escaparle a contar historias, aunque sean historias difíciles.

**Giovana - Sobre la selección de las personas que fueron entrevistadas por “Inventar Pakapaka Pregunta”. ¿La selección fue hecha también con los niños?**

**Cielo** – Algunas sí, otras fueron propuestas nuestras. Porque los niños pedían algunas figuras que eran imposibles de conseguir.

**Giovana - PakaPaka dejó de estar bajo del Ministerio de Educación, ¿Qué significó hizo?**

**Cielo** – No estar en el Ministerio de Educación significó la pérdida del sentido y origen educativo de los canales. No es lo mismo un canal educativo que opere bajo la órbita del Ministerio de Educación y que opere bajo la órbita de un sistema de medios. Estos canales son canales educativos, nacieron dentro del Ministerio de Educación para acompañar las políticas educativas y para hacer una herramienta que acompañe el proceso de enseñanza y aprendizaje. Entonces el primer impacto de eso es que perdieron su razón de ser, salieron de la escuela, un lugar donde estuvieron siempre, de manera muy fuerte. Y después implicó menos presupuesto, como te decía recién, menos equipo, menos horas de programación, implicó salir del cable operador más importante que es televisión digital, pero también es canal de cable. La penetración del cable en Argentina es enorme, entonces no estar en el principal cambio operador generó una pérdida de audiencia recontra importante también.

**Giovana - Y volvió, ¿no?**

**Cielo** - Y volvió en el 2020

**Giovana - ¿Y al Ministerio, volvió?**

**Cielo** - No.

**Giovana - Y por qué no?**

**Cielo** – Al Ministerio no volvió. Primero porque nosotros dependemos de un organismo que se creó por decreto, entonces desarmar todas esas cuestiones administrativas burocráticas no son simples.

**Giovana - Y ahora Pakapaka está en el programa básico de Cablevisión?**

**Cielo** – Ahora sí, desde 2020 está.

**Giovana** - Muchas gracias, Cielo! Y si tengo alguna duda, te escribo también.